

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**FABIANO ESCHER**

**OS ASSALTOS DO MOINHO SATÂNICO NOS CAMPOS E OS  
CONTRAMOVIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná**

**Porto Alegre**

**2011**

**FABIANO ESCHER**

**OS ASSALTOS DO MOINHO SATÂNICO NOS CAMPOS E OS  
CONTRAMOVIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural

**Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider**

**Série PGDR – Dissertação n° 144**

**Porto Alegre**

**2011**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da  
UFRGS

|      |   |
|------|---|
| E74a | <p>Escher, Fabiano</p> <p>Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná / Fabiano Escher. – Porto Alegre, 2011.<br/>276 f. : il.</p> <p>Orientador: Sergio Schneider.</p> <p>(Série PGDR – Dissertação, n. 144).</p> <p>Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.</p> <p>1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural. 3. Pluriatividade rural. 4. Cooperativismo : Instituições : Paraná, sudoeste. I. Schneider, Sergio. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.</p> <p>CDU 631.115</p> |
|------|---|

**FABIANO ESCHER**

**OS ASSALTOS DO MOINHO SATÂNICO NOS CAMPOS E OS  
CONTRAMOVIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural

Aprovada em: Porto Alegre, 21 de julho de 2011.

---

Prof. Dr. Sergio Schneider (Orientador – Presidente)  
Departamento de Sociologia - PGDR/UFRGS

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Freitas Vian  
Departamento de Economia e Sociologia Rural - ESALQ/USP

---

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi  
Departamento de Agronomia - PPGDR/UTFPR

---

Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição  
Departamento de Economia - PPGE/UFRGS

*Dedico esse trabalho à memória de Ademir Dallazen, amigo falecido em 5 de fevereiro de 2010, agricultor familiar, produtor de leite e assentado de reforma agrária em Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná. Além de militante dos movimentos sociais rurais e partido político, também foi um dos idealizadores e fundadores de várias organizações do novo cooperativismo. Na fatídica ocasião, estava a trabalho, exercendo as suas atividades como presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná. Foi uma liderança brilhante, cujo talento, sensibilidade e humildade sempre me causaram profunda admiração e respeito.*

## AGRADECIMENTOS

Se o autor é eminentemente o responsável pela realização da pesquisa acadêmica e apresentação dos seus resultados na forma de uma dissertação, dado a natureza individual desse tipo de trabalho, não é menos verdade que este dificilmente se concretizaria sem o apoio, o estímulo, a confiança, a cooperação e a solidariedade de um sem número de pessoas e instituições com as quais travamos relações e interagimos ao longo da vida, e em especial no período do mestrado. Por isso, sem ter a pretensão de inventariar nomes e ordenar por importância relativa, e mesmo correndo o risco posto pelos meus habituais lapsos de memória, faço de bom grado registrar a minha profunda gratidão para com elas.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa através da concessão da bolsa de estudos.

Aos funcionários e professores do PGDR, que fazem do Programa uma referência na sua área de atuação. Especialmente àqueles professores com os quais tive maior relação e que contribuíram diretamente para o meu aprendizado, seja cursando disciplinas, seja dialogando informalmente, seja solicitando ajuda e sendo atendido prontamente (refiro-me aqui ao professor Paulo Waquil e seu inestimável auxílio com o tratamento dos dados estatísticos).

Aos colegas da turma 2009, muitos dos quais verdadeiros amigos, com quem compartilhei memoráveis momentos de aprendizado e discussão intelectual, bem como uma série de experiências das mais diversas naturezas, desde as mais difíceis até as mais agradáveis, como as nossas “socializações étlicas”. Aqui também cabe incluir os colegas do GEPAD, grupo de pesquisa no qual viemos construindo boas amizades e ricos debates.

Ao PLAGEDER, pela oportunidade de iniciar minha carreira docente e de contribuir para a formação de profissionais também preocupados com o desenvolvimento rural.

À professora e amiga Roselaine Navarro B. da Silva, minha orientadora da graduação no curso de Economia da UNIOESTE-PR, por ter me ensinado o gosto pelo trabalho diligente e incentivado de maneira muito fraterna e conscienciosa a minha opção pelo mestrado.

Ao meu orientador do mestrado, professor Sergio Schneider, pelo exemplo de dedicação profissional e brilhantismo, e também pela cordialidade, apoio irrestrito e amizade com que tem me tratado ao longo desse período em que viemos convivendo.

Aos professores membros da banca, pelas sugestões cruciais, pelas propostas de colaboração, pelas críticas únicas e extremamente construtivas e pelos comentários elogiosos.

Aos interlocutores que me dispuseram de seu tempo para a concessão das entrevistas: são essas pessoas (agricultores, dirigentes, empresários, extensionistas, etc.) os atores que, em seu fazer e agir cotidiano, tornam possível a realização do desenvolvimento rural na prática.

À minha família, pai e mãe Valdir e Ana Gorete, por todo o amor, carinho e suporte (material e moral) ao longo da vida e pelo contínuo incentivo aos estudos, e ao meu irmão Mauricio, pelo companheirismo e cumplicidade habituais.

À minha amada Dani, colega, amiga e namorada, por estar tornando as minhas angústias mais suportáveis, a minha vida mais colorida e os seus mistérios mais profundos.

## RESUMO

A motivação para a realização dessa pesquisa partiu da ideia de que os estudos sobre desenvolvimento rural precisam elaborar definições mais claras em relação ao seu escopo, definindo uma temática própria e não apenas importando os temas postos a partir das políticas públicas e da ação do Estado. Por isso, o tema das interfaces entre o papel dos atores sociais e o papel das instituições nos processos de mudança social que incidem sobre as dinâmicas de desenvolvimento rural se reveste de grande interesse. O objetivo dessa pesquisa consistiu em analisar a diversidade dos estilos de agricultura familiar e as formas com que os agricultores foram respondendo às circunstâncias redundantes do crescente processo de mercantilização da agricultura e do espaço rural, tanto em termos de práticas técnico-produtivas como em termos organizativo-institucionais. Para isso, realizamos um estudo de caso no Sudoeste do Paraná, um território onde a importância histórica da categoria agricultura familiar é amplamente reconhecida. A diversidade da agricultura familiar e do meio rural pode ser explicada, por um lado, pela sua crescente mercantilização, por conta da inserção dos agricultores na dinâmica da economia capitalista, enquanto produtores de mercadorias, trabalhadores e demandantes de insumos e tecnologias externas e, por outro, pelas estratégias de reprodução que os mesmos foram estabelecendo como reação a este processo ou mesmo para adaptarem-se a ele. A primeira hipótese levantada assevera que, apesar dos efeitos e consequências da mercantilização, a identidade territorial da agricultura familiar, constituída através de episódios históricos, de sentimento de origem e trajetórias comuns e de valores partilhados, mantém-se enraizada nas concepções mentais dos atores, permitindo que as estratégias familiares postas em prática ganhem uma dimensão social mais alargada, que vão além das formas de organização da produção e do trabalho nas suas propriedades ao institucionalizarem-se na forma de dispositivos de ação coletiva. Neste sentido, a atividade leiteira, estratégia cada vez mais central para a reprodução das unidades produtivas, ganha uma expressão institucional através da organização do Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar - SISCLAF, um dispositivo coletivo de ação econômica. O “novo cooperativismo” emerge de um intenso processo de aprendizagem coletiva, como uma iniciativa inovadora e fundamental para a promoção de processos de desenvolvimento rural no território. Todavia, a segunda hipótese assevera que o SISCLAF e o cooperativismo da agricultura familiar enfrentam dificuldades em consolidar práticas, projetar iniciativas e empreender ações que conduzam a atividade leiteira para além de determinadas reações às contingências do ambiente e, assim, estabelecer uma estratégia coletivamente deliberada de desenvolvimento rural. A integração entre os ramos cooperativos e a articulação destes com os outros atores e instituições é deveras incerta no plano econômico e mais ainda no plano político, porque não há clareza sobre o lugar que cada organização ocupa na correlação de forças entre os grupos e classes sociais do território e na definição dos seus respectivos papéis na dinâmica do mesmo. As hipóteses foram confirmadas pelos resultados alcançados a partir da aplicação de um sofisticado aporte teórico-analítico e de uma série de procedimentos metodológicos, baseados tanto em técnicas de pesquisa quantitativa (lançando mão de diversas fontes de dados e métodos estatísticos) como qualitativa (entrevistas semi-estruturadas, observação e participação em eventos). A principal conclusão do trabalho é a de que os processos de desenvolvimento rural têm na ação dos agricultores, como atores sociais ativos, um elemento causal fundamental, mas que só ganham efetividade através de projetos coletivos e deliberados, capazes de operar mudanças sociais, por meio de instituições.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural. Mercantilização. Instituições. Cooperativismo de Produção de Leite. Sudoeste do Paraná.

## ABSTRACT

The motivation for conducting this research came from the idea that rural development studies needs to develop clearer definitions regarding their scope, define a separate subject matter and not just put the issues from public policy and State action. So the issue of the interfaces between the role of social actors and the role of institutions in social change processes that focus on the dynamics of rural development is of great interest. The aim of this study was to assess the diversity of the family farming styles and the ways in which farmers were responding to the circumstances that arises from the process of increasing commoditization of agriculture and countryside, both in terms of technical and productive practices and in terms of organizational and institutional expressions. To this end we conducted a case study in the Southwest of Paraná, a territory where the historical importance of family farming category is widely recognized. The diversity of family farming and the countryside can be explained, on the one hand, by its increasing commoditization, due to the inclusion of farmers in the dynamics of the capitalist economy as commodity producers, workers and demanders of inputs and foreign technologies and, on the other hand, by the reproductive strategies that they have been established in response to this process or even to adapt to it. The first hypothesis asserts that, despite the effects and consequences of commoditization, the territorial identity of the family farming, constituted through on common historical episodes and feelings of origin, and shared values, remains embedded in the mental conceptions of the actors, allowing the family strategies put in place to gain a broader social dimension, beyond the ways of organizing production and labor in their farms to become institutionalized in the form of collective action devices. In this sense, the dairy production, a strategy increasingly central to the reproduction of rural households, earn an institutional expression through the organization of the Dairy Cooperatives System of Family Agriculture - SISCLAF, a collective device for economic action. The “new cooperativism” emerges from an intense process of collective learning, as an innovative and essential initiative for the promotion of rural development processes in the territory. However, the second hypothesis asserts that SISCLAF and the family agriculture cooperativism, have difficulties in consolidate practices, design initiatives and undertake actions that lead dairy farming beyond the reactions to certain environmental contingencies, and thus establish a collective deliberate strategy of rural development. The full integration between the cooperativist branches and their articulation with the other actors and institutions is quite uncertain in the economic plain and more in the political plain, because there is no clarity about the place that each organization plays in the balance of power between social groups and classes of the territory and in defining their respective roles in the dynamics of it. The hypotheses were confirmed by the results from the application of a sophisticated analytical approach and a series of methodological procedures, based on both quantitative (making use of various sources of data and statistical methods) and qualitative research techniques (semi-structured interviews, observation and participation in events). The main conclusion of the research is that the processes of rural development have on the action of farmers, as active social actors, a key causal element, but which only comes effective, through collective projects, capable of operating social change by means of institutions.

**Keywords:** Family Agriculture. Rural Development. Commoditization. Institutions. Cooperativism of Dairy Production. Southwest of Paraná State.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 – Sudoeste Paranaense – localização geográfica .....   | 23  |
| Figura 2 – Esquema analítico do mecanismo de <i>Reconstitutive Downward Causation</i> .....   | 43  |
| Figura 3 – Esquema analítico de atividades, ocupações e fontes de renda da agricultura familiar .....   | 177 |
| Figura 4 – Projetos de novas plantas industriais de lácteos da região Sul do Brasil, em agosto de 2008 .....  | 206 |
| <br>  |     |
| Gráfico 1 – Evolução do efetivo de suínos (cabeças) no Sudoeste Paranaense e no Paraná, de 1974 a 2004 .....  | 117 |
| Gráfico 2 – Itapejara d’Oeste – Distribuição das unidades familiares de produção por condição de atividade, ano agrícola 2004-2005 .....  | 178 |
| Gráfico 3 – Itapejara d’Oeste – Percentual dos agricultores familiares pluriativos por setores de inserção laboral, ano agrícola 2004-2005 .....                                  | 179 |
| Gráfico 4 – Itapejara d’Oeste – Distribuição do valor médio das rendas anuais das unidades familiares de produção monoativas, ano agrícola 2004-2005 .....                        | 181 |
| Gráfico 5 – Itapejara d’Oeste – Distribuição do valor médio das rendas anuais das unidades familiares de produção pluriativas de base intersetorial, ano agrícola 2004-2005 ..... | 182 |
| Gráfico 6 – Itapejara d’Oeste – Distribuição do valor médio das rendas anuais das unidades familiares de produção pluriativas de base agrária, ano agrícola 2004-2005 .....       | 183 |
| Gráfico 7 – Itapejara d’Oeste – Distribuição das unidades familiares de produção por estilos de agricultura familiar, ano agrícola 2004-2005 .....                                | 187 |
| <br>  |     |
| Quadro 1 – Diferentes formas de produção de mercadorias na agricultura .....  | 61  |
| Quadro 2 – Estatística multivariada e análise de <i>Cluster</i> aplicada à diversidade da agricultura familiar .....  | 185 |

## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1 – Recursos financeiros destinados ao Crédito Rural no Brasil, de 1960 a 2005 ....   | 113 |
| Tabela 2 – Número de informantes que acessaram crédito por fonte financiadora no Sudoeste Paranaense, em 1970 e 1980 .....   | 116 |
| Tabela 3 – Evolução de área colhida, quantidade produzida e produtividade de alguns produtos selecionados no Sudoeste Paranaense, de 1975 a 2005 .....   | 118 |
| Tabela 4 – Estabelecimentos rurais que utilizaram fertilizantes químicos e orgânicos no Sudoeste Paranaense e no Paraná, de 1960 a 1980 .....  | 131 |
| Tabela 5 – Evolução do número de estabelecimentos com trator, número de tratores e de tratores por estabelecimento no Sudoeste Paranaense, de 1970 a 2006 .....                                | 131 |
| Tabela 6 – Número de arados de tração animal e de tração mecânica no Sudoeste Paranaense, de 1970 a 1996 .....   | 132 |
| Tabela 7 – Evolução do número de estabelecimentos agropecuários e de sua área por estratos de área em hectares no Sudoeste Paranaense, de 1970 a 2006 .....                                    | 133 |
| Tabela 8 – Condição do produtor em relação às terras nos estabelecimentos agropecuários do Sudoeste Paranaense, de 1970 a 2006 .....   | 134 |
| Tabela 9 – Evolução da população urbana e rural do Sudoeste Paranaense, de 1970 a 2007 .....   | 135 |
| Tabela 10 – Pessoal ocupado na agropecuária no Sudoeste Paranaense, de 1970 a 2006 ....  | 136 |
| Tabela 11 – Itapejara d'Oeste – valores de cada tipo de ingresso monetário na formação da renda total por condição de atividade das unidades familiares de produção .....                      | 180 |
| Tabela 12 – Estilos de Agricultura Familiar – médias de 33 variáveis em 8 dimensões por grupo homogêneo de unidades familiares de produção .....   | 186 |
| Tabela 13 – Itapejara d'Oeste – quantidades produzidas, consumo familiar, quantidades vendidas e valores de venda de leite e derivados por estilo de agricultura, ano agrícola 2004-2005 ..... | 194 |
| Tabela 14 – Itapejara d'Oeste – Principais meios de produção utilizados na produção de leite por estilo de agricultura, ano agrícola 2004-2005 .....   | 195 |
| Tabela 15 – Itapejara d'Oeste – indicadores do valor de produção de leite e derivados em relação ao produto bruto total por estilo de agricultura, ano agrícola 2004-2005 .....                | 195 |
| Tabela 16 – Produção total de leite, número de estabelecimentos agropecuários produtores de leite e produção de leite por estabelecimento, entre 1996 e 2006 .....                             | 202 |
| Tabela 17 – Maiores empresas de lácteos que atuavam no Brasil, em 2007 .....   | 203 |

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 18 – Balança Comercial de leite e derivados do Brasil, de 2005 a 2010 .....                            | 205 |
| Tabela 19 – Número de estabelecimentos que receberam orientação técnica no Sudoeste Paranaense, em 2006 ..... | 208 |

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABCAR – Associação Brasileira de Assistência e Crédito Rural

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

AGF – Aquisição do Governo Federal

ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

ATER – Acompanhamento Técnico e Extensão Rural

BACEN – Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento Econômico

CAI's – Complexos Agroindustriais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório

CD – Capital Disponível

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CEFSPRG – Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande

CENATER-PR – Central das Cooperativas de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural do Estado do Paraná

CI – Consumo Intermediário

CITLA – Companhia Industrial e Territorial Ltda.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAPA – Central Regional das Associações de Pequenos Agricultores

CRESOL – Sistema de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar com Interação Solidária

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais

DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

ECT – Economia dos Custos de Transação

EGF – Empréstimo do Governo Federal

EMATER-PR – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FCR – Fundo de Crédito Rotativo

FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

FETRAFESC – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina

GEPAD – Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná

HA – Hectares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INFOCOS – Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

JK – Juscelino Kubitschek

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEI – Nova Economia Institucional

NSE – Nova Sociologia Econômica

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná

ONG – Organização Não Governamental

ORT – Outras Rendas do Trabalho

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PBACT – Produto Bruto Autoconsumo Total

PBLEI\_DER – Produto Bruto de Leite e Derivados

PBT – Produto Bruto Total

PBVENT – Produto Bruto Venda Total

PCM – Produtores Capitalistas de Mercadorias

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Projeto de Integração Cooperativista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

POA – Perspectiva Orientada aos Atores

PPM – Pequeno Produtor de Mercadorias

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional dos Territórios Rurais

PSD – Partido Social Democrático

PSM – Produtores Simples de Mercadorias

PT – Partido dos Trabalhadores

PTA/FASE – Projeto de Tecnologias Alternativas/Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RA – Renda Agrícola

RANA – Renda de Atividades não Agrícolas

RAPT – Renda de Aposentadorias, Pensões e Transferências Governamentais

ROF – Renda de Outras Fontes

RT – Renda Total

SAU – Superfície Agrícola Útil

SCP – Produção Simples de Mercadorias (*Simply Commodity Production*)

SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná

SEIPN – Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional

SESCOOP – Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SISCLAF – Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária

SISCOOPAFI – Sistema de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar

Integradas

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUDCOOP – Cooperativa Central Sudoeste Ltda.

UDN – União Democrática Nacional

UDR – União Democrática Ruralista

UFPEL – Universidade Federal do Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UP – Unidade de Produção

UTH – Unidade de Trabalho Homem

VAB – Valor Agregado Bruto

VAL – Valor Agregado Líquido

VTI – Valor de Transformação Industrial

## SUMÁRIO

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>   | 17  |
| <b>2</b> | <b>AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: REFERÊNCIAS TEÓRICAS E APORTE ANALÍTICO</b>                          | 32  |
| 2.1      | A EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO   | 33  |
| 2.1.1    | Sobre agência humana, estruturas sociais e a evolução das instituições  | 36  |
| 2.1.2    | Desenvolvimento como um processo instituído de mudança social   | 43  |
| 2.2      | AGRICULTURA FAMILIAR E QUESTÃO CAMPONESA: MERCANTILIZAÇÃO, DIVERSIDADE E CONTRAMOVIMENTOS                             | 48  |
| 2.2.1    | Capitalismo agrário e questão camponesa no pensamento marxista  | 51  |
| 2.2.2    | Formas sociais rurais de produção e mercantilização diferencial   | 55  |
| 2.2.3    | Diversidade, estratégias de reprodução e estilos de agricultura   | 59  |
| 2.2.4    | Agricultura familiar como um ator ativo nos processos de mudança social   | 63  |
| 2.3      | UMA ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL  | 68  |
| 2.3.1    | Globalização, ruralidade diferenciada e dinâmicas territoriais  | 70  |
| 2.3.2    | O retorno do território e os problemas do poder, das escalas e dos níveis   | 75  |
| 2.3.3    | Dispositivos de ação coletiva e <i>embeddedness</i> : conflito, cooperação e inovação                                 | 78  |
| 2.3.4    | Desenvolvimento rural como um processo territorialmente instituído  | 83  |
| <b>3</b> | <b>O CAPITALISMO BRASILEIRO E A QUESTÃO CAMPONESA NO SUDOESTE DO PARANÁ: DAS METAMORFOSES DA AGRICULTURA FAMILIAR</b> | 86  |
| 3.1      | AS RAÍZES HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS DO SUDOESTE PARANAENSE   | 90  |
| 3.1.1    | “Faroeste Colono”: ocupação do território, colonização e formação do sistema produtivo colonial                       | 94  |
| 3.1.1    | A Revolta de 1957 e o enraizamento da agricultura familiar  | 100 |
| 3.1.2    | Cristalização da fronteira camponesa e crise do sistema produtivo colonial  | 104 |



|          |  |            |
|----------|--|------------|
| 3.2      | O PROCESSO DE “MODERNIZAÇÃO” DA AGRICULTURA FAMILIAR .....   | 106        |
| 3.2.1    | <b>Estado, instituições e políticas públicas: cultivando a Revolução Verde .....</b>   | <b>111</b> |
| 3.2.2    | <b>Cooperativismo tradicional e capital agroindustrial: os arautos da modernização conservadora .....</b>  | <b>120</b> |
| 3.2.3    | <b>As consequências da modernização: mudanças tecnológicas, alterações na estrutura fundiária, dinâmica populacional e ocupação da mão de obra rural .....</b> | <b>130</b> |
| 3.3      | O PROCESSO ORGANIZATIVO DOS AGRICULTORES FAMILIARES .....  | 137        |
| 3.3.1    | <b>O regime militar, a Igreja Católica e a importância da ASSESOAR .....</b>   | <b>140</b> |
| 3.3.2    | <b>Os novos movimentos sociais rurais: busca por autonomia organizativa e construção de dispositivos de ação coletiva .....</b>                                | <b>144</b> |
| 3.3.3    | <b>A disputa entre dois projetos políticos e o lugar do novo cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária .....</b>                             | <b>152</b> |
| <b>4</b> | <b>O FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INSTITUÍDA NO SUDOESTE DO PARANÁ .....</b>                                  | <b>171</b> |
| 4.1      | A RURALIDADE DIFERENCIADA, OS ESTILOS DE AGRICULTURA E A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE LEITEIRA .....   | 174        |
| 4.1.1    | <b>Pluriatividade e plurirrendimentos na agricultura familiar .....</b>  | <b>175</b> |
| 4.1.2    | <b>Diferenciação socioeconômica e estilos de agricultura familiar .....</b>  | <b>184</b> |
| 4.1.3    | <b>Importância econômica da atividade leiteira na agricultura familiar .....</b>   | <b>193</b> |
| 4.2      | A “GRANDE TRANSFORMAÇÃO” NA ATIVIDADE LEITEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR .....   | 197        |
| 4.2.1    | <b>Gênese e evolução da atividade leiteira no Sudoeste Paranaense .....</b>  | <b>198</b> |
| 4.2.2    | <b>Mudanças institucionais, reestruturação industrial e inovações tecnológicas ..</b>  | <b>202</b> |
| 4.3      | A EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF ..                                      | 209        |

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 4.3.1    | <b>Da organização dos grupos de base à estruturação do Sistema: a construção social de um dispositivo coletivo de ação econômica .....</b>                       | 212 |
| 4.3.2    | <b>Do relaxamento da estratégia de organização da base à evidência dos limites da estratégia orientada pelo mercado: em busca de uma reação adaptativa .....</b> | 219 |
| 4.3.3    | <b>Oportunidades e incertezas na definição de uma estratégia: da truncada entrada na competição agroindustrial para aonde? .....</b>                             | 231 |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | 240 |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | 251 |
|          | <b>APÊNDICE A – Roteiros de Entrevistas .....</b>  | 267 |
|          | <b>APÊNDICE B – Lista de Entrevistados .....</b>   | 276 |

## 1 INTRODUÇÃO

Muito embora sempre se tenha tratado de noções como mudança, evolução ou desenvolvimento nas ciências sociais foi apenas na segunda metade do século XX, no período imediatamente posterior a Segunda Guerra Mundial, que tal tema adquiriu proeminência nos debates públicos e passou a ensejar generalizado interesse social e político, quando programas governamentais e debates intelectuais e acadêmicos voltaram-se à questão do desenvolvimento, inclusive no meio rural. A emergência e a legitimidade que a noção de desenvolvimento veio ganhando desde então, motivaram o envolvimento de diversos grupos sociais nos debates sobre o tema, interessados nos benefícios que as mudanças associadas a esta noção possivelmente trariam. Neste sentido, podemos pensar o tema do desenvolvimento rural como uma variante do desenvolvimento *tout court* e considerar dois períodos ou momentos distintos em que as concepções mentais dos intelectuais, políticos e demais atores sociais no Brasil moldaram a ideia de desenvolvimento rural e por ela foram moldadas.

Segundo Navarro (2001), em cada um destes momentos, a ideia de desenvolvimento rural assumiu significados distintos. O primeiro momento, que coincide com os chamados “anos dourados” do capitalismo, toma corpo no início da década de 1950 e se estende até o fim da década de 1970 ou um pouco mais. Neste momento a ideia de “desenvolvimento econômico” transitava em meio a um clima de otimismo quanto às possibilidades de seus resultados práticos e a ideia de “desenvolvimento rural”, por sua vez, estava circunscrita ao processo que se convencionou chamar de “modernização da agricultura”. Naquele contexto, a ideia de modernização agrícola era associada ao aumento da produção e da produtividade entre os agricultores que conseguiam inserir-se na dinâmica do modelo da “Revolução Verde” e a ideia de “desenvolvimento rural” às políticas compensatórias e de redução da pobreza empreendidas pelo Estado, especialmente nas regiões Nordeste e Norte do país, para aqueles agricultores que não se inseriam ou eram excluídos dessa dinâmica. O segundo momento diz respeito à discussão corrente sobre o desenvolvimento rural no Brasil. O tema reemerge no início dos anos 1990, quando a ideia de desenvolvimento ressurgiu justamente em resposta ao clima de pessimismo criado pela frustração em relação aos resultados do período anterior.

De acordo com Schneider (2010), quatro fatores principais parecem ter motivado o despertar de novas discussões e o surgimento de novos olhares acerca do significado do desenvolvimento rural no Brasil neste período. O primeiro, talvez o mais importante, está relacionado à legitimidade social e ao reconhecimento político no seio do Estado adquirido pela agricultura familiar, como categoria social fundamental na construção de um novo

“projeto” de desenvolvimento para o Brasil. O segundo fator, cuja ascensão está intimamente ligada ao primeiro, diz respeito às mudanças nas formas de atuação do Estado e das políticas públicas em relação ao meio rural, através de ações como as de fortalecimento da agricultura familiar, de reforma agrária, de segurança alimentar, etc., que ganha nova expressão com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1998. O terceiro fator está ligado à polarização entre “agricultura familiar” e “agricultura patronal”. Pode-se dizer que, de uma maneira estilizada e que nem sempre reflete a extremamente complexa realidade da “agricultura brasileira”, o discurso legitimador da primeira é construído em torno do seu papel central como produtora de alimentos para o mercado interno em expansão e o da segunda em torno da sua grande capacidade de geração de divisas provenientes da exportação de *commodities* agrícolas. Esta polarização (ou mesmo maniqueísmo) traduz-se em uma acirrada disputa política e ideológica, inclusive por recursos públicos, onde os defensores de cada uma colocam-se como protagonistas de projetos distintos: desenvolvimento rural vs. agronegócio. O último fator refere-se à sustentabilidade e à questão ambiental. O desenvolvimento rural soma-se ao tema da sustentabilidade na medida em que agrega as críticas históricas dos movimentos sociais rurais e das organizações dos agricultores na contestação do modelo da Revolução Verde e na tentativa de superar os seus limites, através de uma mudança no perfil da ação dos mesmos, que além de reivindicar e contestar, também passaram a propor e a atuar ativamente na construção de novos padrões tecnológicos e sociais de agricultura de diversos matizes, como agricultura alternativa, orgânica, biodinâmica, agroecologia, etc.

O que queremos enfatizar é que, conforme se alteram as estruturas econômicas e contextos histórico-sociais e, conseqüentemente, os modos de vida, os hábitos de pensamento e os padrões de comportamento social prevalecentes na sociedade, modificam-se também os conceitos e as visões acerca do que representa o desenvolvimento rural. Neste sentido, os estudos e pesquisas sobre desenvolvimento rural cujo foco esteja nas interfaces entre o papel dos atores sociais e das instituições nos processos de mudança social vêm se revestindo de especial interesse. Essa pesquisa se inscreve nessa perspectiva, de tal forma que a nossa intenção consiste em analisar a heterogeneidade da agricultura familiar e o papel dos atores sociais e das instituições no desenvolvimento rural do Sudoeste do Paraná, focalizando em especial os processos históricos (sociais, políticos e econômicos) protagonizados pelos agricultores familiares e suas organizações para desenvolver a atividade leiteira no território.

Portanto, vale destacar uma observação feita por Schneider (2010) em relação aos estudos e pesquisas sobre o tema do desenvolvimento rural no Brasil. De acordo com este autor, os estudiosos e intelectuais acadêmicos e os mediadores técnicos e políticos, cujas

propostas influenciam amplamente os *policy makers* na formulação das políticas públicas, acabam pautando e conduzindo as discussões e as ações governamentais mais até do que as próprias demandas dos atores e organizações ligados a agricultura familiar e ao meio rural. E assim, reivindica que, se os estudos sobre desenvolvimento rural pretendem orientar-se aos processos de mudança social que incidem sobre o meio rural, eles necessariamente precisam manter uma perspectiva crítica em relação aos seus interlocutores, definindo uma temática própria e não apenas importando os temas postos a partir das políticas públicas e da ação do Estado. Para isso, seria necessária a elaboração de definições mais claras em relação ao escopo desses estudos, buscando explicitar um *corpus* de conceitos, metodologias e experiências empíricas que possam servir de referência ao conjunto dos pesquisadores, para que possam ser replicadas e debatidas sob critérios mais ou menos comuns.

Juntamo-nos àqueles que, como Schneider (2010), partilham da ideia de que papel dos agricultores e de outros atores que atuam no meio rural e que contribuem ativamente nos processos de mudança social ainda tem sido pouco explorado através de análises mais aprofundadas, mas que este parece ser o fulcro de uma proposta teórico-metodológica inovadora para o desenvolvimento rural. Não obstante, também pensamos que o papel dos atores sociais não pode ser adequadamente analisado sem considerar as suas interfaces com o papel das instituições, pois são através delas que ganham vida os processos coletivamente acionados, donde originam-se as causas das mudanças sociais e econômicas: sejam aquelas que ocorrem no meio rural ou aquelas transformações mais amplas em toda a sociedade.

Dito isso, cabem algumas palavras sobre o sentido do título atribuído a este trabalho e a sua relação com o tema da pesquisa. O termo “moinho satânico” foi empregado pelo historiador econômico e fundador da corrente “substancivista” da antropologia econômica, Karl Polanyi, em sua clássica obra *A Grande Transformação*, de 1944.<sup>1</sup> Ao lançar mão deste termo, Polanyi fazia referência a um poema do famoso poeta inglês William Blake (1757-1827), retirado de seu épico *Milton a Poem*, chamado *And did those feet in ancient time*, que posteriormente conhecido como o hino *Jersusalem*, seria musicado e gravado por diversos artistas contemporâneos. Neste poema, Blake usa o termo “*dark satanic mills*”, que foi interpretado como sendo uma referência às mazelas redundantes da Primeira Revolução

---

<sup>1</sup> Para informações sobre a vida e a obra de Karl Polanyi, que por sinal ainda são muito pouco conhecidas no Brasil, bem como as influências intelectuais e teóricas que ele sofreu e também exerceu, sugere-se a leitura dos trabalhos de Block (2003), Burawoy (2003), Maucourant (2005) e Machado (2009). Os trabalhos de Machado (2009), Beckert (2007), Bugra e Agartan (2007) e Mendell (2003) também tratam da importância das contribuições de Polanyi para a teoria social e econômica contemporânea. Em Schneider e Escher (2011) apresentamos resumidamente as referências cognitivas e o quadro teórico-conceitual do autor, e também realizamos uma discussão da contribuição de Polanyi para o avanço dos estudos sobre desenvolvimento em geral e sobre as interfaces entre sistema agroalimentar e desenvolvimento rural no Brasil em específico.

Industrial em curso na Inglaterra de seu tempo, como a pobreza e a injustiça social, o abuso de poder exercido pela Igreja, a destruição da natureza e a degradação humana pela mercantilização decorrente do desenvolvimento capitalista em marcha. Esta interpretação estaria ligada ao destino de um grande moinho de farinha com engrenagens trituradoras tocado por uma máquina a vapor, que teria sido a primeira grande fábrica de Londres, chamada *Albion Flour Mills*. Os donos da tal fábrica eram acusados de adulterar a farinha e de fazer uso de importações de trigo mais barato do exterior. Essas práticas desleais estariam, por um lado, causando a falência dos moinhos tradicionais e, por outro, inviabilizando os produtores de trigo ingleses. Então, em 1791 essa fábrica foi destruída por um incêndio, provavelmente intencional. Naquele contexto, este ato de sabotagem poderia ser interpretado como um “contramovimento”, ou seja, uma ação coletiva dos agricultores e dos artesãos contra os assaltos do “moinho satânico”, buscando defender seus meios de vida contra a ação predatória da fábrica, ícone da grande empresa capitalista em ascensão.

Em Polanyi (2000), como veremos adiante, a ideia de contramovimentos não diz respeito aos atos de sabotagem propriamente, mas às formas de ação coletiva ativadas pelos atores sociais no intuito de proteger o tecido social, a natureza externa ao homem e o próprio processo produtivo dos efeitos negativos do avanço do “livre mercado” sobre os seus meios de sobrevivência e demais esferas da vida social. Segundo o autor, esse tipo de situação expressa o que ele chamou de “duplo movimento”: um processo conjugado de mercantilização das relações sociais e de autoproteção dos indivíduos e coletividades – manifestação mesmo das contradições de uma “sociedade de mercado” cuja economia esteja desenraizada (*disembedded*) dos valores humanos – que é o motor da dinâmica conflituosa e desumanizadora da vida social e econômica sob o capitalismo. Com efeito, os processos de democratização econômica e de valorização do tecido humano e natural, que caracterizam muito do que ora chamamos de “desenvolvimento”, poderiam ser entendidos como resultado de uma transformação nas instituições econômicas (e outras) vigentes.

No decorrer dessa dissertação, argumentaremos que é nestes termos – enquanto um processo instituído de mudança social – que o fenômeno do desenvolvimento rural pode ser entendido em um território específico, cuja característica mais marcante é a presença massiva e historicamente enraizada da agricultura familiar. A formação econômico-social do território do Sudoeste do Paraná se confunde com a própria trajetória dos “colonos” da região Sul do Brasil: agricultores que migraram para o Sudoeste e Oeste do estado do Paraná, por conta de fatores como os limites do seu sistema produtivo, o fechamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e o processo de industrialização em marcha no país. No

Paraná eles buscaram reproduzir a condição camponesa, o modo de vida e o sistema produtivo herdado de seus pais, mas sob circunstâncias historicamente diversas, pois já se encontravam imersos em um ambiente que passava por um crescente e irreversível – porém diferenciado e multifacetado – processo de inserção na dinâmica dos mercados capitalistas em expansão, transformando esses colonos-camponeses em agricultores familiares amplamente mercantilizados. A esta transformação chamamos de “metamorfozes da agricultura familiar”. Contudo, as circunstâncias históricas dessas metamorfoses iriam forjar concepções mentais, comportamentos sociais e formas de conduta muito particulares nestes atores, que ao longo da sua história irão instituir e desenvolver uma série de dispositivos de ação coletiva – mobilizações, movimentos e organizações capazes de contestar, resistir e influenciar a mudança da sua realidade social, política e econômica do território – buscando proteger e garantir as suas condições de existência e reproduzir os seus meios de vida enquanto agricultores familiares produtores de mercadorias, especialmente alimentos.

Assim, designamos como “mercantilização” o processo histórico de integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho propiciada pelo desenvolvimento capitalista e a correspondente vinculação dos mesmos aos mercados de terra, de produtos e de insumos, de crédito e de trabalho, etc. Apesar de o processo de mercantilização – que modifica o modo de vida dos colonos, suas práticas agrícolas, seus padrões de consumo, suas formas de organização da produção e do trabalho, seus princípios de sociabilidade, suas ideias normativas, enfim, seus “estilos de agricultura” – certamente não ser “privilégio” do Sudoeste do Paraná, é necessário reconhecer que tal processo transcorre de maneiras e em intensidades distintas nas diferentes situações históricas e geográficas particulares, produzindo efeitos também múltiplos e desiguais. Ao invés de uma simples imposição estrutural produzida pela homogeneização do modo de produção capitalista, que sufoca os agricultores no interior de um universo de relações mercantis despersonalizadas, a mercantilização se manifesta de maneira diferencial, como resultado das disputas cotidianas entre as classes sociais – especificamente entre frações do capital e do trabalho – na agricultura e no espaço rural, sendo seus reflexos responsáveis por significativa parcela da diversidade expressa nas diferentes estratégias de reprodução dos agricultores, que por sua vez configuram e dão vida a diferentes estilos de agricultura familiar e a específicos dispositivos de ação coletiva historicamente instituídos pelos atores sociais envolvidos.

A escolha do Sudoeste do Paraná, como uma realidade empírica a ser estudada, naturalmente possui algumas motivações e precisa ser justificada. É importante informar o leitor que uma motivação pessoal jogou um papel fundamental nessa escolha. O autor nasceu

e viveu até há poucos anos no lugar que agora se lhe apresenta como objeto de estudo. Mais especificamente no município de Francisco Beltrão. Não bastasse, é filho de um daqueles “colonos” que, no início da década de 1960, junto com seus pais e seus muitos irmãos, enfim, sua família, migrou do Norte do Rio Grande do Sul rumo ao Sudoeste do Paraná, em busca de uma oportunidade para que pudessem reproduzir a sua condição enquanto agricultores em uma nova terra, haja vista que essa possibilidade lhes era impraticável no seu estado de origem. Inclusive, vários fatos e processos históricos narrados e analisados nessa dissertação, em certo sentido tratam de uma reconstituição da própria história familiar, na medida em que os pais e parentes do autor foram atores ativos, pois participaram das organizações e se envolveram em muitas das ações que ora caracterizamos como “contramovimentos”, sendo que, ainda hoje, têm uma vida econômica, social e política vinculada à agricultura familiar.

Porém, além dessa motivação de cunho pessoal, a realização deste trabalho, assim imaginamos, possui três justificativas sobre a sua relevância e pertinência. Para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2009), o Sudoeste Paranaense representa uma das dez “mesorregiões geográficas” do estado do Paraná e é composto por 42 municípios pertencentes a quatro microrregiões: Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco e Palmas. Entretanto, destaca-se que para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Sudoeste Paranaense é composto por apenas 37 municípios, pois a microrregião de Palmas é considerada como pertencente ao Centro-Sul Paranaense. Mas, apesar da clara diversidade existente entre os municípios das três primeiras microrregiões e os da última, existe uma forte identidade cultural historicamente enraizada em uma série de instituições sociais, eventos históricos e sentimento de origem comuns, o que atribui uma certa unidade a essa formação territorial. O Sudoeste está localizado no Terceiro Planalto Paranaense, com uma área de 17.043 km<sup>2</sup>, o que representa quase 10% do total da área do estado. De acordo com IPARDES (2009), a sua população em 2007, totalizava 595.573 habitantes, sendo que 392.301 (66%) localizavam-se nas áreas urbanas e 203.272 (34%) nas áreas rurais; havendo, contudo, uma distribuição marcada por um maior ou menor grau de urbanização de acordo com as características específicas de cada município.<sup>2</sup> O IDH dos municípios do território, no ano de 2000, variava entre 0,696 e 0,804, com média de 0,755, portanto, menor do que a observada nos níveis nacional (0,764) e estadual (0,786). Na Figura 1, abaixo reproduzida, aparece em vermelho os trinta e sete municípios das três

---

<sup>2</sup> Os dois maiores municípios do Sudoeste do Paraná, Francisco Beltrão e Pato Branco, que, segundo os dados do IBGE (2007) representam aproximadamente 23% da população total do território, com respectivamente 84% e 93% de sua população em áreas urbanas, afetam positivamente os índices de urbanização. Assim, se para fins analíticos retirarmos os dois municípios, a população rural do Sudoeste Paranaense seria de 41%.



primeiras microrregiões reconhecidas pelo IBGE e, logo à direita, os cinco municípios que compõem a microrregião de Palmas. O primeiro motivo, então, diz respeito à especificidade da formação histórico-social do território do Sudoeste Paranaense, que apresenta algumas das características marcantes do processo de colonização da região Sul do Brasil, ao ter viabilizado o acesso a terra via titulação da propriedade aos posseiros originários do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o que reveste de interesse o seu caso.

**FIGURA 1** – Sudoeste Paranaense – localização geográfica.



Fonte: MESORREGIÃO do Sudoeste Paranaense (2011).

Assim, após o início da colonização em meados dos anos 1940 e de um violento processo de luta pela terra no final dos anos 1950, formou-se uma agricultura familiar com características particulares no Sudoeste (FERES, 1990; GOMES, 1987), que teve a sua economia dinamizada, sobretudo, pela atividade agropecuária. Mas a partir do início da década de 1970 as atividades agroindustriais também passaram a desempenhar um papel central na sua dinâmica econômica (IPARDES, 2009). Desde então, ao longo dos anos 1980 e 1990, o Sudoeste Paranaense tem passado por um profundo processo de transformação da base econômica e produtiva, com a introdução de uma nova dinâmica agropecuária que se intensifica ao longo das décadas de 1990 e 2000, ligada à expansão na produção de grãos (principalmente soja e milho), de carnes (aves e suínos), de leite e da presença de grandes empresas agroindustriais, configurando longas cadeias produtivas voltadas tanto ao mercado

interno quanto à exportação.<sup>3</sup> Desenvolvem-se também diversas outras atividades nos ramos industriais e de serviços voltadas para atender às demandas da agropecuária, bem como em ramos que não possuem relação direta com as atividades rurais.<sup>4</sup> Por isso, o segundo motivo alegado é que, por ser uma espécie de “síntese” do desenvolvimento do capitalismo no Sul do Brasil, a agricultura familiar do Sudoeste integrou-se econômica e politicamente de uma forma peculiar, apresentando, por um lado, uma trajetória específica no seu processo de mercantilização e diferenciação e, por outro, uma diversidade de práticas e processos mobilizados pelos agricultores, que potencializam a emergência do desenvolvimento rural.

Em terceiro lugar, cabe destacarmos que este trabalho virá somar-se aos esforços do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), contribuindo na produção do conhecimento sobre os seus objetos de estudo na Região Sul do Brasil, como os processos de reprodução e de diferenciação da agricultura familiar e os seus impactos sobre as dinâmicas territoriais de desenvolvimento, bem como o papel das instituições, dos atores sociais e das organizações nesses fenômenos e processos.<sup>5</sup> Salienta-se que, neste sentido, valemo-nos de uma base de dados do GEPAD, sobre a agricultura familiar do município de Itapejara d’Oeste, no Sudoeste do Paraná. Em 2007, o município possuía 10.537 habitantes, sendo que 6.553 (62%) viviam em áreas urbanas e 3.974 (38%) em áreas rurais. O seu IDH em 2000 era 0,786, igual a média do estado do Paraná e maior que a do Sudoeste, o que indica a ocorrência de um nível de desenvolvimento relativamente elevado (IBGE, 2000). Essa base de dados – cuja forma de tabulação e nível de detalhamento permite-nos aprofundar aspectos que os dados do Censo Agropecuário não permitem – foi levantada por Miguel Perondi (2007), quando da realização de sua pesquisa de doutorado, no mesmo Programa de Pós-Graduação (PGDR).

---

<sup>3</sup> Quanto a composição do PIB do Sudoeste do Paraná para o período de 1997 a 2004, o setor de serviços tem diminuído sua participação de 41,6% para 32,8%, o industrial tem apresentado um leve crescimento, de 25,7% para 27,2%, e o agropecuário cresceu de 31,2% para 41,4%, evidenciando o perfil dinâmico da agricultura na economia regional. Contudo, tem-se verificado um processo de diversificação econômica, particularmente com o crescimento no setor metalúrgico e eletroeletrônico (IPARDES, 2004).

<sup>4</sup> Segundo dados do IPARDES (2004, p. 85), em 2004 o Sudoeste do Paraná abrigava 8 unidades de abate e processamento de aves, 30 laticínios, 23 frigoríficos para abate e processamento de suínos e bovinos, 8 empresas ligadas à produção de ração animal, em especial para aves, 101 serrarias, 34 estabelecimentos para a produção de lâminas e chapas de madeira, dentre outros empreendimentos que estabelecem relação direta com as atividades agropecuárias. Ressaltamos que uma parcela das empresas ligadas aos segmentos de siderurgia, metalúrgica e usinagem de metal (48), de ferramentas, ferragens, funilaria e cutelaria (43) e embalagens plásticas (7) também possui determinada relação com as demandas do setor agropecuário. Para uma análise histórica aprofundada sobre o processo de industrialização no Sudoeste do Paraná, ver Flores (2009).

<sup>5</sup> O grupo tem realizado uma série de trabalhos nestes temas, como Plein (2003), Gazolla (2004), Radomsky (2006), Conterato (2008), Niederle (2007), Mello (2009) e Perondi (2007), entre outros.

Atualmente, a participação da agricultura familiar é predominante na produção dos principais produtos agropecuários do Sudoeste. De acordo com o último Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009), a agricultura familiar possui 88,8% dos 44.479 estabelecimentos rurais e 48,42% da área de terra, sendo responsável por 66% do valor bruto da produção agropecuária (VBP), 63% do VBP animal, 70% do VBP vegetal e 73% do VBP de agroindústria rural. Cerca de 90% do VBP do conjunto de produtos como fumo, mandioca, laranja e cana, 71,6% de suínos, 67,1% de soja, 64,1% de aves, 55,6% dos bovinos de corte e 76% do leite provém da agricultura familiar. As atividades ligadas à produção de aves, soja, milho e leite são as mais representativas quanto à ocupação e à renda das famílias agricultoras, bem como as atividades que as integram às cadeias agroindustriais mais concentradas, oligopolizadas e financeirizadas. Mas, o que realmente chama atenção é que, decorrido mais de meio século desde o início da ocupação e colonização do território – com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e dos processos de mercantilização, tecnificação e especialização da agricultura –, ao contrário do que se poderia esperar, a densidade da população rural da região Sudoeste mantêm-se o dobro da média do estado do Paraná, o que, segundo Schneider e Blume (2004a), permite caracterizá-la como uma região “predominantemente rural”.

Além disso, Perondi (2007) mostra que a diversidade dos meios de vida dessa população conformou um sistema produtivo relativamente diferenciado, com distintas formas de inserção mercantil da sua agricultura familiar. Como também comprovam os trabalhos de IPARDES (2009), Schneider e Blume (2004) e Schneider *et al.* (2007), o Sudoeste do Paraná apresenta indicadores de desempenho social, demográfico, político-institucional, econômico, ambiental e cultural que permite-nos dizer que se trata de um território predominantemente rural, mas bastante dinâmico em relação a maioria dos diversos “territórios rurais” do Brasil. Todavia, é uma região dependente das cadeias agroalimentares globais e dos capitais industriais, comerciais e financeiros, e dos nexos institucionais que lhes correspondem. Por estar à mercê dos assaltos do “moinho satânico”, para usarmos o termo de Polanyi (2000), ou dos “Impérios Alimentares”, como se refere Ploeg (2008), o Sudoeste é constantemente sujeito a diversas crises agrícolas e agrárias, incorrendo em uma série de constrangimentos e restrições.<sup>6</sup> O que vêm impondo uma crescente perda da autonomia dos agricultores em seus

---

<sup>6</sup> A noção de Impérios Alimentares, de Ploeg (2008), serve como um interessante dispositivo heurístico para caracterizar os nexos institucionais que vinculam os diversos capitais à dinâmica dos mercados globalizados. Sua expressão são as grandes empresas do ramo agroalimentício e suas articulações, capazes de ordenar e organizar grandes domínios do mundo social e do mundo natural, sujeitando-os a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva do valor produzido na agricultura, como um princípio que governa de forma cada vez mais efetiva a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos. No Sudoeste, segundo Borges, Ortiz e Nunes (2009), isso incorre em constrangimentos e restrições como: a

processos decisórios quanto à organização do trabalho, da produção e da comercialização, bem como uma notável susceptibilidade às variações cíclicas, como choques nos preços e demais condições de mercado, frente à liberalização, desregulamentação e financeirização do atual “capitalismo globalizado”, como mostrou Silva (2011). Por outro lado, Gomes (1987), Feres (1990), Alves (2008) e outros, atestam que o Sudoeste Paranaense também é uma região que historicamente apresenta uma enorme protagonismo e capacidade de reação e adaptação, denotando a força dos atores ligados a agricultura familiar em resistir, contestar e protestar, mas também em mobilizar, propor e criar movimentos sociais e organizações econômicas.

Desta forma, na busca por uma interpretação da trajetória de mercantilização e da emergência de processos de desenvolvimento rural no Sudoeste Paranaense, torna-se premente compreendermos as estratégias de reprodução da agricultura familiar e suas implicações na dinâmica do território, bem como as manifestações coletivas dessas iniciativas no plano institucional. Assim, nesta pesquisa pretendemos analisar as formas de reação e adaptação dos agricultores, observando, por um lado, as características técnico-produtivas que se refletem na diversificação de seus “estilos de agricultura” e, por outro, o processo de constituição e fortalecimento de dispositivos de ação coletiva – movimentos sociais, Ong’s, sindicatos, associações e cooperativas – que buscam regular a inserção dos agricultores nos mercados, na dinâmica econômica e na própria dinâmica sociopolítica do território, a fim de contrabalançar a correlação de forças entre os grupos e classes sociais do mesmo.

Do ponto de vista da metodologia, essa dissertação pode ser compreendida como um “estudo de caso”, que foca o território do Sudoeste Paranaense em geral e o município de Itapejara d’Oeste em específico. O município apresenta indicadores demográficos e fundiários muito próximos da média dos municípios que compõem o Sudoeste do Paraná, e condições produtivas, econômicas, sociais, ambientais e institucionais representativas da dinâmica do território, conforme Perondi (2007). Optamos pelo método de estudo de caso basicamente porque ele se mostra bastante apropriado para o aprofundamento de temáticas e problemas de grande amplitude e complexidade. De acordo com Yin (2001), esta estratégia de pesquisa permite investigar as interfaces entre o fenômeno estudado e o contexto em que ele ocorre, pois o primeiro não pode ser compreendido sem que se compreenda o segundo, na medida em que ambos se determinam mutuamente, configurando uma totalidade dialética em movimento.

---

degradação ambiental causada pelos resíduos das atividades agroindustriais; a concentração do valor apropriado por empresas oligopólicas no setor agroindustrial; a exclusão socioeconômica dos agricultores não integrados contratualmente a essas empresas; e a alta dependência tecnológica incorrida pelos agricultores integrados, conjugada ao contínuo aumento dos custos de produção em detrimento dos preços reais recebidos pelos produtos agrícolas.

Para podermos operacionalizar o estudo de caso sobre a mercantilização da agricultura familiar e o papel dos atores sociais e das instituições nos processos de desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná, precisamos definir uma problemática, que se expressa objetivamente através de uma questão, a qual orientou todo o nosso processo de pesquisa. Em que medida os movimentos sociais rurais e as organizações econômicas dos agricultores familiares do Sudoeste do Paraná configuram-se como instituições que refletem os efeitos do processo de mercantilização da agricultura e do espaço rural no território? E, de que forma essas instituições constroem um repertório de ações, práticas e iniciativas que se traduzem em “contramovimentos”, em estratégias coletivamente deliberadas indutoras de processos concretos de mudança social que podem ser caracterizados como de desenvolvimento rural?

A emergência de processos de desenvolvimento rural, que supomos existir no Sudoeste do Paraná, está circunscrita ao próprio processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, às suas consequências e efeitos sobre a agricultura e o espaço rural e às ações, práticas e iniciativas que os agricultores familiares vêm realizando em resposta a essas consequências e efeitos. Conforme imaginamos, duas causas parecem explicar a heterogeneidade da agricultura familiar e do meio rural no Sudoeste Paranaense: a sua crescente mercantilização, por conta da inserção dos agricultores na dinâmica da economia capitalista, enquanto trabalhadores, produtores de mercadorias e demandantes de insumos e tecnologias; e as estratégias de reprodução que os mesmos foram estabelecendo como reação a este processo ou mesmo para adaptarem-se a ele. Assim, com as mudanças mais amplas no ambiente social e econômico, determinados tipos de práticas, condutas, rotinas, estratégias e formas de organização social vão sendo construídas pelos agricultores ao longo da história, de acordo com as circunstâncias e possibilidades que se lhes apresentam em cada contexto.

Como veremos ao longo do texto, desde o final da década de 1980 e início da década de 1990, tem havido mudanças nas formas de organização dos agricultores familiares. Até aquele período, os processos e formas organizativas dos agricultores assumiam um caráter basicamente contestatório e uma postura mais crítica e reivindicativa. Mas, depois desse período, com todas as mudanças políticas e econômicas que se sucederam no Brasil e no mundo, eles vêm assumindo um caráter propriamente econômico e uma postura mais pragmática, propositiva e proativa. Como demonstram Abramovay, Magalhães e Schröder (2005), as chamadas cooperativas da agricultura familiar, especialmente as de crédito e de leite, parecem ser as organizações que vêm ganhando maior evidência e exercendo maior protagonismo nas ações que impactam concretamente sobre o território, ainda que outras instituições, de caráter essencialmente político, continuem a exercer um papel fundamental.

As hipóteses formuladas a seguir servem como uma resposta provisória à questão de pesquisa e podem ser consideradas uma espécie de “fio condutor” da nossa investigação. De acordo com a primeira hipótese, mesmo no caso de uma agricultura familiar mercantilizada, cuja ruralidade é certamente heterogênea, transpassada e permeada pela sociabilidade capitalista moderna, a identidade territorial dos agricultores familiares, constituída através de episódios históricos, de sentimento de origem e trajetórias comuns e de valores partilhados, mantém-se enraizada nas suas concepções mentais, permitindo que as estratégias familiares postas em prática pelos mesmos, ganhem uma dimensão social mais alargada, indo além das formas de organização da produção e do trabalho nas propriedades rurais ao institucionalizarem-se na forma de dispositivos de ação coletiva. Esse é o caso da atividade leiteira, que ao ser percebida como estratégica para a reprodução das famílias agricultoras, ganha expressão institucional através da organização do Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (SISCLAF), um dispositivo coletivo de ação econômica. O assim chamado “novo cooperativismo” da agricultura familiar e economia solidária emerge de um intenso processo de aprendizagem coletiva e as suas iniciativas representam uma inovação fundamental para a ocorrência de processos de desenvolvimento rural no território.

A nossa segunda hipótese assevera que, entretanto, as práticas, as ações e as iniciativas do SISCLAF e do novo cooperativismo, não têm se traduzido necessariamente no estabelecimento de uma estratégia coletivamente deliberada de desenvolvimento rural, assentada no fortalecimento da atividade leiteira. Isso ocorre porque a integração entre os ramos cooperativos e a articulação destes com os outros atores e instituições do território são deveras instáveis no plano econômico e mais ainda no plano político. Não há clareza sobre o lugar que cada organização ocupa na correlação de forças entre os grupos e classes sociais do território e na definição dos seus respectivos papéis na dinâmica do mesmo. Por isso, há uma grande dificuldade para projetar e empreender ações que conduzam a atividade leiteira para além de determinadas reações às contingências de um ambiente marcado por forte incerteza.

No intuito de responder satisfatoriamente o problema de pesquisa, perseguimos um objetivo geral, que é analisar a diversidade da agricultura familiar e os modos com que os atores sociais foram respondendo às circunstâncias redundantes do crescente processo de mercantilização da agricultura e do espaço rural, tanto em termos de práticas técnico-produtivas como em termos organizativo-institucionais. Para ser mais bem operacionalizado, esse objetivo geral foi desdobrado em três objetivos específicos: (1) caracterizar e analisar o processo histórico de mercantilização da agricultura e do espaço rural e os dispositivos de ação coletiva instituídos pelos agricultores familiares como resposta a este processo; (2)

identificar a diversidade da agricultura familiar resultante da interação entre a mercantilização diferencial e as diferentes estratégias de reprodução adotadas pelas famílias, criando uma tipologia e verificando a importância econômica da atividade leiteira dentro de cada “estilo de agricultura familiar”; (3) analisar o papel do Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (SISCLAF) na promoção da atividade leiteira, enquanto uma estratégia territorial de desenvolvimento rural, a partir da caracterização das ações, práticas e iniciativas e da descrição das rotinas dessa instituição.

Para responder as questões propostas e cumprir os objetivos determinados, realizamos uma pesquisa onde utilizamos conjuntamente técnicas quantitativas e qualitativas e dados provenientes tanto de fontes primárias como secundárias. As técnicas quantitativas são apropriadas tanto para a análise das mudanças estruturais do país, do estado, da mesorregião e dos municípios, por exemplo, através da observação de séries históricas; quanto para a análise de aspectos micro, relacionados ao comportamento dos indivíduos que formam uma família ou as características da mesma. As técnicas qualitativas, por sua vez, nos permitiram identificar hábitos, valores, crenças, atitudes, motivações, intenções, ideias e opiniões dos atores individuais, bem como rotinas, estratégias, objetivos e outros atributos das instituições.

Por um lado, cercamo-nos de um conjunto de dados estatísticos provenientes das seguintes fontes secundárias: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente os Censos Demográficos de vários anos, Censos Agropecuários de vários anos, e Pesquisa Pecuária Municipal do ano de 2009; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), cuja base de dados sobre a balança comercial brasileira para leite e derivados organizada pelo Milkpoint nos foi gentilmente cedida; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), basicamente as séries históricas de dados sobre a atividade agropecuária regional, tabuladas pelo Instituto e disponíveis em seu site para pesquisas online. Estes dados foram todos tabulados e tiveram seus resultados elaborados na forma de tabelas e gráficos através do *software Microsoft Office Excell 2003*. Ademais, constam diversas tabelas e dados compilados por autores que tiveram seus trabalhos já publicados, sendo que, nestes casos, naturalmente são citadas as suas respectivas fontes.

Também utilizamos uma base de dados primários pertencente ao GEPAD e levantada pelo professor Miguel Perondi, no âmbito do projeto Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Pluriatividade (UFRGS; UFPEL; CNPQ, 2003), pela ocasião da sua pesquisa de doutorado, sendo que a descrição de toda a metodologia utilizada encontra-se exposta na sua tese (PERONDI, 2007), dispensando-nos desse trabalho. Em resumo, trata-se da aplicação de 100 questionários estruturados em uma pesquisa amostral realizada com 10,3% da população

de “famílias de agricultores familiares” do município de Itapejara d’Oeste, no ano agrícola 2004-2005, pelo critério de “Amostragem Sistemática por Comunidade”. Este banco de dados foi tabulado pelo próprio autor através do *software* SPSS (*Statistical Package for Social Science*). Nós também utilizamos este mesmo *software* para realizar uma série de análises e elaborar gráficos e tabelas. Cabe deixar claro que todos os valores foram corrigidos pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e atualizados para o mês de janeiro de 2010.

Por outro lado, nos valem de dados primários para a pesquisa qualitativa. A principal técnica para a coleta de dados qualitativos consistiu na realização de uma série de dezenove entrevistas semi-abertas com interlocutores-chave (Apêndice B), utilizando um roteiro padronizado (Apêndice A), com questões gerais adaptadas de acordo com a ocasião. As entrevistas foram realizadas entre os dias 18 de agosto a 23 de setembro do ano de 2010, em vários municípios do Sudoeste do Paraná e os informantes eram basicamente de quatro categorias distintas: dirigentes de organizações da agricultura familiar (sindicatos, cooperativas, ong’s); consultores ou mediadores (agrônomos, veterinários, zootecnistas, sociólogos, etc.); empresas privadas da área tecnológica voltadas para a atividade leiteira; e órgãos públicos (EMATER-PR). Essas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. A categorização e análise deste material foi realizada por meio da utilização do *software* QSR N-Vivo 8. O resultado dessa análise encontra-se distribuído por praticamente todo o texto, inclusive com a ampla transcrição literal de vários excertos. Através destas transcrições, por vezes bastante extensas, procuramos evidenciar as concepções mentais, as ideias, as opiniões e os discursos dos atores, haja vista que praticamente todos os entrevistados são conhecedores ou mesmo tiveram participação direta ou muito próxima dos processos sociais analisados na pesquisa. Além das entrevistas também participamos de dois eventos, um Encontro de 15 Anos do Sistema Cresol (dias 03 e 04 de junho de 2010) e uma Reunião do Fórum das Cooperativas de Leite do Paraná (dia 26 de agosto de 2010), onde utilizamos de maneira sistemática as técnicas de observação direta e de diário de campo.

O resultado disso foi um significativo esforço de triangulação metodológica, a partir da utilização de vários instrumentos de coleta e fontes de dados, vislumbrando a realidade sob vários ângulos e interligando componentes que, de outra maneira, poderiam comportar tão somente uma parte desconectada do todo. Assim, buscou-se confirmar respostas e opiniões, confrontar informações, encontrar concordâncias e discordâncias e esclarecer dúvidas.

Quanto às unidades de análise privilegiadas, elas são basicamente três: (1) as famílias rurais, separadas numa operação heurística entre unidade produtiva e unidade doméstica



(SCHNEIDER, 2009a); (2) as instituições, em suas diversas manifestações empíricas (HODGSON, 1998, 2004a); e (3) o território, em suas diferentes escalas (SAQUET, 2009; SCHNEIDER *et al.*, 2007). Não avançaremos com maiores explicações sobre cada uma dessas unidades neste momento, pois todas serão sobejamente analisadas no segundo capítulo, onde além de ser exposto o referencial teórico também são realizadas digressões metodológicas. Ademais, conforme forem surgindo problemas que demandem soluções de caráter metodológico, explicações e detalhamentos serão realizados ao longo dos capítulos.

Além da introdução, que consta como o primeiro capítulo, a dissertação é composta por mais quatro capítulos, sendo que no quinto constam as considerações finais. No segundo capítulo são apresentados os conceitos e o referencial teórico que orienta todas as análises realizadas nos capítulos posteriores. No terceiro capítulo analisamos o processo de ocupação e colonização do Sudoeste do Paraná, a modernização da agricultura e o processo organizativo dos agricultores familiares ao longo de um período histórico que vai do final da década de 1940 até a presente década do século XXI. Neste capítulo procuramos sempre considerar as interfaces entre a mercantilização e as metamorfoses da agricultura familiar, o papel dos atores e das instituições e o próprio desenvolvimento capitalista no Brasil. No quarto capítulo aprofundamos uma série de elementos considerados centrais para compreender a possibilidade de ocorrência de algum processo que possamos caracterizar como de desenvolvimento rural. Primeiro, analisamos a diversidade da agricultura e as diferenças que caracterizam as famílias, levando em conta as diferentes ocupações agrícolas e não agrícolas em que se inserem, caracterizando o fenômeno da pluriatividade; identificamos os diferentes estilos de agricultura familiar a partir de uma técnica de estatística multivariada conhecida como análise de agrupamentos ou *cluster*; e demonstramos a importância econômica e os graus de mercantilização da atividade leiteira em cada estilo. Depois, analisamos, em uma perspectiva histórica, as transformações pelas quais a atividade leiteira tem passado durante toda a história do Sudoeste Paranaense. E, por fim, detalhadamente descrevemos e analisamos a história institucional de uma organização específica: o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar - SISCLAF. No quinto capítulo estão as considerações finais, onde, ao mesmo tempo em que recapitulamos os resultados da pesquisa empreendida nessa dissertação, também retomamos a análise de algumas questões teóricas, buscando destacar o que julgamos serem as principais contribuições do aporte analítico proposto e indicar alguns pontos passíveis de avanço teórico e empírico em uma futura agenda de pesquisas.

## **2 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: REFERÊNCIAS TEÓRICAS E APORTE ANALÍTICO**

O objetivo deste capítulo é discutir e propor um referencial teórico adequado e pertinente para a análise da agricultura familiar e do desenvolvimento rural, no que diz respeito às interfaces entre o papel dos atores e o papel das instituições nos processos de mudança social. Devido à complexidade do tema em pauta, procuramos delimitar um quadro conceitual flexível e aberto, combinando contribuições de disciplinas e perspectivas teóricas diversas, mas que confluem para o seu entendimento. Da economia política, buscamos apoio nas contribuições de Karl Marx (e dos Neomarxistas) e também no Institucionalismo-Evolucionário de Thorstein Veblen e Karl Polanyi, que ganha uma atualização no trabalho de Geoffrey Hodgson. Da sociologia, apropriamo-nos de uma série de elementos das contribuições da Perspectiva Orientada aos Atores (POA) de Nornan Long e Jan Douwe van der Ploeg e da Sociologia Econômica, especialmente na versão de Jens Beckert. Também buscamos no conceito de território, tão caro à moderna geografia, alguns elementos que nos permitisse avançar na construção de uma abordagem territorial do desenvolvimento rural.

Além desta introdução, o capítulo está estruturado em três seções. Inicialmente, na seção 2.1 procuramos explicitar o nexo conceitual entre as instituições (e sua evolução) e os processos de desenvolvimento. Entendemos que, na medida em que as estruturas sociais são constituídas por instituições, e que estas mudam como resultado das interações entre os atores, o desenvolvimento pode ser analisado como um processo instituído de mudança social. Em seguida, na seção 2.2 procuramos estabelecer elementos para um estatuto conceitual da agricultura familiar. Acreditamos que os elementos considerados sejam adequados para entender a reprodução, as transformações e a diversidade das formas familiares de organização do trabalho e produção no meio rural, decorrentes da integração das mesmas à economia e à sociedade capitalista, bem como o papel dos agricultores familiares enquanto atores sociais fundamentais na criação de certas instituições que estão na base dos processos de desenvolvimento rural. Por fim, em 2.3 esboçamos uma abordagem territorial do desenvolvimento rural, a partir de uma conceituação propriamente teórica e analítica do território, buscando apreender a dinâmica do espaço rural a partir de duas classes de fatores intrinsecamente conectados, que constantemente transformam e reconfiguram as características e atributos do mesmo: as suas articulações externas com a economia e a sociedade, num contexto de mercantilização diferencial e de globalização; e os seus determinantes internos, relativos aos modos de interação entre os atores que nele vivem e organizações que sobre ele atuam.

## 2.1 A EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Nasceu nos anos 1950, no período do pós-guerra, uma disciplina no interior da chamada ciência econômica, a Economia do Desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1982). O mesmo ocorreu nas ciências sociais, com o surgimento da Sociologia do Desenvolvimento (DURAND, 1967). Não obstante a variedade de abordagens teóricas que compunham essas disciplinas, de modo geral todas elas partilhavam da crença na possibilidade de superação do “subdesenvolvimento” através da industrialização, tendo como modelo os países capitalistas avançados. É notável que todos os autores partilhavam de um mesmo ideal de “progresso” e praticamente todos tinham o Estado como referência central para a promoção do desenvolvimento econômico dos países.<sup>7</sup> Tanto isso é verdade, que a ascensão das disciplinas esteve fortemente ligada ao seu impacto nas políticas econômicas dos “anos dourados” do capitalismo e nos discursos políticos baseados na “ideologia desenvolvimentista” – com forte apelo no Brasil – dentro do contexto de Guerra Fria na economia política mundial.<sup>8</sup>

O fato é que as promessas de distribuição dos frutos do desenvolvimento não se concretizaram e tão logo o vigor do crescimento econômico começou a se esgotar assistiu-se também um declínio no prestígio das disciplinas. Nesse período, entre meados dos anos 1960 e fim dos 1980, o capitalismo mundial enfrentava graves crises que acarretaram mudanças nos regimes de acumulação de capital, nos padrões concorrenciais e tecnológicos, nas relações de trabalho e nas finanças em nível global. Assim, desde o final da década de 1980 e mais intensamente ao longo da década de 1990, tem-se a ascensão da “ideologia neoliberal” e das instituições e políticas econômicas do assim chamado “Consenso de Washington”<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Segundo a proposição de Bonente e Filho (2008), a qual subscrevemos, é possível classificar os autores “desenvolvimentistas” em dois grupos. O primeiro grupo seria associado às teorias *mainstream* do crescimento econômico em geral, como Robert Solow, Ragnar Nurkse, Paul Rosenstein-Rodan, Artur Lewis e Walter W. Rostow. O segundo grupo, crítico ao primeiro, incluiria desde marxistas como Paul Baran e Paul Sweezy, institucionalistas como Albert Hirschman e Gunnar Myrdal, estruturalistas da CEPAL como Celso Furtado, Raul Prebisch e Maria C. Tavares, e as diversas versões da Teoria da Dependência.

<sup>8</sup> O “desenvolvimentismo” no Brasil – como ideologia política e prática governamental visando à defesa da indústria, o intervencionismo pró-crescimento e o nacionalismo – tem raízes mais antigas do que as teorias econômicas e sociológicas do desenvolvimento. Fonseca (2004) argumenta que as ideias de suas correntes precursoras – os nacionalistas, os defensores da indústria, os papelistas e os positivistas – se mesclaram e se adaptaram, constituindo um novo ideário já no início da década de 1930. Também aponta o governo de Getúlio Vargas, quando presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 1928, ainda na Primeira República, como a primeira experiência histórica desenvolvimentista no país. Fatos estes que representariam apenas uma “curiosidade histórica” ou um “diletantismo acadêmico”, “não fosse seu principal agente o personagem central da política brasileira de aí em diante, bem como se tratar do projeto norteador das grandes transformações econômicas, políticas e sociais do país pelo menos pelas cinco décadas seguintes.” (FONSECA, 2004, p.20).

<sup>9</sup> Ver Harvey (2005) sobre os marcos históricos do “neoliberalismo” e Pereira (2006) e Chang (2009) sobre as principais instituições e políticas econômicas que têm sustentado a ordem mundial, no que toca à relação entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, bem como e os padrões de crescimento econômico (ou de entrave ao crescimento) impostos pelos primeiros aos segundos, em nível global.

Entretanto, desde o início de século XXI, parece estar havendo uma gradual retomada dos debates sobre o desenvolvimento e uma renovação do interesse pelo tema, que voltou a ganhar espaço nas agendas de pesquisa dos cientistas sociais e a atrair considerável atenção dos *policy makers*. Por um lado, com a queda do Muro de Berlin e o fim da Guerra Fria, veio o esgotamento da polarização ideológica entre comunismo e capitalismo, assim como dos modelos econômicos inspirados no keynesianismo e nas políticas de *welfare state* nos países capitalistas avançados e dos regimes estatistas conhecidos como “socialismo real” nos países ex-comunistas. Por outro lado, a ideologia neoliberal vem perdendo força e, em decorrência da crise societal ora instaurada, é possível sustentar que a partir do final dos anos 1990, aqui e acolá, vêm surgindo diversas reações, críticas e contestações às promessas não cumpridas pelo neoliberalismo (CHANG, 2009; DUPAS, 2006; HARVEY, 2005; STIGLITZ, 2002).

Em contraponto a estes eventos e crises, estudiosos, instituições e *policy makers* passaram a indicar a necessidade de retomar alguns dos velhos ensinamentos sobre o lugar do planejamento e o papel do Estado nos processos de desenvolvimento. Mas este momento difere significativamente do desenvolvimentismo das décadas de 1950 e 1960 (PEREIRA, 2006). Há algo de novo, que se refere, entre outras características e aspectos, ao consenso em torno da importância do papel das organizações e dos atores da sociedade civil na regulação dos mercados e do próprio Estado (JESSOP, 2007). Isto ocorre, por exemplo, em relação aos temas ligados a questão ambiental e a sustentabilidade (ALMEIDA; NAVARRO, 2009) ou àqueles ligados a crise financeira e econômica mundial, que tem suas raízes na desregulamentação das finanças globais, devido largamente a ausência de regulação do Estado e a conduta especulativa dos agentes que atuam nos mercados financeiros (ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 2008, 2010). É sabido e reconhecido que se trata de problemas cujas soluções passam pela presença direta e proativa do Estado, mas também é igualmente consensual que as organizações não governamentais e os atores da sociedade civil organizada, assim como o próprio setor privado, não podem ser deixados de fora dos processos de discussão, de tomada de decisão e de execução de medidas práticas.

Enfim, nos dias atuais, o tema do desenvolvimento tornou-se mais complexo, ao tomar para si um conjunto mais amplo de questões do que as originalmente formuladas. Para tentar dar conta dos grandes problemas do mundo contemporâneo – como desigualdade, pobreza e fome, questão ambiental, mudanças climáticas e sustentabilidade, crise financeira, recessão econômica e desemprego, etc. – reemerge e volta à cena o debate sobre o desenvolvimento, não sem adjetivações e qualificações, que muitas vezes pouco ajudam em seu entendimento, mas que conferem ao termo uma suposta multiplicidade e uma certa polissemia (RIST, 2007).

Não obstante, o desenvolvimento é um “fenômeno de natureza social, pois existe à medida que é percebido como uma situação que envolve uma determinada coletividade humana que realiza um conjunto de ações que produzem relações e interações práticas, normativas, cognitivas e simbólicas que visam o seu bem estar.” (SCHNEIDER, 2007, p.4).

Neste contexto, o desenvolvimento aparece como uma construção social legitimada no campo político e ideológico como uma representação da realidade que denota uma situação ou condição positiva ao país ou região à que o termo se refere e cuja arbitrariedade intrínseca é historicamente significada pelos atores sociais envolvidos. Contudo, para irmos além desta constatação, se faz necessário desconstruir essas representações, descobrir os fatores que causam as mudanças na sociedade e entender como essas mudanças ocorrem. Segundo Escobar (2000), além de desvendar os processos econômicos, sociais e políticos por detrás da arbitrariedade intrínseca à idéia positiva de desenvolvimento, importa mostrar a quem se dirige e quem se beneficia deste discurso interpretativo. Para isso, mais importante do que atribuir adjetivos ao desenvolvimento, é desvelar os sentidos deste fenômeno. Nesta direção, Alan Thomas (2000, p.777) afirma que, no mundo contemporâneo, é possível distinguir três sentidos mutuamente conectados do termo desenvolvimento: a) como uma visão, descrição ou medida do que deve ser a sociedade desejada; b) como um processo histórico de mudança social em que as sociedades são transformadas em longos períodos; c) como práticas e esforços deliberados que visam à promoção de melhorias, partindo de diversos atores sociais e agências, incluindo governos, todos os tipos de organizações e movimentos sociais.

Este atual debate sobre o desenvolvimento parece recuperar uma agenda de questões formuladas, entre outros, pelos “velhos institucionalistas”, como Thorstein Veblen e Karl Polanyi, aos quais se juntam institucionalistas e evolucionários da nova geração. Os trabalhos de cunho teórico-metodológico de autores como Cavalcante (2007), Conceição (2002a) e Mendell (2003) e de cunho aplicado-interpretativo como Favareto (2006) e Medeiros (2001), vêm mostrando que abordagens institucionalistas são oportunas e promissoras para a análise do tema em questão. Primeiro, pelo seu caráter propriamente histórico, plural e interdisciplinar, que avança em uma agenda aberta ao diálogo com diferentes perspectivas teóricas. Segundo, porque nesta perspectiva os fenômenos são entendidos com base em sequências cumulativas de explanação causal, rejeitando explicações reducionistas, deterministas e teleológicas. Neste sentido, os esforços institucionalistas apontam na direção da consolidação de uma Economia Política Institucional-Evolucionária (O’HARA, 2007), rumo à qual convergem autores que partilham de “um corpo coeso de teoria. Uma teoria de um processo, de um desdobramento sequencial de causalidade cumulativa” (VEBLEN, 1898).

Mas esse tipo de posição heterodoxa implica numa diferente concepção de ciência. Enquanto o *mainstream* se apóia no neopositivismo, na lógica formal, na psicologia hedonista e na perspectiva da física Newtoniana, o institucionalismo se apóia no realismo ontológico materialista, no emergentismo, na psicologia instinto-hábito e na perspectiva evolucionária Darwiniana.<sup>10</sup> Com vistas nesta segunda concepção, o objetivo dessa seção é discutir alguns conceitos e aspectos importantes para analisar as interfaces entre as dinâmicas da evolução institucional e dos processos de desenvolvimento. O que, por sua vez, embasa a nossa visão sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural, apresentada nas seções seguintes.

Para isso, estruturamos a exposição em duas subseções. Primeiro, em 2.1.1 realizamos uma breve consideração ontológica sobre o desenvolvimento e propomos uma solução para o conhecido problema do nexo causal entre estrutura e agência nas ciências sociais, que reside na mediação exercida pelas instituições. E na sequência, em 2.1.2 argumentamos que, do ponto de vista esboçado, o fenômeno do desenvolvimento pode ser compreendido como um processo instituído de mudança social, realizado através das ações dos próprios atores sociais.

### **2.1.1 Sobre agência humana, estruturas sociais e a evolução das instituições**

Diferente do que para a economia ortodoxa convencional, de cariz neoclássico, para os institucionalistas a noção de mercado é apenas uma “metáfora” para os diferentes conjuntos de instituições e organizações que dão efeito a vida econômica, estruturando, ordenando e legitimando as relações de troca e a alocação real dos recursos. Conseqüentemente, os preços são entendidos como resultado das trocas e interações humanas e das ações econômicas organizadas e reguladas por meio de instituições historicamente constituídas e não da agregação abstrata das ofertas e demandas individuais atomizadas. Neste sentido, o “velho institucionalista” Karl Polanyi (1976, 1977b), a fim de desmistificar a “falácia economicista” e a “obseção intelectual” pelo mercado, distinguiu o significado “formal” da economia (que deriva do caráter lógico da relação entre meios e fins presente na hipótese da escolha racional e maximizadora entre usos alternativos de recursos escassos) do significado “substantivo” (que deriva da dependência em que se encontra o homem em relação à sua natureza externa e aos seus semelhantes para conseguir seu sustento e satisfazer suas necessidades materiais). Para Polanyi, como a atividade econômica não se reduz ao caso formal da teoria neoclássica, apenas o significado substantivo da economia pode proporcionar às ciências sociais os

---

<sup>10</sup> Não convém discutirmos os detalhes sobre as diferenças entre os dois paradigmas no âmbito deste estudo. De todo modo, indicamos algumas das principais bibliografias que tratam dessa questão na literatura contemporânea, como Conceição (2008), Dugger (1988), Foster (2005), Lawson (2003), Samuels (1995), Schuklian (1995), Stanfield (1999), O’Hara (2007) e, em especial, Hodgson (1993, 1998a, 2004b, 2005, 2006b).

conceitos adequados para se estudar “todas as economias que existiram e existem”, na medida em que se baseia nas realidades sociais e naturais empíricas, concretas, e não em abstrações, lógicas, mas destituídas de fundamento e conteúdo histórico.

Para os institucionalistas os indivíduos e as instituições não são dados, de modo que a economia precisa ser analisada sob uma perspectiva dinâmica e o desenvolvimento como um fenômeno circunscrito a evolução histórica da vida humana – “um processo cumulativo de adaptação dos meios aos fins, que, cumulativamente modificam-se, enquanto o processo avança.” (VEBLEN, 1919 *apud* CONCEIÇÃO, 2002b, p.83).<sup>11</sup> Portanto, a evolução das estruturas sociais não se circunscreve apenas as relações econômicas – isto é, a esfera integrativa entre a produção, a circulação e o consumo –, mas também diz respeito à constituição cultural dos próprios indivíduos, ao ficar cunhado nestes os valores contidos nas instituições existentes. Instituições estas que, por sua vez, só existem porque se constituem no tempo e no espaço, nas realidades sociais historicamente construídas pela ação dos homens.

As maneiras como os seres humanos organizam suas relações sociais de produção e os seus processos de trabalho constituem as propriedades mais fundamentais da realidade histórico-social: os complexos estruturais designados “modos de produção” (MARX, 1985). Mas um modo de produção só se manifesta historicamente em uma “formação econômico-social” concreta enquanto um conjunto de estruturas e relações instituídas, através das quais o trabalho social é mobilizado para transformar matéria e energia e produzir a riqueza humana, a partir das forças da natureza, por meio de tecnologias, conhecimentos, habilidades e organizações (WOLF, 2003). Determinadas instituições dão efeito a essas relações de produção na medida em que estruturam as interações sociais entre os homens. Portanto, essas instituições são a chave para se compreender a organização social dos “movimentos apropriacionais”, cujo poder ordena as relações econômicas entre os seres humanos e os direitos e obrigações que sancionam os “movimentos situacionais” de bens e pessoas articulados com o meio social e natural.<sup>12</sup> Assim, a principal questão a ser respondida diz respeito à natureza e à dinâmica evolutiva de tais relações, ou seja, aos modos com que elas se

---

<sup>11</sup> VEBLEN, T. **The place of science in modern civilization and other essays**. New York: Huebsch, 1919.

<sup>12</sup> Os movimentos situacionais implicam em deslocamento espacial (transporte) ou em transformação dos elementos materiais (produção). De acordo com a utilidade que tem para o consumidor, os produtos são classificados como: de ordem superior (bens de consumo), na medida em que satisfazem as necessidades de consumo direto, improdutivo, ou final; ou de ordem inferior (bens de produção), na medida em que satisfazem as necessidades de consumo indireto, produtivo, ou intermediário, combinando-se com outros elementos no processo econômico-produtivo. E os movimentos apropriacionais implicam nas relações entre os seres humanos na aquisição, administração e dotação dos bens de produção e de consumo através de transações, tributações, direitos legais, convenções, etc.; e dependem das formas como a força de trabalho, o conhecimento e a tecnologia são postos em movimento no processo de produção e de como o produto dessa atividade é distribuído entre os membros da sociedade. (POLANYI, 1976),

institucionalizam em “sistemas de regras” (HODGSON, 2007) e “dispositivos de ação coletiva” (SABOURIN, 2005), com seus valores e lógicas de operação específicas, que estruturam, regulam e ordenam a vida econômica e política dos homens em sociedade.

A discussão em torno do papel das instituições no funcionamento da economia tem avançado muito no período recente, ensejando frutíferos debates entre as diversas correntes teóricas vinculadas ao pensamento institucionalista, como bem demonstra Conceição (2002a, 2002b). A “Nova Economia Institucional” (NEI), que tem como seus principais representantes autores como Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North, mas não só, é certamente a corrente que tem ganhado maior evidência, ao menos na academia brasileira, onde o debate institucionalista é ainda deveras incipiente. Embora a NEI permaneça atrelada ao *mainstream* econômico e continue bastante próxima ao neoclassicismo, ela tem avançado rumo à construção de uma teoria econômica com instituições, especialmente no que diz respeito aos problemas dos custos de transação, das formas institucionais de organização da firma, das falhas de mercado e dos direitos de propriedade, do desempenho econômico comparado e da história econômica (cliometria). Contudo, ela é apenas uma das correntes institucionalistas e, na visão de autores como Dugger (1988) ou Stanfield (1999), uma pouco autêntica. Com base nesses e outros autores, como Samuels (1995) e Hodgson (1993), podemos afirmar que o “Velho Institucionalismo” de Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell – muito influente nos Estados Unidos entre as décadas de 1920 e 1940, mas que também floresceu na Europa no período do segundo pós-guerra, através de autores como Gunnar Myrdal, Karl William Kapp e Karl Polanyi – têm passado por um intenso e vigoroso processo de renovação teórica e atualização de seu programa de pesquisa, na pena de autores como Rutherford (1994) e, sobretudo, Hodgson (1994, 1998, 2004b, 2006b), além de vários outros. Essa corrente foi designada por Conceição (2002b, 2002c, 2008) como “Neo-Institucionalismo”.

Porém, mesmo concordando com Conceição (2002a), não hesitamos em considerar que, apesar de haver elementos que permitem sustentar essa distinção, é possível argumentar que há uma forte linha de continuidade entre o “velho institucionalismo” e o “neo-institucionalismo”, diferentemente do que ocorre com a NEI e em confluência com os avanços teóricos dos Neoschumpeterianos, dos Regulacionistas, dos Convencionalistas e, inclusive, dos Pós-Keynesianos e dos Marxistas, constituindo um corpo de conhecimento convergente e relativamente coeso, que poderíamos chamar, sem nenhuma falta de coerência ou rigor terminológico, de “Institucionalismo-Evolucionário”. Chama-se atenção para a complexidade e a pluralidade teórica aí existente e acentua-se a importância da pesquisa



interdisciplinar, pois as “instituições” podem ser compreendidas como algo semelhante à cultura, envolvendo crenças, valores, símbolos, regras, organizações e padrões coletivos.

Neste sentido, concordamos com a concepção presente no institucionalismo de Veblen e de Polanyi, segundo a qual, tanto as estruturas sociais são modificadas como a natureza dos próprios indivíduos é reconstituída na medida em que evoluem as instituições humanas. Esta concepção supera velhas posturas reducionistas historicamente recorrentes no interior das ciências sociais, como as noções de *homo oeconomicus* e de *homo sociologicus*, que em termos contemporâneos dizem respeito diretamente a um problema teórico fundamental: o do nexo causal entre agência e estrutura. Nos pontos extremos dessa controvérsia encontram-se, de um lado, os defensores do “individualismo metodológico” e, do outro, os defensores do “coletivismo metodológico”. Segundo Hodgson (2004b e 2007), o problema é que ambas as posturas metodológicas são excessivamente reducionistas e, portanto, inadequadas.<sup>13</sup>

Para o individualismo metodológico, o problema principal está na dificuldade em explicar a natureza das estruturas, na medida em que se supõe a existência de indivíduos racionais em uma situação livre de instituições, onde elas não precisam ser explicadas, pois os propósitos e preferências dos indivíduos são tomados como dados. Já para o coletivismo metodológico, o problema está em uma inadequada ou insuficiente explicação de como mudam as disposições, as crenças e outros dispositivos mentais que dão efeito a conduta dos indivíduos – suas formas de pensamento, comportamento e ação. De acordo com Hodgson (2004b, 2007), os dois problemas são de natureza distinta, mas similares em um aspecto vital: não há explicação de como as instituições podem reconstituir as propriedades psicológicas dos agentes individuais. Desconsidera-se em grande medida o papel da psicologia na explicação do fenômeno social e, assim, uma articulação entre os níveis ontológicos do indivíduo e da sociedade. Neste sentido, Hodgson apresenta críticas a três das principais abordagens vigentes sobre o problema da dicotomia entre estrutura e agência: a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens (2000); o Realismo Crítico de Roy Bhaskar (1997) e Margaret Archer (1995); e o próprio Materialismo Histórico de Marx e Engels (2008).

Não é o caso de apresentarmos o conteúdo das críticas que Hodgson (1997, 2004b, 2007) sustenta contra estas abordagens; o que interessa reter é que, para superar as

---

<sup>13</sup> O “reducionismo” é, segundo Hodgson (2004b, p.29, tradução nossa) um tipo de doutrina em que “todos os aspectos de um fenômeno complexo devem ser completamente explicado em termos de um nível, ou tipo de unidade. Essa é uma definição forte de reducionismo, envolvendo um imperativo universal de explicação”; onde, ontologicamente, o todo é reduzido à soma de suas partes (ou vice versa), e epistemologicamente, o todo pode ser conhecido a partir do conhecimento de suas partes (ou vice versa). Por um lado, o individualismo metodológico propõe explicações universais do fenômeno social em termos de agentes individuais e, por outro, o coletivismo metodológico propõe que as intenções, comportamentos ou ações individuais devem ser explicados inteiramente em termos de fenômenos sociais ou estruturais.

dificuldades apontadas nestas críticas o autor propõe que uma explicação não reducionista da realidade precisa levar em conta que sistemas complexos consistem em múltiplos níveis analíticos e hierarquias ontológicas. As “propriedades emergentes” de um nível mais elevado não podem ser reduzidas e explicadas completamente em termos de um nível inferior – ou vice versa. Isso implica que o fenômeno do desenvolvimento não pode ser explicado apenas em termos de agentes individuais ou de estruturas sociais, mas envolver as interações entre os seus distintos níveis, considerando as conexões causais entre as motivações individuais e os condicionantes estruturais para explicar como ambos se reconstituem mutuamente na evolução do processo histórico, dando origem a novas propriedades emergentes.

Na visão de Hodgson (1998a, 2004a, 2004b, 2005) essa é a contribuição fundamental de Veblen. No nível micro, instintos e hábitos (mas também razão e intencionalidade) podem ser considerados propriedades do sistema neurológico dos indivíduos. Mas da interação entre os indivíduos emergem propriedades no nível macro, como estruturas sociais e, instituições (regras, normas, convenções, leis, organizações, etc.). Veblen pioneiramente compreendeu que hábitos e instituições são as unidades básicas por meio das quais opera a seleção natural na evolução social. A diferença entre a evolução nos planos natural e social reside nas unidades de seleção e nos detalhes dos processos evolucionários. Mas tanto os fenômenos sociais como os naturais, hierarquicamente conectados do ponto de vista ontológico, devem necessariamente ser explicados pelos três princípios Darwinianos gerais: variação, herança e seleção. A esse esquema metateórico geral, que considera que a mudança social ocorre necessariamente em um ambiente evolucionário, Hodgson (2004a, 2004b, 2005) denomina “Darwinismo Generalizado”. Todavia, essa concepção teórica se afasta completamente das ideias de “evolucionismo social” (*a la* Herbert Spencer) ou de “imperialismo biológico” (explicação reducionista do nível social em termos de genes ou DNA), pois os processos de evolução social e natural ocorrem em múltiplos níveis e estratos ontológicos da realidade, de modo que as distintas áreas do conhecimento precisam, a partir dos três princípios gerais, providenciarem teorias auxiliares e explicações específicas para tais fenômenos e processos.

A implicação fundamental dessa posição é que uma explicação causal da interação entre indivíduos e estruturas requer uma teoria sociopsicológica materialista consistente com o entendimento da evolução histórica das sociedades humanas. Na visão de Veblen, retomada por Hodgson (2004a, 2004b), os instintos e hábitos jogam um papel fundamental para este entendimento, pois são condição para a deliberação consciente, reflexiva e racional. O instinto precede o hábito, que precede a crença, que precede a razão. Mas cada qual depende daquele que o precede. Os instintos são traços naturais e hereditários, disposições inatas que, quando

desencadeadas, acionam reflexos, desejos ou emoções que direcionam o comportamento humano. Apesar de evidentes em todos os animais, sobretudo nos seres humanos, não se trata de um elemento fixo, pois os instintos podem ser reprimidos ou redirecionados pelos hábitos e pela deliberação. Já os hábitos são propensões adquiridas e moldadas pela repetição mediante as circunstâncias do ambiente, formando esquemas de pensamento, comportamento e ação. Eles são mais flexíveis que os instintos herdados, pois podem ser conservados, acumulados, modificados e abandonados por meio de seleção adaptativa ao longo da evolução das condições materiais e simbólicas de existência dos seres humanos. Na conduta humana, os impulsos instintivos e inclinações habituais precedem o comportamento intencional e a ação deliberada, mas também interagem com a razão, num processo de constante adaptação dos seres humanos à ambientes cambiantes e seletivos, dando origem a novos hábitos e instituições. Neste sentido, as concepções mentais dos seres humanos precisam ser entendidas dentro do contexto da evolução econômica e cultural em meio ao qual eles se circunscrevem historicamente; e a configuração da própria racionalidade dos indivíduos precisa necessariamente ser entendida como “limitada” e “procedimental” (MONASTÉRIO, 1998).

Portanto, os hábitos representam um conceito fundamental, pois eles são o próprio material constitutivo das instituições, ao atribuir-lhes características como durabilidade reforçada, poder e autoridade normativa. Assim, segundo Hodgson (2004b, 2006a, 2007), as instituições podem ser conceitualmente definidas como sistemas de regras sociais estabelecidas e enraizadas que estruturam as interações humanas por meio de mecanismos de conformação e acordo normativo assentados nos hábitos compartilhados. As instituições emergem como expressão e resultado das interações sociais e atuam como repositórios do conhecimento social transmitido aos indivíduos e acumulado ao longo do tempo através de processos cumulativos de aprendizado e habituação. Os indivíduos, por sua vez, são capazes de mudar seus hábitos, transformar suas relações sociais e construir novas estruturas ao longo da sua evolução histórica. Contudo, as instituições possuem um forte elemento de inércia e conservantismo, pois são sempre preexistentes aos indivíduos isoladamente tomados. Embora os indivíduos possam mudá-las e por elas serem mudados é próprio e característico da sua condição humana não poderem escolher as estruturas e instituições sob as quais nascem. Por isso, a consciência e a própria razão dos indivíduos só podem ser definidas de acordo com o contexto espaço-temporal e o ambiente institucional em vigor numa determinada sociedade.

Apesar de Hodgson (2004a, 2006b) diversas vezes enfatizar as críticas que Veblen fazia a Marx, é difícil não reconhecer que determinadas passagens destes dois autores

parecem convergir sobre o papel das instituições, naquilo que Hobsbawm (1998) chama de o “sentido da história” na constituição da realidade presente e nos processos de mudança social.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas em circunstâncias imediatamente herdadas e transmitidas do passado (MARX, 1969, p.13, tradução e grifo nosso).

[Na] produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política [entre outras instituições] à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência [que tem nos hábitos um componente fundamental]. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2007, p.45, grifo nosso).

Igualmente, para Veblen (1988), as relações sociais enraizadas nas estruturas aparecem para os homens como circunstâncias herdadas do passado, que ganham prevalência e durabilidade, mas que também evoluem, por meio da mudança das instituições humanas.

A vida do homem em sociedade, bem como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência, e, portanto, um processo de seleção adaptativa. A evolução da estrutura social foi um processo de seleção natural das instituições. O progresso que se fez e que se vai fazendo nas instituições humanas e no caráter humano pode ser considerado, de um modo geral, uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que vem mudando progressivamente mediante o desenvolvimento da comunidade e a mudança das instituições sob as quais o homem vive [...] As instituições são o produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas, e, por conseguinte, nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente [...] A situação de hoje modela as instituições de amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando na habitual opinião humana sobre as coisas, e assim alterando, ou envigorando um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado [...] As instituições têm de mudar com a mudança das circunstâncias, uma vez que é da natureza do seu método habitual corresponder aos estímulos que essas circunstâncias variáveis lhes proporcionam. O desenvolvimento dessas instituições é o próprio desenvolvimento da sociedade (VEBLEN, 1988, p.87-88; grifo nosso).

As forças causais associadas às estruturas sociais não apenas constroem ou habilitam o comportamento dos agentes individuais, mas, sobretudo, afetam e alteram as propriedades psicológicas fundamentais – disposições, crenças, preferências, etc. – arraigadas em seus hábitos. Quando determinadas propriedades de níveis hierárquicos mais elevados (como as instituições) afetam propriedades de níveis mais baixos (como os hábitos), estamos diante do que Hodgson (2004a, 2004b, 2007) conceitua como *reconstitutive downward causation* (causação reconstitutiva descendente) entre as estruturas e os indivíduos. A partir das interações sociais entre os indivíduos, as regras são autoreforçadas e as instituições autopetruadas, reproduzidas, transformadas ou extintas, porque os valores predominantes, enraizados em seus hábitos mentais, passam a confinar e moldar as regras e convenções

sociais e as próprias aspirações e propósitos dos indivíduos.<sup>14</sup> De um ponto de vista histórico e não-reducionista, próprio dos aportes institucionalistas, este é o mecanismo fundamental para explicar as causas da evolução institucional e das mudanças econômicas nas sociedades.

**Figura 2.** Esquema analítico do mecanismo de *Reconstitutive Downward Causation*



Fonte: elaboração própria, a partir das formulações argumentativas de Hodgson (2004a, 2004b, 2007).

\* propriedades emergentes que se constituem no nível macro como resultados das interações que ocorrem no nível micro.

<sup>1</sup> unidades de seleção operando em distintos níveis de um ambiente evolutivo.

<sup>2</sup> consideramos crenças, valores, ideologias e tradições, hábitos de pensamento; gostos, preferências, costumes e tabus, hábitos de comportamento; e capacidades, aptidões, habilidades e competências, hábitos de ação.

Na Figura 2 o mecanismo de *reconstitutive downward causation* é representado de forma esquemática: as flechas pequenas indicam os resultados da interação causal que ocorre entre os indivíduos em direção às estruturas e as flechas grandes indicam a reconstituição que ocorre na direção das estruturas para os indivíduos. Nesse processo de reconstituição recíproca e cumulativa os hábitos e, conseqüentemente, as instituições, aparecem como unidades de mediação num plano entre os níveis micro e macro. Este modelo, assim imaginamos, representa um esquema analítico apropriado para estudar os processos de mudança social que caracterizam o fenômeno do desenvolvimento e, por isso mesmo, permeia toda a análise histórica realizada nessa dissertação. É com base nele que na seção 2.2 propomos um esquema de análise para as mudanças agrárias e transformações rurais e na seção 2.3 expomos um esquema de análise para as dinâmicas territoriais de desenvolvimento.

### 2.1.2 Desenvolvimento como um processo instituído de mudança social

Inspirado em Marx, Hobsbawn (1998, p.22) afirma que, se na modernidade avançada a tradição não é por si só capaz de sancionar o futuro, o passado é, por sua vez, “uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições,

<sup>14</sup> Segundo Hodgson (2006a, p.18), “regras” são “prescrições normativas usuais e socialmente transmitidas ou disposições normativas imanentes, do tipo em circunstâncias x faça y” e “convenções” são “instâncias particulares de regras institucionais.”

valores e outros padrões da sociedade” e, portanto, “o molde do passado continua a modelar [recorrentemente] o presente” (HOBBSAWN, 1998, p.25). Da mesma forma, Veblen (1988) reconhece que a herança do passado nos “hábitos de pensamento” e nos “esquemas de vida” dos indivíduos, grupos ou classes sociais é central para se compreender a realidade presente, as possibilidades de inovação e as alternativas de mudança social. Hobsbawn (1998) ainda propõe que, na história, as inovações podem aparecer ora de modo mais rápido ora de modo mais lento: as “mudanças tecnológicas”, relacionadas aos processos de trabalho e produção, tendem a ser mais rápidas e flexíveis; enquanto as “mudanças institucionais”, relacionadas às formas de organização social, ideologias e valores, tendem a ser mais lentas e inflexíveis.

É neste mesmo sentido que tem se tornado bordões institucionalistas afirmar que “a história importa” e “as instituições importam” para compreender as diferentes trajetórias de desenvolvimento; e que o desempenho econômico (e social) de diferentes territórios ou países é “*path dependent*”. A idéia de fundo é que o desenvolvimento é um processo dependente da rota precedente escolhida ao longo da evolução histórica. As transformações transcorridas na trajetória de desenvolvimento de uma formação social são reflexos das mudanças cumulativas nas formas de conduta e de organização dos indivíduos, grupos e classes que atuam como atores sociais e protagonizam, dotam de conteúdo e atribuem sentido a tal processo. Para Polanyi (2000), as ações e atividades econômicas que os homens desempenham para prover e reproduzir seus meios de vida encontram-se enraizadas em seus contextos institucionais e políticos. Por isso, a mudança social geralmente ocorre de forma lenta, gradual e difícil.

A reflexão de Polanyi (2000, p.59) mostra que, embora a instituição do mercado sempre tivesse estado presente na história humana “o seu papel era apenas incidental na vida econômica”, pois “os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social.” (p.80). Mas “a grande transformação” ocorre com a emergência do capitalismo, quando o mercado se converte num complexo institucional regido por motivos pecuniários, num espaço de apropriação privada da riqueza socialmente produzida, onde a produção torna-se uma esfera de valorização e a circulação uma esfera de realização do valor, para a obtenção do lucro. Assim como em Marx (2007), também em Polanyi (1976), em uma “sociedade de mercado” nos termos do segundo, a riqueza pode ser definida como uma “imensa coleção de mercadorias”, nos termos do primeiro. O capital, enquanto uma relação social entre agentes dispostos a operar nessa lógica, assume um papel dominante na reprodução da sociedade, de modo que a economia (o conjunto das atividades de produção, circulação e consumo) encontra-se submetida à valorização do valor e, assim, à própria reprodução do capital.

Certas relações sociais são consideradas fundamentais para o capitalismo, porque são sancionadas por determinadas normas institucionalizadas, que estruturam as interações humanas neste modo de produção. O capital relativamente se autonomiza, no sentido de se desvincular de outras instituições que não as propriamente econômicas, tornando os meios de vida, mercadorias, e as próprias relações sociais, relações mercantis. Segundo Faria (2007), devido à institucionalização de certas relações, a reprodução social dos seres humanos e sua natureza externa, através da atividade econômica, tornam-se alienadas à valorização do valor e à acumulação de capital. Acompanhando Faria (2007), acreditamos que a noção de “mercadorias fictícias” de Polanyi, mediadas por algumas ideias centrais de Marx (2006), pode auxiliar-nos a compreender este processo de mercantilização. As mercadorias fictícias – terra, trabalho e dinheiro – são fictícias por que não são mercadorias produzidas, seus preços não têm por base seus custos de produção, enfim, elas são mercadorias instituídas por meio da lei e do costume, da violência e da ideologia. A norma da propriedade privada dos meios de produção, cuja terra é o mais básico, sanciona a relação de apropriação da renda. A partir daí outras instituições, como as firmas e a concorrência, se tornam possíveis. A norma da exploração sanciona a relação de assalariamento do trabalho, a partir da qual se tornam possíveis a produção da mais-valia, a apropriação do trabalho excedente em relação ao valor da força de trabalho e a existência de um preço (salário) a ser pago por essa mercadoria tão específica. A norma do dinheiro como medida de valor e equivalente geral sanciona a relação mercantil, de modo que o dinheiro assume suas “funções” especificamente capitalistas, quais sejam, reserva de valor, meio de pagamento, moeda universal e, dinheiro de crédito.

Mas a instituição das mercadorias fictícias desencadeia um “duplo movimento”, uma contradição fundamental na economia de uma “sociedade de mercado”. Por um lado, um “movimento” contínuo de expansão das relações capitalistas e do intercâmbio mercantil mediando às interações e às formas de sociabilidade humanas; por outro, um “contramovimento” das coletividades que cerca essa expansão em direções definidas, de modo a proteger o tecido humano, natural e produtivo contra os assaltos desse “moinho satânico”. A mercantilização das relações sociais opera um movimento de universalização da sociabilidade capitalista, que resulta na alienação dos seres humanos e da sua natureza externa, na subordinação de seus modos de vida a uma racionalidade individualista, na instituição de valores predominantemente mercantis e utilitaristas, na reificação das relações humanas e na própria desumanização da vida social. Mais do que gerar instabilidade

econômica, o sistema capitalista de produção e a interação social via intercâmbio mercantil, seriam responsáveis pela degradação moral e a própria crise sociocultural da humanidade.<sup>15</sup>

É verdade que a idéia de que o capitalismo, com seu caráter alienante e sua natureza auto-referenciada, seja movido por contradições, não foi inventada por Polanyi. Essa idéia já ocupava um lugar central nas obras de Marx (1985) ou de Lukács (1972). Mas Polanyi (2000) escreveu A Grande Transformação em oposição ao chamado “marxismo oficial” adotado pela maior parte dos partidos comunistas em todo o mundo (diríamos que a oposição também vale contra uma versão acadêmica mais sofisticada, o “marxismo estruturalista”). É também verdade que a obra de Polanyi não possui uma estrutura teórica tão solidamente constituída como a de Marx, baseada na centralidade ontológica do trabalho e nas teorias do valor e das classes sociais. Contudo, através de seu conceito de “duplo movimento”, Polanyi consegue evidenciar as manifestações instituintes de um tecido social heterogêneo e o esvaziamento de qualquer perspectiva teleológica da evolução histórica e da transformação social.

Ao contrário, as interpretações vulgares e dogmáticas do marxismo – como aquele ensinado pela Academia de Ciências da URSS e suas variações adotadas por diversos partidos comunistas – apreendiam a evolução histórica como por processos de transição de modos de produção, cuja mudança seria desencadeada pela contradição expressa na inadequação das relações de produção existentes ao estado das forças produtivas materiais. Nestas concepções, as estruturas jogavam um papel determinante na explicação causal, mas pouco espaço era deixado para a ação dos atores individuais, a não ser como componentes plenamente conscientes de sua condição e seu papel de classe nos processos de mudança. Apesar de se apoiarem na obra de Marx, há uma teleologia nestas formulações, pois são baseadas num reducionismo econômico e num determinismo histórico. Na idéia de que, em decorrência da relação antagônica entre os trabalhadores e os capitalistas na propriedade dos meios de produção e na apropriação dos frutos do trabalho, a transformação social seguiria, com algumas variações contextuais particulares, uma direção linear e inexorável de radicalização da luta de classes, determinando, sem maiores mediações, as formas de consciência e de ação de classe, culminando na criação de um partido político, que, mais cedo ou mais tarde, estabeleceria um processo revolucionário universalizante, baseado na tomada do poder do Estado, na constituição da ditadura do proletariado e na transição para o socialismo.

Diferente dessa visão teleológica da luta de classes, Polanyi (2000) sugere a idéia de um “duplo movimento”, onde, em resposta ao “movimento da mercantilização”, determinadas

---

<sup>15</sup> Segundo Block (2003), Burawoy (2003) e Machado (2009), estas teses de Polanyi possivelmente tenham sido influenciadas por seu contato com o pensamento de Lukács, na época em que viveu em Budapeste.



coletividades humanas (classes, grupos, movimentos sociais, organizações, governos, etc.), por meio de “contramovimentos”, ativam processos de mudança nos sistemas de regras que estruturam as interações humanas e ganham efeito por meio de dispositivos de ação coletiva. Estes contramovimentos, enquanto estratégias de resistência e práticas de interação econômica, baseadas em princípios de reciprocidade e redistribuição, se enraizariam nas estruturas sociais, possibilitando, assim, formas distintas de reprodução e sociabilidade.<sup>16</sup> Assim, Polanyi reconhece e enfatiza que os atores são capazes de produzir inovações institucionais frente ao processo de mercantilização. Inovações estas, que, além de seu valor subjetivo ou simbólico, operam, sobretudo, no sentido de organizar as suas atividades econômicas, a reprodução material de seus meios de vida e as suas condições sociais de existência, por meio de formas desviantes da “lei do valor”, instituindo uma espécie de “antivalor” (OLIVEIRA, 1998) e contrapondo-se à alienação das “mercadorias fictícias”. Essa ideia tem um papel central na dissertação e será utilizada ao longo de todo o texto.

Nestes termos, o desenvolvimento pode ser concebido como um “processo instituído” que reforça e direciona historicamente o sentido da mudança social. Todavia, é um processo imprevisível e não-ergódico, cuja temporalidade é irreversível, marcado por *path dependence* e permeado por radical incerteza. O que chamamos de desenvolvimento seria um conjunto de processos causados por meio de mudanças cumulativas que afetam ao mesmo tempo as propriedades mentais dos indivíduos e as propriedades das estruturas sociais, podendo, assim, ser explicado através do esquema conceitual de *reconstitutive downward causation*.

Claro que, quando afirmamos que o desenvolvimento é imprevisível e se processa em meio à radical incerteza, não estamos sugerindo que se trata de uma “evolução cega”, que desconsidera a ação consciente e intencional dos atores sociais. A intencionalidade e a deliberação reflexiva dos agentes individuais coletivamente agrupados – através de classes, grupos ou movimentos sociais, de firmas, de organizações não governamentais, do próprio Estado ou de outras instituições públicas ou privadas – que atuam em direção a tal desígnio, devem ser definitivamente consideradas. Mas a intencionalidade em si não é uma causa

---

<sup>16</sup> Segundo Polanyi (1976, 1977b), existe pelo menos duas “formas de integração” em sociedades complexas além do intercâmbio mercantil: (1) a reciprocidade, ligada aos movimentos de bens e de serviços entre pontos correspondentes de um agrupamento simétrico; em que a disposição dos elementos e as sanções que determinam o uso produtivo e distributivo destes recursos derivam de normas comportamentais e expectativas impostas por sistemas não-econômicos, como parentesco, amizade, envolvimento associativo ou cooperação; e (2) a redistribuição, ligada ao movimento de bens e serviços em direção a um centro e seu retorno aos consumidores, por meio de deslocamento físico ou apenas disposição, em que certas normas determinam os direitos e obrigações localizados num centro identificável, de onde os recursos serão redistribuídos através de regras e mecanismos de controle, pela autoridade estatal. Os padrões redistributivos são intrinsecamente ligados ao ordenamento político das sociedades, por exemplo, através de sistemas de tributação, impostos e taxaço organizados por diferentes instâncias administrativas estatais, políticas públicas, etc.

eficiente. A manifestação do desenvolvimento não é garantida pela intenção de sua ocorrência, visto que inúmeros outros fatores concorrem para isso. Os processos que envolvem intencionalidade coletiva estão ligados a expectativas recíprocas, pois as interações sociais envolvem expectativas de determinados atores em relação às intenções, motivos e ações dos outros atores (individuais ou coletivos), que não necessariamente convergem ou concordam. De modo que as ações individuais dos atores, habituados a determinadas finalidades, podem resultar em algo totalmente diferente daquilo que cada um tinha em mente inicialmente, devido à variação nas circunstâncias em que estas ações foram realizadas.

Não havendo espaço para explicações teleológicas dos processos de mudança social, a ocorrência do “desenvolvimento” circunscreve-se às circunstâncias históricas e disputas entre “projetos políticos”, fundamentados em diferentes visões de mundo, enraizados em diferentes valores e postos em prática por diferentes forças sociais. Na correta expressão de Fernando Henrique Cardoso (1995), o desenvolvimento é “o mais político dos temas econômicos.” Porém, mais importante do que reconhecer esse caráter eminentemente político do desenvolvimento é saber quais são os atores sociais, as instituições e os processos envolvidos na ocorrência de tal fenômeno em formações histórico-sociais concretas e em determinadas situações particulares – de modo que estudá-lo pressupõe desvendar as causas, as consequências e os sentidos dos processos de mudança social.

O desenvolvimento é um fenômeno que envolve relações de poder e disputas políticas, um processo cumulativo de adequação dos meios aos fins, em que se transformam os valores, as crenças e as ideologias das quais os atores sociais que o protagonizam estão imbuídos. Ao longo da sua evolução histórica os homens vão modificando as próprias instituições que orientam os processos de reprodução e mudança de suas sociedades. E essa evolução, por sua vez, ocorre por intermédio de relações e interações entre indivíduos e coletividades humanas e do encontro, interação e transformação mútua dos seres humanos com a sua natureza externa. Através destes processos os atores sociais vão produzindo relações entre si e com o espaço, adaptando os meios de produção que utilizam, interpretando as suas realidades e moldando os territórios em que vivem. Por isso, estes processos implicam em mudanças institucionais que, enraizadas nas concepções mentais dos indivíduos, alteram também as estruturas sociais.

## 2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E QUESTÃO CAMPONESA: MERCANTILIZAÇÃO, DIVERSIDADE E CONTRAMOVIMENTOS

A partir da redemocratização no Brasil, já no fim dos anos 1980, e especialmente a partir da metade dos anos 1990, vem ocorrendo processos de afirmação política, legitimação

social e reconhecimento institucional da categoria agricultura familiar. Concomitantemente também ocorre um crescente interesse acadêmico pelo tema. Na academia e na política essa categoria vem sendo usada em substituição a certos termos anteriormente empregados, como pequeno agricultor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda, etc. Desde então parece emergir uma renovação nos próprios aportes teóricos utilizados para a análise da agricultura familiar e dos processos de desenvolvimento no espaço rural brasileiro.

Os livros de José Eli da Veiga (2007) e de Ricardo Abramovay (2007), ambos publicados no início da década de 1990, podem ser considerados o marco dos novos debates. O primeiro buscou demonstrar historicamente a importância da reforma agrária e da instituição de formas familiares rurais no desenvolvimento dos países capitalistas avançados. O segundo, além disso, apontou críticas de caráter teórico-epistemológico às abordagens marxistas tradicionalmente utilizadas na interpretação dos processos sociais rurais no Brasil e estabeleceu uma distinção conceitual entre as noções de campesinato e de agricultura familiar. Outros trabalhos importantes foram os livros de Lamarche (1993, 1999) e o estudo resultante de um convênio entre a *Food And Agriculture Organization* e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/INCRA, 1994). Com a colaboração de uma equipe internacional de pesquisadores, Hugues Lamarche (1993) realizou um estudo comparativo das formas familiares na agricultura em diversos países a partir de um “enfoque tipológico”, apoiado na construção de um modelo heurístico buscando captar as trajetórias de cada tipo. E o estudo FAO/INCRA (1994), que também propunha uma tipologia de caráter mais normativo – tomando como critério de distinção as relações de trabalho familiar e patronal – serviu de base para a criação e operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e para uma nova metodologia do IBGE.

Não obstante as contribuições destes e de muitos outros estudos que precederam o nosso, não se trata de uma tarefa fácil situar a discussão sobre campesinato e agricultura familiar, com definições conceituais satisfatoriamente rigorosas que apontem objetivamente as suas singularidades, diferenças e similaridades. Portanto, tomamos a reflexão de Schneider e Niederle (2008) como um ponto de partida suficientemente amplo e aberto para evitar as recorrentes confusões entre os usos políticos e teóricos dos conceitos.

[Ainda] que não se tenha uma definição rigorosa e consensual sobre o estatuto conceitual da agricultura familiar, há uma certa generalização em torno da ideia de que o agricultor familiar é todo aquele sujeito que vive no meio rural e trabalha na agricultura juntamente com sua família. Assim definido pelo senso comum, o agricultor familiar abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo os tipos diferentes de família, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras (p.4).

O que há de comum entre ambas as noções é que trabalho, produção e família formam um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e gerenciando processos biológicos através dos quais buscam criar condições materiais que visam garantir sua reprodução enquanto grupo social. Isso significa que a organização social e econômica, o processo de trabalho e de produção, as relações com o mercado e as formas de transmissão patrimonial são fortemente influenciadas por relações de consanguinidade e parentesco, que são tributárias tanto do modo como as famílias gerenciam seus recursos materiais como dos valores culturais e simbólicos que definem sua identidade. (p.6).

Enfim, a partir de noções como as de camponês e de agricultor familiar se busca designar uma diversidade de formas sociais rurais que se reproduzem em diferentes formações históricas, mantendo características em comum e relações sociais específicas que determinam o seu acesso a terra e demais meios de produção e a sua inserção na vida econômica, política e sociocultural. Os agricultores familiares muitas vezes são conhecidos em sua diversidade por denominações e identidades locais ou regionais, como arrendatários, parceiros, moradores, agregados, caboclos, posseiros, colonos, sitiantes, ribeirinhos, sem terra, assentados de reforma agrária, etc. Contudo, como já alertou Eric Wolf (1984, p.6), “[é] importante [...] não pressupor que toda essa gente se assemelhe em suas relações econômicas, sociais e políticas, bem como em seu modo de ver o mundo no qual vivem.”

Não obstante os termos agricultura camponesa e agricultura familiar estarem constantemente associados a construções políticas, que lhes imputam sentidos ideológicos distintos, compreendemos a importância de ambas as categorias enquanto agentes econômicos e sujeitos políticos integrantes de um grupo social existente no meio rural brasileiro que se diferenciam de modo substantivo da agricultura propriamente capitalista. Portanto, ao invés de estabelecer distinções mais ou menos rígidas e excludentes entre o que é camponês e o que é agricultor familiar, o nosso objetivo é apresentar alguns elementos que possam ser úteis para analisar de maneira rigorosa a diversidade das formas familiares de organização do trabalho e da produção que ambos representam, e o seu lugar como atores sociais ativos na instituição de processos de desenvolvimento rural. Assim, o delineamento de uma base conceitual para a categoria agricultura familiar é o que tentamos realizar nessa seção. Essa base aqui construída é o que irá informar toda a descrição histórica, bem como toda a análise que realizamos posteriormente nos dois próximos capítulos (empíricos) da dissertação.

Para isso, estruturamos a exposição em quatro subseções. Inicialmente, em 2.2.1 fazemos uma breve contextualização e crítica dos principais debates na literatura marxista recente sobre a questão agrária no capitalismo e o lugar das formas familiares de produção no seu desenvolvimento. Em seguida, em 2.2.2 é analisado o processo de diferenciação das formas sociais rurais de trabalho e produção decorrente do processo de mercantilização da

agricultura. Na sequência, em 2.2.3 analisamos a constituição de diferentes estilos de agricultura e o papel das estratégias dos agricultores familiares para instituir sua reprodução socioeconômica no meio rural. Por fim, em 2.2.4 caracterizaremos os mecanismos que explicam a emergência de “contramovimentos” da agricultura familiar a partir de uma disposição emancipatória, ora conceituada como “principio camponês”.

### **2.2.1 Capitalismo agrário e questão camponesa no pensamento marxista**

Nesta seção não objetivamos expor em minúcias as teses dos diversos autores clássicos e contemporâneos. Isso seria tanto despropositado, dado o volume das obras a se resenhar, quanto desnecessário, pois essas obras estão editadas e a disposição de quem se interessar, além de diversos outros autores já terem feito competentes revisões da literatura marxista e seus críticos sobre questão agrária e classes sociais no campo, progresso técnico e relações de trabalho na agricultura e outros temas correlatos.<sup>17</sup> O que faremos aqui é tão somente realizar um breve resumo das contribuições dos principais autores neomarxistas e assim embasar as nossas próprias proposições, desenvolvidas nas subseções seguintes.

De modo geral, desde Marx (1969, 1978, 1985), os estudos marxistas sobre o mundo rural, tratados como a “questão agrária”, consistiram em investigar as transformações nas formas de propriedade da terra e, como consequência, as transformações na estrutura de classes decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista e do processo de acumulação de capital na agricultura. Os autores marxistas se preocuparam em mostrar como, nestes processos, determinadas formas sociais vão sendo superadas ou eliminadas com o avanço da divisão social do trabalho e como novas formas vão surgindo em seu lugar.

Mas, apesar de a divisão do trabalho ter se complexificado – e a industrialização e a urbanização terem modificado profundamente as estruturas e dinâmicas socioeconômicas, demográficas e espaciais dos países, regiões e localidades – as teses clássicas de Lênin (1983) sobre a desagregação do campesinato e sua transformação em capitalistas agrários ou em proletários, e de Kautsky (1986) sobre a superioridade técnica da grande exploração tipicamente capitalista, não se confirmaram nos principais países capitalistas avançados. Ainda que sob circunstâncias diferentes, o mesmo ocorreu nos países de capitalismo tardio, onde, apesar da modernização da agricultura ter privilegiado os grandes proprietários de terra, as formas de agricultura com base em pequenas propriedades e organização familiar do trabalho e da produção persistem e se reproduzem, se transformam, se adaptam e se articulam

---

<sup>17</sup> Entre outros, citamos alguns trabalhos de referência, como Silva (1981), Abramovay (2007), Buttel (2001), Corazza e Martinelli Junior. (2002), Schneider (2009a) e Akram-Lodhi e Kay (2010a, 2010b).

de formas heterogêneas e diversificadas à divisão social do trabalho. Deste modo, faz sentido designarmos como “questão camponesa” os debates referentes a estes processos.

No fim dos anos 1970 emergem os debates entre os marxistas norte-americanos e ingleses no âmbito da chamada “Sociologia da Agricultura”. Um primeiro conjunto de contribuições que pretende uma resposta à “persistência” das unidades familiares de produção parte da análise dos “obstáculos ao desenvolvimento capitalista na agricultura”. Segundo Schneider (2009a), podemos agrupar nesse conjunto dois enfoques, que, apesar de situarem seus argumentos num mesmo terreno metodológico, apresentam explicações distintas.

No primeiro, Mann e Dickinson (1978) e Mann (1990) apresentam, numa particular interpretação de Marx, a raiz explicativa da persistência de formas não especificamente capitalistas de produção na agricultura: a relativa incapacidade da produção capitalista superar os limites impostos pela natureza. Essa incapacidade do capital subordinar integralmente a produção agropecuária como qualquer ramo industrial seria proveniente das especificidades de determinados processos produtivos – como gestação e crescimento dos animais, germinação e maturação das plantas etc. – dependentes de ciclos naturais (físicos, químicos e biológicos) e fatores climáticos, que se colocariam como obstáculos ao progresso tecnológico.<sup>18</sup> Essas especificidades implicam em descontinuidades entre os tempos de trabalho e os tempos de produção de mercadorias na agropecuária. Existem períodos em que a produção ocorre sob os desígnios da natureza e, nestes períodos, a produção não é integralmente controlada pelo capital através das operações realizadas pelo trabalho. Sendo que apenas o trabalho produz valor, os tempos de produção em que ele não está operando são tempos em que o capital não está se valorizando, não está produzindo mais-valia. A existência desses tempos de não-trabalho presentes no processo de produção agropecuário seria um limite para a velocidade de rotação do capital, logo, para a obtenção da taxa média de lucro. Portanto, estes autores consideram a agricultura uma atividade de alto risco para a aplicação de capital. Daí a explicação da persistência e reprodução de formas não especificamente capitalistas de produção na agricultura; pois, dado que as formas familiares não possuem a mesma racionalidade econômica capitalista e não operam em função da obtenção da taxa média de lucro, elas encontrariam espaços para se reproduzir onde não interessa ao capital.

---

<sup>18</sup> O progresso tecnológico é a principal forma de o capital se apropriar do valor nas atividades tributárias da natureza, através dos lucros provenientes da própria aplicação de capital na agricultura e da geração de renda diferencial II. Essas duas tendem a ser as formas predominantes de rendimento no desenvolvimento do capital na agricultura; pois as rendas absoluta e diferencial I de localização estão condicionadas a prévia territorialização do capital e ao movimento do capital financeiro; e, como a fertilidade natural tende a ser progressivamente menos expressiva em relação à fertilidade “fabricada” pela aplicação de insumos, a renda diferencial I passa a ser relativamente menos expressiva em relação a renda diferencial II. (MARX, 1978; MOREIRA, 2007).

No segundo, – influenciado tanto pelo enfoque neoschumpeteriano como pelo de Kautsky – Goodman e Redclift (1986) e Goodman, Sorj e Wilkinson (1986, 1990) consideram responder o enigma que explica a reprodução de formas de trabalho familiar na agricultura ao proporem uma resposta à forma como o capitalismo ali se desenvolve. Estes autores consideram que embora seja importante analisar as relações de exploração e de subsunção do trabalho ao capital, na agricultura as transformações no processo imediato de trabalho são determinadas pelo movimento da competição intercapitalista. A agricultura é considerada como qualquer outro setor, onde os capitais industriais, atuando em ambientes oligopólicos de concorrência, buscam valorizar as atividades produtivas explorando inovações tecnológicas para aumentar o excedente apropriado, gerando mudanças constantes nas formas como eles se relacionam com a própria agricultura. Todavia, “a agricultura confronta o capitalismo com um processo de produção natural, que não permite a sua transformação em um ramo de produção industrial.” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990, p.1). Isso representa uma “inabilidade histórica” do capitalismo, e mais particularmente dos capitais agroindustriais, em subsumir e revolucionar os processos rurais de produção como “um todo unificado”, eliminando os riscos, incertezas e descontinuidades dos processos naturais ou biológicos da produção. Os autores sugerem então um esquema analítico para a dinâmica da inovação tecnológica e da organização industrial à montante e à jusante da agricultura a partir dos conceitos de “apropriacionismo” e de “substitucionismo”.<sup>19</sup>

Em resumo, para esses autores, a tendência não é necessariamente a eliminação das formas sociais de trabalho sob controle dos produtores diretos, mas a eliminação da própria base natural da agricultura, que em si é incompatível com o processo de produção capitalista. Para Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) o problema central não são as relações sociais de produção específicas do campo, mas “a natureza e o grau pelos quais os sistemas biológicos de produção são reproduzidos no contexto industrial” (p.137), onde a agricultura não representa mais do que um conjunto “residual” de atividades que “ainda” resistem aos processos industriais. Portanto, a persistência, a reprodução ou a transformação das formas e nas relações sociais rurais de produção, seriam processos determinados pelas trajetórias tecnológicas que permitem melhores condições de acumulação industrial sobre a agricultura; sendo que pouco espaço é deixado para o papel dos próprios agricultores nestes processos.

---

<sup>19</sup> A apropriação é “um processo descontínuo, porém persistente de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades industriais e sua reincorporação na agricultura sob a forma de insumos.” Já a substituição é “igualmente, um processo descontínuo, mas permanente, de alcançar a produção industrial de alimentos via, primeiro, a redução do produto agrícola a um produto industrial e, depois, sua substituição por componentes não-agrícolas.” (GOODMANN; SORJ; WILKINSON, 1990, p.1-2).

Um segundo conjunto de contribuições, diferentemente do primeiro, que partia dos obstáculos impostos ao desenvolvimento capitalista frente às especificidades da agricultura, parte das especificidades das próprias relações sociais engendradas na agricultura com o conceito de “produção simples de mercadorias” – utilizado originalmente por Marx (1985) para caracterizar a produção mercantil pré-capitalista, que integrava de modo parcial a nova divisão social do trabalho e os circuitos de produção e realização do valor. Os principais autores envolvidos no chamado “debate da mercantilização” foram Harriet Friedmann (1978a, 1978b, 1986) e Henry Bernstein (1979, 1986), entre outros, além de Alison Scott (1986), que faz um balanço do debate, expondo seus impasses e propondo alternativas de avanço.

Segundo Scott (1986a), essas abordagens estruturalistas influenciadas pela tradição francesa, muito difundidas e influentes nos anos 1970, tiveram o mérito de valorizar a importância do rigor terminológico e metodológico nas análises teóricas marxistas. E, aplicadas aos estudos sobre desenvolvimento, proveram a possibilidade de uma explicação para a coexistência de diferentes formas de produção que não fosse dualista, funcionalista, teleológica ou materialista vulgar. Por outro lado, também incorporaram uma excessiva rigidez as categorias analíticas, que eram mobilizadas tendo como categoria central o conceito de “modo de produção”. Discutiam-se as “propriedades” de cada modo de produção, suas “articulações” internas e externas, as relações de “dominação” e de “subordinação” entre os diferentes modos e as “transições” de um modo de produção para outro.

Em meio a esse referencial ganharam força os conceitos de produção simples de mercadorias (SCP) e pequena produção de mercadorias (PCP), vistas como categorias superiores em relação a outras, como as de “produção camponesa” ou “setor informal de produção”, que não possuíam propriedades analíticas especificamente teóricas. Todavia, desde que as posições de classe dos “produtores de mercadorias” eram analisadas essencialmente em termos de relações de exploração baseadas na produção e apropriação do valor excedente no processo de acumulação de capital, eles eram tratados como uma forma homogênea em relação às outras classes na formação social em que estavam inseridos. De modo que as relações sociais internas à unidade de produção acabavam não sendo teorizadas. Então, generalizou-se uma crítica a essas abordagens, acusando-as de dedutivistas, ahistóricas, deterministas e economicistas, dado sua rigidez para lidar com as tensões entre o rigor metodológico e seus limites frente à diversidade dos contextos empíricos em que eram aplicadas. Tornaram-se assim um tanto quanto desacreditadas em razão do seu reducionismo econômico e da relativa negligência de outros fatores na determinação das estruturas.



Para Scott (1986b), os constrangimentos metodológicos dessas abordagens estavam ligados, por um lado, a tensão entre os modelos teóricos e as contingências históricas dos fenômenos empíricos e, por outro, ao problema de elaboração de conceitos intermediários sem que se caísse em divergências e contradições em relação à própria teoria. Tais constrangimentos se expressavam basicamente através de quatro dificuldades: a) para analisar as diversidades nas manifestações empíricas dos produtores simples/pequenos produtores de mercadorias; b) para combinar os fatores políticos, ideológicos, culturais e contextuais aos fatores econômicos na análise de sua estrutura; c) para combinar na análise os elementos de estrutura e agência; d) para estabelecer uma forma de causalidade entre esses dois elementos que não fosse nem funcionalista, nem teleológica, nem tautológica.

A solução destes problemas, segundo Scott (1986b), repousaria na elaboração conceitos que representem as estruturas das formas familiares de produção em um nível secundário de abstração/concreção, onde fosse reconhecida a variedade de situações contextuais em que uma diversidade de formas empíricas nas quais os “produtores de mercadorias” se encontram. O conceito de produção simples de mercadorias (SCP) precisa, portanto, considerar um espaço teórico entre a operação das leis abstratas e dos efeitos concretos historicamente específicos que são produzidos como resultado da interação entre estrutura e agência. Avançar nesse sentido é o nosso propósito nas duas próximas subseções.

### **2.2.2 Formas sociais rurais de produção e mercantilização diferencial**

A análise da “questão camponesa” no desenvolvimento do capitalismo busca encontrar uma solução para o impasse relativo às causas explicativas da reprodução de formas familiares de trabalho e produção enquanto produtores de mercadorias. Assim, partimos de uma crítica a visão “objetivista” dos autores da Sociologia da Agricultura sobre o processo de mercantilização. Eles enxergavam as formas familiares como reflexos de estruturas totalizantes (mercados, concorrência intercapitalista, tecnologia, Estado). É como se a mercantilização fosse um processo unilinear de inserção das formas familiares aos mercados, que induziria, no limite, a proletarização ou a capitalização, ou ainda a uma completa subordinação e perda de autonomia nos processos de produção e trabalho, como resultado inexorável do desenvolvimento das relações capitalistas. Em contraponto a essa visão, formularemos algumas proposições sobre a agricultura familiar enquanto uma forma social rural de produção que se reproduz de maneiras diversas em sociedades mercantil-capitalistas.

A categoria “forma de produção” denota uma combinação de relações sociais e técnicas que resultam na produção e apropriação de trabalho excedente. Segundo Scott (1986), em nível teórico, a estrutura dessas relações é composta pelos seguintes elementos: a) a propriedade relativa da terra, instrumentos de trabalho e meios de produção; b) a produção de excedente com o resultado de um determinado processo de trabalho com específicas relações sociais entre os produtores diretos envolvidos; c) a produção e distribuição dos produtos do trabalho como resultado de determinados meios de apropriação dos excedentes produzidos; d) e as condições internas e externas de existência que possibilitam a reprodução do processo de produção através do tempo.

Todavia, no caso das “formas familiares na agricultura”, as relações sociais e técnicas de produção e reprodução combinam as suas características internas (estruturas de parentesco, ciclo demográfico, autoaprovisionamento, hierarquias na divisão familiar do trabalho, processo de trabalho e escalas de produção) com as ligações externas que as famílias estabelecem com o ambiente social e econômico onde de inserem (Estado, capital agroindustrial, mercados à montante e à jusante, cultura secular, etc.). Nestes termos, a definição abstrata de forma de produção acima enunciada é uma expressão generalizável e ao mesmo tempo reduzida das relações sociais de produção historicamente observáveis. Portanto, é necessário considerar que tais relações são constituídas por elementos econômicos, políticos, ideológicos e culturais que lhes dão conteúdo e sentido: o que é imprescindível para se elaborar desdobramentos teóricos na análise da agricultura familiar em condições empíricas de existência, enquanto produtores de mercadorias, focando na diversidade de suas estruturas e nas manifestações institucionais que dão expressão a essa forma social de produção.

Primeiro, é importante distinguir produção simples de mercadorias (PSM) de produção capitalista de mercadorias e também de modo de produção capitalista (MPC).<sup>20</sup> A PSM representa um nível primário de abstração, independente de circunstâncias históricas, onde não existe sistematicamente trabalho assalariado, nem mais-valia, nem lucro. É uma produção restringida de valor de troca, cujas condições instituintes de existência são: a existência de mercados para as mercadorias; a propriedade dos meios de produção por parte dos produtores diretos; o acesso a trabalho fora do mercado de trabalho capitalista. E daí decorre: a

---

<sup>20</sup> A categoria Produção Simples de Mercadorias (PSM) está para a categoria Forma de Produção (FDP) assim como Modo de Produção Capitalista (MPC) está para Formação Econômico-Social (FES). Ou seja, são categorias que operam em distintos graus de abstração. PSM e MPC estão num grau primário de abstração, enquanto FDP e FES num grau secundário. No grau secundário existe um nível de concreção mais elevado, que permite a teorização de situações históricas particulares com um mesmo conjunto de ferramentas conceituais e analíticas. Ver Marx (2007b) e Corazza (2003) sobre abstração e concreção no método da economia política e Scott (1986a, 1986b) sobre o caso das formas familiares de produção na agricultura.

autonomia sobre o próprio processo de trabalho; a realização do trabalho excedente por meio da distribuição direta de produtos e serviços; e a apropriação dos frutos do trabalho direto.

Segundo, a forma de existência dos produtores diretos na diversidade empírica em que se manifestam historicamente, pode ser apreendida através de um conceito que avance de um nível primário de abstração (como PSM) para um nível secundário, que representa a manifestação concreta com variações na estrutura de tal forma de produção em relação ao conceito abstrato. Scott (1986b) sugere o uso de conceitos como pequeno produtor de mercadorias (PPM) e produtor simples de mercadorias (PSM), desde que sempre sejam apresentados seus elementos históricos específicos, que não podem ser apreendidos no primeiro nível. Ademais, algumas das condições de existência dos PCP's e PSM's assentam-se em estruturas também historicamente variáveis; de modo que todas as formas de produção dentro de uma formação social particular estão em constante movimento e mudança relacional; e as variações entre elas apresentam expressões institucionais que lhes são cultural e contextualmente específicas. Dessa forma podemos analisar os camponeses e agricultores familiares enquanto produtores de mercadorias que interagem com as estruturas capitalistas de formas heterogêneas e muitas vezes particulares frente aos processos de mercantilização.

Cabe aqui enfatizar a capacidade de agência dos atores sociais nos modos como instituem concretamente suas condições de existência frente às estruturas determinadas fora de seu campo imediato de ação, pois a mercantilização das relações sociais não ocorre de forma homogênea e estruturalmente determinada. De acordo com Ploeg (1992), existem vários “graus de mercantilização”, que variam de acordo com as diferentes formas de interação social e de integração dos agricultores aos diferentes mercados – enquanto produtores e demandantes de mercadorias e, potencialmente, inclusive como trabalhadores inseridos nos circuitos capitalistas –, permitindo uma compreensão mais adequada acerca da complexificação da divisão social do trabalho na medida em que avançam a sociabilidade capitalista e as relações baseadas no intercâmbio mercantil na agricultura e no espaço rural.

Neste sentido, os processos de mercantilização da agricultura familiar, do espaço rural e da sua força de trabalho, ocorrem por meio de disputas entre os agricultores, determinadas frações do capital e o Estado pelo controle dos recursos produtivos, e assim, pelo controle dos próprios mercados em que interagem. Envolve, por exemplo, a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos utilizados diretamente no processo produtivo; o aluguel de equipamentos e serviços de terceiros; a compra de bens utilizados para o próprio consumo da família; o arrendamento e talvez a compra e venda de terras; a contratação temporária ou até permanente de mão de obra auxiliar; e a obtenção de financiamentos e tomada de crédito.

Envolve também a comercialização da sua produção agropecuária; a prestação de serviços e o aluguel de máquinas e equipamentos para terceiros; e a venda da própria força de trabalho dos membros da família em atividades agrícolas e não-agrícolas dentro ou fora da propriedade, configurando situações de “pluriatividade”.

Seguindo essa concepção, podemos compreender a mercantilização da agricultura como um processo em que os atores sociais em questão são envolvidos em relações e interações sociais mediadas pelo intercâmbio mercantil, conforme argumenta Polanyi (1976). Neste sentido, segundo Long (2007), a agricultura é sujeita a uma “incorporação institucional” que efetiva a sua ampla, porém diferencial mercantilização através de um conjunto de três processos interconectados. É nestes termos que podemos compreender o processo de “modernização da agricultura” segundo os preceitos da “Revolução Verde”.

Primeiro, temos a “externalização” crescente das etapas do processo de produção através da transferência do controle de tarefas, recursos e atividades produtivas, até então exercido pelos próprios agricultores, para atores externos, de tal maneira que os processos não podem se reproduzir fora do alcance do capital. Um número crescente desses elementos são separados no processo de trabalho e passam a ser coordenados exogenamente através da multiplicação das relações de intercâmbio mercantil e por meio de sistemas técnico-administrativo-informacionais. Assim, é gerada uma oposição entre trabalho mental e trabalho manual dos produtores diretos, de modo que suas práticas e rotinas são mais ou menos modificadas por controles externos, alterando sua autonomia relativa e transformando as condições objetivas (materiais) e subjetivas (simbólicas) de sua reprodução social.

Dois outros processos vêm a reboque da externalização, complementando a incorporação institucional da agricultura. Um é a “cientifização” dos processos de produção através da incorporação de tecnologias que aumentam o controle do processo de trabalho agrícola e da natureza por “agentes externos” (empresas, bancos, Estado, agências). O outro é a “centralização estatal” da agricultura por meio da incorporação de diversas interrelações entre várias instituições (P&D, crédito, ATER, sindicatos, etc.) e atores sociais por parte do Estado, que se incumbe de coordenar os conflitos de interesse e mediar às decisões coletivas concernentes a produção agropecuária, a reprodução das populações do campo e a dinâmica dos espaços rurais em condições sociais e materiais específicas - especialmente através de políticas públicas de regulação setorial, mas não somente.

Em suma, a mercantilização não é um processo linear e previsível que transforma uma forma social de produção de maneira homogênea e determinista. Também não se circunscreve apenas as diversas formas de inserção dos agricultores em diferentes mercados, pois se

estende aos seus modos de vida, causando-lhes verdadeiras “metamorfoses” (PLEIN; SCHNEIDER, 2003). A mercantilização é, enfim, “um amplo processo social que adentra as mais distintas esferas de relações sociais, atribuindo às interações humanas e materiais que ali se reproduzem, valores mercantis que passam a regular as práticas dos agricultores.” (NIEDERLE, 2007, p.48). O resultado deste processo é a expansão de uma sociabilidade eminentemente capitalista: o que, todavia, não impossibilita a existência e a reprodução de formas sociais rurais heterogêneas e diferenciadas dentro da própria agricultura familiar; por isso o chamamos de “mercantilização diferencial”. Através desse processo configuram-se novos parâmetros sobre os quais os membros da família planejam e executam suas habituais tarefas, mas também deliberam de maneira reflexiva e tomam suas decisões conscientes.

### **2.2.3 Diversidade, estratégias de reprodução e estilos de agricultura**

Com base nos conceitos de formas familiares de produção de Scott (1986a, 1986b) e de mercantilização diferencial de Ploeg (1992), os agricultores familiares não podem ser analisados como receptáculos vazios de determinações estruturais, pois eles possuem poder de agência e capacidade de intervir no curso dos acontecimentos. Essa capacidade torna os indivíduos agentes, portadores de projetos e de consciência (ainda que muitas vezes tácita) de suas ações, qualificando-os como atores sociais. Então, cotidianamente, os agricultores familiares, na qualidade de atores sociais, desenvolvem uma série de procedimentos habituais, mas também de estratégias deliberadas, para instituir a sua reprodução social e econômica. Através dessas estratégias eles são capazes de “modificar, neutralizar, resistir e, por vezes, até acelerar os resultados da mercantilização [...] Desse modo, o fato de os agricultores mobilizarem um amplo repertório de recursos fora dos mercados cria ‘espaços de manobra’ e estratégias para manter e ampliar sua autonomia” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p.45).

As manifestações empíricas das formas familiares no espaço rural assumem características sociais muito heterogêneas e formas de organização do trabalho e da produção muito diversificadas. Então, nos dirigimos à análise das condições objetivas e subjetivas de existência dos agricultores familiares para compreender os modos de se fazer agricultura, especialmente em suas relações com os mercados e com a natureza. Ploeg (2008, p.40) fala de uma “condição camponesa”, não como um apego romântico ao passado, mas sim como uma constante luta por autonomia, uma “instituição necessária” para o desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada que permita a “coprodução” entre os seres humanos e a

natureza viva.<sup>21</sup> Nesse processo não se exclui em absoluto as interações com os mercados. No entanto, ao fortalecerem seus padrões de cooperação, ao interagirem mais organicamente com a natureza viva (externa ao homem) e ao intensificarem a valorização do trabalho, os agricultores potencialmente fortalecem sua condição camponesa e passam a depender menos dos mercados para reproduzir seus meios de vida e seus processos produtivos – reduzindo a externalização, aumentando a agregação de valor e garantindo maior autonomia.

No esforço de compreender a diversidade produtiva e a heterogeneidade estrutural das formas familiares de produção no espaço rural, Ploeg (1992, 2008, 2009) sustenta a existência teórica de diferentes “graus de mercantilização”. Diversas formas sociais de organização do trabalho e da produção, bem como diversas formas de sociabilidade, emergem como resultado de diferentes concepções mentais, que, por sua vez, possibilitam diferentes condutas e estratégias de reprodução entre os agricultores familiares: que em alguns casos podem ser mais “empresariais” e, em outros, mais “camponesas”.

[A] agricultura familiar, [segundo Ploeg (2009, p.16)], abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer agricultura. [...] A essência e as principais diferenças entre esses dois contrastantes modos de produção não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação do valor são ordenadas.

Neste sentido, de certa maneira podemos concordar com a distinção que Abramovay (2007) faz entre agricultura camponesa e agricultura familiar, assentada sobre as diferentes relações estabelecidas de acordo com a forma e o grau de sua integração aos mercados. De uma maneira simples e objetiva, podemos dizer que tanto a agricultura familiar “camponesa” como a agricultura familiar “empresarial” se diferenciam da agricultura patronal “capitalista”, porque diferente desta, cujo objetivo da sua produção é a apropriação de mais-valia/lucro, para as primeiras o objetivo é a sua reprodução social e econômica. Mais especificamente, na reprodução da agricultura familiar “camponesa”, o objetivo da sua produção está fundado essencialmente na sua sobrevivência, de modo que apenas uma produção excedentária é vendida no mercado, com propósito estratégico de gerar algum ingresso monetário – necessário para a aquisição de bens e serviços não produzidos internamente e nem adquiridos por meio de relações de reciprocidade; a formação de alguma poupança e de pequenos fundos

---

<sup>21</sup> “Coprodução é o incessante encontro e interação mútua entre homem e natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material. Na coprodução e através dela, o social e o material são mutuamente transformados. Eles são configurados e reconfigurados de forma a se tornarem recursos úteis, adequados e promissores, que compõem um padrão coerente: o modo de produção camponês.” (PLOEG, 2009, p.22). Importante destacar que, quando Ploeg fala de um “modo de produção camponês” e um “modo de produção empresarial” não está se referindo a categoria modo de produção da forma como utilizada pelos autores marxo-estruturalistas. Entenda-se como uma forma/maneira camponesa e uma forma/maneira empresarial de fazer agricultura.

para fazer frente a certos gastos, etc. De maneira diversa, na reprodução da agricultura familiar “empresarial”, o objetivo da sua produção está fundado essencialmente na geração de renda monetária, de modo que apenas uma parcela minoritária é destinada ao autoaprovisionamento e à reposição dos meios de produção, com propósito estratégico de reduzir seus gastos – pois a aquisição de bens e serviços para o consumo final bem como o destino de sua produção dependem da interação com o mercado e do uso de dinheiro.

Por outro lado, seguindo este critério de distinção podemos aceitar a reconceituação que Ploeg (2009) faz dos conceitos neomarxistas de pequeno produtor de mercadorias (PPM) e de produtor simples de mercadorias (PSM). Segundo este autor, enquanto a “forma familiar camponesa” de fazer agricultura opera como PPM, a “forma familiar empresarial” opera como PSM. Ao porem em prática estratégias que intensificam a condição camponesa, os agricultores se distanciam de uma “reprodução dependente” dos mercados de insumos, associada com a forma “empresarial”, em direção a uma “reprodução relativamente autônoma”, associada com a forma “camponesa”. Fortalecendo a condição camponesa eles praticam uma “agricultura econômica” – baseada numa redução relativa de custos – onde os resultados da produção e outros recursos, inclusive a própria força de trabalho, deixam gradualmente de ser mobilizados como mercadorias e passam a ser reproduzidos em uma “base de recursos autocontrolada”, como resultado do ciclo precedente (PLOEG, 2008, 2009).

O Quadro 1 abaixo é uma adaptação do *framework* de Ploeg (2009), onde estão resumidas as principais características das três formas: camponesa, empresarial e capitalista.

**QUADRO 1** - Diferentes formas de produção de mercadorias na agricultura

| Elementos produtivos  | Camponesa (PPM) | Empresarial (PSM) | Capitalista (PCM) |
|-----------------------|-----------------|-------------------|-------------------|
| Resultado da produção | mercadoria      | mercadoria        | mercadoria        |
| Outros recursos       | não-mercadoria  | mercadoria        | mercadoria        |
| Força de trabalho     | não-mercadoria  | não-mercadoria    | mercadoria        |
| Objetivo              | sobrevivência   | renda             | lucro             |

Fonte: adaptação de Ploeg (2009, p.20).

Desse modo, a partir da mobilização de diferentes recursos e estratégias frente ao processo de mercantilização, resulta a diversidade do que, em diversos de seus trabalhos, Ploeg (1993, 1994, 1995, 2003) denomina “estilos de agricultura”. Os diversos estilos de agricultura são uma expressão da heterogeneidade social e diversidade produtiva da agricultura familiar. Eles são resultados de determinados contextos institucionais de mercantilização, onde se constituem diferentes hábitos de pensamento e ação, racionalidades e formas de conduta, projetos de vida e estratégias de reprodução social e econômica.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> De acordo com uma das mais citadas definições de Ploeg (1993, p.241), um estilo de agricultura envolve “uma composição de idéias normativas e estratégicas sobre como a agricultura (*farming*) será feita [...], um modo

Desse modo, “embora claras interrelações entre estilos de agricultura e conjuntos específicos de relações sociais de produção possam ser distinguidas, é impossível construir uma tendência causal unilinear na qual estes estilos emergem como ‘efeitos’ diretos de ‘causas’ particulares” (LONG; PLOEG, 1994, p.23). Quer dizer, ainda que sejam produtores de mercadorias, não existe uma lógica *a priori* e determinística de diferenciação social de classe (proletarização ou capitalização), mas sim uma variada estratificação das formas sociais familiares de produção na agricultura. A relação entre as trajetórias e processos de mercantilização e as estratégias de reprodução da agricultura familiar dependem dos contextos históricos e das relações de produção e de poder estabelecidas. Portanto, o desenvolvimento das relações capitalistas impõe-se na agricultura mediado pelas estratégias de resistência com que os atores sociais o confrontam, de modo que os sentidos do processo de mercantilização são contextualmente reconfigurados por essas estratégias, mas também pelos hábitos enraizados nos atores sociais e pelas instituições vigentes em determinado território.

Baseando-nos de Ploeg (1995), argumentamos que três elementos interconectados são importantes para compreender a constituição de diferentes “estilos de agricultura”. Primeiro, as ideias normativas: um repertório cultural de inclinações habituais, costumes e tradições, valores e percepções que configuram noções estratégicas pelas quais os agricultores se orientam para organizar a sua unidade de produção e vida familiar em um determinado caminho. Segundo, as práticas produtivas: dotações tecnológicas e recursos adquiridos (meios de produção e conhecimentos) associados a um repertório cultural específico através dos quais os agricultores definem as suas práticas laborais e técnicas. Terceiro, as relações com os mercados: um conjunto de interações sociais em que os agricultores se envolvem para acessar recursos e relações de intercâmbio em diferentes mercados, estabelecidas para operar as estratégias de reprodução escolhidas e postas em prática.

Nestes termos, apesar da sua relativa ubiquidade, a noção de “estilos de agricultura” provê uma poderosa ferramenta analítica para a construção de tipologias teoricamente informadas, capazes de apreender conceitualmente os principais elementos que conformam a diversidade empírica das formas familiares de trabalho e produção na agricultura. Cabe reconhecermos, por conseguinte, que essa noção será utilizada de uma maneira tanto flexível

---

específico de organização do empreendimento agrícola: prática agrícola e desenvolvimento são definidos pelo repertório cultural, o qual por sua vez é testado, afirmado e, se necessário, ajustado pela prática. Por conseguinte, um estilo de agricultura é uma forma concreta de práxis, uma unidade particular de pensamento e ação, de teoria e prática.” Uma análise mais detalhada sobre a trajetória de construção do conceito de estilos de agricultura entre os autores da POA pode ser encontrada em Niederle (2007) e Schneider e Niederle (2008). Uma aplicação baseada em análise quantitativa, na qual nos inspiramos, pode ser encontrada em Conterato (2008). Uma revisão crítica do conceito e suas diversas aplicações pode ser encontrada em Vanclay (2006).



neste trabalho. Em certa medida isso se justifica na natureza da própria noção. Como destaca Vanclay (2006), a ideia de estilos de agricultura é bastante polissêmica, pois é empregada de maneiras diversas em diferentes pesquisas, de acordo com os interesses de cada pesquisador. Na nossa pesquisa ela aparecerá em dois sentidos. No terceiro capítulo ela nos ajuda a compreender a “metamorfose” da agricultura familiar, que ocorre ao longo de um processo histórico de transição do sistema produtivo localmente praticado pelos colonos para um sistema produtivo diverso, onde eles tornam-se agricultores familiares mercantilizados, gradual e diferencialmente integrados à economia capitalista. E no quarto capítulo, a noção de estilos de agricultura aparece muito mais como uma ferramenta classificatória para diferenciar os diferentes “tipos” de agricultores familiares mercantilizados do Sudoeste do Paraná.

#### **2.2.4 Agricultura familiar como um ator ativo nos processos de mudança social**

A economia de mercado, própria das formações sociais onde vigora o modo de produção capitalista, não é um fenômeno espontâneo e natural, mas sim um projeto político, realizado através de uma profunda mudança institucional cuja dinâmica decorre do processo de mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro. Mas, como observou Polanyi (2000):

[...] a ficção da mercadoria menosprezou o fato de que deixar o destino do solo e das pessoas por conta do mercado seria o mesmo que aniquilá-los. (p.162). Os mercados de trabalho, terra e dinheiro são, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico. (p.94).

Para Polanyi (2000, p.93), mercantilizar o trabalho e a terra – que “nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem” – significa “subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado.” Da mesma forma que, legar “a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e os excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas.” A mercantilização instituída é, portanto, a causa da alienação e subordinação dos seres humanos a uma racionalidade mercantil, individualista e desumanizadora, que atinge sobremaneira as subjetividades do ser social, afetando os próprios valores reconhecidos pelas coletividades humanas – de que fala Sabourin (2009) – alterando os seus modos de vida, as suas formas de sociabilidade e os seus padrões coletivos de comportamento e conduta.

Isso também ocorre no mundo rural. A mercantilização, instituída como um processo decorrente do desenvolvimento capitalista, provoca metamorfoses nos modos de vida rurais,

minando as manifestações da “condição camponesa”, de que fala Ploeg (2008). Por exemplo, no processo de modernização da agricultura ocorrido em maior parte dos estados do Sul do Brasil, as trajetórias de mercantilização predominantes têm sido as de especialização na produção de *commodities* agrícolas e os “sistemas de produção integrada” dos agricultores com as agroindústrias processadoras (DALLA COSTA, 1993; MELLO, 2009; SILVA, 2011). Deste modo, os agricultores familiares têm sido levados a uma maior dependência dos mercados globais. Tal processo tem causado um crescente *squeeze* entre os preços pagos e os custos incorridos e inserido os agricultores em um *treadmill* tecnológico, colocando-os no caminho da dependência ou, no limite, da expropriação e da proletarização propriamente dita.

Os conceitos supracitados, de *treadmill* (VEIGA, 2007) e de *squeeze* (PLOEG, 2008, 2009), demonstram que os agricultores modernizados se vêem obrigados a incorporar progresso técnico para se manterem competitivos, ou seja, encontram-se constantemente presos a uma esteira rolante (*treadmill*) de inovação tecnológica. Isso significa uma necessidade crescente de adição de insumos externos para manter economias de escala, tornando seus custos de produção cada vez mais elevados. Conseqüentemente, na medida em que o progresso técnico é incorporado, e que aumentam as escalas de seus sistemas de produção, são reduzidos os preços pagos ao produtor, ou seja, ocorre um estrangulamento (*squeeze*) na relação custo-preço. Este processo implica numa redução da autonomia relativa dos agricultores, tornado suas estratégias reprodutivas cada vez mais dependentes de atores externos, subordinando a sua força de trabalho e os expondo à crescente externalização dos processos produtivos e do seu consumo produtivo (intermediário) e improdutivo (final).

Todavia, sustentamos que os agricultores têm poder de agência e capacidade para mobilizar estratégias de resistência e formas de reação e adaptação frente a esses processos. Neste sentido, é necessário se desconstruir tanto a idéia do agricultor como um empresário rural especializado e integrado aos mercados de *commodities* como o ideal a ser seguido e copiado, como a ideia do camponês autárquico, que vive e produz apenas para a subsistência. Só assim poderemos compreender que as estratégias de resistência instituídas pelos agricultores como “contramovimentos” frente à mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro – aos assaltos do “moinho satânico” de que falava Polanyi (2000). É possível argumentar que através da organização articulada em diversos níveis (econômico, político e sócio-cultural) e escalas (do local ao global) e da ativação e enraizamento de instituições mais democráticas, os próprios atores sociais podem estabelecer mecanismos de regulação dos mercados e dispositivos coletivos de ação econômica capazes de promover processos de mudança social. No caso dos agricultores familiares poderíamos falar de sua capacidade de

instituir processos de desenvolvimento rural. Mas se isso é verdade, quais seriam as expressões práticas destes “contramovimentos” da agricultura familiar?

Os agricultores têm mobilizado diferentes mecanismos de resistência em face da externalização, do *squeeze* e do *treadmill* na agricultura, da deterioração da base de recursos, da subordinação do trabalho e da dependência em decorrência da globalização econômica e da liberalização dos mercados agroalimentares. Ploeg (2007) aponta para formas de resistência criadas enquanto desvios da gramática ditada pelo controle “imperial”, que caracterizam e estruturam os processos de trabalho e produção. A esse tipo de resistência ele chama de “resistência de terceiro nível”. São formas de resistência que se materializam nos espaços de produção, através de alterações nos hábitos e rotinas, nos ritmos e processos de trabalho, nas formas de cooperação, nos tipos de materiais e insumos utilizados e nos diferentes mercados e canais de comercialização em que os agricultores se inserem. Estes repertórios culturais e materiais são alterados de acordo com as diferentes experiências, interesses, preferências, procedimentos, aptidões e práticas dos agricultores. Tal forma de resistência se diferencia das “formas abertas de resistência” (enfrentamento direto, greves, bloqueio de estradas, ocupações), bem como das formas veladas, camufladas, que ocorrem nas margens dos processos sociais mais visíveis, as “formas cotidianas de resistência” (SCOTT, 2002).

A mercantilização é um “amplo processo social” que transborda a dimensão material das relações sociais – a esfera integrativa entre produção, circulação e consumo. Por isso, o processo de construção de autonomia também se associa a resistência e luta pela preservação e valorização social de recursos simbólicos (discursos, crenças, valores, costumes, tradições) imersos nas formas de fazer agricultura e vivenciar o rural. A construção de autonomia pode aparecer como resultado de contramovimentos que produzem interações econômicas e criam valores humanos projetados em relações sociais e enraizados em princípios como a reciprocidade e a solidariedade (SABOURIN, 2007; NIEDERLE; RADOMSKY, 2007). Podemos destacar, por exemplo, as interações econômicas dos agricultores assentadas em mecanismos de ajuda mútua e trocas de trabalho ou de alimentos, ou em formas de organização associativa e cooperativa existentes tanto no mundo rural europeu (PLOEG, 2008) como no mundo rural brasileiro (SABOURIN, 2005, 2009).

Essas estratégias de resistência dos agricultores não se restringem aos espaços privados de trabalho e produção e revelam-se na capacidade que os agricultores têm para produzir inovações técnicas e organizacionais que se traduzem em alternativas concretas para a construção das trajetórias de diversificação de seus meios de sobrevivência e dos territórios

em que vivem e se reproduzem. Mas claro que as estratégias não estão desconectadas e nem desarticuladas das estruturas sociais (econômicas, políticas, culturais) em que se inserem.

O “Império” (PLOEG, 2008) é o modo de ordenamento do mundo social e natural que cria e opera um contexto institucional onde os camponeses encaram um complexo aparato de leis, regras e convenções que restringem suas estratégias. Nos interstícios do “Império” os camponeses acham espaços de manobra e criam uma ampla e heterogênea gama de estratégias de resistência interligadas para confrontar as formas de controle e apropriação estabelecidas [por meio de] mecanismos institucionais. Os camponeses não são nem totalmente submissos nem passivos em face desse controle externo. Eles reagem a essas pressões externas e, em contextos específicos, tem agência para construir fortemente seus meios de vida que vão além das formas de dominação. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2010, p.12).

Entre as razões que nos permitem compreender a resiliência da agricultura familiar e a valorização da “condição camponesa” está o fato de que a questão agrária hoje é também uma “questão alimentar” (McMICHAEL, 2008) e uma “questão ambiental” (MOREIRA, 1999). O que nos leva ao reconhecimento de uma “nova questão agrária” no capitalismo contemporâneo que, “baseada em múltiplas formas de resistência camponesa, combina elementos de classe, etnia, gênero e ecologia, em uma tentativa de reformular o discurso e as relações materiais de desenvolvimento” (McMICHAEL, 2007, p.36). E esta “nova questão agrária” é também “camponesa”, porque a reprodução das formas familiares não é mais apenas uma questão de sua adaptabilidade e integração ao processo de acumulação capitalista, mas de uma reconexão necessária entre agricultura, sociedade e natureza.

Esta “nova questão agrária” na verdade denota uma variedade de questões envolvidas nos processos de mudança agrária e transformação dos espaços rurais na fase contemporânea do capitalismo. Neste sentido, partilhamos da interpretação de Akram-Lodhi e Kay (2010b) sobre a “questão agrária” contemporânea envolver três problemáticas interconectadas, que encontra guarida no modelo analítico de *reconstitutive downward causation*.

- a) No nível micro, a problemática da produção rural, que se refere à reprodução das formas sociais rurais de organização do trabalho; à adoção de determinadas tecnologias na produção agropecuária; e à diferenciação socioeconômica entre os agricultores, onde emergem consequências e efeitos diferenciais em escala local, diante dos processos de reestruturação capitalista nas escalas nacional e global;
- b) No nível macro (embora com expressões práticas no nível micro), a problemática da acumulação rural, que se refere à produção de excedente a partir das atividades rurais e à apropriação deste valor dentro do processo de reprodução ampliada do capital em determinados territórios articulados ao processo global de acumulação; a

interrelação da agricultura com os diversos ramos industriais, o comércio e as finanças; e ao seu papel nos processos de transformação estrutural das sociedades;

c) No plano institucional, a problemática da política rural, que se refere às lutas dos agricultores e camponeses por sua reprodução, melhoria de suas condições de trabalho e de vida, busca de emancipação e conquista de autonomia; ao estabelecimento de alianças entre os agricultores e outros grupos e classes sociais a fim de que essas lutas alcancem resultados práticos efetivos; e ao impacto dessas lutas políticas na dinâmica econômica e nos processos de mudança social.

Argumentamos que estas três problemáticas interconectadas se articulam nos processos de desenvolvimento rural protagonizados pelos agricultores familiares, através do acionamento do que Ploeg (2008) chama de “princípio camponês”: uma disposição emancipatória enraizada nas concepções mentais dos agricultores, que lhes permite interpretar sua “condição camponesa” em uma situação concreta e, a partir do seu engajamento (compromisso, envolvimento e dedicação) como atores de um projeto coletivo, promover a emergência de processos de mudança social, caracterizáveis como de desenvolvimento rural.

O princípio camponês permite que os atores envolvidos ultrapassem as mediações do contexto. Ele também contribui para a resistência camponesa, para a resiliência do campesinato e para as [...] lutas que visam forjar algum progresso. [...] Em suma, o princípio camponês consiste em enfrentar e superar as dificuldades para construir [possibilidades] que [lhes] permitem a condição de agente. Ele também pode ser visto como a condição camponesa projetada no futuro. Isto é, o princípio camponês sintetiza o roteiro que projeta os camponeses ao longo do tempo: ele liga o passado, o presente e o futuro, atribuindo sentido e importância aos muitos mecanismos de retorno e de avanço que relacionam as diferentes fases entre si, e integra as muitas atividades e relações diferentes em um todo significativo. [...] Ele também diz respeito à subjetividade – o princípio camponês implica que as visões de mundo particulares e os cursos de ação associados são importantes [...] Ele é também o veículo através do qual as pessoas se envolvem ativamente na condição camponesa e a desenvolvem mais [...] O princípio camponês funciona essencialmente como um elo de ligação entre a construção de alguma autonomia e a promessa de que as coisas podem melhorar através da dedicação e da vontade própria de travar as lutas cotidianas (PLOEG, 2008, p. 299, p. 301, p. 303).

O princípio camponês representa o elo teórico entre as estratégias de reprodução dos agricultores familiares individuais e o estabelecimento de contramovimentos em um nível mais agregado de ação coletiva. Através dos “contramovimentos” os agricultores contribuem definitivamente para a promoção de processos de diversificação produtiva e tecnológica, de criação de economias de escopo e de mecanismos de troca e distribuição socialmente regulados, imersos em relações sociais baseadas em princípios como a solidariedade, a reciprocidade e a redistribuição. Diante de tal quadro, na medida em que a ação dos agricultores desencadeia formas de resistência à dependência e a expropriação imposta pelas

forças sociais hegemônicas, além da criação de autonomia, isso pode, potencialmente, dinamizar processos de produção e trabalho mais sustentáveis na agricultura, em termos de coprodução. Nesse processo outros mecanismos podem ser acionados. Quando confrontados com os mercados, os agricultores podem criar “espaços de manobra” que deslocam a atividade econômica da relação de *treadmill* tecnológico e de *cost-price squeeze* imposta pelos “Impérios Alimentares” (PLOEG, 2008, 2009), agregando valor e aumentando os seus ganhos substantivos, atribuindo dinamismo e competitividade ao espaço rural e até mesmo contrabalançando e alterando a correlação de forças existente entre os agricultores familiares e grupos e classes sociais dominantes que atuam no território.

### 2.3 UMA ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Podemos afirmar que atualmente vêm ocorrendo mudanças nas concepções mentais – talvez nos próprios hábitos de pensamento – dos estudiosos, *policy makers* e atores sociais acerca do tema do desenvolvimento rural e, logo, nas referências analíticas e nas formas concretas de atuação destes. Uma das mais marcantes se refere à crescente atenção dispensada para a construção de aportes que levem em conta o espaço como uma variável explicativa dos processos de mudança social e econômica. Temas como território e ruralidade associados ao do desenvolvimento têm passado por constantes tentativas de atualização e renovação não apenas no campo acadêmico, mas também no campo da política e das práticas sociais. Neste contexto, a abordagem territorial do desenvolvimento rural tem ensejado propostas concretas de intervenção estatal em vários países, a partir de uma preocupação claramente instrumental e normativa em que o “território” passaria a ser a unidade de referência para a observação, atuação, planejamento e gestão de políticas públicas.<sup>23</sup>

Schneider (2009b, p.26), busca evidências para afirmações neste mesmo sentido ao observar o fato de que um número crescente de programas governamentais e de agências e organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, públicas e privadas, vêm operando a partir de referências que tem em comum ideias como: a) a ruralidade é heterogênea e não circunscrita apenas as atividades agrícolas; b) os territórios são espaços adequados para se pensar a articulação entre escalas local, regional e global; c) o

<sup>23</sup> A título de exemplo, basta citar o Programa LEADER na União Européia, o Programa de Empoderamento Comunitário nos Estados Unidos, as Mesas de Concertação e os Sistemas Locais de Produção Agrícola no Peru, o Programa de Produção Agroecológica de Frutas no Chile e, no caso do Brasil, o inicialmente chamado Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e posteriormente o Programa Territórios da Cidadania, promovidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

desenvolvimento precisa levar em conta não apenas questões econômicas, tecnológicas e produtivas, mas também culturais e ambientais; d) a mudança é um processo lento que precisa trazer efeitos práticos, como melhorar a renda e as condições de vida, mas também incidir sobre a mentalidade das pessoas envolvidas e ser capaz de ser assimilada pelas instituições.

Não obstante este crescente interesse, autores como Abramovay (2006), Blume (2004) e Schneider (2004b, 2009b) apontam que tanto os programas dessas agências e organizações como a própria literatura produzida por elas e seus consultores sofrem de séria carência de um referencial teórico consistente, pois seus estudos e análises empíricas raramente extrapolam a normatividade e a descrição, ou então se utilizam de noções tautológicas como a de “capital social”. Mas, como se sabe, o conceito de território se refere a um conceito fundante da moderna geografia, disciplina que reivindica seu caráter cognitivo e analítico, propriamente teórico, onde não obstante o termo seja o mesmo, o conceito se diferencia sobremaneira desta chamada abordagem territorial, pois está ligado inequivocamente a discussão sobre a projeção das relações de poder no espaço, como demonstra sobejamente o trabalho de Saquet (2007).

Neste sentido, a preocupação expressa por diversos autores está em integrar a abordagem territorial aos estudos analíticos sobre desenvolvimento rural. Por um lado, devemos inicialmente reconhecer que disciplinas como a geografia, especialmente, mas também outras, têm razão em criticar o uso excessivamente normativo e instrumental da noção de território, como se ele pudesse ser aplicado como mais uma variável qualquer. Por outro lado, também precisamos reconhecer que essas críticas não devem restringir o uso do conceito de território por outras áreas do conhecimento e diferentes perspectivas, inclusive aquelas informadas por preocupações práticas mais aplicadas e instrumentais, pois é compreensível e legítimo que elas se apropriem deste conceito. Mas para que essa integração seja frutífera é necessário um diálogo entre as referências cognitivas e os aportes aplicados em que se explicita as dificuldades e se busque as interfaces e os nexos analíticos necessários.

Assim, o objetivo desta seção é esboçar um referencial teórico consistente para a análise de processos concretos de desenvolvimento rural a partir de uma abordagem territorial. O conceito de território e a abordagem territorial permeiam toda a discussão realizada nos dois capítulos seguintes (empíricos), onde pretendemos demonstrar que, por conta de fatores histórico-sociais específicos, o Sudoeste do Paraná pode ser inequivocamente representado como um território e que a sua dinâmica é fortemente associada à ação dos atores sociais e das organizações ligadas à agricultura familiar. Isso porque é através de suas organizações que os agricultores familiares, que individualmente não possuiriam capacidade

de contrabalançar a correlação de forças entre os grupos e classes sociais do território, tornam-se agentes portadores de um projeto de poder, ainda que desarticulado e subalterno.

Para isso, estruturamos a exposição em quatro subseções. Inicialmente, em 2.3.1 tratamos das articulações externas dos territórios e dos condicionantes de suas dinâmicas a partir de uma reconceituação da noção de ruralidade no capitalismo globalizado. Em seguida, em 2.3.2 discutimos a importância do retorno do conceito de território e os problemas das relações de poder, das escalas geográficas e dos níveis de análise na abordagem territorial. Na sequência, em 2.3.3 introduzimos o conceito de *embeddedness* na análise dos conflitos, da cooperação e da inovação em processos de ação coletiva protagonizados pelas organizações de agricultores. Por fim, em 2.3.4 conceituamos o desenvolvimento rural como um processo de mudança social instituído pelos diversos atores que vivem, interagem e atuam no território.

### **2.3.1 Globalização, ruralidade diferenciada e dinâmicas territoriais**

Existe uma tendência recente em várias disciplinas, especialmente economia, sociologia e ciência política, em buscar referências espaciais e conferir-lhes poder de explicação causal em estudos sobre desenvolvimento e ruralidade. Por isso, tem se tornado recorrente lançar mão de abordagens territoriais, tanto para análises interpretativas como para fundamentar instrumentos de intervenção em processos de desenvolvimento rural. Do ponto de vista prático, podemos relacionar a necessidade de uma abordagem territorial à emergência de grandes mudanças econômicas e políticas do mundo contemporâneo, associadas ao chamado processo de “globalização”. Este fenômeno modifica substancialmente o conteúdo da ruralidade e condiciona as experiências e os processos de desenvolvimento, ao atingir de maneira mais ou menos específica cada território (local ou regional).

No plano econômico temos um processo global de reestruturação capitalista e de consolidação do mercado mundial, a partir da crise no regime de acumulação de capital baseado na “regulação fordista”, desde a década de 1970. Essa reestruturação tem provocado um processo desigual e combinado de distanciamento e compressão da relação espaço-tempo, promovendo uma nova divisão social, internacional e territorial do trabalho, que altera as formas organizacionais das firmas e os processos de produção e circulação de mercadorias em escala global. Em resposta a crise do modelo fordista, a reestruturação tem levado a mudanças nas estratégias de competição. Segundo alguns autores, isso caracterizaria a emergência de um novo regime de acumulação dito “flexível” e “baseado na informação”. Tal processo tem ganhado vida através da integração de capitais industriais, comerciais e financeiros em escala



planetária (a mundialização do capital), das novas tecnologias da informação e comunicação, da descentralização e realocização industrial, da flexibilização, informalização e precarização das relações de trabalho, da desregulamentação dos mercados financeiros e abertura comercial nos países em desenvolvimento. (HARVEY, 1993; CASTELLS, 1999; CHESNAIS, 1996).

No plano político temos uma transformação na arquitetura institucional que sustentava o modelo econômico vigente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Os Estados-Nacionais e os organismos internacionais que exerceram um papel hegemônico no modo de desenvolvimento capitalista experimentado desde a segunda metade do século XX, em certo sentido, perderam sua proeminência. Tem havido um processo de maior permeabilidade nos aparelhos dos Estados à crescente influência das organizações não-governamentais e atores da sociedade civil, por um lado, e das grandes corporações transnacionais, por outro. De modo que os estados e organismos, não raro, viram-se na contingência de promover mudanças e readequações, sintomáticas da condição imposta por essa influência externa. Entre estas mudanças podemos ressaltar aquelas que ocorreram: nas formas de atuação dos Estados-Nacionais, enfraquecendo suas instituições de regulação, financiamento e planejamento e, assim, reduzindo sua capacidade de intervenção; e na emergência de novas instâncias de poder e deliberação global (ex. OMC), bem como de novas formas de governança e esferas decisórias nacionais. Estes processos têm propiciado a descentralização de políticas públicas e o reconhecimento da importância em se estabelecer parcerias entre os níveis do Estado, dos governos e instituições locais e dos atores e organizações não governamentais, valorizando a participação da sociedade civil, atribuindo novas dinâmicas e colhendo diferentes resultados práticos dessas relações (JESSOP, 2007; MARSDEN, 1999; SCHNEIDER, 2009b).

Segundo Marsden (1989, 1998) essas mudanças econômicas e políticas impactam nas áreas rurais, tornando-as cada vez mais abertas e interconectadas às dinâmicas tecnológicas, mercantis e institucionais do capitalismo contemporâneo, intensificando a sua dependência em relação às forças externas e uma paulatina perda da autonomia que historicamente mantinham em relação à sociedade abrangente, promovendo notável heterogeneização social e espacial nas áreas rurais e condicionando os processos de desenvolvimento.

Sintetizando as contribuições de diversos autores, Schneider (2004b, p.92-93) aponta alguns elementos condicionantes dos processos de desenvolvimento rural: a) os processos de abertura de novos mercados e de reestruturação das indústrias agroalimentares a partir da oligopolização tanto das cadeias produtivas como das redes de comércio atacadista e varejista, que intensificam a competição em nível global; b) o avanço das inovações tecnológicas (especialmente as biotecnologias), que permitem o aparecimento de iniciativas de diversos

matizes, inclusive algumas que passam a contestar o paradigma tecnológico dominante; c) a flexibilização e descentralização produtivas, que levam a diluição das diferenças setoriais e espaciais e a heterogeneização das atividades, ocupações e fontes de renda, transcendendo o caráter agrícola do emprego no espaço rural; d) as mudanças nas formas de atuação do poder público, que diminuem os gastos do Estado, alteram os dispositivos institucionais e o caráter das políticas públicas para o meio rural, modificando as possibilidades de reprodução dos agricultores; e) e a questão ambiental e o tema da sustentabilidade, que deixam de representar apenas uma dimensão secundária e ganham força política, ao serem considerados fatores de competitividade, pré-requisitos para a obtenção de créditos, acessos a fundos de investimento e, especialmente, a fontes públicas de financiamento.

Considerando estes condicionantes podemos elencar alguns elementos chave que preconizam a retomada dos debates sobre desenvolvimento rural, desvinculando-o da dinâmica produtivista do modelo da Revolução Verde e associando-o a indução de mudanças políticas, culturais, econômicas e ecológicas que priorizem a melhoria das condições sociais de vida e valorizem a diversidade social e produtiva das populações que vivem no rural<sup>24</sup>: a) valorização do território como unidade de referência para as políticas públicas, enfatizando o dinamismo atribuído a relação complementar entre rural e urbano; b) democratização do acesso a terra e erradicação da pobreza; c) geração de novas oportunidades de emprego, valorização de iniciativas de diversificação das atividades e melhoria nas condições de trabalho e produção; d) protagonismo dos atores sociais e sua participação política ativa; e) redefinição das relações entre agricultura, natureza e sociedade para além do fornecimento de matérias primas e alimentos; f) redefinição do papel das comunidades rurais em relação a sua capacidade de geração de laços de sociabilidade e valores humanos, inclusive junto ao meio urbano; g) readequação tecnológica na produção agropecuária e regulação institucional assente sobre a preocupação com questão ambiental, sustentabilidade e segurança alimentar.

Todos estes elementos se conectam a ideia de que o rural caracteriza-se como um espaço de vida, heterogeneidade e diversidade (WANDERLEY, 2009). Não se trata mais de enxergá-lo apenas como o espaço em que se desenvolve o setor primário (agropecuária e extrativismo) integrado aos setores secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços).

O desenvolvimento no meio rural não consiste em apenas nem fundamentalmente em conquistar a competitividade dos segmentos mais dinâmicos da agricultura. Que

---

<sup>24</sup> Apesar da existência de diversas perspectivas teóricas, ênfases diferentes em determinados pontos e mesmo algumas discordâncias em relação a certas questões, podemos apontar os trabalhos dos seguintes autores como representativos do debate, embasando as proposições que sustentamos: Silva (2001a, 2001b), Veiga (2001, 2006a), Sabourin (2005, 2009), Navarro (2001), Wanderley (2009) e Schneider (2004b, 2009b, 2010).

esta conquista seja importante, não há dúvida. Mas por si só [estes segmentos] tem limitada capacidade de propiciar diversidade na geração de renda das regiões onde se concentram. [O ponto fundamental é que] a ruralidade é um valor ao qual o mundo contemporâneo atribui crescente importância, por seu significado na preservação da biodiversidade, no fortalecimento de manifestações culturais variadas e por um estilo de vida que os habitantes dos grandes centros buscam cada vez mais (ABRAMOVAY, 2009, p.18).

O que se enfatiza é que a ruralidade é um valor e, como tal, não pode ser definida em termos de oposição ao urbano, como tradicionalmente têm sido. Embora não exista acordo entre os estudiosos acerca de um modo de classificar e definir o conteúdo e a extensão da ruralidade, há um certo consenso de que as dinâmicas econômicas, as lutas políticas, as características culturais e os processos sociais que ocorrem no espaço rural são “fluídos, permeáveis, transpassados e de algum modo integrados à sociedade contemporânea. Portanto, aquela ideia de associar o rural ao atrasado, ao isolamento e a tradição e o urbano ao progresso, a integração e a modernidade perderam seu sentido.” (SCHNEIDER, 2009b, p.12).

Assim, uma série de estudos influenciados pelas discussões “pós-fordistas” européias surgiram no Brasil a partir dos anos 1990, sugerindo a emergência de uma “nova ruralidade” e um “novo rural brasileiro”.<sup>25</sup> Em suma, tais trabalhos versavam sobre mudanças nas relações de trabalho e suas repercussões na mobilidade da mão de obra e na estrutura ocupacional do meio rural, sobre a diversidade de fontes de renda decorrentes do aumento de importância das atividades não-agrícolas e da pluriatividade e, especialmente, sobre as alterações do papel das políticas públicas para a agricultura e para o meio rural no Brasil em face destas mudanças. Apesar da existência de algumas críticas argumentando que a continuidade de temas antigos – como a concentração fundiária, a desigualdade e a pobreza renitente, o clientelismo e a dominação patronal – não permitiria se falar de uma nova ruralidade, nos parece bastante coerente pensar que os sentidos e os significados do rural brasileiro tenham sim se alterado em decorrência das mudanças econômicas, políticas e culturais ligadas à reestruturação capitalista e a globalização, demandando, assim, novos aportes analíticos.

Corroborando com a perspectiva de Marsden (1989, 1998, 1999) e Ploeg (1992, 2009), podemos afirmar que a mercantilização afeta não apenas as esferas do trabalho e da produção ou do consumo de produtos e insumos agrícolas, mas o próprio espaço rural. Entre outros efeitos, a reestruturação capitalista tem causado a emergência de uma “ruralidade diferenciada”, onde o rural passa a ser consumido de diferentes formas e por diferentes atores (com diferentes gostos, preferências e propósitos) e o Estado passa a ter novos papéis de

---

<sup>25</sup> Entre os muitos, podemos destacar os seguintes trabalhos: Graziano da Silva (1999, 2001b) e outras pesquisas do Projeto Rurbano; Buainaim, Romeiro e Guanzioli (2003); os trabalhos sobre pluriatividade de Schneider (2009a) e Carneiro (1998); Veiga (2001, 2006b); e vários trabalhos da coletânea de Wanderley (2009).

regulação deste espaço (disputado por grandes empresas agroindustriais, Ong's, movimentos sociais e organizações de agricultores, consumidores e habitantes de origem urbana, empreendimentos turísticos, etc.). O resultado dos trabalhos de autores como Perondi (2007), Niederle (2007), Conterato (2008) e Mello (2009) nos permite concordar com a posição de Schneider (2009b) acerca da validade das conclusões mais gerais deste debate sobre ruralidade diferenciada, originalmente referido às transformações rurais da Inglaterra e de outros países europeus, para países da América Latina e, especialmente, para o Brasil. Entre essas conclusões temos a de que a mercantilização da vida social e econômica modifica as dinâmicas entre rural e urbano, criando novas formas de sociabilidade, novas possibilidades de inserção laboral (serviços pessoais e públicos, turismo, indústria, transporte, transformação artesanal) e novas estratégias de reprodução (internalização de recursos, autoconsumo, diversificação, agregação de valor). Assim, segundo Schneider e Niederle (2010), a mercantilização deixa de ser vista apenas como uma ameaça ou limite para o desenvolvimento ou um elemento inexorável de desagregação das relações e interações sociais do espaço rural.

Em um sentido complementar, podemos seguir as proposições de Ploeg (2007, 2008, 2009), para pensarmos a ruralidade a partir de uma visão territorial baseada em três aspectos centrais por ele enfatizados. Em primeiro lugar, a ruralidade é uma categoria relacional que não pode ser pensada sem referência ao urbano, não obstante o rural seja um espaço de especificidade, onde diferentes recursos estão localizados e onde diferentes fluxos são gerados e recebidos. Em segundo, a ruralidade é resultado da interação entre a natureza (na qual o espaço rural está enraizado) e os seres humanos (em termos de coprodução e coevolução), pois o rural é um espaço privilegiado para esta interação, na medida em que há uma relativa predominância de pequenos e médios empreendimentos cujas relações de produção e troca ainda possuem fortes laços não mercantis (como os baseados em relações de reciprocidade). E em terceiro lugar, a ruralidade é expressiva da heterogeneidade do tecido social e da diversidade de atores sociais que atuam, disputam e produzem o espaço rural diante de um determinado conjunto de instituições sociais que conformam o território.

Nestes termos, podemos aceitar a proposição de Schneider (2004b, p.115-119), em que ele enumera seis formas (provavelmente haja outras mais), na maior parte das vezes interrelacionadas, através das quais o espaço rural se articula com a economia e sociedade mais ampla e abrangente, no intuito de qualificar os modos e as particularidades com que ocorrem as intermediações entre os territórios e o ambiente externo: a) a forma tradicional, através da produção agropecuária e do fornecimento de alimentos e matérias-primas, que continua fundamental para as sociedades, especialmente quando se leva em conta o papel das

cadeias agroindustriais e do sistema agroalimentar para muitas localidades e territórios rurais; b) através das interrelações entre rural e urbano (ou campo e cidade) nas dinâmicas demográfica, econômica, cultural, política e ecológica dos territórios, que transcendem as articulações setoriais entre agricultura, indústria e serviços; c) através da pluriatividade das famílias que residem no rural e trabalham em atividades não agrícolas fora das propriedades e, não raro, do próprio espaço rural; d) por intermédio das mudanças em curso nas relações entre produtores e consumidores em função da redefinição da própria relação entre produção e consumo, assentadas na questão da qualidade dos alimentos e na observância de formas sustentáveis de sua obtenção, bem como da regulação dos mercados agroalimentares; e) através da revalorização do rural por parte do urbano, não apenas devido ao incremento dos interesses dos habitantes citadinos pela apropriação material do que o rural produz, mas também por meio da habituação a valores ligados a paisagem, amenidades, preservação ambiental, saúde, e a novas atividades, como as associadas a turismo, moradia, descentralização e realocação industrial, etc.; f) finalmente, através de articulações exteriores dos territórios rurais que se assentam sobre a dimensão cultural da sociabilidade capitalista hodierna, pois mesmo ali a influência das tecnologias da informação e dos meios de comunicação é determinante nos padrões de consumo, nos gostos e preferências, nos valores e estilos de vida.

### **2.3.2 O retorno do território e os problemas do poder, das escalas e dos níveis**

Está fora de nosso escopo discutir as contribuições dos diversos autores e correntes de pensamento nos debates sobre as raízes do conceito de território nas ciências sociais e razões para a emergência de uma abordagem territorial nos estudos sobre desenvolvimento.<sup>26</sup> Mas, em relação ao desenvolvimento rural, aceitamos a seguinte proposição de Schneider (2004b):

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto o conteúdo deste

---

<sup>26</sup> Schneider (2009b, p. 4-11) se esforça no sentido de demonstrar, em termos gerais, os diferentes sentidos do conceito de território em diferentes disciplinas e de sumarizar como o conceito de território é utilizado em diferentes campos das ciências sociais a partir de uma classificação das três principais perspectivas. Além disso, o autor discute as principais razões para o retorno da noção de território como um conceito importante para os estudos sobre desenvolvimento, ligadas basicamente (i) ao esgotamento do conceito de região e do enfoque regional para se orientar ações de planejamento e intervenção do Estado via políticas públicas e (ii) ao questionamento crescente de uma visão estritamente setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio/serviços) e do conseqüente surgimento de enfoques multissetoriais (como cadeias produtivas, sistemas agroindustriais, complexos agroindustriais, sistema agroalimentar) e de enfoques espaciais (como sistemas produtivos locais, *clusters*, *milieux*, distritos industriais).

espaço é entendido como território. Mas não se trata apenas de um entendimento teórico e abstrato, pois essa perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes neste espaço encontram-se nele mesmo (SCHNEIDER, 2004b, p.99).

Mais do que evidenciar os limites das velhas abordagens regional e setorial, a mudança de critérios e métodos ligada à emergência de uma nova abordagem territorial também devem contribuir para modificar a atuação normativa dos agentes privados, das instituições públicas e do próprio Estado, pois, o “retorno do território” a que aludiu Milton Santos (1998), está relacionado às mudanças sócio-culturais, técnico-informacionais, econômico-financeiras e político-institucionais do capitalismo mundial em sua fase “pós-fordista”. Então, o território emerge no atual debate sobre desenvolvimento, como uma nova unidade de referência para a atuação regulatória e para o planejamento, gestão e execução de políticas públicas, especialmente para aquelas voltadas diretamente ao meio rural.

Na perspectiva territorial, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo escrutínio da diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam [...] Não há determinismo de qualquer ordem ou evolução predeterminada, pois a viabilização dos atores e territórios dependerá do modo particular e específico de cada tipo de interação, das decisões e racionalidades. Como resultado, emergem a diversidade e a heterogeneidade social e econômica dos territórios, que se constituem no traço característico dos distintos caminhos e trajetórias que podem ser seguidos em direção ao desenvolvimento. (SCHNEIDER, 2004b, p.105).

Segundo autores como Blume (2004, p.150-154), Schneider *et al.* (2007, p.83-89) e Rückert e Rambo (2007), a ideia de território está intimamente ligada às relações de poder exercidas, sobretudo, pelos Estados e pelas grandes corporações, mas não se resume ao poder dessas entidades. O território é um produto social, uma construção humana e, portanto, faz referência a gestão de um espaço usado, produzido e governado, que é transformado, apropriado, explorado e manejado por vários tipos de atores em diversas escalas geográficas. Neste sentido, o território é um espaço político de interação entre atores e instituições ligadas ao Estado, a Sociedade Civil e ao Mercado, onde as ações individuais e coletivas se entrelaçam nas dinâmicas que conformam os processos sociais e econômicos. Tal definição de território está corretamente baseada nas relações de poder estabelecidas entre atores de diferentes naturezas e instituições que operam em diferentes escalas geográficas. Mas é necessário atentar para as dificuldades e limitações que surgem quando o conceito é aplicado em um sentido que se quer ao mesmo tempo analítico (teórico) e normativo (instrumental). As limitações da capacidade explicativa do conceito se encontram justamente na dificuldade de definir as noções de poder e de escala, que são os elementos articuladores do território. Portanto, algumas indicações de como entendemos essas questões se fazem necessárias.

O poder exercido pelo Estado normalmente é mais fácil de ser identificado, por possuir um caráter eminentemente jurídico e normativo, onde as regras estabelecidas devem ser cumpridas sob pena de os que não as seguem sofrerem sanções materiais, morais, ou físicas. Já o poder exercido pelos atores diversos em relações comuns do cotidiano é mais difícil de ser identificado, pois seu caráter nem sempre é sancionado por lei. Geralmente estas relações de poder estão ligadas as assimetrias de informação e recursos entre os atores ou a mecanismos de distinção, como posições de classe, pertencimento a grupos e categorias sociais, cor, etnia, nível educacional, etc. Elas se expressam e se legitimam como forma de dominação (i) por meio de dispositivos reforçados pelo hábito, que podem gerar consentimento, por exemplo, através do costume, da tradição, da ideologia, ou (ii) reforçados por meio do uso da força, que podem gerar obediência e subordinação (mas também resistência e contestação), por exemplo, através de coerção ou violência (física ou simbólica). Também não devemos deixar de reconhecer e considerar (iii) aquelas situações em que as regras são deliberadas e definidas em condições de maior igualdade, mesmo que reforçadas por mecanismos de dominação. Nestes casos, o poder não deixa de existir, mas pode ser compartilhado entre indivíduos e coletividades, influenciando suas formas de conduta.

Outra noção articuladora é a de escalas geográficas, que, enquanto um instrumento analítico, tem a atribuição de delimitar o nível de observação e representação do fenômeno estudado. Ocorre que as análises territoriais geralmente são multiescalares, incluindo diferentes níveis interrelacionados. Esta interrelação entre as escalas deve obedecer a uma articulação entre as determinações hierárquicas que caracterizam o fenômeno. No caso do estudo realizado nesta dissertação, não raro utilizaremos uma mesma escala com sentidos diferentes. Para que isso não venha a criar problemas analíticos, procuraremos sempre explicitar a que lugar estamos nos referindo quando utilizamos determinada escala: a) a escala local pode se referir tanto a uma unidade familiar de produção como a uma comunidade ou um município; b) a escala regional pode se referir tanto a um conjunto de municípios dentro de um estado (na maior parte das vezes) como a um conjunto interestadual de municípios (algumas vezes), ou também a uma região composta por um conjunto de países (mais raramente) como o Mercosul, a União Européia ou um subcontinente; c) a escala nacional é a mais óbvia e dificilmente causa confusão, pois se refere a um único país determinado; d) e a escala internacional pode ter um sentido regional (como expresso em b) ou um sentido global, referindo-se ao conjunto de todos os países de maneira agregada.

Uma vez explicitadas às formas com que buscamos contornar as dificuldades e limitações operacionais do conceito de território, ligadas as noções articuladoras de relações

de poder e de escalas geográficas, falta definirmos os níveis analíticos das interações e relações sociais consideradas na abordagem territorial do desenvolvimento rural aqui esboçada. Assim, similar ao que fizemos com o *framework* das problemáticas da questão agrária em Akram-Lodhi e Kay (2010b), sugerimos a incorporação do modelo de *reconstitutive downward causation* pode ser útil na análise da dinâmica territorial.

- a) No nível micro, observa-se a dinâmica das formas sociais rurais de trabalho e produção, ou seja, aos mecanismos estratégicos de reprodução social e econômica da agricultura familiar e as formas de sociabilidade que caracterizam seus modos de vida;
- b) No nível macro, observa-se a dinâmica socioeconômica do território em suas articulações externas com as escalas nacional e internacional;
- c) No plano institucional, observam-se as formas de organização social e participação política dos atores, ou seja, os sistemas de regras e dispositivos de ação coletiva por eles criados a fim de propiciar a sua atuação na concepção e execução de projetos e de políticas públicas e na construção de movimentos sociais e organizações econômicas ou políticas informados por aspirações emancipatórias e pela busca de autonomia.

Por fim, explicado o modo como o conceito de território será aplicado para a análise dos atores e das instituições em processos de desenvolvimento rural, resta-nos discutir de forma mais detalhada como o próprio território é permanentemente reconfigurado a partir dos resultados das diferentes formas de interação entre os atores e organizações que nele vivem e atuam e como as concepções mentais dos mesmos também são reconstituídas.

### **2.3.3 Dispositivos de ação coletiva e *embeddedness*: conflito, cooperação e inovação**

Anteriormente argumentamos que o “princípio camponês” opera como uma disposição emancipatória enraizada nas concepções mentais dos agricultores familiares, que enquanto atores sociais se engajam em “contramovimentos” a fim de manter sua “condição camponesa” e, assim, construir alguma autonomia. Agora, pretendemos apreender como tais processos, assentados na deliberação reflexiva podem se difundir entre os atores sociais, ocasionando a emergência de dispositivos de ação coletiva capazes de produzir mudanças concretas no território. Para isso, analisamos as lógicas que presidem as relações entre os diferentes atores sociais e suas ações em situações de conflito, de cooperação e de inovação. Interessa-nos saber como os resultados das interações entre eles podem fazer emergir processos de mudança social, caracterizáveis como de desenvolvimento rural. Neste sentido, mesmo que de maneira extremamente sumária, esboçamos um esquema analítico (*framework*) que apóia-se



basicamente nas contribuições da Economia Institucional de Hodgson (1998a, 1998b, 2007) e na Sociologia Econômica de Beckert (1999, 2007), cujo foco analítico recai especialmente sobre as interfaces entre as ações dos atores e o contexto em meio ao qual eles estão inseridos, bem como nos recursos e nas habilidades historicamente desenvolvidas no interior das organizações. Da primeira, apropriamo-nos da chamada Abordagem Baseada nas Competências (*Competence Based Approach*) para analisar a conduta, as rotinas e as estratégias organizacionais. Da segunda, apropriamo-nos da chamada Abordagem da Imersão da ação econômica nas estruturas sociais (*Embeddedness of Economic Action*).<sup>27</sup>

Argumentamos que o elo teórico para compreender estas questões encontra-se na noção de *embeddedness*, um conceito fundamental para Polanyi<sup>28</sup>, que se refere à formação do significado das ações dos atores num contexto ou ambiente institucional historicamente determinado. Em termos institucional-evolucionários, ele expressaria a ideia de que as ações econômicas dependem das condições fornecidas pelas estruturas sociais, estabelecidas por meio das regras, normas e convenções sociais, que, em última análise, ganham efeito por estarem enraizadas nos hábitos dos indivíduos; de tal forma que as ações, práticas e iniciativas dos atores só adquirem sentido porque eles interpretam o contexto histórico e as relações sociais em que estão inseridos. Portanto, é possível e frutífero associar a ideia de *embeddedness* ao conceito de território numa perspectiva histórica de desenvolvimento.

[Pois os territórios] não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais [...] Em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada em uma certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns. Os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas antes de tudo, pela maneira como se organizam (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003, p.3).

<sup>27</sup> A abordagem baseada nas competências apresenta um forte contraste em relação às teorias convencionais, distinguindo-se tanto da teoria da firma neoclássica quanto das teorias contratualistas da firma desenvolvidas pelos autores ligados a Nova Economia Institucional e a Economia dos Custos de Transação. Nessa abordagem convergem as ideias precursoras de autores tão distintos e complementares como Adam Smith, Karl Marx, Frank Knight, Edith Penrose e Richard Nelson e Sidney Winter (HODGSON, 1998b). A abordagem da imersão da ação econômica nas estruturas sociais traz elementos para a análise dos mercados e a ação econômica desde uma perspectiva sociológica. Nessa abordagem convergem ideias de autores também tão diversos como Marcel Mauss, John Dewey, Karl Polanyi, Pierre Bourdieu, Mark Granovetter e Hans Joas, etc. (BECKERT, 1999).

<sup>28</sup> Desde a publicação do clássico artigo de Granovetter (1985), o conceito de *embeddedness* tem sido amplamente utilizado e ressignificado, na maior parte das vezes de forma contraditória, pelos autores da Nova Sociologia Econômica (NSE). Apenas registrarmos nossa discordância às críticas que Granovetter (1985) dirige a Polanyi, pois na NSE o conceito de *embeddedness* é esvaziado do conteúdo eminentemente político que assume na obra do primeiro. Em suma, o conceito não ocupa o mesmo lugar teórico e não possui o mesmo sentido nas diferentes abordagens. Para uma discussão pormenorizada ver Beckert (2007) e Machado (2009).

As instituições que configuram um território são constituídas por regras socialmente partilhadas e enraizadas nos hábitos dos indivíduos, que assumem um carácter estável de regra, ao adquirir um conteúdo normativo reforçado pela repetição e imitação de padrões coletivos de comportamento. Mais do que isso, segundo Hodgson (2004b, 2007), eles operam como filtros da experiência, pois fundamentam a intuição e a formação das crenças, e são imprescindíveis para a constituição da consciência e da razão. Os atores lançam mão tanto de recursos habituais como reflexivos para interpretar as situações em que estão inseridos: o que lhes permite empreender ações. E quando as ações são informadas pela intencionalidade dos atores, elas assumem um carácter estratégico. Mas, segundo Beckert (1999), como a *incerteza* joga um papel fundamental nas interações humanas, os significados e percepções da racionalidade são estabelecidos intersubjetivamente entre os atores, no próprio curso das ações. Assim, tanto os objetivos como os meios utilizados para alcançar determinados fins, bem como os próprios fins, são reconfigurados na medida em que o processo avança, alterando as expectativas dos atores. Neste sentido, a percepção da situação e as expectativas que a partir daí se formam, encontram-se imersas (*embeddedness*) nas experiências (individuais) dos atores e (coletivas) das organizações. Através deste processo, marcado por *reconstitutive downward causation*, o território é continuamente reproduzido e reconfigurado, pois ele é o próprio ambiente social e material onde transcorrem as interações sociais.

Analisamos a interação entre os atores que atuam no território focando especialmente os dispositivos de ação coletiva criados e protagonizados pela agricultura familiar. Os agricultores e camponeses têm se constituído enquanto atores ao longo da história, em diferentes situações concretas, em meio a guerras e revoltas e através de movimentos e lutas sociais, que exigem o desenvolvimento da sua capacidade organizativa (MARTINS, 1981; WOLF, 1984). Por isso, ao invés de adentrarmos os meandros da vasta literatura sobre movimentos sociais, optamos por utilizar o conceito de “organização” de Hodgson (2007), como um fundamento teórico mais robusto para a noção de “dispositivos de ação coletiva” de Sabourin (1999, 2005, 2007) – que inclusive poderia encontrar guarida em John Commons.

[Definindo instituições como] sistemas de regras socialmente enraizadas fica evidente que as organizações são um tipo especial de instituição, com aspectos adicionais [...] que envolvem (a) critérios para estabelecer seus limites e para distinguir seus membros dos não membros, (b) princípios de soberania em relação a quem possui certas atribuições, e (c) cadeias de comando delineando responsabilidades para com a organização [...] A organização ou grupo provê um ambiente social e físico estruturado para cada indivíduo, incluindo regras e normas de comportamento, tanto explícitas como tácitas. Este ambiente é composto por outros indivíduos, pelas relações entre eles e pelos artefatos físicos e tecnológicos que eles usam em suas interações. Assim como os indivíduos têm hábitos, as organizações têm rotinas. Mas as rotinas não se referem simplesmente aos hábitos

compartilhados por muitos indivíduos em uma organização ou grupo. Rotinas são como meta-hábitos, existentes em um substrato de indivíduos habituados dentro de uma organização. A evolução institucional de uma organização envolve o desenvolvimento e a reprodução de rotinas organizacionais e de hábitos individuais correspondentes (HODGSON, 2007, p.96, 110-111, tradução nossa).

Esta definição certamente é bastante ampla e genérica, podendo se aplicar tanto a movimentos sociais organizados, com um certo grau de estabilidade e hierarquia, como para organizações sociais propriamente ditas (como firmas, associações, cooperativas, ong's, escolas e universidades, órgãos de pesquisa e extensão, entidades religiosas, partidos políticos, sindicatos, órgãos governamentais, etc.). Existem outras formas organizativas constituídas a partir do objetivo de coordenar as ações entre os atores de um território (como fóruns, conselhos, grupos gestores, colegiados, etc.). Neste caso, tratam-se de instâncias deliberativas – geralmente formadas por um conjunto de atores individuais e representantes de organizações do Estado e da sociedade civil – voltadas para processos de negociação, tomada de decisão, acompanhamento e execução de projetos e políticas públicas, alocação de recursos para investimentos, etc. A estas formas Sabourin (1999) chama “dispositivos institucionais”.

Definidos estes conceitos voltamo-nos para uma análise sucinta de três tipos de situações de interação social em que as organizações de agricultores familiares, enquanto dispositivos de ação coletiva, se envolvem: as de conflito, de cooperação e de inovação. Todas estas formas de (inter)ação estão diretamente relacionadas ao enraizamento das ações nas estruturas sociais e às competências e rotinas desenvolvidas pelas organizações.

A tradição marxista tem sido pródiga em analisar os conflitos entre grupos decorrentes da contradição inerente a suas relações de classe. Mas em certas situações de conflito entre organizações de um mesmo grupo, os dispositivos de ação coletiva dispositivos de ação coletiva, articulados em torno de interesses e reivindicações, só adquirem estabilidade e coesão interna graças à defesa e identificação dos atores individuais em torno de um conjunto de valores compartilhados. Mas, como vimos, a mercantilização do espaço rural tende a heteronegeizar o tecido social e econômico dos territórios, criando uma ruralidade diferenciada e assim, diferenciar também os próprios interesses e valores dos agricultores e suas organizações, instalando uma contradição interna ao grupo, que se reflete em suas práticas e ações, bem como nas relações com outras organizações e grupos.

Como organizações não são propriamente atores sociais, mas instituições formadas por atores individuais, o conflito deve ser entendido como algo inerente a sua condição.<sup>29</sup>

<sup>29</sup> Segundo Hodgson (2006a, pp.9-10), a ideia de tratar organizações como atores não é errada sob certas condições, como quando certos membros de uma organização expressam uma decisão comum ou da maioria. O problema surge quando organizações são definidas como atores: pois organizações são formadas por

Mas, não obstante estes conflitos terem suas razões associadas à tensão entre interesses e valores, o seu conteúdo e suas causas concretas são uma questão empírica. De todo modo, estes conflitos estão na base de sérios “dilemas” com que as organizações da agricultura familiar se confrontam. Estes dilemas, por sua vez, acabam comprometendo a definição de estratégias deliberadamente articuladas e cooperação entre as organizações dos agricultores e outros atores e organizações do território, que são importantes para a promoção de processos de desenvolvimento (ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHRÖEDER, 2005).

Já as situações de cooperação e de inovação estão ligadas a questão da incerteza. Segundo Beckert (1999), no caso da cooperação, a incerteza surge por causa (i) da dificuldade de se fazer julgamentos precisos diante da complexidade envolvida em situações contingentes e (ii) da inabilidade de determinado ator exercer controle sobre a ação dos outros. Situações de cooperação ocorrem quando determinado ator possui expectativas de que as intenções, necessidades, motivos, objetivos e estratégias de outro(s) ator(es) sejam recíprocas. É a habilidade de um ator se colocar na posição do outro que torna a cooperação possível. Por isso, cooperação necessariamente supõe a existência de confiança. Mas a manutenção da confiança supõe, por sua vez, que se estabeleça uma relação de reciprocidade entre os atores. O indivíduo (ator) precisa acreditar que não será enganado pelo outro e que o outro está disposto a cooperar e interessado em manter a relação.

A habilidade em induzir a cooperação está na base do funcionamento das organizações e de seu desempenho favorável nos ambientes em que atuam. Essa é a ideia fundamental da Sociologia Econômica de Fligstein (2001), na qual se apóia Abramovay (2006). Diferente das visões culturalistas sobre capital social, *a la* Putnam, na perspectiva de *embeddedness*, coerente com a visão adotada pelos autores acima citados, a cooperação não é uma virtude cívica naturalizada, nem um feliz produto de políticas públicas corretas, mas uma expressão da própria correlação de forças entre atores e organizações do território. Mas, como a cooperação “supõe capacidade de persuasão, de interferir na própria formação dos significados em torno dos quais se organiza a ação social [...]” (ABRAMOVAY, 2006, p.10) também diz respeito à capacidade de alterar essa correlação de forças e produzir um novo padrão de comportamento entre as organizações com base na forma de cooperação construída.

A perspectiva de *embeddedness* também pode ser útil para analisar as atividades através das quais os atores contribuem para os processos de inovação que impactam no

---

indivíduos, não raro, com objetivos conflitantes (como os de classe). Por exemplo, quando Douglass North diz que instituições são as “regras do jogo” e organizações são os “jogadores”, ele abre espaço para este tipo de confusão. Assim, em certas circunstâncias, em que para efeito de análise se abstrai questões de funcionamento interno, organizações podem ser tratadas como atores, mas em geral e por definição elas são instituições.

desenvolvimento rural. Por isso designamos esse tipo de interações e práticas em que os agricultores se envolvem como “atividades inovativas”. Segundo Beckert (1999), as inovações são histórica e contextualmente condicionadas e a sua ocorrência depende de processos em que a intuição, o conhecimento contextual, a experiência, a criatividade e as próprias rotinas jogam um papel fundamental. Por isso, a incerteza envolvida nas atividades inovativas deriva, sobretudo, da carência de conhecimentos sobre o que a inovação é, pois se desconhece a relação entre meios e fins resultantes do processo. Como a inovação envolve mudança de rotinas, aprendizado e habituação a novas formas de fazer as coisas, é só durante o próprio processo que se percebe a adequação (ou não) dos meios aos “fins em vista”. No início do processo os agentes inovadores partem de uma situação em que o problema é apenas vagamente entendido. Assim, a solução só aparece como tal, quando finalmente é alcançada.

Como demonstra o trabalho de Abramovay, Magalhães e Schröder (2006), a contribuição da agricultura familiar na realização de atividades dinamizadoras de processos de inovação também é muito significativa. No presente estudo privilegiamos as inovações institucionais (organizacionais e de mercado), mas obviamente as inovações tecnológicas também são centrais para o desenvolvimento rural. O elemento mais importante para processos de desenvolvimento é a mudança na correlação de forças entre os grupos sociais que uma inovação pode provocar. O surgimento de uma nova tecnologia ou de uma organização que faz as coisas diferentes, com outras rotinas, outros objetivos e outros meios, pode alterar significativamente o modo de funcionamento de um determinado ambiente, como um mercado, uma política pública, ou a própria dinâmica de um território, etc.

#### **2.3.4 Desenvolvimento rural como um processo territorialmente instituído**

A abordagem territorial do desenvolvimento rural, à maneira como temos esboçado nesta seção, refere-se a uma perspectiva analítica que atribui centralidade ao papel dos atores sociais e das instituições – especialmente nos processos e formas organizativas dos agricultores familiares em sua interação com outros grupos e classes sociais – na medida em que suas ações expressam relações de poder projetadas no espaço. Nos termos de Schneider e Tartaruga (2004), o desenvolvimento rural é entendido como um processo “evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados”, que é condicionado por fatores socioeconômicos, tecnológicos, ecológicos e culturais e que tem o território como ambiente social e material privilegiado para suas manifestações concretas. Por isso, se anteriormente definimos o desenvolvimento como um processo instituído de mudança social – que favorece

a melhoria das condições sociais (materiais e simbólicas) de vida, a ampliação da justiça social, a realização das liberdades e potencialidades individuais e a emancipação política –, o desenvolvimento rural pode ser definido como um processo territorialmente instituído.

A fim de conceituarmos melhor esta definição, recorreremos novamente à Polanyi (1976, 1977b, 2000). Para este autor a atividade econômica refere-se à interação que os seres humanos estabelecem com o ambiente natural e social que os circunda e à forma com que esta interação é institucionalizada na sociedade. Com a ascensão de uma sociedade de mercado, em outras palavras, do capitalismo, a economia, ainda que vinculada a certas instituições, assume um caráter relativamente autonomizado e autoreferenciado (*disembedded*) em relação aos demais complexos sociais, pois o seu móvel passa a ser antes a valorização do valor e a acumulação de capital do que o bem estar e a satisfação material e simbólica das necessidades humanas. O que produz uma contradição no seio da sociedade, um “duplo movimento”, um permanente e heterogêneo processo de lutas através das quais os atores sociais procuram proteger o tecido humano e natural e reincrustar (*reembedd*) a economia substantiva.

Neste sentido, a mudança social é entendida como um processo dinâmico e conflituoso, eminentemente dialético, de oscilação entre *embeddedness*, *disembeddedness* e *reembeddedness*. De modo que, qualquer processo que possa ser caracterizado como de desenvolvimento, deve estar ligado à democratização econômica, realizada por meio da institucionalização de sistemas de regras e de dispositivos de ação coletiva que busquem integrar a atividade econômica de modo socialmente regulado por valores humanos. Trata-se, efetivamente, de desalienar as “mercadorias fictícias” e instituir o “antivalor” (OLIVEIRA, 1998). O que não significa que o mecanismo de mercado precise deixar de existir enquanto forma de alocação de recursos, mas que seja submetido a outras “formas de integração”, como a reciprocidade e a redistribuição. Mas isso implica em mudanças nas estruturas econômicas e políticas que estão na base do ordenamento social que, portanto, dizem respeito aos modos como são organizadas as relações de troca e distribuição, a divisão social do trabalho, as relações e os direitos de propriedade, os sistemas de inovação, a separação entre consumidores e produtores e a forma de atuação do Estado. O que impõe a centralidade das lutas na esfera política para a realização efetiva de processos de desenvolvimento rural.

Inclusive alguns geógrafos têm abordado a questão do desenvolvimento a partir de um enfoque que, em certo sentido, associa a territorialidade ao *embeddedness*; especialmente aquele influenciado por Raffestin (2009), que analisa os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R). Neste sentido, Blume (2004) propõe um enfoque dialético, do tipo T-D-R, orientado diretamente a questões atinentes ao

desenvolvimento rural. Especialmente dois aspectos levantados pelo autor corroboram com a perspectiva institucionalista de *embeddedness*, segundo a qual o território é tanto algo material como algo imaterial, enraizado nos hábitos de pensamento dos indivíduos e nas rotinas das organizações que o compõem e que nele atuam e interagem. Um é a consideração da complexidade das dinâmicas territoriais a partir das relações de poder e do caráter multiescalar das interações sociais. Outro é a consideração de que a apropriação, a dominação e a posse do espaço são ações essenciais para transformar a natureza e produzir a riqueza através do trabalho, mas que o espaço só se torna efetivamente território quando as interações sociais produzem sentimento de pertencimento dos indivíduos e enraízam suas identidades.

Isso implica dizer que “fazer desenvolvimento rural” não significa “adicionar coisas novas a velhas situações estabelecidas” (PLOEG *et al.*, 2000). Portanto, não devemos pensar o desenvolvimento apenas como resultado das leis da economia política, da lógica da mercantilização e dos padrões de acumulação de capital ou das políticas dos Estados nacionais e das agências multilaterais, mas sim como o resultado destes processos interrelacionados com as circunstâncias particulares dos territórios. Neste sentido, podemos afirmar que o desenvolvimento rural – nos (ou mesmo para além dos) limites da economia de mercado capitalista – é o devir de um projeto político, a ser instituído através da ação deliberada dos atores sociais e organizações envolvidas, bem como de toda a sociedade.

Se é verdade que as metamorfoses da ruralidade resultam da reestruturação capitalista e das ações e políticas do Estado e das grandes corporações, também é certo que os atores locais não acatam essas mudanças passivamente. A interação dialética entre os agricultores e os modelos de agricultura e de estrutura econômica hegemônicos produzem padrões diferenciados e heterogêneos de reprodução social e de dinâmicas territoriais. Essa heterogeneidade resulta, sobretudo, da capacidade que os atores têm de processar a experiência social e influenciar na mudança institucional dos territórios. Partilhamos da visão de Long e Ploeg (1994), segundo a qual isso ocorre porque, embora os processos externos de intervenção sejam muitas vezes instituídos fora do campo imediato de interação dos agricultores, nas práticas cotidianas esses processos são ressignificados pelos atores e mediados pelas instituições nas quais as suas ações estão enraizadas. De tal forma que, ao exercerem seu poder de agência, os atores “participam ativamente (apesar de nem sempre no nível de consciência discursiva) na construção de seus próprios mundos sociais, apesar de, como Marx nos previne, as circunstâncias que eles encontram não serem simplesmente fruto de sua própria escolha.” (LONG; PLOEG, 2008, p.7).

### **3 O CAPITALISMO BRASILEIRO E A QUESTÃO CAMPONESA NO SUDOESTE DO PARANÁ: DAS METAMORFOSES DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Com base no conceito fundamental de “contramovimentos”, no presente capítulo analisamos a formação e as transformações da agricultura familiar, bem como o papel sociopolítico dos agricultores no desenvolvimento do Sudoeste do Paraná, através da instituição de dispositivos coletivos, desde meados da década de 1940 até os dias atuais, tendo como pano de fundo a sua inserção na dinâmica do capitalismo brasileiro. Por um lado, investigamos a gênese e a trajetória das formas familiares de organização do trabalho e produção no território, considerando os elementos estruturais que condicionam o processo histórico do meio rural brasileiro, sejam eles “internos” (movimento da fronteira agrícola, relações de propriedade da terra e base técnica da produção agropecuária) ou “externos” (relação da agricultura com os mercados, com o meio urbano-industrial e com o Estado/políticas públicas). Por outro lado, consideramos a capacidade de agência dos agricultores familiares, buscando apreender como se forma a sua identidade e como as suas ações se enraízam no próprio território. Procuramos investigar alguns aspectos relevantes para explicar como os agricultores conseguem interpretar sua condição na estrutura social, agir como atores sociais ativos e, na sua luta por autonomia, estabelecer certas estratégias familiares de reprodução, bem como certas formas coletivas de resistência e organização social, política e econômica que configuram a dinâmica do território.

O período da “Grande Depressão dos anos 1930”, no cenário mundial, é o marco temporal onde situamos a origem do fenômeno a ser analisado. Naquele período a economia brasileira vivenciava aquilo que Celso Furtado (2003) chamou de “deslocamento do centro dinâmico”. Sob a “intencionalidade industrializante” do projeto político liderado por Getúlio Vargas, desde a crise da economia cafeeira o crescimento econômico do Brasil deixou de estar prioritariamente vinculado ao setor agrário-exportador e passou a depender fundamentalmente da expansão do mercado interno, que vai pavimentando o processo de industrialização e a construção de um capitalismo nacional (FONSECA, 2003). Construção esta que, contudo, só se concretizaria efetivamente após 1955, com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e a consolidação de uma “indústria de base” e de uma estrutura articulada de transporte e energia, além de certos investimentos em comunicação, saúde e educação, criando uma dinâmica de crescimento propriamente capitalista (MELLO, 1990).

Tendo como fundamento essencial a instituição de uma convenção social que regulamentava e normatizava a relação entre capital e trabalho no Brasil – a legislação



trabalhista e o salário mínimo – com o projeto de modernização, vinculado as forças políticas que sustentaram o governo de Vargas, instaura-se um novo padrão de acumulação de capital a partir da década de 1930. Segundo Oliveira (1972), a norma do assalariamento fixava a remuneração do trabalho em torno do “nível de subsistência”, sendo essencial para transformar a população que afluía do meio rural rumo aos grandes centros urbano-industriais, naquilo que Marx (1985) chamou de um “exercito de reserva”. Após a abolição da escravidão foi essa norma que jogou o trabalho definitivamente no domínio das mercadorias fictícias, para usar o conceito de Polanyi. A instituição da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), em fevereiro de 1945, lançou as bases para que também o dinheiro adentrasse o domínio das mercadorias fictícias. E a terra, por sua vez, já era uma mercadoria fictícia desde a promulgação da Lei de Terras de 1850, que instituiu a propriedade privada e impediu o acesso a terra por parte dos ex-escravos e da grande massa das populações rurais pobres.

Ao longo desse período se difundiu a ideologia “nacional-desenvolvimentista”, marcando uma fase de transição, na qual se mesclavam elementos inovadores e tradicionais, em que o governo operou ativamente no sentido de construir um capitalismo nacional. Neste processo, o Estado assumiu um papel central na mobilização de recursos financeiros destinados a promover a acumulação industrial, na articulação política dos atores envolvidos (classes sociais, grupos econômicos, líderes políticos, etc.) e no planejamento, gestão e promoção do “processo de substituição de importações PSI” (FONSECA, 2003). Em consequência, desde os anos 1930 se imprimiu um intenso processo de urbanização no Brasil, tendo a década de 1950 como um verdadeiro marco da transição sociodemográfica do país. Se em 1930 cerca de 70% da população vivia no meio rural, a situação se havia invertido antes mesmo de 1980, quando mais de dois terços da população já viviam nas cidades. Esta transformação esteve diretamente associada ao processo de industrialização, especialmente na região Sudeste, que foi também um fator de grande importância nas transformações das dinâmicas agrícolas, agrárias e rurais em várias outras regiões do Brasil (LEITE, 2005).

Após a década de 1930, a atividade agroexportadora continuou a fornecer fundos para financiar a industrialização e a população rural empobrecida a servir como estoque de mão de obra barata. Mas há algo novo que passou a distinguir qualitativamente o papel do rural no desenvolvimento econômico do Brasil. A agricultura em geral integrou-se ao PSI, não mais como a principal variável de determinação da renda, como na economia agrário-exportadora, mas cumprindo novos papéis, sendo assim subordinada aos interesses e necessidades da acumulação industrial. Mas a convenção em torno do novo modo de desenvolvimento firmava um compromisso implícito entre as elites agrárias, os industriais e o governo: não realizar a

reforma agrária, não estender a legislação e os direitos trabalhistas ao campo e conceder vários benefícios creditícios (mas não só) aos grandes proprietários de terra. Todavia, mesmo de um ponto de vista estritamente econômico, sem apelo direto às motivações políticas, a agricultura continuou importante para a própria viabilização do projeto de industrialização. De acordo com Fonseca (2003), se as culturas de exportação não podiam ser desestimuladas, sob pena de aguçar o estrangulamento externo e inviabilizar a importação de bens de capital e insumos básicos, restringindo o crescimento industrial intencionado, da mesma forma as matérias primas e bens da cesta de consumo dos trabalhadores urbanos – mercadorias produzidas essencialmente pela agricultura familiar – eram fundamentais para o controle da inflação e incidiam diretamente na formação dos salários reais e na taxa de lucro industrial.

Então, a agricultura familiar, como principal produtora de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno, passou a ter uma importância fundamental no suprimento das necessidades da população urbana (mantendo seu custo de reprodução em níveis baixos) e no fornecimento de matérias primas para as indústrias de São Paulo e de outras regiões que se industrializavam. À agricultura familiar cabia o papel de impedir que o aumento destes custos viesse a “obstaculizar” o processo de acumulação urbano-industrial. Apesar de longo, o trecho de Oliveira (1972), abaixo reproduzido, é muito esclarecedor a esse respeito.

A solução do chamado “problema agrário” nos anos da “passagem” da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apóiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária. [No caso das fronteiras “internas” dos latifúndios] o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca e cultiva as lavouras temporárias chamadas de “subsistência”; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de “trabalho morto”, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-o. [...] No caso das fronteiras “externas” o processo se dá mediante o avanço da fronteira agrícola que se expande com a rodovia: Norte do Paraná, com o surto do café nas décadas de quarenta e cinquenta; Goiás e Mato Grosso, na década de sessenta, com a penetração da pecuária; Maranhão, na década de cinquenta, com a penetração do arroz e da pecuária; Belém-Brasília, na década de sessenta; Oeste [e Sudoeste] do Paraná e Sul de Mato Grosso nos últimos quinze anos [desde meados da década de 1950], com a produção de milho, feijão, suínos. (OLIVEIRA, 1972, p.13-14).

A formação territorial do Sudoeste do Paraná se consolida em meio a um processo de “integração nacional” dos mercados de alimentos e matérias-primas, de trabalho e de terras. E a maneira que o Estado encontrou para realizar este processo, esvaziada a possibilidade da reforma agrária, foi através da abertura das ditas “frentes de colonização”. Neste contexto, em meados dos anos 1940, se encontraram e se interpenetraram as três frentes do Paraná: a) a

frente tradicional, de Paranaguá e Curitiba, através da pecuária extensiva nos Campos Gerais e da exploração da erva-mate e dos pinhais; b) a frente do café, partindo do Norte do estado e de São Paulo e; c) a frente colonial, do Sudoeste e Oeste, introduzindo uma agricultura familiar proveniente do Sul na produção de alimentos para o mercado interno (e posteriormente também diversas mercadorias para o mercado externo).

Diante das crises agrárias recorrentes na história brasileira, marcada pela dinâmica concentradora da estrutura fundiária, a chamada política de “fronteira móvel” parece ter sempre funcionado como uma espécie de “válvula de escape” para a pressão social e econômica existente no meio rural, de acordo com Graziano da Silva (1982) e Feres (1990). E foi justamente num desses movimentos da fronteira agrícola que o Sudoeste Paranaense se inseriu na dinâmica do capitalismo brasileiro. Desde então vem se desenvolvendo no território um determinado tipo de agricultura assentada na pequena propriedade e na produção mercantil organizada por meio do trabalho familiar, que, ao longo do tempo, irá passar por inúmeras “metamorfoses” em decorrência da sua crescente mercantilização. Assim, a partir destes dados, buscamos analisar as manifestações de diferentes processos concretos de mudança social protagonizados pelos agricultores familiares no Sudoeste do Paraná. O que nos leva a sustentar e a desenvolver o argumento de que a “questão camponesa” neste território adquire significados distintos ao longo da evolução histórica.

Para desenvolver essa argumentação estabelecemos uma periodização da evolução histórica contemporânea do Sudoeste em três fases distintas, identificando as principais permanências, mudanças e inovações que nos permitem atribuir sentidos a essas distintas fases. A primeira fase (seção 3.1) engloba desde o início da colonização do território e os conflitos agrários que culminaram na chamada “Revolta dos Colonos de 1957”, quando na década de 1940 os colonos vindos do Sul migram rumo ao Paraná buscando manter sua condição camponesa, se estendendo até por volta da metade dos anos 1960, quando o sistema produtivo colonial implantado entra em crise. A segunda fase (seção 3.2) engloba o período em que o Sudoeste é definitivamente integrado à economia nacional, já no final da década de 1960, inicialmente através da produção de feijão, milho e suínos para o mercado interno e, posteriormente, adentrando a década de 1970 e 1980, também através da produção de *commodities* agrícolas para a exportação e da “integração” dos agricultores a grandes empresas agroindustriais. E período, que vai desde a ascensão até o relativo esgotamento do modelo da “revolução verde”, marca uma radical metamorfose da agricultura familiar. Por um lado, a consequência é um processo de diferenciação dos agricultores que anteriormente formavam um grupo mais ou menos homogêneo e, por outro lado, os mesmos passam a

adquirir capacidade de iniciativa e a produzir processos organizativos inéditos até então. Finalmente, a terceira fase (seção 3.3) engloba o período que vai do final da década de 1980 e se prolonga até os dias atuais. Trata-se de uma fase de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil, que impactaram de maneira incisiva nos instrumentos de política pública e no caráter das instituições e “projetos políticos” que sustentavam os padrões de crescimento econômico e desenvolvimento agrário, quando os agricultores também modificaram suas bandeiras de luta e suas estratégias de mobilização, protagonizando novas formas organizativas e criando instituições orientadas especialmente para a ação econômica.

### 3.1 AS RAÍZES HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS DO SUDOESTE PARANAENSE

Antes de nos determos na análise propriamente dita da agricultura familiar e do desenvolvimento rural, parece importante contextualizarmos o processo histórico-institucional que caracteriza a formação do Sudoeste Paranaense.<sup>30</sup> A Província do Paraná foi criada em 1853, já sob a vigência da Lei de Terras, passando a Estado do Paraná a partir da Proclamação da República, em 1889. A primeira etapa da ocupação do Paraná se iniciou ainda no século XVII, primeiramente pelo litoral, adentrando ao Planalto Curitibano e, depois, com a valorização dos animais de carga e a articulação das rotas de tropeiros, foram se organizando as grandes fazendas pecuárias dos Campos Gerais (regiões de Guarapuava e de Palmas). Assim, formou-se a sociedade tradicional paranaense, cuja estrutura social era formada basicamente por fazendeiros e peões, que somente em fins do século XIX começou mostrar sinais de desagregação, abrindo espaço para a ocupação das demais regiões do estado.

A segunda etapa inicia-se entre as décadas de 60 e 90 do século XIX, na região atualmente conhecida como Norte Velho, por conta do avanço dos cafeicultores paulistas. A partir de meados da década de 1920, Lord Lovat, que havia promovido a colonização da Austrália, adquiriu do estado uma das melhores áreas de terra entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí e criou um consórcio em Londres, composto pelas empresas Paraná Plantations Limited, Companhia de Terras do Norte do Paraná e Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Este consórcio loteou a região, construiu a estrada de ferro e fundou as cidades de Londrina (1931) e Maringá (1947), fazendo da colonização do Norte Novo um verdadeiro empreendimento capitalista. No início da década de 1930 o governo estadual abriu uma nova frente de colonização sobre o Norte Novíssimo (região de Paranavaí), ainda na onda do café.

---

<sup>30</sup> Os parágrafos a seguir são baseados nas mais conhecidas obras sobre a história social e econômica do Paraná, e mais especialmente do Sudoeste do estado. As principais referências utilizadas são Queiroz (1977), Rêgo (1979), Abramovay (1981), Lazier (1986), Wachovicz (1985) e Feres (1990).

A ocupação do Sudoeste e Oeste do estado representa a terceira e última etapa na formação do Paraná moderno. Até os anos 1920 as terras públicas concedidas às empresas colonizadoras e madeireiras eram usadas apenas para atividades extrativistas de pinho e erva-mate, extremamente predatórias, como aquelas baseadas no sistema de *obrages*. A opinião pública foi surpreendida pelos relatos feitos por Luiz Carlos Prestes, Juarez Távora e João Cabanas sobre a devastação das florestas e a degradação dos trabalhadores durante a passagem da Coluna Prestes pela região, que ficou amplamente conhecida como uma “Terra de Violência”. Mas um novo fluxo migratório rumo a essa região começava a ser registrado já desde 1922 em Palmas e Foz do Iguaçu. Eram principalmente colonos de origem européia oriundos do Rio Grande do Sul – que se deslocavam para o Paraná em virtude do fracionamento excessivo da propriedade da terra, da crescente pressão demográfica associada às divisões dos lotes originais por herança e do fechamento da fronteira agrícola – em busca da possibilidade de reproduzir o modo de vida e a tradição agrícola de seus pais.

“Terra de Violência” foi uma das expressões mais utilizadas para se referir à região que viria a ser conhecida como Sudoeste do Paraná também por causa do histórico de conflitos por terra. Durante muitos anos a Argentina e o Brasil disputaram o território, mas nunca houve acerto entre ambos acerca de onde seria a linha divisória. Apenas em fevereiro de 1895 o então presidente dos EUA, Grover Cleveland, escolhido como árbitro pelos dois países, declarou que toda a área situada entre os rios Iguaçu e Uruguai, até os afluentes Santo Antonio e Periguaçu, pertencia ao Brasil. Paraná e Santa Catarina também disputaram a região conhecida como “Contestado”, entre 1912 e 1916. Só depois da Guerra do Contestado os dois estados assinaram um acordo de fronteira, em outubro de 1916, a partir de quando o atual Sudoeste tornou-se parte do Estado do Paraná. Depois ocorreu um conflito entre o Estado do Paraná e a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande (CEFSPRG), que estará na origem dos problemas ocorridos na colonização do Sudoeste na década de 1950.

Uma concessão para a construção da estrada de ferro entre Itararé (SP) e Santa Maria da Boca do Monte (RS) tramitava judicialmente desde 1889, quando finalmente, em 1893, foi transferida para a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, que era subsidiária de um truste chamado *Brazil Railway Company*.<sup>31</sup> Em 1913 esta mesma companhia recebeu

---

<sup>31</sup> A própria *Brazil Railway Company* fazia parte de um outro grande truste muito conhecido, o “famigerado” sindicato Farquhar (ABRAMOVAY, 1981). “Em pouco tempo, a Brazil Railway, além da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, controlava toda a rede ferroviária Gaúcha, geria a Sorocabana, possuía vultuosos interesses na Paulista, na Mogiana e na Madeira-Mamoré, obtinha os direitos da Vitória Minas, dirigia a Port of Pará no extremo norte e a Companhia do Porto do Rio Grande do Sul, dispunha de armazéns frigoríficos e indústrias de papel, empresas pecuárias, madeireiras, de colonização, etc. Esse truste era administrado no país por Percival Farquhar... e era também conhecido por Sindicato Farquhar” (QUEIROZ, 1977, p. 69-70).

titulação da Gleba Chopim (715.080.142 m<sup>2</sup>) e em 1920 da Gleba Missões (4.257.100.000 m<sup>2</sup>), que representavam quase todo o território do atual Sudoeste do Paraná. Após a Revolução de 1930, o interventor do Estado Novo no Paraná passou a anular várias concessões ineficientes ou com irregularidades, entre elas aquela concedida a CEFSPRG. Algum tempo depois, já em 1940, o então presidente Getúlio Vargas, alegando “salvaguarda dos interesses da União”, incorporou todos os bens da *Brazil Railway Company*, que, junto com outras empresas que compunham o capital nacionalizado, passaram a ser administrados pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPN). De modo que o litígio existente em torno da propriedade das glebas Chopim e Missões, que antes era entre o Paraná e a CEFSPRG, passou a ser entre o Governo Federal e o Governo Estadual.

Ocorre que um empresário catarinense, chamado José Rupp, havia ganhado o direito de receber uma indenização referente a vários bens da CEFSPRG numa disputa judicial – que se estendeu de 1925 a 1938 e depois até 1945 – entre os quais a área das glebas Chopim e Missões. Contudo, em virtude da incorporação dos bens da *Brazil Railway Company* ao Patrimônio Nacional em 1940, José Rupp passou a ser credor da União. Ele propôs diversos acordos ao Governo Federal até 1950, que nunca reconheceu a dívida e que se recusava recorrentemente a pagá-lo. Não conseguindo receber, Rupp decidiu vender seus créditos à Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA). Com a entrada da CITLA a problemática tomou outro rumo. Em novembro de 1950, a CITLA e a SEIPN entram em um acordo sobre as indenizações e a empresa consegue a titulação das glebas Missões e Chopim: “uma área quatro vezes maior que o então Distrito Federal, possuidora de inúmeros recursos hidrelétricos e detentora da maior reserva de pinheiros do Brasil, calculada em três milhões de árvores adultas” (WACHOVICZ, 1987, p. 151).

O presidente da empresa CITLA, Mario Fontana, fazia parte do Grupo Lupion<sup>32</sup>, do então governador do Paraná pelo PSD, Moysés Lupion (mesmo partido do presidente da república na época, Juscelino Kubitschek). Existe farta documentação historiográfica atestando que este constituiu um dos maiores “grilos” de terra da história paranaense e que os esforços pessoais do governador Lupion – sobre quem convergia o poder do Estado e dos grupos econômicos, numa mistura entranhada de autoritarismo, manipulação e corrupção – foram muito importantes para que o processo de grilagem fosse levado a cabo. Pois, como detalhadamente descrevem autores como Lazier (1986), Wachovicz (1987) e Feres (1990),

---

<sup>32</sup> Segundo Lazier (1985), o Grupo Lupion era constituído por empresas como a M. Lupion e Cia., a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA), a Mineração de Carvão Norte do Paraná Ltda., a Indústrias Brasileiras de Papel Ltda., a Serrarias Reunidas Santiago Ltda., a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. (COMERCIAL) e a Companhia Imobiliária Apucarana Ltda. (APUCARANA), entre outras.

além do fato das terras terem sido compradas por um preço que equivalia a aproximadamente 2% do seu valor de mercado da época, sua escritura só pode ser registrada sob uma situação muito obscura – um cartório foi criado por desmembramento de outro cuja propriedade era do sogro do superintendente da SEIPN em Santo Antonio do Sudoeste para poder lavrar o registro – dado a inconstitucionalidade da transação.<sup>33</sup> Vale salientar que o Grupo Lupion era devedor de uma elevada importância ao Banco do Estado do Paraná. Fato que leva todos os autores supracitados a considerarem muito provável que a necessidade de o Grupo Lupion repor essa dívida tenha motivado a sua desesperada ação (supostamente) colonizadora (mas de fato espoliadora) em busca de recursos na região Sudoeste do Estado do Paraná.

É em meio a essa confusão toda que se inicia a colonização do Sudoeste Paranaense. Milhares de famílias de agricultores expulsos pelo fechamento da fronteira agrícola do Sul migram naquela direção, dando origem a uma agricultura familiar com características particulares, porque os colonos gaúchos e catarinenses migraram rumo ao Paraná para manter sua condição camponesa, mas o modo de vida e o sistema produtivo que eles passaram a reproduzir na nova terra se encontravam inseridos desde sua origem na dinâmica mercantil e capitalista em expansão no país. Apesar dos hábitos de pensamento e do modo de vida camponês, os meios de sua reprodução social e econômica já eram medularmente comerciais, pois vinculados aos mercados. Neste sentido, objetivo das seções seguintes é explicar o papel dos atores sociais e das instituições nos processos ligados a ocupação e a colonização, aos conflitos agrários e a cristalização da fronteira camponesa, bem como a gradual transformação dos colonos-camponeses em agricultores familiares mercantilizados.

Para isso, estruturamos a exposição em três subseções. Inicialmente, em 3.1.1 analisamos os motivos que levam os colonos sulistas a migrar para o Sudoeste, o papel do Estado neste processo, o contato dos colonos com as populações que já ocupavam o território e a constituição de um modo de vida e de um sistema produtivo colonial parcialmente integrado ao mercado interno capitalista. Em seguida, em 3.1.2 analisamos a herança histórica de num movimento contestatório – organizado diante da ameaça violenta exercida por monopólios econômicos associados ao poder político contra a condição de existência dos colonos – que culmina na “Revolta de 1957” e repercute na estruturação fundiária, na formação das identidades locais e no próprio enraizamento da agricultura familiar. Por fim, em 3.1.3 analisamos a cristalização da fronteira camponesa, seguida pela desagregação do sis-

---

<sup>33</sup> Feres (1990, p.505) aponta quatro motivos para a inconstitucionalidade da transação: (1) era proibida a venda ou concessão de terras em área de fronteira sem a prévia permissão do Conselho de Segurança Nacional; (2) faltava a Licença do Senado por se tratar de uma área superior a 10.000 ha.; (3) não foi realizada concorrência pública como exigia a lei; (4) como as terras encontravam-se *sub-judice*, não poderiam ser objeto de negócio.

tema produtivo colonial, anunciando a chegada da “Revolução Verde”.

### **3.1.1 “Faroeste colono”: ocupação do território, colonização e formação do sistema produtivo colonial**

Até os anos 1940 o Sudoeste Paranaense era um “sertão bravo”, habitado mais remotamente por populações indígenas guaranis e posteriormente populações caboclas. Havia uma baixíssima densidade populacional, característica essencial do sistema produtivo e do modo de vida seminômade dos caboclos. De acordo com Abramovay (1981), estes caboclos, que foram os primeiros habitantes a dar início ao povoamento do Sudoeste, eram originários de três movimentos demográficos distintos: a) vários deles eram antigos agregados das enormes fazendas de gado dos Campos de Palmas, cuja economia baseada na pecuária extensiva não absorvia mais a população; b) uns partiram do Rio Grande do Sul, deslocados pelo avanço do sistema produtivo praticado pelos colonos de origem européia, desde meados do século XIX; c) e outros por sua vez eram fugitivos (refugiados e/ou foragidos) da Guerra do Contestado, que rumaram para a região do Alto Iguaçu.

O sistema econômico dos caboclos era marcado pelo uso de meios técnicos rudimentares e pela insipiente conexão com os mercados. Da mesma forma que para as sociedades indígenas, as bases materiais da economia cabocla – suas fontes de abastecimento alimentar e suas técnicas de produção – eram formadas basicamente pela relação que a população, numericamente pouco expressiva, estabelecia com a mata virgem. Entre as atividades econômicas desenvolvidas pelos caboclos havia a caça e a pesca, a extração e coleta de erva-mate e madeira nas florestas e a criação de porcos. Inicialmente a criação era realizada no regime de “porco alçado” e depois no regime de “safras”. De acordo com Abramovay (1981), eles produziam uma agricultura de subsistência, cuja base técnica consistia na derrubada da mata e na queima da área para a realização de um sistema de “rotação de terras” com “pousio florestal”. Pode-se dizer que os caboclos eram relativamente autárquicos. Ao contrário dos colonos descendentes de europeus, o caboclo não existia socialmente enquanto produtor de mercadorias, pois as suas relações sociais e a sua reprodução material não passavam fundamentalmente pela necessidade de vender e comprar. Contudo, eles vendiam alguma madeira e erva-mate em Barracão e União da Vitória e porcos em Guarapuava, Ponta Grossa e Jaguariaíva e adquiriam produtos manufaturados básicos, como açúcar, sal, tecidos, ferragens, bebidas, querosene, etc., não raro através de escambo, em pequenas “bodegas”, como apontam os estudos de Lazier (1986) e Boneti (2005).



Quanto às relações de produção e sociabilidade, inexistia para o caboclo a propriedade parcelar e privada da terra. A posse de uma área só tinha sentido enquanto servia ao seu uso imediato. E, apesar de o processo de trabalho ser dirigido por cada chefe de família, o trabalho coletivo ocupava um lugar de destaque na vida cabocla. Os chamados “puxirões” expressavam uma relação de troca muito comum, baseada na ajuda mútua e na “solidariedade de unidade e de comunhão do grupo, que repousa sobre a troca simples de trabalho, sobre o princípio da reciprocidade.” (ABRAMOVAY, 1981, p.40, grifo nosso).

Mas é apenas a partir dos anos 1940 que o crescimento populacional é impulsionado, fundamentalmente pela expansão de correntes migratórias de agricultores de origem européia, provenientes das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul (Soledade, Guaporé, Erechim, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Santa Rosa, etc.) e do Oeste e Sul de Santa Catarina (Concórdia, Joaçaba, Orleans, etc.). As razões que motivaram tal corrente migratória estão ligadas, por um lado, aos limites internos do sistema produtivo dos colonos e, por outro, aos limites impostos por atores e processos externos, como demonstram o trabalho de Schneider (2004a) e o relatório conjunto da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - DESER e Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ (1992). Como o principal limite interno destaca-se o fracionamento da terra e a divisão em pequenas propriedades, que iam se tornando inviáveis economicamente. Este fracionamento era devido à pressão demográfica decorrente da alta taxa de natalidade e do sistema de heranças por partilha. Outro fator de desagregação do sistema produtivo dos colonos gaúchos e catarinenses foi o declínio do padrão tecnológico que eles dispunham (que levava ao esgotamento da fertilidade da terra), associado ao fechamento da fronteira agrícola nos seus estados de origem. Quanto aos limites externos, temos a promessa de terras férteis e baratas no oeste, o avanço do latifúndio (ou melhor, a concentração da propriedade capitalista da terra) e a própria pressão socioeconômica exercida pelo intercâmbio mercantil e pela política agrícola do Estado.

De acordo com Feres (1990) o processo de ocupação do Sudoeste se deu por duas vias complementares. Uma era pela vinda espontânea de colonos, que “compravam o direito” de posse da terra dos caboclos. Este foi um elemento importante na formação do território, mas com efeitos desagregadores sobre a economia cabocla. Outra foi a assim chamada “colonização oficial”, dirigida pelo Estado, que inicia a partir de 1943, com a instituição da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) pelo presidente da república Getúlio Vargas (PTB), dentro de uma política de integração do território nacional chamada de “Marcha para o Oeste”. Segundo Abramovay (1981, p.50) esta política foi um dos “mais

ambiciosos objetivos de seu governo”, o que “surpreende, pois, [é a CANGO ser] um produto democrático de uma iniciativa conservadora e ditatorial. Neste sentido, não há dúvida que a CANGO é um caso à parte, mesmo na política oficial de colonização dirigida deste período.”

De acordo com Alves (2008), a criação da CANGO como órgão responsável pela colonização do Sudoeste Paranaense estava relacionada à articulação de uma série de fatores ligados a questões de segurança e integração nacional, como (a) a pressão social estabelecida no RS para solucionar o problema decorrente da fragmentação da propriedade e do fechamento da fronteira agrícola; (b) a necessidade de o Brasil ocupar e proteger as áreas de fronteira com a Argentina e o Paraguai, apontada pelo movimento tenentista; (c) a necessidade de se produzir alimentos a baixo custo para as populações dos centros urbanos em expansão; (d) a necessidade de se produzir matérias primas para a indústria do Sudeste em expansão no pós-guerra; (e) o atendimento das reivindicações de reservistas gaúchos deslocados para a região por terra para plantar e melhores condições de moradia; (f) a necessidade de ocupar as Glebas Chopim e Missões para resolver os litígios sobre sua posse.

Para Lazier (1986), o papel da CANGO ao ser planejada era oferecer assistência e infraestrutura às dezenas de famílias de colonos que chegavam ao Sudoeste a cada dia, através da abertura de estradas, construção de serrarias, pontes e escolas, fornecimento de terra, ferramentas, sementes, atendimento médico, etc. O objetivo expresso da instituição era “criar uma classe média rural, transformando uma região inóspita em uma comunidade próspera, politicamente dócil e capaz de produzir excedentes alimentares para o mercado interno”. Mas como vimos anteriormente, devido à condição jurídica das terras em questão, a CANGO não podia garantir o título de propriedade da terra, de modo que, legalmente, os agricultores ocupavam suas terras na qualidade de posseiros. É mister notar que deste fato decorre uma distinção entre dois tipos de posseiros: os posseiros oficiais, a maioria instalados pela CANGO; e os posseiros não-oficiais, em geral aventureiros que se localizavam na região, construíam seus “ranchos” e começavam a viver e a produzir.

Na visão de Alves (2008, p.80), havia entre os colonos um estado de confiança na atuação “assistencialista” da CANGO. Associado a isso havia um estímulo a migração alimentado por redes de parentesco e por um sentimento de solidariedade e coesão familiar que fizeram com que, apesar da infraestrutura ainda precária, o crescimento populacional fosse elevado. A Vila Marrecas (atual Francisco Beltrão) em 1948 contava com 2.529 pessoas cadastradas, em 1950 já eram 7.147, e em 1956 eram 15.284. Em 1950 a região totalizava 76.373 habitantes e em 1956 já eram 230.379. Contudo, é necessário assinalar que a capacidade de atendimento da CANGO era muito limitada em relação ao grande afluxo de

migrantes, de modo que grande parte do povoamento foi feito de modo espontâneo, sem assistência, planejamento e controle por parte do Estado. Mas por outro lado, contando sobremaneira com a interação e com o auxílio dos caboclos, o que também será fundamental para a estruturação do sistema de produção e do modo de vida dos colonos no Sudoeste.

Em suma, pode-se dizer que as instituições de colonização (Marcha para o Oeste e CANGO) manifestavam a presença do Estado desenvolvimentista no Sudoeste do Paraná, promovendo a ocupação territorial, o avanço da fronteira agrícola e a produção de alimentos a baixos preços para o mercado interno, alicerçando a construção do capitalismo brasileiro. Mas estas instituições e políticas públicas do Estado também acabaram contribuindo decisivamente na manutenção da condição camponesa, na formação de um novo “sistema produtivo” e na reprodução de um “modo de vida” específico para aqueles colonos-camponeses-migrantes.

Ao estudar as metamorfoses do colonato no Rio Grande do Sul, Schneider (2004a) apresenta as condições e os traços mais gerais da sua existência afirmando que “a estrutura social e econômica implementada pelos colonos pode ser caracterizada como um modo de vida, ao qual corresponde uma forma de produzir e uma forma de sociabilidade.” (2004a, p.21). A forma de produzir refere-se à organização do trabalho e da produção capaz de assegurar a sobrevivência da família, a maneira como ela organiza seus meios de produção e se insere no sistema de troca a fim de garantir sua reprodução material. E a forma de sociabilidade refere-se ao modo através do qual se estruturam as relações sociais entre as famílias de colonos-camponeses e entre elas outros atores – podendo se expressar através de relações de parentesco e consanguinidade, de interconhecimento, solidariedade vicinal e reciprocidade, de hábitos culturais, costumes e tradições étnicas ou religiosas comuns, etc.

A chegada dos colonos de origem européia trouxe consigo uma visão de mundo diversa daquela que os caboclos possuíam. Assim, gradualmente as concepções mentais dos colonos, como sua cultura, seus hábitos e sua racionalidade, passaram a se impor e a predominar sobre a dos caboclos. Mas essa dimensão cultural não é apenas um reflexo das condições objetivas de produção, pois a mudança de mentalidade se mostra como um fator fundamental para a emergência de novas formas de produção e organização do trabalho, bem como de novos modos de apropriação dos recursos naturais e técnicas de utilização do solo.

A chegada ao Sudoeste Paranaense, no final dos anos de 1940, dos colonos descendentes europeus, vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, revolucionou completamente o regime de apropriação e o sistema de utilização do solo até então existentes na região. O povoamento com base na pequena propriedade significou, em primeiro lugar, a eliminação do emprego coletivo dos recursos naturais, sobre cuja base se apoiava, em grande parte, a economia cabocla.

A floresta rapidamente deixou de existir como um espaço aberto e do qual o agricultor podia extrair riquezas a seu agrado. (ABRAMOVAY, 1981, p.65).

A passagem da economia cabocla para o “sistema produtivo colonial”, que teve como elemento fundante o uso privado da terra, ocorreu de maneira pacífica, sem resistências dos caboclos. Em certa medida porque estes ocupantes não conformavam uma população com regras estáveis, enraizadas e coletivamente estabelecidas, cuja violação pudesse ser sentida como uma atitude de agressão ou uma afronta a sua condição de existência. Por outro lado, a propriedade privada foi posta diante dos caboclos sob o manto sedutor do dinheiro, monetarizando suas relações, sobrepujando seus valores e subvertendo pacificamente o seu mundo. “A transição do mundo caboclo para aquele instituído pelos colonos de origem européia não se reduz à implantação do regime de apropriação da terra pela propriedade familiar. É todo um modo de vida novo que se instaura.” (ABRAMOVAY, 1981, p.66).

Assim, de acordo com as descrições de Abramovay (1981) e Wachovicz (1987), é possível afirmar que, até meados dos anos 1960, a forma de organização social da produção dos camponeses migrantes de origem européia pode ser caracterizada como um sistema produtivo e um modo de vida “colonial”, no sentido de Schneider (2004a). Pois prevalecia aquilo que Waibel (1949), ao estudar os colonos do Rio Grande do Sul, chamou de um sistema de rotação de terras melhorado associado ao binômio policultura-criação, com o uso de técnicas como o arado e a utilização de equipamentos de tração animal.<sup>34</sup> Ademais, os colonos se estabeleciam em comunidades rurais ao longo de linhas ou picadas e, às vezes com apoio da CANGO, construíam centros de sociabilidade, geralmente com igreja, escola, bodega, associação esportiva e salão de festas. Salienta-se que, do início da colonização até aproximadamente o final da década de 1940, a produção destinava-se praticamente a subsistência, mas se recorria habitualmente à venda de excedentes no mercado, pois este mecanismo possibilitava a obtenção de renda monetária, necessária para a aquisição daqueles produtos que eles não produziam. Todavia, já desde a década de 1950, a produção de mercadorias se constitui como finalidade. A suinocultura era a atividade principal, mas também se plantava trigo, feijão, milho e mandioca (os últimos se destinavam principalmente à alimentação dos porcos), e era comum que cada família tivesse algumas vacas de leite.

A chegada dos colonos e outras categorias de migrantes (comerciantes, artesãos, pequenos industriais, etc.) trouxe consigo uma grande mudança na organização do mercado

---

<sup>34</sup> Em 1960 havia 2.908 arados no Sudoeste, dos quais 225 eram de disco e 2.683 de aiveca (tração animal). Isso representava apenas 2% dos arados de disco e 4% dos arados de aiveca do Paraná (SANTOS, 2008, p.145). Mas se em 1960 apenas 28,3% dos estabelecimentos do Sudoeste usavam arado, em 1970 já eram 64,3% (ABRAMOVAY, 1981, p.75).

local em relação a economia cabocla. As relações de troca passaram a ser mediadas pela forte atuação de intermediários, formando uma rede de pequenos comerciantes, complexificando a divisão territorial do trabalho e produzindo, assim, uma maior estratificação social. De acordo com autores como Saquet (2006), Bonetti (2005), Abramovay (1981) e Corrêa (1970), operavam nessa nova estrutura algumas categorias como: os colonos comicionados (agricultores mais estruturados que recolhiam e centralizavam a produção dos vizinhos para vender ao comerciante, sob recebimento de uma comissão); os bodegueiros (comerciantes instalados dentro das próprias comunidades rurais que operavam como representantes de comerciantes urbanos, vendendo os bens de consumo necessários aos colonos, comprando seus produtos e lhe prestando serviços financeiros informais, não raro de caráter usuário, disfarçado sob relações de reciprocidade); os atacadistas expedidores e distribuidores (empresas comerciais regionais localizadas num centro urbano, vila ou sede municipal, que forneciam sacaria, sementes selecionadas, ferramentas e outros meios de produção, representando a principal ligação do produtor com o mercado consumidor, pois faziam a expedição e conheciam os canais de distribuição e os mecanismos de mercado que determinam a formação dos preços); os motoristas de caminhão (que transportavam os suínos e outros produtos, também possuíam uma importância considerável e estratégica nas relações mercantis da época); os funcionários públicos, profissionais liberais e outras categorias urbanas (radialistas, médicos, etc.) também possuíam importância econômica e política.

Além de relações estritamente mercantis, existiam relações de interconhecimento e reciprocidade entre essas categorias, assentadas em valores humanos diversos. Mas não raro estas relações de reciprocidade continham elementos de dominação e dependência dos colonos em relação aos comerciantes e aos outros atores urbanos. Além do mais, na medida em que iam se introduzindo outros atores externos, diversos daqueles originários do próprio sistema produtivo colonial, também aprofundava-se a sociabilidade capitalista, de modo a gradualmente reconfigurar as relações no território. Entre estes atores estavam: os comerciantes varejistas, que instalavam suas lojas nas sedes urbanas, com uma certa variedade de bens de consumo (alimentos, vestuário, armarinhos, etc.); os atacadistas reexpedidores, intermediários localizados em Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, etc., com os quais negociavam os atacadistas expedidores; e as filiais de empresas agroindustriais, compradoras de produtos agropecuários.

Contudo, se o Sudoeste apresentava uma posição vantajosa em relação à produção, em virtude a fertilidade do solo e da força de trabalho abundante, o mesmo não poderia ser dito em relação aos preços pagos aos colonos. A rede comercial precária e a dispersão espacial da

produção impediam a formação de um mercado que propiciasse melhores condições de venda dos produtos e, por conseguinte, um maior incentivo ao aumento da produção e da produtividade do sistema colonial. Mas esta rede comercial logo viria a ser transformada, sobretudo em virtude do surgimento das cooperativas e da política agrícola. (FERES, 1990).

### **3.1.2 A Revolta de 1957 e o enraizamento da agricultura familiar**

Nesta seção buscamos demonstrar como episódios históricos vividos pela comunidade sudoestina constituem um elemento de *embeddedness* da agricultura familiar no território. A chamada “Revolta dos Colonos”, ocorrida em 1957, representa o evento mais importante para a construção da identidade social da agricultura familiar, pois envolve o compartilhamento de um sentimento de pertencimento e de valores entre os diversos atores do território no período de colonização. O avanço da frente pioneira do Sul revela que a conduta dos colonos era pautada na tentativa de reproduzir no Sudoeste a condição camponesa que estavam a perder na sua terra de origem. Mas esta possibilidade vinha sendo posta em xeque pelo “latifúndio”, através da apropriação capitalista da terra exercida pelas empresas imobiliárias que passaram a atuar na região. Os agricultores perceberam que a atuação das empresas representava uma ameaça. Então se aliaram com outros atores e passaram a reagir contra as ações violentas, percebidas como injustas, que lhes eram impostas pelas empresas imobiliárias. Durante o processo os atores construíram uma interpretação da situação e das relações sociais que estavam inseridos, que os impeliu a resistência aberta e ao confronto contra as forças hegemônicas que tentavam expropriá-los. Os episódios que seguiram podem ser entendidos como manifestação do princípio camponês e contramovimento da agricultura familiar.

As concepções mentais dos atores envolvidos eram reforçadas pela atuação da CANGO, que por sua vez encarnava a concepção industrialista e modernizante do projeto desenvolvimentista, o qual estimulava e legitimava a consolidação de uma agricultura produtora de alimentos para os mercados urbanos em crescimento no país. Mas como afirmamos anteriormente, devido à contenda jurídica existente em torno da região Sudoeste do Paraná, o governo federal se encontrava impedido legalmente de expedir as escrituras definitivas aos colonos. O que a CANGO fazia no início era emitir títulos provisórios. Mas, com o grande fluxo de migrantes que se instalou, ela havia deixado até mesmo de fornecer esses documentos de caráter provisório. Abramovay (1981) chega a argumentar que a CANGO muito provavelmente não teria passado à história como exceção democrática na vida conservadora da ocupação da terra no Brasil, caso não houvessem ocorrido os fatos que

desencadearam a Revolta de 1957. Para o autor, se ela entrou para a história com esta reputação, muito se deve a ação dos próprios colonos e de seus aliados.

[Mas o fundamental neste contexto é que as] sobreposições de interesses e os problemas jurídicos na região se constituirão no embrião da Revolta de 1957. Este episódio e os desdobramentos que se seguiram irão fornecer os elementos que moldarão boa parte da identidade cultural. Nesse acontecimento se cristalizarão, além das lideranças e das instituições, um forte imaginário popular. A abrangência regional e a grande participação dos colonos levarão histórias de heroísmo e protagonismo para cada município e a cada lar da região. (ALVES, 2008, p.82).

Segundo Gomes (1987), o processo que veio a culminar na “Revolta dos Possesiros”, em 1957, teve seu início em 1951, quando da instalação da CITLA na sede do município de Francisco Beltrão, mas se agravou em 1956, quando da entrada de outras duas companhias imobiliárias ligadas a CITLA na região: a Comercial (Companhia Comercial Agrícola Paraná Ltda.), no interior de Francisco Beltrão, Verê e Dois Vizinhos, e a Apucarana (Companhia Imobiliária Apucarana Ltda.), na área da fronteira, nos municípios de Capanema e Santo Antônio. Nos termos de Lazier (1986), essas companhias passaram a atuar de forma “ilegal e imoral” contra os colonos. Eram contratados jagunços para coagi-los, muitas vezes por meio de bárbara violência<sup>35</sup>, obrigando-os a pagar pelas terras e assinarem contratos de compra das posses que ocupavam, maioria delas concedidas pela própria CANGO.

Inicialmente era um conflito entre a CITLA e a CANGO. Mais tarde foi entre os possesiros e a CITLA, e culminou na Revolta de 1957. Sabedores da ilegalidade de sua ação, os homens da CITLA tinham pressa. Queriam arrecadar a maior quantidade possível de dinheiro no menor tempo. Para isso implantaram o terror. Empregavam bandidos, jagunços para forçar os possesiros a lhes entregar o dinheiro. Cometeram muitas irregularidades, criando um clima de instabilidade social. (LAZIER, 1986, p.71-72).

Os colonos não se opunham a pagar pelas terras que ocupavam e cultivavam, mas duvidavam tanto da autenticidade dos contratos emitidos como dos valores exorbitantes que lhes eram cobrados pelas empresas imobiliárias. Assim, episódios marcados pela impunidade das companhias e a conivência das autoridades, ao longo de 1957, acirraram o clima de tensão e violência em vários pontos da região, causando indignação e revolta entre os colonos.

Do ponto de vista do colono, pagar o que era pedido pela CITLA era um ato de desespero e não de justiça. Se o colono considerasse que a companhia era realmente a legítima proprietária daquelas terras, não haveria a Revolta de 1957. A CITLA não foi contestada enquanto proprietária, mas sim como não proprietária, como grileira. [...] Não que a totalidade dos órgãos públicos envolvidos na questão fosse conivente com a CITLA. Ao contrário, além da CANGO, o Tribunal de Contas da

<sup>35</sup> Gomes (1987) e Lazier (1986) citam um discurso do senador Othon Mäder no Senado Federal, pouco tempo após a Revolta, em que o mesmo “nominou 14 mortos e desaparecidos, 47 vítimas de espancamentos, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios, extorsões, etc., e apresentou também a relação de 59 responsáveis diretos e indiretos, culpados ou cúmplices dos referidos crimes.” (LAZIER, 1986, p.74).

União, a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, o Procurador Geral da República e o Conselho de Segurança Nacional estavam contra a CITLA. Esta apoiava-se antes de tudo no poder estadual – além de contar com a preciosa omissão do executivo federal, que, por razões de fidelidade política [o governo estadual e o federal eram do PSD] não podia se opor às atividades da companhia à qual pertencia a Moisés Lupion. Mas com exceção da Presidência da República, a maioria dos órgãos federais opunha-se à ação da CITLA no terreno jurídico. Só que Moisés Lupion dava-lhe todo o apoio no plano prático. A justiça estava com os colonos e a força com a CITLA. (ABRAMOVAY, 1981, p.56).

Após vários assassinatos e agressões sofridas, os colonos também passaram a se defender e a reagir. Foram emergindo alguns líderes na medida em que o processo avançava. Muitos deles, alguns dos principais, não eram agricultores, mas comerciantes, médicos, radialistas e outros profissionais liberais locais. Contudo, segundo Gomes (1987), se tratou de uma ação claramente coletiva e conscientemente deliberada. O movimento era sustentado por uma aliança de categorias sociais calcada em algo mais do que laços estritamente econômicos, que certamente importaram, mas também envolvia laços de solidariedade, valores morais e relações de reciprocidade. O movimento foi ganhando força até que no dia 10 de outubro de 1957 a revolta eclodiu em Francisco Beltrão e se espalhou para outras localidades do Sudoeste. Vale à pena citar um trecho que, apesar de longo, descreve o evento em cores vivas.

No dia 10 de outubro de 1957, cerca de seis mil colonos tomaram a sede do município de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná. Vinham em caminhões, carroças, a cavalo ou a pé. Todos armados. Com foices, velhos revólveres, espingardas de caça e pedaços de pau. Concentraram-se na praça da Matriz, onde, numa casa de esquina, ficava a estação de rádio local, transformada em centro de operações. A delegacia e a prefeitura foram tomadas – o prefeito e o delegado fugiram. O Juiz de Direito foi colocado em prisão domiciliar e o Promotor Público ficou sob custódia do Exército até receber autorização para sair da cidade. [...] Numa reação em cadeia, outros municípios foram tomados. Em Pato Branco, já no dia 9 de outubro, foi constituída uma comissão de representantes de todas as facções políticas, denominada Junta Governativa, pela imprensa. Os colonos foram chamados para a cidade, cujos pontos estratégicos foram guardados [...] No dia 10 chegava a essa cidade o Major Reinaldo Machado com o encargo de fechar os escritórios das companhias de terra responsáveis pelo clima de tensão na região, enquanto em Francisco Beltrão, a evacuação dos jagunços e funcionários das companhias era feita pelo exército [...] Realizada a evacuação, já no dia 11, pela manhã, os colonos invadiram os escritórios das companhias. O que havia dentro foi destruído. Os papéis e notas promissórias, assinados sob coação, foram espalhados pela avenida principal da cidade, rasgados, pisoteados. (GOMES, 1987, p.9).

Posteriormente, embora não se possa desconsiderar a importância da militarização do problema da terra na região, como enfatizou Martins (1981), a pacificação ocorreu de maneira relativamente espontânea, pois os objetivos do movimento haviam sido alcançados. A Revolta de 1957 foi vitoriosa, no sentido de que alcançou seus objetivos, por causa da iniciativa dos colonos. O mais significativo é que os agricultores se constituíram como atores sociais



capazes de (i) formular o diagnóstico sobre o seu problema, (ii) identificar seus amigos e inimigos, (iii) estabelecer alianças e (iv) organizar sua campanha de luta. (FERES, 1990).

Os colonos e demais participantes da revolta se sentiam orgulhosos por não ter sido necessário em nenhum momento o uso das armas e o derramamento de sangue. A atuação dos principais líderes da Revolta, Dr. Walter Pécoits em Francisco Beltrão e Jacomo Trento em Pato Branco, parece ter contribuído para os rumos pacíficos do processo. Inclusive, diferente de outras revoltas camponesas ocorridas no Paraná e em outras partes do Brasil no mesmo período, não houve nenhuma participação de militantes comunistas.<sup>36</sup> A intenção do movimento não era fazer qualquer “revolução política”. “O rápido acordo conquistado junto ao governo estadual e, posteriormente, o imediato abandono das cidades ocupadas, corresponde à própria limitação dos objetivos procurados pela Revolta. Lutava-se pela lei e pela propriedade.” (ABRAMOVAY, 1981, p.59). Ou seja, o objetivo imediato pelo qual os colonos lutavam era parar as atividades das empresas imobiliárias e impedir que a grilagem se concretizasse, sepultando a possibilidade de reprodução da sua condição camponesa.

Assim, a iniciativa dos agricultores enquanto atores sociais foi um fator determinante da vitória, todavia, na análise de Feres (1990), não há no final da revolta uma nova estrutura de poder articulada pelos próprios colonos. Pois quem assumiu as funções políticas de decisão e mediação dos interesses destes, foram os partidos políticos de oposição (ao PSD) e seus líderes urbanos, alguns ligados ao movimento de 1957 – mais os do PTB que os da UDN.

Os colonos conduziram a luta até o ponto que lhes pareceu necessária: a expulsão dos jagunços e o restabelecimento da tranquilidade na área. A partir daí, outras forças sociais assumiram a condução do processo político – que passou a jogar-se num outro âmbito, longe dos colonos, nas mesas de conferência e discussões fechadas dos partidos políticos ou órgãos do Estado. Obviamente os colonos perderam a posição de condutores da luta. (FERES, 1990, p.518).

A conduta dos colonos em face destes eventos históricos repletos de conflito e violência, a sua articulação com os outros atores, o estabelecimento de uma estratégia de ação deliberada e a vitória do movimento, foram elementos essenciais para a conformação da estrutura socioeconômica e do dinamismo político do Sudoeste. A Revolta de 1957 representa o reconhecimento social do valor dos agricultores familiares. Ela é o estopim que aciona um espírito de combatividade, mas também de solidariedade e cooperação entre os atores sociais, que ficará gravado em suas memórias e será lembrado frequentemente em situações futuras.

<sup>36</sup> A história brasileira mostra pelo menos dois casos em que a participação de militantes ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundamental nos rumos dos processos encaminhados pelos agricultores, culminando, assim como no Sudoeste, em confronto armado, mas diferente dali, com muitas mortes. Um é o caso da chamada Revolta Camponesa de Porecatu, no Norte Paranaense, entre 1950 e 1951. Outro é o caso da Revolta de Trombas e Formoso, em Goiás, também em 1957. (MARTINS, 1981; WACHOVICZ, 1986).

Como notou Alves (2008), é curioso observar que tanto os partidos de esquerda como os de direita lançam mão de discursos que enaltecem a bravura e a coragem dos colonos pioneiros. Para compreendermos qualquer processo posterior na história do Sudoeste precisamos ter presente esta herança, essa espécie de “mito fundador”, este elemento de *embeddedness*. Pois estes episódios deram início a um momento novo na história do Sudoeste. Instituiu-se, de maneira ainda mais efetiva a partir da criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), além da propriedade privada da terra e dos meios de produção agrícolas, uma forte identidade da agricultura familiar enraizada no território.

### **3.1.3 Cristalização da fronteira camponesa e crise do sistema produtivo colonial**

O governo Kubitschek comprometeu-se em regularizar a situação das terras do Sudoeste Paranaense. Então, já em dezembro de 1957 os líderes políticos da região levaram um projeto jurídico de desapropriação à presidência da República. Todavia o PSD paranaense consegue travar o processo até as eleições de 1960. Mas a UDN e o PTB, oposição em 1957, passam a governo a partir de 1960: Jânio Quadros e João Goulart em nível nacional, Ney Braga em nível estadual. Ambos, eleitos com mais de 80% dos votos, tiveram apoio maciço no Sudoeste. Apenas com as mudanças nas forças políticas dos governos foram definidas as primeiras medidas efetivas. O Estado do Paraná e a União estabeleceram um acordo renunciando suas pretensões de propriedade sobre aquelas terras, o que permitiu que as mesmas pudessem ser legalizadas juridicamente. E em 1961 o então presidente Jânio Quadros assinou o decreto de desapropriação das terras para utilidade pública.

Mas somente em 1962, sob uma conjunção de pressões dos políticos sudoestinos e do governador Ney Braga, no governo do já novo presidente João Goulart, foi criado o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP). Tal instituição era incumbida das tarefas de realizar a regularização fundiária e titulação das terras na região, construir equipamento social (estradas, escolas, etc.), e fornecer orientação técnico-produtiva e jurídico-administrativa aos agricultores. Sua atuação foi fundamental para a “cristalização da fronteira camponesa” (FERES, 1990) e para a organização social, econômica e produtiva do Sudoeste do Paraná. Segundo Lazier (1986, p.88) “pode-se afirmar que o GETSOP concluiu a obra iniciada pela CANGO e interrompida pela atuação da CITLA.” Encerrando suas atividades em 11 de dezembro de 1973, o GETSOP expediu um total de 43.383 títulos de propriedade, sendo que destes 12.413 eram urbanos e 30.970 rurais.

Foi um processo considerado rápido e eficiente de ocupação da fronteira, através da criação e institucionalização de núcleos populacionais em municípios, distritos e comarcas.<sup>37</sup> Houve também uma rápida implantação de serviços urbanos básicos (LAZIER, 1986). O GETSOP dividiu o Sudoeste em duas subregiões. A subregião 1 era composta pelos municípios de Palmas, Clevelândia e Mangueirinha, localidades distintas dos demais municípios, com perfil agrário voltado para a pecuária extensiva e marcadas pela presença do latifúndio. Os dados de GETSOP de 1969 apresentados por Feres (1990, p.521) mostram que de uma área total de 563.019 ha., 4,4% dos estabelecimentos, maiores do que 1001 ha., concentravam 58% da área, 22% dos estabelecimentos, de até 1000 ha., concentravam 37,7% da área, e 73,6% dos estabelecimentos possuíam apenas 10,6% da área. Já a subregião 2 era composta por um conjunto de 24 municípios relativamente próximos, onde predominava a pequena propriedade policultora. De acordo com os mesmos dados, de uma área total de 1.136.100 ha., 92,8% das propriedades se concentravam em propriedades de até 50 ha., sendo que destes, 30,4% em uma área de até 10 ha. e 44,4% em uma área entre 11 e 25 ha.

O Sudoeste do Paraná desvia totalmente a forma costumeira de ocupação territorial do Brasil, tradicionalmente concentradora, indiscutivelmente devido ao tipo de ação colonizadora implantada pelo Estado Novo. Ao invés da concentração da propriedade, ao contrário, a tendência seria a redução das áreas médias dos estabelecimentos rurais em decorrência da subdivisão das terras virgens em pequenas propriedades para a exploração familiar. Em 1950, 59% dos estabelecimentos eram menores do que 50 ha e ocupavam 10% da área total. Em 1970 os estabelecimentos menores do que 50 ha chegavam a 94% do total e ocupavam 69% da área. Assim, o “minifúndio” passou a ser a estrutura fundiária predominante, acentuando a tendência a crise ligada ao fracionamento da terra, já vivido pela população anteriormente.

A reprodução do modo de vida dos colonos, da família, da pequena propriedade e do sistema produtivo, obedece a sucessivos estágios de evolução e regressão da produção em situações de espaço e de temporalidade sempre diferentes, porém assemelhadas em função da ação dos indivíduos [...] [Assim, tanto no Rio Grande do Sul como no Sudoeste, o] sistema produtivo adotado pelos colonos continha, na sua própria dinâmica, os limites a sua reprodução. Ou seja, a forma de uso do solo, a falta de tecnologias apropriadas e o sistema de herança por partilha geravam a necessidade constante e sucessiva de expansão da zona pioneira. E isso só [seria] possível enquanto [houvesse] terras a serem colonizadas e uma fronteira agrícola a ser ocupada. (SCHNEIDER, 1999, p.30, p.87).

Mas ocorre que o Oeste e o Sudoeste do Paraná representavam a última fronteira agrí-

<sup>37</sup> Contudo, a atuação do GETSOP não foi isenta de críticas. Principalmente aquelas dirigidas pelos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que afirmavam que a regularização fundiária ocorreu de forma populista, pois não foram adotados critérios técnicos de viabilidade econômica na divisão dos lotes, que apenas legalizou as posses já existentes. O que é fato, conforme argumenta Alves (2008, p.85).

cola do Sul do Brasil, que então acabara de fechar (SILVA, 1982). E o próprio GETSOP reconhecia que a fragmentação e a concentração da propriedade, ambos eram tanto fatores de ameaça à fronteira camponesa como limitantes à evolução do sistema produtivo colonial; mas ao mesmo tempo vislumbrava as direções a serem trilhadas pelos agricultores.

O Grupo Executivo de Terras [GETSOP], que desempenhou um papel importante na cristalização da fronteira colonial do Sudoeste, encerrou suas atividades na região em 1973, deixando atrás de si um diagnóstico profético e propondo um caminho, que os colonos seguirão: confiar nas próprias forças e na própria iniciativa, buscar outros aliados na estrutura social (a Igreja, as organizações políticas, as iniciativas da sociedade civil), além de desenvolver as atividades sindicais e cooperativistas na região. O GETSOP insistia ainda na necessidade de ampliar o quadro dos serviços assistenciais básicos, educação, saúde e assistência técnica agrícola. O equipamento social da região era considerado insuficiente. (FERES, 1990, p.533).

Posteriormente, com a crise da suinocultura, em meados da década de 1970, a desagregação do sistema produtivo colonial se tornou inevitável, bem como a forma de sociabilidade vigente, pois esta também seria afetada pela mercantilização em marcha. Contudo, diferente do que ocorreu no Rio Grande do Sul – onde, em larga medida devido a sua inadequação tecnológica, os colonos não tiveram outra saída a não ser migrar, avançando sobre a fronteira agrícola –, no Sudoeste do Paraná, a desagregação do sistema colonial coincidiu com o início do processo de modernização da base técnica da agricultura, erigido a partir da introdução parcial dos “pacotes tecnológicos” da “Revolução Verde”. Sob o efeito de uma poderosa pressão mercantil, exercida tanto pelas indústrias e pelos mercados em expansão como pela própria política agrícola do Estado (naquele momento já governado pelo regime instituído a partir do golpe militar de 1964), a agricultura familiar do Sudoeste se transformará profundamente, a partir do início da década de 1970. Os colonos, incapazes de encontrar em si mesmos as forças para superar as contradições que obstaculizavam o seu desenvolvimento, não conseguiram realizar de maneira completa a “revolução agrícola” do sistema produtivo colonial. Não obstante, a solução do problema veio de fora, através do uso de insumos de origem industrial e da mecanização da agricultura. O que, se por um lado propiciou a continuidade e a reprodução da agricultura familiar, por outro causou profundas metamorfoses e diferenciações no seio deste grupo social, trazendo a baila novos problemas e contradições para o processo de desenvolvimento do território.

### 3.2 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Podemos afirmar que o lugar reservado para a agricultura e o meio rural no processo de desenvolvimento econômico capitaneado pelo Estado brasileiro desde os anos 1930, foi

sempre subordinado aos interesses urbano-industriais. Como vimos até aqui, os seus “papéis” vinham sendo definidos, desde o período Vargas, sem rompimentos com o pacto de poder que mantinha os privilégios para as elites agrárias, os salários em níveis reduzidos para os trabalhadores urbanos e a desconsideração para com os direitos dos trabalhadores rurais e agricultores familiares. Esta configuração não se alterou no governo JK, de modo que a agricultura continuou a cumprir os papéis a ela designados no “projeto desenvolvimentista”, determinados pelos interesses do Estado e das elites agrárias e industriais.

Contudo, como mostra Delgado (2009), já no início da década de 1960, as contradições e limites do projeto desenvolvimentista começavam a se tornar muito aparentes, sobretudo o seu caráter autoritário, dependente e excludente. Assim, o modelo começou a entrar em crise, inclusive no que diz respeito ao seu padrão de desenvolvimento agrário, pois a “válvula de escape” representada pela fronteira agrícola móvel, apesar de continuar avançando em direção ao Centro-Oeste e a Amazônia, já se fechara no Sul e no Sudeste. Também os mecanismos tradicionais de financiamento foram abalados pela aceleração da inflação e pela perda de capacidade do Estado em manter a articulação do pacto de poder político que o sustentava. Acentuaram-se as críticas entre os intelectuais e os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, bem como as mobilizações e movimentos dos trabalhadores e dos camponeses em torno de bandeiras como a reforma agrária e o crescimento dos salários e do mercado interno. Tais críticas angariavam um conjunto de forças que almejava derrotar as elites agrárias e reformar o modo de crescimento industrial, tendo em vista fins mais democráticos. Este movimento, que ganhou força quando João Goulart assumiu a presidência, foi interrompido a partir do regime militar instituído pelo golpe de estado de 1964. Desde então a repressão contra todos os que o contestavam o regime foi o principal instrumento utilizado para recompor o pacto político entre as elites dominantes e redefinir os mecanismos de financiamento e de retomada da acumulação industrial; que se daria por meio do aumento da participação das empresas multinacionais, da contenção dos salários reais, da expansão do setor produtivo estatal e também da indústria de bens de consumo duráveis (viabilizada pelo aumento do crédito ao consumo para a “classe média”).

Assim, conforme a análise de Mello e Novais (2009), a chamada “modernização” da sociedade brasileira em condições de capitalismo tardio, parece sempre ter tomado o caminho histórico das convergências sobrepostas pelos interesses das elites tradicionais, sendo que o exército sempre desempenhou um papel político fundamental. Principalmente através de alguns grupos militares, como aqueles que apoiaram o movimento tenentista nos anos 1920, o governo Vargas a partir dos anos 1930, o governo JK nos anos 1950 e golpe de estado em

1964. A sustentação dessas classes sociais no poder, capitaneando o processo de modernização do país, ainda que em moldes propriamente capitalistas, atribuiu um caráter conservador as mudanças realizadas. Então, pode-se dizer que o que tivemos no Brasil foi uma “modernização conservadora”, porque se instaurou uma sociabilidade capitalista, dita moderna, mas as mudanças ocorridas conservaram a dominação social, legitimada pelo aparelho repressor do Estado e gerida por grandes proprietários de terra, industriais, banqueiros e políticos, em larga medida, associados aos agentes do capital transnacional.

Neste contexto, o projeto levado adiante pelo regime foi aquele que propunha a modernização da base técnica da agricultura em detrimento da realização da reforma agrária, apesar do conteúdo reformista do Estatuto da Terra de 1964, proposto pelo próprio governo militar. Com a hegemonia política dessa visão sobre o papel da agricultura e do meio rural no governo militar, foi iniciada, em meados da década de 1960, a política estatal que promoveria o processo que Graziano da Silva (1982) chamaria de “modernização conservadora da agricultura brasileira”, através da difusão do modelo da “Revolução Verde”.

Embora este processo tenha ganhado contornos mais claros nos anos 1970, suas origens são anteriores, remetendo imediatamente ao período do segundo pós-guerra. Apesar das profundas mudanças que a economia brasileira experimentava desde os anos 1930, até metade década de 1950 a dinâmica tecnológica da produção agropecuária continuava restringida pela capacidade de importar máquinas e insumos. Embora desde o segundo governo Vargas (1951-1954) existisse uma preocupação em montar uma indústria doméstica de fertilizantes e máquinas agrícolas, naquele período, na leitura de Mello (1990), a industrialização encontrava-se ainda (relativamente diríamos) “restringida” à indústria de bens de consumo duráveis e de alguns insumos intermediários. Essa situação só viria a ser alterada definitivamente, com a industrialização “acelerada”, a partir do Plano de Metas (1955-1962) e, sobretudo, do “milagre econômico” (1967-1973), quando finalmente se consolidou uma indústria pesada (D1 - departamento de bens de capital e insumos intermediários) no país.

O avanço desta “modernização” consistiu num processo genérico de crescente integração da agricultura ao sistema capitalista industrial – através da aplicação de conhecimentos científicos e da introdução de mudanças na sua base técnica –, podendo assim ser explicada, em muitos aspectos, pelos conceitos de apropriação (à montante) e substituição (à jusante) dos processos e elementos da produção agropecuária por atividades e produtos industriais, como fazem Goodman, Sorj e Wilkinson (1985). O que implicou na ocorrência de um processo de mercantilização e, portanto, numa necessidade crescente de a produção rural recorrer a compras extra-setoriais: refletindo-se no aumento do consumo intermediário e na

“externalização” da produção agropecuária.<sup>38</sup> Mas, por si só, isso não explica como este processo, que é necessariamente histórico, se desenrolou concretamente. Nestes termos, como detalhadamente discutem os já clássicos trabalhos de Delgado (1985), Kageyama (1990) e Silva (1998), podemos apreender esquematicamente o processo de modernização da agricultura brasileira através da identificação de três processos cumulativos e interconectados, que operaram no sentido de integrar intersetorialmente a agricultura com diversos ramos industriais, sob a dominância destes, atribuindo novas características à sua dinâmica de acordo com as mudanças nos processos de desenvolvimento econômico e acumulação industrial do país, até culminarem naquilo que essa literatura consagrou como a consolidação dos “complexos agroindustriais CAI’s” no Brasil.

O primeiro processo é o de consolidação da indústria a montante da agricultura – a “internalização do D1 para a agricultura” – isto é, a formação de diversos ramos industriais que produzem bens de capital e insumos intermediários, com segmentos específicos voltados para a agricultura. Isso vai ocorrer a partir da metade dos anos 1960 e mais intensamente nos anos 1970 e 1980, com a instalação (i) da indústria química, que produz os adubos e fertilizantes, baseados na tríade NPK (nitrogênio, fósforo e potássio), bem como os agrotóxicos ou “defensivos” (inseticidas, fungicidas, herbicidas) e (ii) das indústrias metal-mecânica e automotiva, que produzem os tratores e máquinas agrícolas (plantadeiras, colheitadeiras, pulverizadores, carregadeiras, etc.). Essas inovações químicas e mecânicas foram às tecnologias mais difundidas no período, mas também houve inovações biológicas importantes, provenientes (iii) das indústrias alimentícias e farmacêuticas, que produzem as rações, hormônios, vacinas e medicamentos para animais, bem como atividades de seleção e melhoramento de sementes (apenas posteriormente evoluirão para as modernas biotecnologias). Importante destacar que a maior parte dessas indústrias é constituída predominantemente por grandes empresas oligopólicas de capital estrangeiro.

O segundo processo determinante da modernização da agricultura foi à consolidação da indústria a jusante da agricultura, apoiado sobremaneira pela política governamental. Todavia, além da política pública, o que contribuiu para a profunda reestruturação nas agroindústrias processadoras desde a década de 1970 foram a internacionalização, a centralização e a concentração do capital que vinham operando na indústria de transformação instalada no Brasil. As agroindústrias processadoras, especialmente de alimentos e têxteis,

---

<sup>38</sup> Os dados de Silva (1998, p.22) mostram que o consumo intermediário (todos os insumos que entram no processo de produção exceto força de trabalho) da agricultura brasileira em seu conjunto passa de um índice 100 em 1939, quando representava 13% do valor bruto de produção agropecuária (VBP) para um índice de 297,7 em 1980, quando já representa 38,7% deste VBP.

estiveram na origem histórica da industrialização brasileira, mas naturalmente foram perdendo importância relativa com a formação de outros ramos mais complexos, em especial aqueles de indústria de bens de consumo duráveis e de capital. Mas, desde meados dos anos 1970, as agroindústrias têm aumentado a sua participação no valor de transformação industrial (VTI), ainda que o pessoal ocupado tenha relativamente decrescido. Alguns grupos econômicos oligopólicos passaram a construir grandes unidades industriais de transformação de produtos agropecuários – notoriamente as de papel, álcool e açúcar, óleos vegetais brutos e refinados, carnes de aves e suínos, laticínios, fumo, etc. – e a colocar, de forma sistemática, novas demandas a agricultura (como tipos de produto, especificações sanitárias e controle de qualidade, padrões técnicos e rotinas, prazos de entrega e contratos de fornecimento) que vêm modificando e condicionando a própria forma de produzir, ao integrar os agricultores de forma cada vez mais subordinada em sua relação com a agroindústria transformadora.

O terceiro processo foi o de integração de capitais, através da centralização de diversos capitais industriais, comerciais e agrários articulados sob o comando dos capitais financeiros e bancários – para o que a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) teve uma importância basilar – dando origem a grandes grupos oligopolistas que se fundiam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas agroindustriais e empresas de responsabilidade limitada que passaram a integrar-se verticalmente. O resultado deste processo foi uma crescente conglomeração empresarial por meio de fusões, *holdings*, cartéis e trustes, que passam a direcionar a aplicação dos capitais nos mercados mais rentáveis e lucrativos. Entre estes mercados, um dos mais estratégicos é o de terras, pois a propriedade da terra permite ganhos especulativos e de fundação muito atrativos para a aplicação destes capitais, dando origem a um fenômeno chamado de “territorialização da burguesia”.

A forma de atuação do governo militar foi um fator determinante da mercantilização e “incorporação institucional” da agricultura e do espaço rural ao modo de desenvolvimento econômico do Brasil, através dos processos de externalização, cientifização e centralização estatal. De um lado, estimulava-se a expansão das indústrias por meio de vários tipos de incentivos e, de outro, assegurava-lhes mercado por meio do crédito ao produtor rural. Os diversos instrumentos de política pública, criados e mobilizados durante o período que vai aproximadamente de 1965 a 1985, foram essenciais para a construção do novo padrão de desenvolvimento agrícola e agrário, ora denominado como “modernização da agricultura”.

A partir dessa breve explicação sobre significado e o sentido da modernização da agricultura brasileira, nosso objetivo nesta seção é apreender como este processo se manifestou e quais foram seus principais efeitos no Sudoeste do Paraná. Um território onde,



diferente da maior parte dos beneficiários do processo de modernização – em geral grandes proprietários que gradualmente transformariam seus latifúndios em modernas empresas rurais capitalistas – sua agricultura tem sido predominantemente organizada em torno do trabalho familiar e da pequena propriedade. Assim, precisamos explicar como, ao final dos anos 1960, o espaço rural do Sudoeste Paranaense passava a ser profundamente transformado pelas mudanças na base técnico-produtiva, que para Abramovay (1981), se não atingiram a todos com a mesma intensidade, também não deixaram ninguém escapar de seus efeitos.

Para isso, estruturamos a exposição em três subseções. Inicialmente, em 3.2.1 abordamos alguns aspectos relativos à forma de atuação do Estado e das instituições governamentais na promoção do modelo da Revolução Verde e dos efeitos das políticas públicas nas transformações da agricultura familiar no Sudoeste. Na sequência, em 3.2.2 discutimos em específico o papel das cooperativas tradicionais para o processo de modernização da agricultura familiar do Sudoeste, além situar a importância das empresas agroindustriais neste processo. Por fim, em 3.2.3 analisamos alguns dados, já bastante conhecidos, a fim de demonstrar as principais mudanças técnico-produtivas que vieram a causar um processo de diferenciação social na agricultura familiar e estarão na base de uma nova onda de contramovimentos emergentes em meados dos anos 1970.

### **3.2.1 Estado, instituições e políticas públicas: cultivando a Revolução Verde**

O termo “Revolução Verde” é utilizado para designar a fase avançada da “Segunda Revolução da Agricultura Contemporânea”. Revolução esta que trouxe mudanças – como a redução da importância relativa da rotação de culturas, o progressivo abandono do uso da adubação verde e do esterco na fertilização, a separação da produção animal da vegetal e, sobretudo, a absorção de algumas etapas do processo de produção agrícola pelas indústrias – e abriu portas para o desenvolvimento de sistemas mais intensivos de produção, marcando o início de uma nova etapa na história da agricultura. No contexto da “Guerra Fria” – a partir das conquistas da pesquisa nas áreas química, mecânica e genética, que pavimentaram a emergência e o fortalecimento de ramos industriais voltados para a produção de máquinas e insumos agrícolas – os países capitalistas centrais difundiam um diagnóstico de que o rápido crescimento populacional aliado a inadequada distribuição de alimentos eram as principais causas da fome e da instabilidade política nos países do “Terceiro Mundo”. E a solução proposta seria a adoção de estratégias baseadas na aplicação massiva de inovações tecnológicas objetivando elevar os níveis de produção e de produtividade. (VEIGA, 2007).

A expansão da pesquisa relacionada às tecnologias da Revolução Verde foi financiada pelos governos dos países desenvolvidos e por agências internacionais, como as Fundações Ford e Rockefeller, USAID, FAO e Banco Mundial. Por razões políticas, a difusão dessas tecnologias foi vista como um instrumento para lutar contra o crescimento das doutrinas de esquerda no campo. Propunha-se que a instabilidade rural poderia ser controlada pelo uso da produção de alimentos como uma “nova arma”. O lema era “fazer a Revolução Verde para impedir que os comunistas façam a Revolução Vermelha.” E o seu elemento mais típico viria a ser a vinculação do fornecimento de crédito e seguro agrícola à adoção dos chamados “pacotes tecnológicos”, baseados no cultivo altamente especializado de monoculturas (soja, milho, trigo, cana-de-açúcar), na utilização de insumos industriais e nos procedimentos técnicos recomendados por cientistas e difundidos aos agricultores por agrônomos e extensionistas. Através desta “difusão” do modelo a indústria passou a transformar, acondicionar e distribuir uma parte crescente da produção, ao mesmo tempo em que os avanços nos processos de transporte, armazenamento e conservação possibilitaram o surgimento de um mercado internacional para as *commodities* agrícolas. (EHLERS, 1996).

Segundo Zamberlam e Froncheti (2001, p.17), algumas das principais providências que o governo tomou para implantar a Revolução Verde no Brasil foram: a divulgação das propostas e investimentos; a concessão de espaços para os organismos internacionais; o envio de professores, técnicos e pesquisadores para o exterior a fim de serem treinados e a vinda de técnicos desses centros internacionais para efetuarem treinamentos no Brasil; a atração de empresas transnacionais<sup>39</sup> para o país a fim de produzirem insumos, máquinas e equipamentos, bem como de indústrias processadoras; a criação de centros e órgãos de pesquisa no Brasil, para “adequarem” os produtos às realidades locais de solo e de clima, como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária) e a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – congregando as empresas estaduais de ATER); o estímulo ao surgimento de cooperativas comerciais e agroindustriais para organizar os agricultores e introduzi-los às novas práticas; e a criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Agrícola), operado pelo Banco do Brasil (BB), cujo papel foi reformulado, passando a ser o órgão financiador por excelência desse novo modelo.

Apesar do seu sucesso quanto ao aumento da produção e da produtividade, logo o modelo Revolução Verde passou a ser alvo de críticas e contestações. Além de diversos

---

<sup>39</sup> Foi neste período que se instalaram no Brasil empresas como Ford, Shell, Ciba-Geigy, ICI, UNILEVER, Du Pont, Bayer, Basf, Stauffer, Dow Química, Pfizer, Unon Carbide, Hoeschst, Monsanto, Rhodia, Cargill, etc. (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001).

impactos negativos sobre os ecossistemas e sobre a saúde humana, um dos principais efeitos da modernização para os agricultores familiares emergiu como resultado da seletividade por tipo de produto (os de exportação e aqueles vinculados aos CAI's), por região (Sul, Sudeste e posteriormente Centro-Oeste) e por tipo de produtor (médios e grandes), causando empobrecimento e êxodo rural, especialmente no Sul e Sudeste, devido à sua exclusão do sistema de financiamento instituído. Pois, como já afirmamos, o crédito subsidiado foi o instrumento prioritário utilizado pelo Estado para promover as transformações na base técnica da agricultura através de sua subordinação à indústria a montante e a jusante, articulada pela integração de capitais, sob o comando do capital financeiro.

O SNCR foi instituído através da Lei 4.829 de 5 de novembro de 1965, quando o Banco do Brasil e o BNDES (além de outros bancos públicos e privados) se tornaram os principais intermediários entre o sistema e seus beneficiários (produtores, cooperativas, agroindústrias), ofertando crédito nas modalidades de custeio, investimento e comercialização.<sup>40</sup> Tal processo teria sido impensável se não levamos em conta a conjuntura internacional favorável, tanto do ponto de vista da demanda para exportação de produtos agrícolas, como pela disponibilidade de acesso a abundantes recursos de crédito no sistema financeiro mundial. Os dados da Tabela 1 nos permitem identificar três grandes períodos no volume de crédito rural: (1) de 1969 a 1984 (período de bonança); (2) de 1985 a 1996 (período de muitas oscilações); e (3) após 1996 (período posterior a criação de um programa governamental de crédito voltado especificamente para a agricultura familiar, o PRONAF).

**TABELA 1** - Recursos Financeiros destinados ao Crédito Rural no Brasil, de 1969 a 2005 (continua)

| Ano  | Valor em R\$    | Varição % |
|------|-----------------|-----------|
| 1969 | 20.509.593.233  | 0         |
| 1970 | 24.471.627.130  | 19,32     |
| 1971 | 28.305.633.409  | 15,67     |
| 1972 | 34.995.657.024  | 23,63     |
| 1973 | 49.483.701.395  | 41,4      |
| 1974 | 61.193.704.406  | 23,66     |
| 1975 | 89.222.265.939  | 45,8      |
| 1976 | 91.407.992.309  | 2,45      |
| 1977 | 81.606.855.998  | -10,72    |
| 1978 | 82.972.444.673  | 1,67      |
| 1979 | 103.398.703.540 | 24,62     |
| 1980 | 98.883.703.540  | -4,37     |
| 1981 | 85.768.288.700  | -13,26    |
| 1982 | 83.055.470.548  | -3,16     |
| 1983 | 62.696.028.504  | -24,51    |
| 1984 | 38.295.312.903  | -38,92    |
| 1985 | 54.609.552.670  | 42,6      |
| 1986 | 81.432.459.759  | 49,12     |
| 1987 | 64.193.372.304  | -21,17    |
| 1988 | 45.298.227.681  | -29,43    |
| 1989 | 41.365.142.861  | -8,68     |
| 1990 | 23.631.938.116  | -42,87    |

<sup>40</sup> Ver Leite (2009) sobre as fontes de recursos, os instrumentos utilizados, os impactos fiscais e monetários e o colapso do padrão de financiamento construído com base na política de crédito rural no Brasil no período que vai de meados da década de 1960 até meados da de 1990, antes da implantação e enrobustecimento do PRONAF.

**TABELA 1** - Recursos Financeiros destinados ao Crédito Rural no Brasil, de 1969 a 2005 (conclusão)

|      |                |        |
|------|----------------|--------|
| 1991 | 24.381.454.961 | 3,17   |
| 1992 | 27.033.730.009 | 10,88  |
| 1993 | 23.213.996.925 | -14,13 |
| 1994 | 37.809.348.881 | 62,87  |
| 1995 | 17.205.837.636 | -54,49 |
| 1996 | 15.037.948.687 | -12,6  |
| 1997 | 21.787.873.298 | 44,89  |
| 1998 | 23.729.879.384 | 8,91   |
| 1999 | 22.562.375.072 | -4,92  |
| 2000 | 23.187.602.466 | 2,77   |
| 2001 | 27.356.477.030 | 17,98  |
| 2002 | 30.147.139.721 | 10,2   |
| 2003 | 34.025.792.975 | 12,87  |
| 2004 | 40.446.483.895 | 18,87  |
| 2005 | 41.975.598.412 | -0,98  |
| 2005 | 41.975.598.412 | -0,98  |

Fonte: Adaptado de Santos (2008, p.90). Utiliza o deflator interno do Banco Central.

No primeiro período, mais de 50% foi destinado a atividades de custeio, sendo que, da outra metade, uma parte menor foi destinada a investimentos e uma parte maior a comercialização. Observa-se uma tendência de expansão do volume de crédito até 1976 e de retração até 1984. O capital agroindustrial, além de contar com outros recursos administrados pelo BNDES, se beneficiou sobremaneira da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), através dos mecanismos de Aquisições do Governo Federal (AGF, nas modalidades direta e indireta) e de Empréstimos do Governo Federal (EGF, com ou sem opção de venda), que possuía uma afinidade eletiva com os mecanismos e unidades de beneficiamento e processamento. Especialmente a partir de 1980-81, com a indexação dos preços mínimos ao volume de crédito, a PGPM vai ao encontro dos interesses agroindustriais. (LEITE, 2009).

O segundo período é marcado por vários planos de estabilização e mudanças na moeda brasileira e, conseqüentemente, por várias oscilações no montante de recursos para o crédito rural. Basta observarmos o crescimento de 49,12% entre 1985 e 1986 e a queda de 42,87% entre 1989 e 1990. “A política no período motiva um aumento da produção e promove um maior acesso da população aos bens de consumo não duráveis, mas a retomada da crise, a partir de 1987, faz com que o governo eleve as taxas de juros ao crédito rural oficial e deixe de sustentar os preços dos produtos agrícolas.” (SANTOS, 2008, p.92). Entre 1991 e 1992 e novamente em 1994 houve uma retomada no volume de crédito ofertado, mas desde meados dos anos 1980 vinham se desenhando tendências de redução da capacidade de financiamento do Estado (devido ao endividamento externo e interno, a escassez de crédito no mercado internacional combinada a elevação das remessas de juros por conta do aumento das taxas externas e a aceleração da inflação), de mudança no padrão de financiamento aos produtores (que passa a ser fortemente explorado pela iniciativa privada, através do lançamento de títulos e mobilização de recursos em bolsa e nos instáveis mercados financeiros) e de deslocamento da oferta do crédito diretamente às agroindústrias. Em suma, apesar dos resultados danosos do

ajustamento doméstico à crise externa na década de 1980, com um pífio crescimento do PIB, pode-se dizer que, nessa década, as políticas de câmbio, de preços mínimos e aquisições e de inovação tecnológica “viabilizaram o crescimento agrícola em um ambiente macroeconômico interno e externo bastante desfavorável.” (DELGADO, 2009, p.14).

O agravamento da crise financeira do Estado (e de legitimação institucional do regime) associado ao aumento das taxas internacionais de juros no final dos anos 1980 levou ao colapso da PGPM e o da capacidade de regulação estatal do mercado interno por meio da política agrícola. Com o fim da ditadura e a ascensão dos governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, seguiu-se a privatização dos instrumentos de financiamento, o desmonte das empresas públicas, a liberalização comercial e a abertura do mercado doméstico. Segundo Delgado (2009, p.24) “a década de 1990 pode ser considerada um período crucial tanto para a continuidade do processo tradicional de exclusão e de dominação que tem acompanhado o padrão de relações economia-meio rural no Brasil, quanto para a progressiva elaboração de uma visão alternativa acerca do significado do rural [...] para a democratização das relações sociais e políticas no campo.” Este “convergência perversa” de dois projetos políticos ganhou expressão em termos de crédito com a instituição do PRONAF, que, a partir de 1996, cresce ano a ano.<sup>41</sup>

Como se pode observar na Tabela 2, o número de informantes que utilizaram crédito rural no Sudoeste ampliou em 423% entre 1970 e 1980, enquanto no Paraná, cresceu apenas 69%. Em 1970, o Banco do Brasil, principal entidade do governo, realizava 53% das operações de crédito no Sudoeste (das quais 34% eram de custeio e 66% de investimento) e 51% no Paraná (das quais 15% eram de custeio e 85% de investimento). Já em 1980, passa a ser responsável por 82% e 76% respectivamente. A maior incidência relativa de crédito de custeio no Sudoeste em relação ao restante do Paraná está provavelmente ligada à necessidade de adaptação das terras – através da correção de solo com calcário e da aplicação de fertilizantes e adubos – para a introdução de novos cultivos, especialmente a soja. Neste sentido, na década de 1980 as cooperativas surgiam como um importante veículo de difusão de financiamentos, representando 11% no Sudoeste e 19% no Paraná, demonstrando o fortalecimento do cooperativismo no estado, especialmente na região Norte, mas que também se desenvolverá no Sudoeste, como veremos adiante. (SANTOS, 2008, p.154).

---

<sup>41</sup> Farias (2010) realiza uma caracterização e análise da evolução financeira dos recursos do PRONAF destinados a custeio, investimento e comercialização, no Sudoeste Paranaense, nos três estados do Sul do e no Brasil, para o período de 2000 a 2009. Segundo os dados do autor, os recursos para custeio e investimento do PRONAF cresceram 444,22% e o número de contratos decresceu 66,22% entre 2000 e 2009 no Sudoeste Paranaense; o que evidencia um processo de concentração do crédito no território. No mesmo período para o Brasil, os recursos do PRONAF cresceram 455,38% e o número de contratos cresceram 138,91%.

**TABELA 2** - Número de informantes que acessaram crédito por fonte financiadora no Sudoeste Paranaense e no Paraná, em 1970 e 1980.

| Ano      | 1970                |                  |                  |        | 1980             |             |        |         |
|----------|---------------------|------------------|------------------|--------|------------------|-------------|--------|---------|
|          | Entidade Particular | Entidade Governo | Entidade Privada | Total  | Entidade Governo | Cooperativa | Outros | Total   |
| Sudoeste | 1.095               | 1.628            | 330              | 3.053  | 13.057           | 1.805       | 1.131  | 15.993  |
| Paraná   | 24.325              | 45.058           | 19.532           | 88.915 | 114.398          | 6.991       | 28.957 | 150.346 |

Fonte: Santos (2008, p.154).

Mas, como afirmamos anteriormente, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) vinculada ao fornecimento de crédito foi outra instituição importante para a modernização da agricultura através da introdução dos pacotes tecnológicos. A Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) foi criada em 1959, como uma entidade civil sem fins lucrativos, filiada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). A ACARPA se instalou no município sudoestino de Francisco Beltrão em 1968. Em 1974 era criada a EMBRATER<sup>42</sup> no âmbito nacional. E assim, já em 1977, era instituída a EMATER-PR, que absorveu e expandiu as atribuições da ACARPA. Ao analisar diversos documentos técnicos e reportagens publicadas na imprensa local por extensionistas da ACARPA entre meados dos anos 1960 até os anos 1980, Santos (2008, p.121-125) evidenciou que o discurso dessa instituição trazia propostas de alterações nos meios de produção e nas técnicas agrícolas, bem como nas condições de vida e concepções mentais dos agricultores, através de trabalhos de convencimento, instrução e treinamento. A autora cita trechos em que os extensionistas, de um lado, criticam a precariedade das formas de plantio, os problemas de solo ocasionados pelo sistema de queimadas e pela falta de uso de corretivos e de práticas de conservação e a insuficiência de arados e de grades, e por outro, enaltecem as vantagens do uso de sementes melhoradas, a racionalização da suinocultura, o plantio de soja, o uso de agrotóxicos, etc.

As ações que se desencadeiam, calcadas na produção de feijão e na criação de suínos [...] são construídas a partir da pequena propriedade, porém, evidenciam um caráter de produção simples de mercadorias. Neste contexto, as indicações dos extensionistas destacam a necessidade da modernização, inclusive afirmando que a melhoria na produtividade do feijão se reverte também para a soja, pois, naquele momento, os técnicos consideram que os problemas das duas culturas são os mesmos. Com o discurso da melhoria da produtividade é construída, internamente, nas diferentes dimensões territoriais, a necessidade de mudança na forma de produzir. A atuação dos técnicos e extensionistas rurais representam, evidentemente, uma manifestação do movimento mais geral em favor da revolução verde. Essa relação intrínseca entre as condições locais e as ações realizadas em níveis nacional e internacional tem muita importância na organização da produção agropecuária do Sudoeste. Institui-se a idéia do atraso e da necessidade de

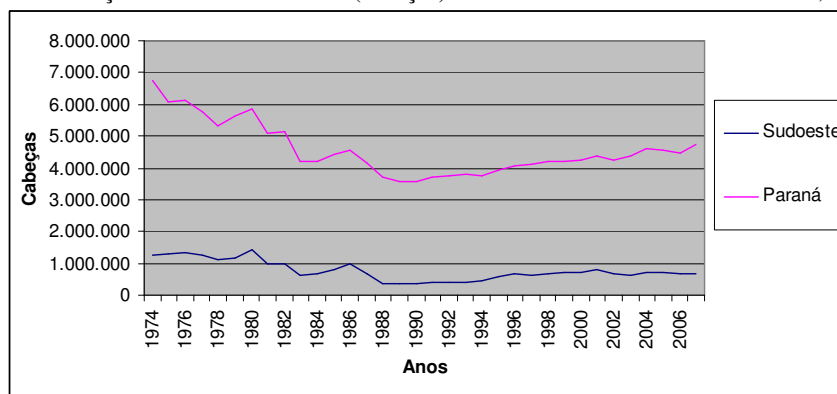
<sup>42</sup> A EMBRATER foi extinta em 1990, pelo então presidente Fernando Collor de Mello, junto com várias outras empresas estatais na época. Então a EMATER-PR passou a ser sustentada unicamente com recursos do estado do Paraná e eventuais projetos federais. Isso a levou a modificar o seu regime jurídico, passando de empresa pública para autarquia e assumindo o nome de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, em 2005.

mudanças técnicas e tecnológicas como única forma possível para melhorar a produção e as condições de vida desses indivíduos. (SANTOS, 2008, p.123-24).

As mudanças na estrutura social rural que ocorreram no Sudoeste Paranaense em consequência do processo de modernização da base técnica serão discutidas em maior detalhe nas seções seguintes, mas um dado interessante a reter para ilustrar o sentido deste processo em termos produtivos é a evolução da produção e produtividade de algumas das principais atividades econômicas da agricultura familiar. Vejamos primeiro a evolução da suinocultura.

Como dito anteriormente, a criação de porcos era uma atividade exercida pelos caboclos desde antes da chegada dos colonos, mas se intensificou com a colonização, sobretudo nos anos 1950, e tornou-se, durante as décadas de 1960 e 1970, a principal e mais rentável atividade econômica dos colonos do Sudoeste. O Oeste e o Sudoeste em conjunto produziam mais da metade dos suínos no estado do Paraná. Tanto que o sistema de policultura (milho, mandioca, trigo, feijão, etc.) associado à criação de suínos foi designado por Abramovay (1980) como o “binômio da prosperidade”. Nos termos de Ploeg (2006), não seria tão extravagante propor que este sistema produtivo pode ser compreendido como um estilo de “agricultura econômica”, pois os seus custos monetários eram extremamente baixos, porque a maioria dos recursos utilizados, basicamente para a alimentação dos animais, era produzida internamente às unidades de produção, praticamente sem recorrer a recursos externos.

**GRÁFICO 1** - Evolução do efetivo de suínos (cabeças) no Sudoeste Paranaense e no Paraná, de 1974 a 2004



Fonte: IBGE (2007a).

No Gráfico 1 observamos que a quantidade de cabeças no Sudoeste se mantinha estável durante os anos 1970 – enquanto a produção total do Paraná decrescia – atingindo seu pico em 1980, quando começou a declinar e, a partir de 1988, se mantém em níveis baixos até os dias atuais. Os agricultores vendiam sua produção de suínos para algumas poucas empresas locais, que atuavam como atacadistas e intermediavam o comércio do Sudoeste com outras regiões do país. Elas expediam caminhões com carregamentos de suínos vivos, cereais e

outras mercadorias produzidas nos municípios do Sudoeste e faziam a distribuição para os principais mercados consumidores, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Mas esta atividade começou a entrar em crise desde final dos anos 1970, levando muitos agricultores a saída da atividade ou a falência. Os principais fatores que contribuíram para o declínio da suinocultura tradicional foram os seguintes: a ocasião da alardeada “peste suína”, que os agricultores afirmam ter se tratado de uma farsa arquitetada pelas empresas frigoríficas, tornou o preço do suíno extremamente instável; ademais, desde meados dos 1980, ocorre um intenso processo de crescimento industrial no ramo frigorífico associado à especialização da suinocultura no Oeste Catarinense via “sistema de produção integrada”; por fim, a mecanização da produção de soja associada à crescente substituição do consumo banha de porco por óleo vegetal também contribuiu para o declínio da atividade no Sudoeste.

**TABELA 3.** Evolução da área colhida, quantidade produzida e produtividade de alguns produtos selecionados no Sudoeste Paranaense, de 1975 a 2005

|                            |        | 1975    | 1980    | 1985    | 1990    | 1995      | 2000      | 2005      | Média   |
|----------------------------|--------|---------|---------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|---------|
| Área Colhida (ha)          | Arroz  | 36.840  | 23.000  | 16.791  | 13.740  | 7.558     | 4.140     | 773       | 14.597  |
|                            | Feijão | 157.016 | 112.922 | 134.613 | 78.918  | 103.665   | 54.905    | 22.899    | 94.991  |
|                            | Trigo  | 76.039  | 80.865  | 71.225  | 130.559 | 53.545    | 48.250    | 105.860   | 80.906  |
|                            | Milho  | 257.281 | 292.720 | 362.770 | 410.575 | 434.110   | 323.265   | 220.050   | 328.682 |
|                            | Fumo   | 1.760   | 4.482   | 3.350   | 2.752   | 2.922     | 5.070     | 13.647    | 4.855   |
|                            | Soja   | 181.006 | 235.359 | 214.225 | 227.030 | 175.160   | 239.209   | 347.581   | 231.367 |
| Quantidade Produzida (ton) | Arroz  | 75.048  | 48.568  | 20.808  | 25.442  | 13.488    | 7.912     | 488       | 27.393  |
|                            | Feijão | 158.396 | 54.103  | 111.819 | 32.942  | 125.788   | 41.486    | 31.641    | 79.454  |
|                            | Trigo  | 30.781  | 41.475  | 102.140 | 140.774 | 80.191    | 67.118    | 175.376   | 91.122  |
|                            | Milho  | 575.476 | 791.452 | 930.960 | 928.955 | 1.450.672 | 1.275.715 | 1.026.745 | 997.139 |
|                            | Fumo   | 2.155   | 6.529   | 4.965   | 4.107   | 4.270     | 9.725     | 24.321    | 8.010   |
|                            | Soja   | 337.504 | 418.186 | 396.685 | 435.053 | 477.304   | 629.331   | 489.878   | 454.849 |
| Produtividade (ton/ha)     | Arroz  | 2,04    | 2,11    | 1,24    | 1,85    | 1,78      | 1,91      | 0,63      | 0,27    |
|                            | Feijão | 1,01    | 0,48    | 0,83    | 0,42    | 1,21      | 0,76      | 1,38      | 0,87    |
|                            | Trigo  | 0,40    | 0,51    | 1,43    | 1,08    | 1,50      | 1,39      | 1,66      | 1,13    |
|                            | Milho  | 2,24    | 2,70    | 2,57    | 2,26    | 3,34      | 3,95      | 4,67      | 3,10    |
|                            | Fumo   | 1,22    | 1,46    | 1,48    | 1,49    | 1,46      | 1,92      | 1,78      | 1,55    |
|                            | Soja   | 1,86    | 1,78    | 1,85    | 1,92    | 2,72      | 2,63      | 1,41      | 2,02    |

Fonte: IBGE (2007b, 2007c).

Contudo, segundo Abramovay (1981), já a partir dos anos 1970, os efeitos das políticas de modernização começaram a se manifestar na agricultura familiar do Sudoeste. Assim, apesar das contradições que começariam a emergir e posteriormente se tornariam motivo de contestação pelos movimentos sociais, os avanços alcançados com a adoção dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, levaram a um tríplice efeito: o aumento das áreas cultivadas, o aumento das quantidades produzidas e o aumento da produtividade dos cultivos. Entre as décadas de 1970 e 1980 verifica-se uma tendência de expansão horizontal das lavouras temporárias e de incremento na produtividade agrícola do Sudoeste do Paraná, com um aumento de 69% desse tipo de lavoura no período. (SANTOS, 2008, p.143). Na Tabela 3 podemos acompanhar a evolução da área colhida, da quantidade produzida e da produtividade



física de alguns dos principais cultivos temporários no Sudoeste Paranaense. O milho é um caso emblemático. Até meados dos anos 1970 o milho constituía o principal cultivo do Sudoeste, pois era o componente essencial da alimentação dos suínos. Contudo, pode-se observar que, apesar do declínio da suinocultura, a sua produção subiu continuamente em paralelo com a área plantada, até 1995. Isso pode ser explicado por dois motivos: a sua reorientação para o mercado e a crescente importância que adquire na fabricação de rações, especialmente a partir da instalação da indústria avícola na região. Mas apesar dos crescentes ganhos de produtividade, em função do emprego de sementes selecionadas e da aplicação de adubos e fertilizantes, a área plantada de milho decresceu em detrimento da área destinada ao plantio de soja e, conseqüentemente, a quantidade produzida também passou a declinar.

O arroz sempre foi uma cultura de pouca expressão na região. O mesmo pode ser dito do fumo. Apesar de este último produto ter se constituído como uma “alternativa” produtiva, com significativo impacto na renda de agricultores de municípios caracterizados pelo terreno acidentado, como Pérola d’Oeste, Planalto, Capanema, Salgado Filho e Ampére (ZOTTI, 2010). O feijão sempre representou uma cultura importante. Apesar da constante redução da área colhida, especialmente em virtude do aumento das áreas de milho e depois de soja, a sua produção é compensada pelo constante aumento de produtividade. Assim, a sua produção mantém uma tendência quinquenal oscilatória, muito provavelmente por conta da ausência de uma política estável e contínua de regulação estatal sobre os mercados deste produto. O trigo foi um dos primeiros produtos cultivados a ser beneficiado na região, mas a sua produção é maior em alguns poucos municípios mais planos, como Realeza, Renascença, Santa Izabel d’Oeste e Itapejara. E apesar de certos agricultores destes e alguns outros municípios sempre plantarem trigo no período de entressafra, o produto nunca chegou a constituir-se como uma cultura estratégica para a maior parte dos agricultores do Sudoeste. Contudo a sua tendência é de aumento na produção e na produtividade, justamente por ser muito adaptável a mudança da base técnica. Já o aumento da área destinada à soja é um fenômeno que se inicia nos anos 1970 e se consolida nos anos 1980. Segundo Santos (2008, p.144), no município de Renascença, o aumento é de 1.537%, em Marmeleiro, 710%, em Francisco Beltrão, 558%, em Santa Izabel d’Oeste, 508% e em Ampére, 413% – enquanto a média de aumento no Sudoeste é de 171% e no Paraná, 425%. Este aumento diferencial da produção da soja entre os municípios, segundo a autora, é devido a fatores como o tipo de área (mais plana), o tamanho dos estabelecimentos (maiores), a influência da assistência técnica oferecida pelas empresas, bem como pelas cooperativas agropecuárias, que fortalecem sua atuação a partir dos 1970.

### 3.2.2 Cooperativismo tradicional e capital agroindustrial: os arautos da modernização conservadora

A importância da solidariedade e da cooperação na vida humana em diferentes lugares e períodos históricos, as origens do pensamento cooperativista, seus princípios e a história de suas doutrinas, desde a antiguidade até o mundo moderno, são fatos relativamente conhecidos e, por isso mesmo, dispensam uma exposição mais detalhada no âmbito deste trabalho. Mas podemos situar as origens do cooperativismo agropecuário, no caso específico do Brasil, no início do século XX, com as experiências precursoras das cooperativas de crédito rural criadas pelo padre jesuíta Theodor Amstad, nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Inicialmente estas cooperativas de crédito rural e também de consumo eram preponderantes, mas logo as cooperativas agropecuárias de produção e comercialização foram ganhando maior importância, dando origem as chamadas cooperativas “mistas”.<sup>43</sup>

O primeiro marco regulatório para o cooperativismo no país fora estabelecido ainda no Estado Novo, por meio de vários decretos ao longo da década de 1930. Mas somente após o golpe de 1964 esta legislação seria revista, alterada e adaptada a nova realidade. Em 1966, sob vigência do Ato Institucional nº 2, foi instituído o Conselho Nacional do Cooperativismo, que a partir de 1967 passou a assumir atribuições como coleta de dados e informações, fomento a expansão e a divulgação da doutrina, administração do fundo nacional de cooperativismo, baixa de resoluções e estabelecimento de normas de fiscalização e sanções, etc. Finalmente, em 1969 o governo promove a criação de uma entidade de representação política unificada, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Desta maneira, através das instituições do marco legal – Lei 5.764 de 1971, vigente até os nossos dias – e da própria OCB, o regime militar consumou a centralização tutelar do cooperativismo nas mãos do Estado.<sup>44</sup>

Assim como em muitos outros lugares do Brasil, as cooperativas agropecuárias tiveram um papel decisivo na modernização da agricultura do Paraná e do Sudoeste. O Estado reservou às cooperativas o papel de principal executor das políticas públicas para a agricultura (preços mínimos, compra das safras de trigo, créditos subsidiados, etc.), beneficiando-as com

---

<sup>43</sup> Informações de caráter didático podem ser encontradas em Instituto de Formação em Cooperativismo Solidário (INFOCOS) (2008). Para uma exposição mais detalhada ver os trabalhos já clássicos de Pinho (1977, 1982). Sobre o cooperativismo no Brasil, ver BRDE (2003). E sobre o cooperativismo no Sudoeste Paranaense, em especial sobre o caso da COAGRO, ver Sinhorini (2007).

<sup>44</sup> Segundo INFOCOS (2008, p.23) os principais motivos que levaram o governo militar a criar a OCB foram os seguintes: (a) concentrar um rígido controle das cooperativas sob o poder do Estado; (b) inviabilizar a participação democrática das sociedades cooperativas em sua estrutura de representação política; (c) direcionar o uso dos recursos públicos às grandes estruturas cooperativas sem precisar beneficiar diretamente a autonomia das organizações de base; (d) dificultar a criação e o funcionamento livre das cooperativas, submetendo-as a regras de interesse do Estado e da estrutura de representação por ele tutelada.

fartos incentivos creditícios destinados à criação de grandes infraestruturas para receber e comercializar a produção, revender sementes selecionadas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, mediar a contratação de financiamentos subsidiados e oferecer serviços de ATER aos agricultores. As cooperativas reestruturaram e alteraram a dinâmica dos mercados locais, pois intensificaram a circulação de mercadorias e ampliaram a subordinação dos colonos ao capital, ao mesmo tempo em que contribuíram para a criação de certas condições fundamentais para a reprodução destes como produtores simples de mercadorias. Um entrevistado descreve o processo de ascensão das cooperativas nas seguintes palavras:

Digamos que elas exerceram uma dominação simbólica muito forte. Mas mesmo assim esse cooperativismo cumpriu uma função importante. Aquele comerciante que dominava politicamente e economicamente as comunidades, ele foi se destruindo. Aquele comércio do qual o agricultor tinha tanta dependência nas comunidades, esse foi liquidado com o cooperativismo e com a política pública. Política de crédito e AGF. Porque inclusive tudo o que era financiado tinha que ser depositado na cooperativa. Não podia ser vendido pelo comerciante do lugar. Então isso criou um processo de desmonte do pequeno comércio no interior. Esse foi o papel do cooperativismo no processo de modernização. (ENTREVISTA 18).

Desde sua gênese até os dias atuais, podemos considerar três fases na evolução deste cooperativismo, que ora designamos “cooperativismo tradicional”. A primeira fase, que no Sudoeste Paranaense se estende até meados dos anos 1960, é caracterizada como “romântica”. A segunda fase, caracterizada como “tutelada”, tem como marco inicial a Lei 5.764 de 1971 e se estende até a promulgação da Constituição de 1988. Com a retomada das liberdades democráticas e de organização a partir de 1988 e também por causa da crise fiscal e financeira do Estado e do processo de abertura comercial do país nos anos 1990, podemos dizer que este cooperativismo adentrou em definitivo em uma terceira fase, esta sim caracterizada como “empresarial”. Apesar de longo, o trecho a seguir, coletado em uma entrevista do nosso trabalho de campo, expressa de maneira muito precisa o sentido dessa periodização.

As cooperativas que nasceram nos anos 1950, elas nasceram com uma visão muito igualitarista e com a ideia simples de vencer o atravessador. Simplesmente. Não havia essa visão empresarial que veio depois e nem essa visão propriamente de desenvolvimento da produção. Era uma união pra enfrentar o comércio, o mercado. O cooperativismo romântico é aquele cooperativismo igualitarista – “Somos todos iguais, irmãos e tal.” E esse é o cooperativismo original. E autêntico também, não há dúvida. O cooperativismo empresarial veio depois. Só se apresentou recentemente. Eu situo o cooperativismo empresarial depois do cooperativismo tutelado pelo Estado. Porque enquanto era tutelado não se podia chamar bem de empresarial, não é? Pois não é que ele enfrentasse diretamente o mercado. Você tinha uma situação tão regulamentada, que te dava uma série de privilégios. Então, realmente não se podia dizer que havia muita ousadia empresarial ali. Você tava muito protegido. Quando você tem uma série de isenções, de crédito, de monopólio de espaço pra atuar, você passa a ser facilmente o regulador do preço de mercado. Era esse o objetivo que o regime tinha com as cooperativas. Depois da constituição de 1988 o cooperativismo ficou desamparado. Perdeu o amparo do Estado. E aí sim

só sobreviveu quem tinha desenvolvido um senso empresarial de forma mais aguçada. Quem se saía melhor em sua estratégia de enfrentar o mercado. Pois não se guiava mais pela sua base de associados. Naquele cooperativismo tutelado os dirigentes tendiam a ter uma postura muito paternalista, não é. Era interessante isso. (ENTREVISTA 18).

Todas estas fases podem ser observadas na história do Sudoeste Paranaense, onde várias cooperativas começaram a se estruturar na metade da década de 1960, em moldes ainda “românticos”, com apoio de instituições como o GETSOP, a Igreja Católica e a ACARPA.<sup>45</sup> Mas já em abril de 1971 era criada a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), como um braço paranaense da OCB nacional, colocando aquelas cooperativas já estruturadas sob a “tutela” do Estado. Até então, apesar da existência de várias cooperativas no Paraná, muitas só existiam no papel, enquanto outras operavam em condições precárias, competindo entre si e disputando os mesmos associados e sua produção, pois atuavam de forma sobreposta nas mesmas regiões. Então, a partir de 1971, o governo do estado lança os Projetos de Integração Cooperativista, com o objetivo de promover uma reestruturação organizacional das cooperativas que vinham atuando no território paranaense.<sup>46</sup> Na verdade, a própria OCEPAR nasceu nesse período, como órgão de apoio a execução destes projetos.

Segundo ASSESOAR; DESER; UNIJUÍ (1992), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura (DAC) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) atuaram na elaboração do Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC), em 1974. Sendo que em 1977 as cooperativas existentes no Sudoeste desde antes do PIC e outras cooperativas do Oeste se reuniram para formar uma Central, chamada SUDCOOP, com o objetivo de industrializar e comercializar a produção de seus cooperados. Contudo, é interessante notar que, apesar da forma de atuação autoritária e tutelar do governo sobre as cooperativas nascentes – através da ação controladora e centralizadora da OCEPAR – a organização do cooperativismo no Sudoeste, além de contar com o apoio inicial do próprio GETSOP, foi estimulada sobremaneira por uma atuação de oposição e resistência ao regime, encabeçada

---

<sup>45</sup> A Cooperativa Agropecuária Mista São Cristóvão Ltda. (CAMISC) foi fundada em 1962, em Mariópolis. A Cooperativa Mista de Francisco Beltrão Ltda. (COMFRABEL) foi fundada em 1964. Em 1965 foi fundada em Pato Branco a Cooperativa Agropecuária Guarani Ltda. (CAPEG). A Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda. (CAMDUL) foi fundada em 1968, em Dois Vizinhos. Em 1969 foi fundada a Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda. (COASUL), em São João. A Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda. (COAGRO) foi fundada em 1970. Em 1971 foi fundada a COOPERSABADI, em Santo Antonio do Sudoeste. (SINHORINI, 2007, p.71).

<sup>46</sup> O Paraná foi dividido em três áreas, onde funcionariam: (1) o Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC), criado em 1974, que abrangia o Oeste e o Sudoeste; (2) o Projeto Norte de Cooperativismo (NORCOOP), implantado também em 1974, que cobria todo o Norte e parte do Centro do estado; e (3) o Projeto Sul de Cooperativismo (SULCOOP), que começou em 1976, sendo responsável pela região Centro-Sul (IPARDES, 1983, 1985).

especialmente por pessoas e organizações ligadas a certas alas mais progressistas da Igreja, pois aqueles politicamente contrários ao regime encontravam certo espaço nas cooperativas.

Porque o pessoal era sim de oposição ao regime. Mas numa visão até romântica – “Porque nós defendemos os pequenos!” Era uma visão bem subordinada. Nada de emancipação e autonomia. Havia uma grande dúvida em relação à organização cooperativista. Porque na verdade o cooperativismo era um instrumento do regime. Só que a oposição ao regime tava toda dentro do cooperativismo. O MDB tinha espaço no cooperativismo. A CONFRABEL era tudo MDB. Então você tinha mais espaço de oposição política na cooperativa do que no sindicato. É interessante de observar isso. Inclusive é engraçado que era mais fácil o sindicalismo ser cooptado pelo regime do que as cooperativas. (ENTREVISTA 18).

Como o sindicalismo oficial era uma estrutura corporativa vinculada ao Estado, o cooperativismo era um espaço possível de sobrevivência para posições contrárias ao regime militar: um pouco porque a sua postura era um tanto ingênua e inofensiva, sem muita penetração nas bases, e também porque ali o controle era via economia. Uma cooperativa poderia até sofrer intervenção política, mas ela era controlada via concessão de financiamentos. Então, apesar de ser oposição ao regime, o cooperativismo não ameaçava a ordem instituída, pois isso impediria o habitual acesso as benesses que lhes eram concedidas.

E este caráter contraditório das cooperativas no plano político, evidenciado na entrevista acima, também se expressava no plano econômico, pois essas cooperativas, em geral consideradas de porte médio-grande, tinham seu quadro social formado predominantemente por pequenos produtores. Então, num primeiro momento elas atuavam principalmente na comercialização de produtos alimentares básicos, como feijão, arroz e milho – sendo que mais de 50% de seus faturamentos eram tributários destes produtos – e também vendiam sementes selecionadas, adubos químicos, agrotóxicos, alguns medicamentos veterinários e ferramentas, e ofereciam serviços de assistência técnica e mediação para aquisição de financiamentos aos seus associados. Posteriormente, com o fornecimento de crédito subsidiado para o aumento da capacidade de armazenamento, construção de instalações e diversificação das atividades, elas passaram a ter a soja e o trigo como seus produtos comerciais mais expressivos, com algo em torno de 70% do volume de produção recebido, diminuindo a comercialização dos produtos alimentares básicos (IPARDES, 1983). Assim, a partir dos anos 1980, além das atividades já desenvolvidas, as cooperativas do Sudoeste diversificaram suas atividades, atuando também na comercialização de suínos (COMFRABEL, CAMISC e COAGRO), na fabricação de rações (COMFRABEL), na produção de sementes (COASUL, COMFRABEL, CAMISC, COAGRO), no resfriamento de leite (CAPEG, COAGRO, COASUL) e na comercialização através de supermercados (COAGRO, CAMDUL e COASUL). (SINHORINI, 2007, p.72).

A história da Cooperativa Mista Francisco Beltrão Ltda. (COMFRABEL) é um caso típico e dispõe dos elementos fundamentais para a nossa reflexão. O surgimento dessa cooperativa ocorre de forma articulada ao rompimento das relações econômicas baseadas naquela rede de intermediação entre os agricultores e os comerciantes, vigente desde a formação do sistema produtivo colonial, por sua incapacidade em atender as necessidades de volumes crescentes de produção e a utilização de máquinas e insumos industriais viabilizados pela política agrícola de crédito subsidiado. A partir daí, além de a cooperativa começar a prestar serviços vinculados a comercialização dos produtos dos agricultores por um lado e a venda de insumos e a assistência social e técnica por outro, ela caminha na direção da padronizar seus produtos, colocando os agricultores diante da necessidade de integração ao processo de modernização da agricultura e aprofundando sua inserção na dinâmica capitalista nacional. A COMFRABEL e as outras cooperativas surgem e se legitimam como uma solução para o problema das condições desvantajosas de inserção dos agricultores naquele esquema de comercialização, em que eles pagavam preços altos pelos poucos insumos e bens de consumo que necessitavam e recebiam uma baixa remuneração pela parcela comercializada da sua produção. A primeira consequência da atuação das cooperativas tocava à estabilização em níveis superiores dos preços dos principais produtos agrícolas no mercado local. Ao reduzir a estrutura intermediária, operando com uma margem de lucro que visava apenas cobrir seus custos, as cooperativas podiam oferecer melhores preços aos associados, obrigando os outros comerciantes a também aumentarem os preços pagos aos agricultores.

Assim, a partir de 1977, uma das principais estratégias da COMFRABEL passou a ser a fabricação de rações e a integração dos associados à agroindústria cooperativa, instaurando um processo de diferenciação entre os agricultores e conformando um tipo de “suinocultor moderno” no Sudoeste. Contudo, a situação desfavorável do mercado de suínos, em virtude dos fatores já mencionados anteriormente, veio a frustrar o projeto industrial da cooperativa, que em 1980 se retirou da SUDCOOP, por não dispor de recursos suficientes para integralizar um capital requerido pela Central, diante das dificuldades financeiras que esta passou a enfrentar. Este e outros fatores associados a problemas administrativos e de gestão levaram ao endividamento crescente da cooperativa, a falta de transparência nas decisões tomadas pela direção e a ausência de uma participação ativa e democrática dos cooperados. O que acabou culminando na liquidação da COMFRABEL, a partir de 1990. Como corolário, apesar de em 1992 um grupo remanescente ter fundado a COOPERSANTANA a partir da massa falida da COMFRABEL, muitos associados nunca mais receberam de volta suas cotas partes e a nova razão social não se encontra mais listada entre os associados da OCEPAR.

Após estes episódios, arraigou-se uma desconfiança generalizada em relação a qualquer iniciativa ligada ao cooperativismo na região, que se enraizará nas concepções mentais dos agricultores. Apesar de este cooperativismo representar um dispositivo coletivo, no sentido de constituir uma organização econômica capaz de alterar as regras que regem a dinâmica do mercado territorial, os agricultores não adquiriram capacidade de interferir nas suas estruturas de poder e instâncias de tomada de decisão. Por isso, surgiram conflitos entre o quadro social e a direção da cooperativa. Configurou-se uma oposição entre os interesses imediatos dos agricultores cooperados e as necessidades de crescimento no longo prazo da cooperativa enquanto empresa. As cooperativas que se fortaleceram e sobreviveram, foram aquelas que posteriormente conseguiram avançar na industrialização. Mas os agricultores não se reconheciam e nem influíam naquela forma de gestão opaca e autoritária. Não existiam regras que lhes permitisse a participação e estimulasse um comportamento recíproco.

As direções mudavam pouco. É a história de sempre do cooperativismo. Formavam uma cúpula que comandava a base e passava a se perpetuar. Sobretudo as grandes cooperativas. E aí você pode ter uma noção dos cargos de poder interno dentro da cooperativa. Tinha toda uma astúcia política. E como o pessoal era muito pouco experiente em termos de ser sujeito político, isso tudo impressionava. Tinha muito de encenação, não é. Ih! Aqueles descontos. Era uma coisa enorme. Impressionante! E as chamadas sobras técnicas. Como que se controlava? Isso aí não tinha controle. E naquela época, tanto a base como o presidente que estavam ali, todo mundo era neófito em gestão de cooperativismo. Quem entendia de gestão de cooperativismo era uns dois ou três. O presidente só fazia a parte política. Agradar aqui, agradecer ali, dar um desconto aqui, outro lá, apagar um incêndio e outro, criar uma estrutura aqui, outra lá, pra captar e recolher a produção, alcançar algum benefício da política pública, algum convênio, calcário barato, algum insumo em conta. Era assim que funcionava. (ENTREVISTA 18).

Apesar do malogro da COMFRABEL, as cooperativas ligadas a OCEPAR continuaram a existir e, junto com outras cooperativas criadas depois, também cresceram empresarialmente.<sup>47</sup> Mas este cooperativismo ficou marcado nas concepções mentais dos agricultores como algo que lhes era estranho, onde eles participavam apenas como clientes. Declarações coletadas por Sinhorini (2007) mostram que os agricultores enxergam a cooperativa como uma instituição econômico-mercantil igual a qualquer empresa, que pode até lhes trazer alguns benefícios, que talvez seja melhor com ela do que sem ela, mas que, no

---

<sup>47</sup> Como a Cooperativa Agrícola Mista e Industrial Santa Regina (COAMIL), fundada em 1992 em Laranjeiras do Sul, a Cooperativa Agrícola dos Campos Palmenses (COCAMP), fundada em 1996 em Palmas, a Cooperativa dos Avicultores do Sudoeste do Paraná (COOAVISUL), fundada em 1998 em Dois Vizinhos, a Cooperativa de Desenvolvimento e Produção Agropecuária (CODEPA), fundada em 2002 em Mangueirinha, a Cooperativa de Produção de Leite de Coronel Vivida (COOPERLATE-VIDA), fundada em 2003, a Cooperativa Agropecuária Tradição (COOPERTRADIÇÃO), fundada no ano de 2003 em Pato Branco, a Cooperativa de Produtores de Grãos (COOPERGRÃO), fundada em 2003 em Laranjeiras do Sul e a Cooperativa de Desenvolvimento Agroindustrial (CODAGRI) fundada em 2009 em Chopinzinho, a Cooperativa de Carnes Nobres do Sudoeste do Paraná, fundada no ano de 2006, em Francisco Beltrão. (SISTEMA OCEPAR, 2010).

fim das contas, não representa seus interesses nem traduz seus valores. Foi nesta condição que as cooperativas tradicionais se reestruturaram, fortaleceram e expandiram suas atividades e fizeram do Paraná o estado com maior faturamento do setor cooperativo no Brasil – com mais de 20 bilhões de reais, quase 25% de um total de 82,93 bilhões, em 2008. (OCB, 2008).

A herança institucional deixada por esse cooperativismo pode ser expressa em algumas características vistas como negativas aos olhos dos agricultores. Primeiro, o seu “gigantismo”, ou seja, sua centralização em torno de grandes e pesadas estruturas econômicas. Os agricultores se tornaram reticentes em se associarem a cooperativas, pois em caso de algum problema financeiro, insolvência ou liquidação, como o da COMFRABEL, lhes caberia arcar com custos enormes. Segundo, a forma de gestão destes empreendimentos é vista como profissional e tecnicamente especializada, estranha aos seus conhecimentos e ao seu universo cotidiano, o que vem a causar um progressivo distanciamento da base em relação às rotinas e aos processos de tomada de decisão da organização. Terceiro, a relação entre os cooperados e a cooperativa é reduzida a uma relação mercantil, o que vem a impedir qualquer engajamento para além dos interesses econômicos individuais e imediatos, tornando a participação da maior parte dos associados em assembléias e outras instâncias, esvaziada e formal. Vota-se apenas para sancionar e formalizar decisões que efetivamente já foram pensadas, negociadas e tomadas alhures pelos dirigentes, como mostra o depoimento a seguir.

Ai na época tinha a cooperativa, que era a COMFRABEL. Nós era associado à cooperativa. Mas daí ela quebrou e ninguém recebeu nada das cota parte que tinha direito. Era uma cooperativa que tu não tinha muita voz nem vez, porque era mista. Daí quem que dirigia a cooperativa era maioria uns pessoal da cidade mesmo. Os agricultor, quando muito faziam parte do conselho fiscal, mas os da direção era sempre da cidade. Então a gente participava como associado, votava, mas era uma participação meio tímida, nunca tinha muito aquela decisão de questionar alguma coisa, ou digamos até de dar a sua opinião. (ENTREVISTA 10).

Esta exposição mostra um pouco do caráter institucional, da importância social e do sentido econômico que o cooperativismo tradicional desempenhou no processo de modernização da agricultura do Sudoeste Paranaense. Mas também importa consideramos, ainda que de maneira resumida, o papel representado pela instalação de empresas agroindustriais de capital privado neste processo, entre os anos 1970 e 1980, bem como posteriormente, ao longo das décadas de 1990 e 2000 até os dias atuais.

Até início da década de 1970, os ramos industriais existentes no Sudoeste eram basicamente o madeireiro e o alimentício. Como mostra Flores (2009), as indústrias madeireiras, conhecidas como “serrarias”, foram imprescindíveis para que o processo de colonização se tornasse possível, pois os pinheiros com mais de dois metros de diâmetro,



muito comuns na região, constituíam um obstáculo para a realização das práticas agrícolas. Os madeireiros desmatavam os pinheirais, extraíam o pinho, abriam o caminho para que os colonos iniciassem os trabalhos de cultivo sobre suas terras e cediam a madeira para construir suas casas. Todo o restante da madeira era adquirido quase que sem custo algum pelos industriais. Já a indústria alimentícia era basicamente formada por alambiques e moinhos coloniais tocados com energia hidráulica, que beneficiavam o milho e o trigo para fabricar fubá e farinha. Mas desde a época da CANGO vinham sendo construídas pequenas usinas hidrelétricas e algumas serrarias mais prósperas adquiriam máquinas a vapor através de importação. Importante salientar que em 1970 as empresas madeireiras e moveleiras representavam 48% dos 667 estabelecimentos industriais do Sudoeste, gerando 72,8% dos empregos industriais e 70,2% do valor de transformação industrial do território.

Mas um certo surto de expansão e diversificação industrial começou a ocorrer no Sudoeste no final dos anos 1970 e início dos 1980, comandado pelas empresas têxteis e de confecções e principalmente pelas grandes empresas agroindustriais instaladas nos municípios de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão. Segundo Alves, Lima e Piffer (2009), entre o período de 1970 a 2000, houve uma grande transformação na estrutura econômica do Sudoeste Paranaense. Sua população variou apenas 5,88%, mas o PIB variou 287,91% (setor primário 152,21%, secundário 487,28% e terciário 431,05%) e o PIBper capita, 266,35%. O ramo industrial mais dinâmico foi o de alimentos, que cresceu 998,71% e passou de 543 pessoas ocupadas para 5.966. Ligado a isso, um fato que chama atenção neste período é o aumento da produção de aves, que em 1970 representava apenas 2,97% do PIB agropecuário, passando a 22,31% em 1995. Esta mudança pode ser explicada justamente pela instalação do ramo agroindustrial mais dinâmico do Sudoeste: a “avicultura integrada”. Em 1982 o Sudoeste já abatia 22,5% das aves do Paraná. Neste mesmo ano as indústrias de processamento e abate de aves contribuíam com 19,8% do valor adicionado total da indústria do território, sendo que em 2002 essa participação passou para 38,6% (FLORES, 2009). No Brasil, a produção de carne de frango passou de 217 mil toneladas em 1970 para 9,2 milhões em 2006. Nesse mesmo período, o consumo interno brasileiro passou de 2,3 kg para 36 kg por habitante/ano e o preço do quilo no varejo caiu de US\$ 4,05 para menos de US\$ 1. Se não bastasse este crescimento do mercado interno assentado numa mudança nos hábitos de consumo alimentar da população, a produção cresceu a ponto de tornar o Brasil o maior exportador mundial de frangos e derivados, sendo o Paraná o seu maior representante. (DALLA COSTA, 2008).

Desde 1974 já existia o Comércio de Aves Sudoeste Ltda., em Pato Branco, que a partir de 1981 passou chamar Frangos Seva, voltada basicamente para o mercado consumidor

local. Mas a grande mudança ocorreu com a instalação da Sadia - Moinhos da Lapa S/A em Dois Vizinhos, no ano de 1978, do Frigorífico Chapecó S/A e da Perdigão Agroindustrial S/A em Francisco Beltrão, em 1982. Também a empresa Galha Azul atuava na produção de pintainhos de um dia desde 1971. E a partir dos anos 1980 passou a ser fornecedora da SADIA S/A, que em 1990 instalou uma grande unidade industrial em Francisco Beltrão, além da sua maior unidade, instalada em Toledo-PR. (FLORES, 2009).

Segundo Flores (2009, p.108) os principais fatores que impulsionaram o crescimento da indústria avícola no Sudoeste foram (1) a garantia de produção estável de matérias primas (milho e soja) para a fabricação de ração, (2) o relevo e clima favorável ao tipo de instalação e manejo das aves em sistema de confinamento, (3) e principalmente a existência de farta mão de obra familiar com base na pequena propriedade. A relação social predominante entre a agroindústria e os agricultores é o chamado “sistema de produção integrada”.

O sistema de produção integrada é um mecanismo através do qual uma propriedade rural, geralmente agricultura familiar, cria os animais (ou outros produtos) destinados ao abate e industrialização em associação com uma agroindústria. O agricultor, criador de frangos, perus, codornas, etc., é responsável pela construção e equipamento do aviário, mão-de-obra e a gestão dos demais meios de produção como eletricidade, água, gás, cama do aviário e o cuidado com as aves. A agroindústria, por sua vez, faz a entrega dos pintos de um dia, garante assistência técnica e veterinária, medicamentos, ração e transporte. A função do integrado é criar as aves sob orientação da agroindústria e vendê-las exclusivamente à mesma, que as abate, industrializa e vende. (DALLA COSTA, 1993, p.154).

Segundo Dalla Costa (2008, p.330), os modernos aviários são altamente tecnificados e exigem elevados investimentos para sua construção e manutenção. O custo para a construção de um aviário “padrão” é de cerca de R\$150.000. Este aviário conta com um galpão de 100 metros quadrados, equipado com bebedouros do tipo Nippel, comedouros automáticos e nebulizadores, aquecedores e exaustores para controlar a temperatura. Tudo informatizado. Ele é cercado por tela, tem um escritório para o técnico, arco de desinfecção para os caminhões na entrada e casa de compostagem para enterrar as aves que morrem. Neste sistema, o avicultor gasta em média menos de duas horas de trabalho por dia, para retirar os frangos mortos, controlar a temperatura e abrir e fechar as cortinas quando necessário.

O problema é que acompanhamento das constantes inovações tecnológicas provavelmente inviabilizaria a produção caso a agroindústria tivesse que arcar com seus custos e investimentos. Mas este problema não se coloca para a empresa, porque ela oferece crédito para que o agricultor integrado arque com eles. Ou seja, no sistema de integração o agricultor se insere num *treadmill* tecnológico e *cost-price squeeze*, em que ele perde sua

autonomia e se torna totalmente dependente da agroindústria<sup>48</sup>. Seu endividamento é alto e sua remuneração é baixa. Segundo Dalla Costa (2008, p.336), os integrados recebem em média R\$4.000,00 a cada 45/60 dias em que as aves ficam alojadas. Mas, descontados todos os custos, lhes sobra em média R\$500,00/mês como remuneração da sua força de trabalho.

A Sadia chegou em 2004 com um parque formado por 13 unidades indústrias no Brasil. E em 2009 ocorreu uma fusão entre a Sadia e a Perdigão, que possuía mais 9 unidades localizadas em Santa Catarina. Essa fusão deu origem a Brasil Foods S/A, a maior empresa nacional do ramo industrial de alimentos. Ainda em 2008 a Sadia apresentou o primeiro prejuízo líquido da sua história, num valor de R\$ 2,5 bilhões, devido a sua conduta especulativa em operações com derivativos cambiais. Pois já desde 2002 as operações financeiras, baseadas na expectativa de baixa do dólar/valorização do real, vinham sendo responsáveis por algo entre 60% a 80% dos lucros da empresa. Mesmo assim a Sadia encerrou 2008 como a maior empresa brasileira exportadora de proteína animal e a maior produtora do ramo de carnes. Nos termos de Ploeg (2008) podemos caracterizar a Brasil Foods e as conexões através das quais ela opera como um verdadeiro “Império Alimentar”. Ou seja, a atividade da empresa é, antes de qualquer coisa, “produzir dinheiro”. A transformação alimentícia é um meio para esse fim, para o qual ela se vale do “sistema de produção integrada”. Mas são os agricultores que investem nas estruturas produtivas, que dispõem da força de trabalho necessária e que correm os maiores riscos da atividade. A empresa ‘apenas’ ordena e centraliza o fluxo de informações e recursos, apropriando o valor produzido pelos agricultores e direcionando para a valorização nos mercados financeiros internacionais.

Após um período de estagnação do crescimento industrial em termos de número de estabelecimentos e de postos de trabalho no Sudoeste Paranaense durante a “década perdida” – causada por fatores como as sucessivas crises do petróleo, os efeitos da moratória mexicana e da redução do crédito no mercado internacional, as altas taxas de inflação e os desastrosos planos de estabilização, etc. –, já no final da década de 1980 ocorre uma retomada deste movimento (FLORES, 2009). É neste momento que se instalam os primeiros laticínios no Sudoeste, motivados pela melhoria nas condições de estrutura de energia e transporte e pelo aumento do oferecimento de matérias primas, no caso o leite. Assim, em 1989 se instala em Francisco Beltrão a empresa Latco. Sendo a primeira de uma série de outras empresas que

---

<sup>48</sup> As empresas integradoras coordenam todo o processo, estabelecendo um total controle da produção de frangos de corte, excluindo o produtor das decisões, ou seja, o criador torna-se um subordinado quase total às decisões da empresa. Apesar da maioria dos avicultores afirmarem conseguir levar suas reivindicações até as chefias das empresas, através dos técnicos ou diretamente a alguém ligado ao sistema de produção na empresa, pode-se considerar que as reclamações são dificilmente acatadas. (BORGES; ORTIZ; NUNES, 2009, p.9).

atuarão na região a partir da década de 1990, inclusive a multinacional Parmalat, que se instala em Enéas Marques, no ano de 1997. Não avançaremos nos detalhes sobre a evolução da agroindústria de laticínios no Sudoeste Paranaense e nem sobre a sua inserção no contexto de reestruturação industrial do Brasil, pois teremos uma seção específica tratando disso no quarto capítulo, onde discutiremos a emergência do “novo cooperativismo” e especialmente do Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (SISCLAF) no território.

### **3.2.3 As consequências da modernização: mudanças tecnológicas, alterações na estrutura fundiária, dinâmica populacional e ocupação da mão de obra rural**

A principal consequência do processo de modernização da agricultura no Sudoeste Paranaense – para o qual o Estado, através de suas políticas públicas de crédito subsidiado e suas instituições de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de assistência técnica e extensão rural (ATER), bem como as cooperativas tradicionais e as agroindústrias processadoras tiveram um papel fundamental – foi à transformação dos colonos-camponeses em agricultores familiares mercantilizados. A modernização gradualmente desagregou o sistema produtivo colonial, ainda que certas características do modo de vida colonial tenham permanecido entre os agricultores, mas já sob condições diversas. Essa transformação, decorrente da crescente mercantilização e diferenciação dos agricultores, associada à produção de *commodities* agrícolas e à sua inserção em sistemas de produção integrada, pode ser caracterizada como uma “metamorfose” da agricultura familiar. Não obstante, como a agricultura familiar historicamente tem sido um grupo com reconhecida importância social, econômica e política no Sudoeste Paranaense, o próprio território vem sendo transformado na medida em que essa metamorfose se aprofunda e ganha novos significados. Neste sentido, o propósito desta seção é caracterizar essa metamorfose da agricultura familiar, através da apresentação de alguns dados estatísticos bastante conhecidos, focando as mudanças tecnológicas na agricultura, as alterações na estrutura fundiária, a evolução da população urbana e rural, as relações de posse da terra e de trabalho na agricultura e a dinâmica ocupacional da mão de obra rural.

A importação de fertilizantes pelo porto de Paranaguá aumentou de 52.534 toneladas em 1972 para 164.771 em 1975 e para 568.611 toneladas em 1980. (BASTOS, 2006, p.11). Observando os dados da Tabela 4 podemos perceber que esse aumento na importação por sua vez se reflete no uso de fertilizantes nos estabelecimentos agropecuários paranaenses. No Sudoeste este aumento é ainda mais elevado em proporção ao restante do estado, tanto nos fertilizantes orgânicos como principalmente nos químicos. Entre 1960 e 1970 ocorre um aumento de 2.690% no número de estabelecimentos que utilizam fertilizantes químicos e de

259% no dos que utilizam fertilizantes orgânicos no Sudoeste. Já entre 1970 e 1975 o incremento é de 1.493% nos que utilizam fertilizantes químicos e 549% nos que utilizam fertilizantes orgânicos. E entre 1975 e 1980, este incremento é de 279% para químicos e 524% para orgânicos. Enquanto no estado do Paraná, o aumento do uso de fertilizantes químicos é de 1.994% para o período entre 1960 e 1970, 117% entre 1970 e 1975 e 69% entre 1975 e 1980. Este crescimento proporcionalmente desigual se deve possivelmente a adoção mais tardia dos “pacotes tecnológicos” no Sudoeste do que no Paraná como um todo.

**TABELA 4** - Estabelecimentos rurais que utilizam fertilizantes químicos e orgânicos no Sudoeste Paranaense e no Paraná, de 1960 a 1980

|          | 1960    |          | 1970    |          | 1975    |          | 1980    |          |
|----------|---------|----------|---------|----------|---------|----------|---------|----------|
|          | Químico | Orgânico | Químico | Orgânico | Químico | Orgânico | Químico | Orgânico |
| Sudoeste | 10      | 37       | 279     | 133      | 4.447   | 731      | 16.892  | 4.562    |
| Paraná   | 2.694   | 16.942   | 56.424  | 15.187   | 122.597 | 32.951   | 207.011 | 49.280   |

Fonte: Santos (2008).

Outro conjunto de variáveis importantes que expressam a intensidade da modernização da agricultura diz respeito ao processo de mecanização do plantio, dos cuidados e da colheita nas atividades agrícolas. Isso pode ser evidenciado através da observação, por exemplo, da evolução do número de tratores, arados e outras máquinas e equipamentos no Sudoeste.

**TABELA 5** - Evolução do número de estabelecimentos com trator, número de tratores e de tratores por estabelecimento no Sudoeste Paranaense, de 1970 a 2006

| Ano     | Estabelecimentos Agrícolas |              |       |                     | A/B  |
|---------|----------------------------|--------------|-------|---------------------|------|
|         | Total                      | Com tratores |       | Número Tratores (B) |      |
|         |                            | Número (A)   | %     |                     |      |
| 1970    | 50.451                     | 346          | 0,69  | 380                 | 1,10 |
| 1980    | 57.664                     | 5.367        | 9,31  | 6.325               | 1,18 |
| 1995/96 | 47.277                     | 7.687        | 16,26 | 9.217               | 1,20 |
| 2006    | 44.479                     | 7.699        | 17,31 | 9.193               | 1,19 |

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE (1970, 1980, 1995/96 e 2006).

Apesar do número reduzido de tratores no Sudoeste Paranaense – provavelmente devido à característica de relevo acidentado, o que dificulta a mecanização – através da Tabela 5 é possível observarmos que este número cresce constantemente. De apenas 0,69% dos estabelecimentos que possuíam trator em 1970, este percentual sobe para 9,31% em 1980 e para 16,26% em 1995/96, estabilizando este percentual em pouco mais de 17,31% em 2006.<sup>49</sup> Quanto ao total de área em hectares por trator no Sudoeste Paranaense temos a seguinte evolução: 2.004,09 ha/trator em 1970; 141,07ha/trator em 1980; 90,96 ha/trator em

<sup>49</sup> Não contamos com dados posteriores ao Censo Agropecuário 2006, mas seria interessante a sua observação, pois o número de tratores deve ter se elevado brutalmente em consequência da nova linha de crédito – PRONAF Mais Alimentos – lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2008, em resposta a crise mundial de abastecimento que vinha ocorrendo naquele ano. A título de exemplo, na linha Santa Bárbara, em Francisco Beltrão, de 43 famílias, 21 possuem trator, sendo que 5 foram adquiridos através do programa.

1995/96; e 125,98 ha/trator em 2006. Além do número de tratores, também vale ressaltar o aumento do número de colheitadeiras no Sudoeste, que passa de 538 para 902 entre 1997/98 e 2006/07; do número de plantadeiras com tração motorizada, de aproximadamente 350 para 1550 entre 1997/98 e 2006/07; e do número de plantadeiras com tração animal, que passa de aproximadamente 200 em 1996/97 para 2000 em 2006/07. (SANTOS, 2008, p.191 e p.205).

O uso de arados com tração mecânica (Tabela 6) também teve um aumento de 2.108% entre 1970 e 1980 no Sudoeste do Paraná. O que demonstra a expressividade da incorporação da força mecânica, considerando a sua pequena representatividade em 1970. Depois ocorre um crescimento considerável de 158% entre 1985 e 1995/96. Também cresce 173% o número de arados com tração animal (aiveca) entre 1970 e 1985, mas este número decai quase 67% no ano de 1995/96. A diminuição do total de arados com tração animal ocorre de forma mais ou menos simultânea ao aumento da representatividade dos arados puxados por força mecânica: o que por sua vez pode ser explicado pelo aumento na quantidade de tratores.

**TABELA 6** - Número de arados de tração animal e de tração mecânica no Sudoeste Paranaense, de 1970 a 1995/96

| Ano      | 1970   | 1975   | 1980   | 1985   | 1995/96 |
|----------|--------|--------|--------|--------|---------|
| animal   | 30.384 | 39.972 | 40.975 | 52.732 | 35.209  |
| mecânica | 178    | 2.031  | 3.753  | 4.645  | 7.342   |

Fonte: Santos (2008, p.195).

A prática do plantio direto também ganha uma crescente importância. Segundo Santos (2008, p.196), em torno de 27% dos agricultores utilizavam essa técnica em 2007, mesmo aqueles que não possuíam trator, pois neste caso eles recorriam ao aluguel de serviços de trator e máquinas para fazer o plantio, bem como para realizar outros cuidados e a colheita.

Outro elemento importante para a análise da modernização da agricultura diz respeito às alterações na estrutura fundiária. Os dados da Tabela 7 evidenciam que a pequena propriedade é a principal marca do território, havendo uma tendência oscilatória de aumento na quantidade de estabelecimentos ao longo dos anos, além de uma clara predominância daqueles estabelecimentos com até 50 ha durante todo o período. Entretanto, é importante atentar para o fato de que, se até 1985 estes sempre representaram algo em torno de 95% do total de estabelecimentos e ocupavam quase 70% da área, após 1995/96 houve uma certa redução, pois neste ano eles passaram a representar 94% dos estabelecimentos e a ocupar 63% da área. Sendo que tal tendência se acentuou ao longo dos 10 anos que separam um Censo do outro, pois em 2006, os estabelecimentos com até 50 ha passaram a representar 90% do total dos estabelecimentos e a ocupar 52,89% da área total, diminuindo sua participação.

**TABELA 7** - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área por estratos de área em hectares no Sudoeste Paranaense, de 1970 a 2006

| Estratos (ha)      | 1970          |                | 1975          |                | 1980          |                |
|--------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
|                    | Número        | Área           | Número        | Área           | Número        | Área           |
| menos 10           | 14.905        | 84.378         | 17.744        | 97.938         | 22.119        | 114.720        |
| 10 a menos de 20   | 10.882        | 155.544        | 11.245        | 160.645        | 12.036        | 172.151        |
| 20 a menos de 50   | 8.880         | 262.412        | 8.461         | 249.932        | 7.968         | 235.754        |
| 50 a menos de 200  | 1.616         | 123.318        | 1.787         | 164.491        | 1.770         | 146.414        |
| 200 a menos de 500 | 101           | 29.981         | 108           | 32.203         | 122           | 36.381         |
| 500 a mais         | 27            | 37.782         | 31            | 36.444         | 43            | 51.683         |
| <b>Total</b>       | <b>36.411</b> | <b>693.415</b> | <b>39.376</b> | <b>741.653</b> | <b>44.058</b> | <b>757.103</b> |
| Estratos (ha)      | 1985          |                | 1995/96       |                | 2006          |                |
|                    | Número        | Área           | Número        | Área           | Número        | Área           |
| menos 10           | 21.738        | 115.222        | 15.972        | 89.226         | 20.099        | 100.229        |
| 10 a menos de 20   | 11.652        | 166.136        | 10.270        | 147.518        | 11.952        | 170.977        |
| 20 a menos de 50   | 7.403         | 217.315        | 6.865         | 204.086        | 8.042         | 241.781        |
| 50 a menos de 200  | 1.707         | 141.393        | 1.792         | 152.396        | 2.886         | 250.275        |
| 200 a menos de 500 | 164           | 47.346         | 219           | 65.182         | 390           | 114.850        |
| 500 a mais         | 35            | 38.423         | 46            | 40.790         | 92            | 258.368        |
| <b>Total</b>       | <b>42.699</b> | <b>725.835</b> | <b>35.164</b> | <b>699.198</b> | <b>44.479</b> | <b>969.951</b> |

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006).

Por um lado, é interessante observar que a pequena propriedade não evoluiu de maneira homogênea. Prestemos atenção no comportamento dos estabelecimentos com menos de 10 ha. Entre 1970 e 1980, há um crescimento de 48% no número de estabelecimentos neste estrato, enquanto que a sua área tem aumento de 36%, ou seja, cresce em um ritmo menor, revelando um processo de fragmentação da propriedade da terra e de ocupação de novas áreas, até então não cultivadas. Mas desde 1995/96 vem ocorrendo uma diminuição da participação deste estrato na área total, pois se em 2006 ele continuava a representar o maior estrato, com mais de 45% do total dos estabelecimentos, a sua área passa a representar somente 10,33% da área total. Já o número de estabelecimentos com 10 a menos de 20 ha somados aos de 20 a menos de 50 ha se mantém constantes em termos de número e estáveis em termos de área, com aproximadamente 45% do total dos estabelecimentos e mais de 50% da área, até 1995/96. Entretanto, no ano de 2006 ocorre uma diminuição na participação destes estratos de área para 42,5% da área total. Salienta-se que o número de estabelecimentos entre 50 e 200 ha também se mantém mais ou menos estável ao longo de todo o período. Todavia, houve um aumento de 65% do número de estabelecimentos neste estrato entre os anos de 1995/96 e de 2006, revelando um processo de concentração da terra em torno da média propriedade rural: 25,80% da área total pelo último Censo.<sup>50</sup>

<sup>50</sup> Propriedades com mais de 100 ha. são consideradas relativamente grandes para o padrão habitual de ocupação do território no Sudoeste Paranaense. Inclusive os agricultores proprietários de estabelecimentos deste tamanho antigamente eram conhecidos pela designação de “colono forte”. Todavia tem se tornado um fato típico e bastante conhecido pela população, que já há algum tempo a compra de terras tem se transformado num tipo de investimento imobiliário muito comum entre médios empresários, profissionais liberais, médicos, engenheiros, alguns funcionários públicos e outras categorias urbanas mais abastadas ou bem remuneradas.

Por outro lado, se a pequena propriedade de agricultura familiar é predominante, a grande propriedade sempre existiu no Sudoeste, apresentando, apesar das baixas taxas, uma tendência de crescimento constante. Entre 1970 e 1985 esta tendência se manifestava timidamente, mas ela se acelerou na segunda metade da década de 1980 e após 1995/96 ela se escancarou. Até 1985 os estabelecimentos de 200 a menos de 500 ha somados aos de mais de 500 ha não passavam de 0,46% do total e não chegavam a ocupar 12% da área, mas em 1995/96 já representavam 0,75% dos estabelecimentos e ocupavam 15,16% da área e em 2006 passaram a representar 1,08% dos estabelecimentos e a ocupar 38,48% da área total.

Em resumo, podem-se visualizar dois movimentos na dinâmica da estrutura fundiária do Sudoeste Paranaense: um movimento de “minifundização”, causado pela fragmentação da propriedade da terra nos menores estratos de área; e outro movimento de “latifundização”, causado pela concentração da propriedade da terra nos maiores estratos de área. Estes dois movimentos – de fragmentação e de concentração –, apesar de contraditórios, são concomitantes e fazem parte de um mesmo processo, pois se combinam mutuamente na apropriação e organização do território. Conforme Santos (2008, p.133-134) o processo de fragmentação da propriedade da terra ocorre em todos os municípios do Sudoeste, apesar de apresentar diferentes intensidades em termos de número e de área dos estabelecimentos. Não obstante, o processo de concentração da propriedade nos estratos acima de 500 hectares, ocorre em apenas cinco municípios, quais sejam: Enéas Marques, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Santo Antônio do Sudoeste e São Jorge d'Oeste.

**TABELA 8** - Condição do produtor em relação às terras nos estabelecimentos agropecuários do Sudoeste Paranaense, de 1970 a 2006

|         | Estab. | Produtor | Proprietário | %     | Parceiro | %    | Ocupante | %     | Arrendatário | %     |
|---------|--------|----------|--------------|-------|----------|------|----------|-------|--------------|-------|
| 1970    | 36.411 | 38.328   | 30.104       | 78,54 | 941      | 2,46 | 3.053    | 7,97  | 4.230        | 11,04 |
| 1975    | 39.376 | 29.423   | 23.754       | 80,73 | 800      | 2,72 | 2.874    | 9,77  | 1.995        | 6,78  |
| 1980    | 44.058 | 31.575   | 23.731       | 75,16 | 1.272    | 4,03 | 3.791    | 12,01 | 2.781        | 8,81  |
| 1985    | 42.699 | 35.376   | 26.006       | 73,51 | 1.681    | 4,75 | 4.551    | 12,86 | 3.138        | 8,87  |
| 1995/96 | 35.164 | 35.175   | 28.156       | 80,05 | 1.181    | 3,36 | 3.468    | 9,86  | 2.370        | 6,74  |
| 2006    | 44.479 | 39.373   | 29.661       | 75,33 | 355      | 0,90 | *7.894   | 20,05 | 1.463        | 3,72  |

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006).

\*Este número inclui os 5.181 assentados sem titulação definitiva, categoria que não existia nos Censos Agropecuários anteriores ao de 2006, mas cujos produtores eram contabilizados na categoria ocupante.

Como era de se esperar, tendo em vista a estrutura fundiária marcada pela predominância de pequenos estabelecimentos, a condição preponderante é a de proprietário, seguida pelas condições de parceiro, de arrendatário e de ocupante, tanto em termos de número como de área dos estabelecimentos. Até metade da década de 1960 essa realidade era diferente, pois a maior parte dos estabelecimentos ainda se encontra sob a posse de ocupantes. Somente depois da ação massiva de titulação da propriedade da terra realizada pelo GETSOP



é que esta situação foi alterada definitivamente. Mas é interessante observar que entre 1970 e 1985 ocorre uma redução percentual dos produtores na condição de proprietário do estabelecimento concomitante a um aumento dos produtores na condição de ocupante, parceiro e arrendatário (ainda que esta última nunca tenha voltado ao mesmo nível de 1970).

Além da aquisição de um título original emitido pelo GETSOP ou da compra de uma área de terra direto de um proprietário, a principal forma de acesso a terra é a transmissão patrimonial por meio de herança. Os colonos vieram reproduzindo os sistemas de herança por “partilha total” e “sem partilha”, comuns a este grupo social desde antes de migrarem para o Sudoeste.<sup>51</sup> Mas o sistema por partilha total gerou a fragmentação da propriedade da terra, atuando como uma das causas daquele processo de minifundização anteriormente descrito. Em geral este processo levou a emigração dos jovens, especialmente do sexo feminino, gerando problemas de reprodução da força de trabalho e de sucessão hereditária, além do fechamento de escolas e de associações de lazer e até de dificuldade de casamento para os rapazes. Tal fenômeno, em curso no Sudoeste e em outras regiões do Brasil, ficou conhecido na literatura especializada como “envelhecimento” e “masculinização” da população rural. (ASSESOAR; DESER; UNIJUÍ, 1992; ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999).

Assim, a parceria e em certa medida o arrendamento das terras, se colocam para os colonos como uma forma de substituir ou complementar a força de trabalho na propriedade, que vem sendo paulatinamente reduzida pela saída dos filhos e pela diminuição da taxa de natalidade. Também é mister destacar que houve um aumento de 65,63% entre 1995/96 e 2006 no número de produtores ocupantes, em sua maioria “assentados sem titulação definitiva”, que obtiveram acesso a seus lotes de terra mediante projetos de reforma agrária.

**TABELA 9** - Evolução da população urbana e rural no Sudoeste Paranaense, de 1970 a 2007

| Ano  | Total   | Urbana     |       | Rural      |       | Densidade Demográfica |
|------|---------|------------|-------|------------|-------|-----------------------|
|      |         | Habitantes | %     | Habitantes | %     |                       |
| 1960 | 126.019 | 12.864     | 10,21 | 113.155    | 89,79 | 10,82                 |
| 1970 | 434.324 | 77.597     | 17,87 | 356.727    | 82,13 | 37,29                 |
| 1980 | 521.477 | 174.492    | 33,46 | 346.985    | 66,54 | 44,78                 |
| 1991 | 478.126 | 225.666    | 47,20 | 252.460    | 52,80 | 41,06                 |
| 2000 | 472.626 | 283.004    | 59,88 | 189.622    | 40,12 | 40,58                 |
| 2007 | 473.929 | 309.344    | 65,27 | 164.585    | 34,73 | 40,70                 |

Fonte: Censos Demográficos - IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 2000) e Contagem da População - IBGE (2007).

<sup>51</sup> “No sistema de herança por partilha total, a terra é dividida proporcionalmente entre os filhos, e aquele que é agricultor e pretende continuar na propriedade, paga a terra aos demais que já não moram mais ali. Assim, apesar [da] partilha, garante a integridade da propriedade. [Mas pode não haver esse acerto, incorrendo no fracionamento da propriedade]. No sistema de herança sem partilha, os demais filhos “abrem mão” da sua parte na herança para aquele filho(a) que assume o compromisso de “cuidar dos pais”, já que estes estão em idade avançada e precisam de cuidados, e geralmente, a maioria dos filhos já não vive mais ali.” (PLEIN, 2006, p.30).

Quanto à dinâmica populacional do território, dois processos conjugados estão na sua raiz: a modernização da agricultura e a industrialização nos principais centros urbanos (FLORES, 2009). Na Tabela 9 podemos observar a evolução da população rural e urbana do Sudoeste do Paraná. Entre os anos 1960 e 1970 ocorre um grande fluxo migratório em função da colonização, que continua até 1980, quando a população do território atinge seu auge, com 521.477 habitantes. Após 1980 começa a se intensificar o “êxodo rural”<sup>52</sup>, ocasionando uma transição demográfica na composição da população do Sudoeste, quando em 1991 finalmente a população urbana ultrapassa a população rural. Entre 1970 e 2007, enquanto o campo perdeu 142.192 habitantes, as cidades ganharam 231.747 habitantes. De acordo com o último Censo Demográfico (IBGE, 2010), os municípios com maior percentual de população urbana no Sudoeste são aqueles com maior população total: Pato Branco (94,09% de 72.373 hab.), Francisco Beltrão (85,43% de 78.957 hab.), Dois Vizinhos (77,67% de 36.198 hab.), Ampére (76,59% de 17.308 hab.), Realeza (72,23% de 16.348) e Coronel Vivida (70,99% de 21.737 hab.). Enquanto os com maior população rural são os municípios com menor população total: Manfrinópolis (79,15% de 3.127 hab.), Bela Vista da Caroba (76,65% de 3.939), Bom Jesus do Sul (75,42% de 3.796 hab.), Honório Serpa (66,59% de 5.960 hab.), Nova Esperança do Sudoeste (65,69% de 5.110 hab.) e Boa Esperança do Iguaçu (65,43% de 2.768 hab.).

**TABELA 10** - Pessoal ocupado na agropecuária no Sudoeste Paranaense, de 1970 a 2006

|         | Familiar | %  | Empregados | %  | Total   |
|---------|----------|----|------------|----|---------|
| 1970    | 186.275  | 95 | 9.055      | 5  | 195.330 |
| 1975    | 227.368  | 94 | 15.439     | 6  | 242.807 |
| 1980    | 197.430  | 90 | 21.221     | 10 | 218.651 |
| 1985    | 202.743  | 89 | 24.255     | 11 | 226.998 |
| 1995/96 | 144.589  | 91 | 14.971     | 9  | 159.560 |
| 2006    | 129.492  | 83 | 25.896     | 16 | 155.388 |

Fonte: Censos Agropecuários – IBGE (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006).

Quanto ao emprego da força de trabalho rural no Sudoeste Paranaense, é inegável que, concomitante ao processo urbanização, também vem ocorrendo uma diminuição da população ocupada em atividades agropecuárias e um aumento da população ocupada em atividades da indústria e dos serviços. Segundo Flores (2005), em 1970 as atividades agropecuárias empregavam 82,73% do total do pessoal ocupado, caindo para 41,41% em 2000, enquanto as atividades industriais e comerciais, que em 1970 empregavam respectivamente 5,31% e 11,96% do total do pessoal ocupado, passaram a ocupar respectivamente 19,39% e 39,20% no

<sup>52</sup> Um dado expressivo deste processo é a diminuição da quantidade de pessoas por estabelecimento, cujo principal fator determinante, como vimos, é à saída dos jovens, especialmente do sexo feminino. A média de habitantes por estabelecimento passou de 9,80 em 1970, para 7,88 em 1980, e para 3,70 em 2006/07. Estes números foram calculados através da divisão do número de habitantes rurais (Censos Demográficos e Contagem da População) pelo número de estabelecimentos agropecuários (Censos Agropecuários).

ano de 2000. Mas, se por um lado a ocupação no chamado “setor primário” tem diminuído, por outro ela ainda se mantém empregando a maior fatia da força de trabalho do território.

Embora os dados sobre ocupação dos Censos Demográficos utilizados por Flores (2009) não sejam comparáveis com os dados dos Censos Agropecuários que utilizamos na Tabela 10, eles servem para ilustrar a tendência de queda na ocupação em atividades rurais em relação ao aumento da ocupação nas atividades urbanas. Inclusive, podemos supor que em torno de 44,97% da população total do Sudoeste Paranaense (não população economicamente ativa - PEA) encontrava-se ocupada na agropecuária em 1970, 41,93% em 1980 e 23,72% em 2007. Contudo, se há uma tendência a queda na taxa de ocupação da força de trabalho rural, por outro lado, o seu montante sempre se manteve elevado. Inclusive, durante todo o período de 1970 a 2006, considerado na Tabela 10, o pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor é massivamente preponderante em relação aos empregados contratados sem laços de parentesco, sejam eles temporários ou permanentes, não obstante em 2006 tenha aumentado o número de empregados em relação ao número de membros da família entre o pessoal ocupado rural no Sudoeste, num patamar inédito em toda a série histórica.

Em suma, podemos constatar que a agricultura familiar, apesar de ter se diferenciado em decorrência da mercantilização imposta pelo processo de modernização da agricultura, se manteve como um grupo social importante na dinâmica socioeconômica do Sudoeste Paranaense durante toda a sua história. Ademais, os agricultores construirão a sua identidade como atores sociais capazes de alterar a correlação de forças entre os grupos e classes sociais do território, demonstrando forte dinamismo político e capacidade organizativa frente às recorrentes crises que passaram a assolar a agricultura desde a década de 1980.

### 3.3 O PROCESSO ORGANIZATIVO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

No Sudoeste Paranaense, o fato político mais importante do qual os colonos em alguma medida tomaram parte até meados da década de 1970, foi a Revolta de 1957. Mas como vimos anteriormente, apesar de ter alcançado seus objetivos precípuos, tal movimento não resultou na construção de uma nova estrutura de poder, em que os agricultores assumissem uma posição ativa enquanto sujeitos políticos. Na verdade, o seu “princípio camponês”, a sua disposição consciente de lutar contra a dominação política e a dependência econômica a fim de conquistar alguma emancipação e autonomia, encontrava-se submersa no recôndito de suas mentes, encouraçada sob uma cultura cristã tradicional, que os impelia a aceitar com resignação a sua condição subordinada na estrutura social. Este princípio

camponês só viria a ser efetivamente ativado na medida em que a dominação e a ameaça da expropriação se abatiam sobre os agricultores. E assim, auxiliados por atores externos, a partir de meados da década de 1960, os colonos iniciarão processos organizativos que lhes permitirá atuar de forma mais coordenada politicamente diante dos problemas que começavam a emergir no Sudoeste Paranaense.

Em nível nacional, com a exclusão das Ligas Camponesas da aliança tácita entre os católicos e os comunistas, que também logo foram perdendo sua influência no meio rural, o que definiu o caráter das lutas e dos movimentos dos agricultores, fossem eles designados como “camponeses” ou “trabalhadores rurais”, foi à criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) em 1963 e a estrutura sindical que lhe corresponde, que, apesar de cerceada pelo regime, o que lhe atribuiu um caráter verticalizado, corporativista e assistencialista, era bastante capilarizada, inserida nas realidades locais e sensível as demandas dos agricultores. Mas, no nível local, tanto no Sudoeste como em vários outros lugares do Brasil, desde meados dos anos 1970 se desenhava uma crítica, que emanava especialmente de certos segmentos da Igreja Católica, à incapacidade deste sindicalismo em organizar e mobilizar os agricultores, com uma atuação política mais viva e democrática.

A partir da ação pastoral se desenvolverá uma densa rede de movimentos e organizações que marcarão o protagonismo dos agricultores do Sudoeste Paranaense no período posterior a Revolta de 1957 até meados dos anos 1980, assim como em outros territórios do Sul do Brasil, como o Oeste Catarinense e o Alto Uruguai Gaúcho, quando os próprios agricultores, não mais atrelados diretamente a Igreja, assumem, eles mesmos, um novo processo organizativo. Com as mudanças sociais, políticas e econômicas que passaram a ocorrer, especialmente durante a década de 1990, modificaram-se também os instrumentos de política pública e o caráter das instituições que sustentavam o modo de desenvolvimento econômico e o modelo da modernização da agricultura brasileira, motivando os agricultores a buscarem alternativas de reprodução econômica, a encontrarem novas bandeiras de luta e a construírem novas estratégias de mobilização e dispositivos de ação coletiva. Desde então, os processos de mudança social protagonizados pelos agricultores do Sudoeste já não se circunscreveriam somente a organização política e sindical, mas principalmente a instituição de novas formas organizativas orientadas, sobretudo, à ação econômica direta.

Neste novo momento, em que a economia brasileira se insere plenamente na dinâmica do capitalismo globalizado, a questão camponesa no Sudoeste do Paraná consiste, por um lado, na adaptação das formas organizativas dos agricultores as novas circunstâncias impostas pelo “projeto neoliberal” em curso, e, por outro, na sua busca por possibilidades de inovação e

alternativas de mudança social através do aprofundamento do “projeto democratizante” na disputa por hegemonia. Assim, de uma posição historicamente marcada por elementos de crítica social, contestação e reivindicação, os agricultores se veem na necessidade de reorientar as suas formas de atuação em termos mais propositivos e proativos, com maior participação institucional e, inclusive, com alguns de seus representantes ocupando postos em instâncias do Estado e colaborando com a formulação de políticas públicas. Valendo-nos da noção de Polanyi (2000), este processo organizativo certamente pode ser caracterizado como uma série de “contramovimentos” da agricultura familiar.

Assim, se na seção anterior analisamos as expressões da modernização da agricultura no Sudoeste, levando em conta, sobretudo, a transformações econômicas e estruturais que levaram a uma metamorfose da agricultura familiar, nesta seção analisamos de forma mais apurada a evolução do processo organizativo dos agricultores, buscando apreender os fatores determinantes na reconstituição das suas concepções mentais enquanto atores sociais e da sua forma de conduta enquanto grupo social e sujeito político integrante das classes do trabalho. Nossa intenção é compreender como os agricultores interpretaram o seu lugar na estrutura social e, a partir dessa interpretação, estabeleceram alianças com outros grupos e atores que contribuíssem na instituição de dispositivos de ação coletiva, visando alterar a correlação de forças entre as classes sociais à seu favor e influir de forma mais efetiva na estrutura de poder vigente, na dinâmica do espaço rural e nos rumos do desenvolvimento do território.

Para isso, estruturamos a exposição em três subseções. Inicialmente, em 3.3.1 analisamos a situação política dos agricultores frente ao regime militar e o papel de certos segmentos da Igreja Católica, aliados essenciais na construção da sua interpretação da realidade em que estavam inseridos e na articulação de diversos atores para a criação da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), instituição que assumirá um papel de fundamental importância para todo o processo de organização dos agricultores do Sudoeste durante no mínimo as três décadas seguintes. Em seguida, em 3.3.2 analisamos os desdobramentos desse processo iniciado pela ASSESOAR em termos de crítica e oposição ao “sindicalismo pelego” então vigente, de contestação do modelo de modernização da agricultura, de construção de um movimento de articulação dos agricultores pauperizados e expropriados da terra na luta pela reforma agrária e de fomento a formas alternativas de organizar a produção através de experiências associativas. Por fim, em 3.3.3 analisamos a situação dos agricultores após o fim da ditadura militar – quando dois projetos políticos passam a disputar a hegemonia na direção do desenvolvimento do país – e a sua

organização em torno de uma iniciativa inovadora: a construção de um novo cooperativismo da agricultura familiar articulado sob o princípio da assim designada “interação solidária”.

### **3.3.1 O regime militar, a Igreja Católica e a importância da ASSESOAR.**

Em poucas regiões do território brasileiro o trabalho molecular da Igreja Católica na organização dos agricultores foi tão intenso e capilarizado como no Sudoeste do Paraná (bem como no Alto Uruguai Gaúcho e no Oeste Catarinense), introduzindo a sua “doutrina social” através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s). Em 1962, naquele contexto pós Revolta de 1957, chegou a Francisco Beltrão um grupo de missionários belgas da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração, que imediatamente iniciou um trabalho de reflexão e discussão sobre os problemas levantados pelo GETSOP, no intuito de organizar e estimular os colonos à ação social. Tendo em vista que a maioria dos colonos era católica e possuía um grande respeito pela Igreja e pelo clero, não é difícil imaginar a forte penetração de suas ideias no seio da sociedade local. Inspirados pelas resoluções do Concílio Vaticano II (1963) e posteriormente da Conferência Episcopal de Medellín (1968), os padres belgas iniciaram um trabalho pastoral que incluiu: o movimento de Catequese Familiar, em 1963; a fundação de um grupo de jovens agricultores chamado Juventude Agrária Católica (JAC), em 1964; os Grupos de Reflexão, em 1968; e o movimento de “renovação litúrgica”, promovido através de cursos para Ministros da Eucaristia, em 1971. Neste processo, com a participação dos padres, leigos “notáveis” (como profissionais liberais, comerciantes e políticos “progressistas”), além de, sobretudo, vários agricultores e agricultoras, especialmente os jovens, foi criada, em 1966, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR).

A presença dos jovens colonos nessas atividades orientava os interesses da nova organização, cada vez mais, para uma linha de questionamento da realidade em que viviam e que começava a parecer-lhes ameaçadora e problemática: a falta de terra para os jovens, as condições desvantajosas de comercialização da produção regional, a pouca eficiência dos serviços do Estado na região e o marasmo político da população. (FERES, 1990, p.535).

O trabalho da instituição passou a ter grande apoio da comunidade e de várias pessoas que se identificavam a favor da doutrina social da Igreja – intelectualmente sistematizada e difundida pela Teologia da Libertação – e contra a ditadura militar. Se, por um lado, a ASSESOAR exercia uma tarefa de centro catequético e orientação pastoral para toda a diocese de Palmas e Francisco Beltrão, para a qual possuía inclusive um “mandato canônico”, por outro, ela serviu como um incubadouro de resistência e oposição política ao regime e ao sindicalismo, denunciando o peleguismo e o assistencialismo dos STR’s. Em certo sentido, o

seu caráter pastoral a protegia, sob o manto da Igreja, contra uma possível repressão por parte dos militares, pois o Estado mantinha com a Igreja uma relação tensa, porém negociada. O trecho a seguir expressa a condição da ASSESOAR diante da Igreja e da Ditadura Militar.

Tu tens que te colocar naqueles anos. Imagine que quando a gente entrava na ASSESOAR o pessoal era fichado no DOPS. Até mandaram instalar máquina fotográfica no Morro do Calvário [ao lado do prédio da ASSESOAR em Francisco Beltrão] pra fotografar quem entrava e saía da ASSESOAR. Ai o mandato canônico vinha no sentido de dizer que, sendo uma estrutura da Igreja, tinha mais chances de sobreviver na ditadura militar, de certo modo. Sim, porque todos nós estávamos sob o guarda-chuva da Igreja. De certa maneira não deixávamos de ser um piolho na batina do bispo. Era um problema. Mas lá estávamos nós. E havia um grande ânimo de qualquer maneira. Porque era o fim do regime. (ENTREVISTA 18).

Não nos toca neste trabalho realizar um inventário, mesmo que resumido, das atividades e da história da ASSESOAR<sup>53</sup>, mas é importante contextualizar a sua atuação no Sudoeste, pois, como esta Ong foi uma das principais formadoras de lideranças comunitárias, militantes e quadros políticos no território, foi a partir da sua atuação que emergiram praticamente todos os movimentos e organizações sociais rurais posteriores. Segundo Alves (2009, p.90, p.131) é possível distinguir quatro fases na história institucional da ASSESOAR.

A primeira fase vai de 1966 a 1978 e é marcada por uma atuação predominantemente pastoral, com a presidência e a direção da entidade sendo conduzida por religiosos e líderes políticos regionais. Mas além de ações estritamente religiosas também houve diversas atividades de cunho técnico (capacitação, experimentação e monitoria agrícola, etc.) e outras de cunho político (apoio na fundação e depois na oposição aos sindicatos e cooperativas tradicionais). A segunda fase vai de 1979 a 1990 e é marcada por um processo de secularização, alterando a forma de direção da entidade, que passa a ser realizada diretamente pelos agricultores, e por uma reorientação de suas atividades para uma atuação mais política, apoiando, fomentando e assessorando os movimentos sindicais e populares que surgiam, se tornando o principal vetor de transmissão das propostas ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Sudoeste. Neste período houve um rompimento, tanto com os líderes religiosos que atuavam na entidade quanto com os líderes políticos que se identificavam com o MDB (que se tornou o PMDB após a redemocratização). A terceira fase vai de 1991 a 1999 e é marcada pela reafirmação do seu compromisso de atuação junto aos agricultores familiares e principalmente pela profissionalização crescente dos quadros técnicos da Ong. Nessa fase os técnicos ligados a área “social” (pedagogos, filósofos, historiadores, etc.) ganharam proeminência em relação aos da área “econômica”

---

<sup>53</sup> Para uma análise detalhada neste sentido ver Feres (1990), Khatounian e Gehlen (1996) e Alves (2009).

(agrônomos, veterinários, etc.), conduzindo sua atuação cada vez mais para um trabalho no campo da produção de conhecimento, em que se buscava articular o conhecimento científico e o saber prático dos agricultores, com uma tendência a valorização do saber popular. Mas o mais importante é que nesta fase a ASSESOAR passa a apresentar indícios de uma certa indefinição quanto ao seu papel, visto que outras entidades também vinham ocupando espaços políticos no campo da agricultura familiar: o que levaria a buscar outras fontes de financiamento. Assim, através da incorporação da ideia de desenvolvimento sustentável, passa a apostar na realização de um projeto de desenvolvimento local chamado “Vida na Roça”, que representará uma transição na sua estratégia institucional, voltando seu trabalho à “geração de referências” para as entidades e movimentos sociais rurais e para as políticas públicas, contudo, sem muitos resultados concretos e objetivos. Por fim, a quarta fase vai de 2000 até os dias atuais e se caracteriza, segundo Alves (2009), por uma verdadeira crise institucional, estabelecida mediante tentativas de acomodação do seu papel junto ao campo político da agricultura familiar, que neste momento se encontraria dividido com as novas organizações de caráter mais econômico que emergem e vem apresentando resultados concretos mais visíveis. Nesta fase ocorrem algumas mudanças na sua organização interna, como a redução do número de sócios e a diversificação de seu leque de financiadores (inclusive órgãos de cooperação internacional ligados a Igreja Luterana), mas principalmente em relação ao seu foco de atuação, que, desde 2006, cada vez mais tem se voltado para a criação de um Centro de Educação e Formação de Agricultores.

Neste sentido, em 2008 foi iniciado um processo de reforma do seu antigo prédio, que foi parcialmente demolido, para que a partir de seus alicerces fosse construída uma nova estrutura física para o tal Centro. Mas houve problemas com a liberação dos recursos destinados a esse projeto, o que tem inviabilizado o seu avanço, pois a obra permanece inacabada, causando dificuldades para a própria sobrevivência financeira da ASSESOAR, que tinha no aluguel de suas estruturas físicas e na prestação de serviços de hospedagem e alimentação, uma importante fonte de renda. O trecho a seguir explica detalhes da situação.

Nós estamos com problemas, porque a nossa estrutura está parada e a geração de recursos próprios está complicada. Faz mais de dois anos que está parado. É uma coisa fora do nosso alcance, pois os recursos são do Governo Federal, em convênio com o MDA. Fizeram a autorização pra licitar e autorizaram o início da obra. Mas quando fizeram o pedido pra pagar a primeira parte, o Tribunal de Contas da União (TCU) bloqueou o recurso. Informações que a gente tem é que foi denúncia de que foi repassado recurso público para uma instituição privada. Pelo estatuto a ASSESOAR é sim uma associação privada. Mas de interesse público. Tem todas as autorizações de filantropia do MDS. E tudo isso tava no projeto que foi aprovado. Mas mesmo assim entramos nessa. E ainda tá nesse impasse, que hoje está na diferença do reajuste que as empresas pedem por ter parado a obra e no valor que o



governo se propõe a dar. Mas aí a Caixa Econômica não aceita a proposta de reajuste das empresas construtoras, a Serraglio e a Engebel, porque estaria além do reajuste da construção civil. Agora a Caixa e as empresas estão revendo os cálculos pra ver se chegam a um acordo. (ENTREVISTA 15).

De todo modo, a ASSESOAR tem relativamente perdido a sua influência política e ideológica sobre os agricultores, especialmente por causa do aumento da importância das novas cooperativas de crédito e de leite, que têm um peso mais perceptível na vida econômica destes. Enquanto a ASSESOAR possui um perfil mais ideológico, de contestação ao capitalismo e ao mercado, os novos sistemas de cooperativas, mesmo nascendo das experiências comuns ligadas as CEB's e se alinhando ao movimento da "agricultura familiar e economia solidária", como veremos adiante, possuem um perfil mais proativo na economia, se deparando com o mercado como um ambiente de atuação. Então é sintomático que se instale uma tensão, expressão mesmo de um "dilema" entre o papel político-ideológico e o econômico-mercantil nas estratégias de atuação das organizações da agricultura familiar. Isso fica claro na fala de um entrevistado que trabalhou como assessor em ambas as organizações.

Para os movimentos sociais, e pra própria ASSESOAR, o mercado era algo não muito claro. E muito mais, era visto como um "demônio", como algo negativo. Ele não era percebido como uma construção social, como algo a ser construído pelos próprios agricultores. Então o negócio era fugir do mercado. A gente nunca conseguiu colocar uma assessoria para comercialização, pra ajudar os agricultores a comercializar o que eles estavam produzindo. Então era uma leitura reduzida e ideológica. E não ajudou os agricultores. Pelo contrário. Deixou os agricultores sem saber o que fazer e sem discutir comercialização. Tanto que o tema do cooperativismo pra ASSESOAR é até hoje um tema delicado pra discutir, como também é o tema da comercialização. (ENTREVISTA 4).

A postura moral e ideológica da ASSESOAR, cujas raízes doutrinárias estão na tradição do socialismo cristão, posteriormente seria reformulada e reforçada por uma particular interpretação do marxismo, onde a ideia religiosa de luta entre o bem e o mal seria transplantada, com algumas nuances, para o campo da luta de classes, definindo a sua conduta e as suas práticas. Somente levando em conta os conceitos e os valores contidos nessa concepção, torna-se possível entender o caráter do seu trabalho. Vejamos:

O trabalho era político e religioso. Era um trabalho que chamávamos de "conscientização". O que contava era fazer a revolução, então precisava de conscientização e de formação política. As lideranças sindicais e religiosas, eles se assumiam como revolucionários. Você tem que entender que a gente assumia a ideia de que o povo ia se levantar pra derrubar o governo e o capitalismo. Isso era uma questão de tempo, não é. Então o grande desafio era saber mobilizar o povo. Nós éramos os puxadores. E a Teologia da Libertação também fazia a sua parte. Havia uma postura bastante vanguardista, digamos assim. (ENTREVISTA 18).

Essa concepção dogmática, sacralizada e redentora, que mistura de um modo bastante particular ética cristã com filosofia política marxista, está presente em toda a história

institucional da ASSESOAR, o que implicou na realização de um trabalho político ideologicamente vinculado ao trabalho religioso, que para ser analisado mais profundamente, o que não é o caso desta pesquisa, nos remeteria à própria crise da Igreja e ao seu refluxo no campo da intervenção social e política. A gradual perda de importância deste componente religioso – que em grande medida se tratava de discutir atitudes, hábitos, costumes, identidades, posturas e valores dos indivíduos – diante das preocupações cotidianas da sociedade capitalista moderna, devem estar na raiz de alguns desacordos entre a ASSESOAR e as organizações da agricultura familiar, no que toca à definição de seus papéis e ao estabelecimento de estratégias conjuntas e articuladas entre as suas ações.

Destarte, não avançaremos em maiores especulações acerca dos processos sociais em que a ASSESOAR esteve envolvida ao longo desses quase 45 anos de existência. Mas destacamos que a sua atuação foi fundamental para a construção da maioria dos movimentos sociais e lutas dos agricultores, até meados dos anos 1980, bem como para a formação de suas organizações econômicas, dos anos 1990 em diante. Portanto, serão recorrentes as referências a atuação da ASSESOAR quando estivermos analisando a evolução do processo organizativo dos agricultores familiares do Sudoeste nas próximas subseções.

### **3.3.2 Os novos movimentos sociais rurais: busca por autonomia organizativa e construção de dispositivos de ação coletiva**

Com base no trabalho que vinha sendo realizado pela ASSESOAR e o apoio de outras instituições, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a partir de 1975, iniciou-se no Sudoeste uma discussão a respeito dos rumos do movimento sindical, do descontentamento com a gestão das cooperativas tradicionais, do descumprimento dos direitos sociais e trabalhistas inscritos na legislação vigente, das dificuldades na obtenção do acesso a terra e do êxodo rural, especialmente dos jovens, em direção ao Centro-Oeste e ao Norte do país. O que veio a incentivar os colonos a se organizarem em “oposições sindicais”.

As oposições [...] lançavam-se na campanha aberta pela democratização da estrutura sindical. Pleiteavam a autonomia sindical em relação ao Estado, o combate à tradição assistencialista e corporativista dos sindicatos tradicionais e denunciavam o caráter colaboracionista e corrupto das lideranças sindicais submissas a ditadura. Propunham um sindicalismo de base, comprometido com a prática diária dos trabalhadores e capazes de traduzir essa prática na luta política global. Pleiteavam, portanto: uma mudança radical da estrutura e das práticas sindicais e, ao mesmo tempo, a necessidade de criação de um canal de manifestação dessas mudanças no quadro dos partidos políticos nacionais. (FERES, 1990, p.541).

As experiências que emergiram deste movimento foram consideradas radicalmente inovadoras. Afinal de contas, a partir do movimento social rural e do movimento urbano-

industrial dos operários do ABC paulista no final dos anos 1970, é que foram constituídas as bases sociais e políticas para a articulação do auto-identificado “novo sindicalismo”, que contribuirá sobremaneira para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e levará a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.<sup>54</sup>

Mas os primeiros resultados concretos deste movimento já começaram a aparecer a partir de 1978, quando as oposições sindicais venceram as eleições em Francisco Beltrão, após duas tentativas frustradas nos anos de 1972 e 1975, por causa da falta de organização dos agricultores oposicionistas e também pela manipulação do presidente do STR, Germano Mayer, que conseguiu impugnar a inscrição das chapas de oposição. Vale lembrar que, além de Francisco Beltrão, no Sudoeste Paranaense, as oposições também venceram as eleições sindicais em Erechim (RS) e em Chapecó (SC), no ano de 1978. Pouco depois, o movimento de oposições ganhou mais 17 STR's no Sudoeste, que se tornou um “pólo de referência do movimento sindical rural de toda a região Sul” (DESER, 1993, p.13).

As principais lutas sociais encaminhadas pelo novo sindicalismo – que, além do Estado, passou a ter também as empresas agroindustriais e cooperativas agropecuárias como principais interlocutores – colocavam em jogo interesses ligados à política agrícola e agrária, à legislação trabalhista e aos direitos de cidadania (previdência, saúde, educação, transporte). Mas nos primeiros anos de organização sindical, a luta pela terra foi se consolidando como a principal atividade desenvolvida por vários STR's. Por consequência, as reivindicações ligadas à política agrícola passaram, de certo modo, para um segundo plano.<sup>55</sup> No geral, as lutas sindicais foram marcadas por um forte caráter de enfrentamento às políticas do regime,

---

<sup>54</sup> Desde o início da abertura democrática os movimentos sociais rurais e organizações dos agricultores familiares do Sudoeste Paranaense contam com a presença orgânica de representantes do PT no legislativo. O agricultor Pedro Tonelli foi o primeiro deputado estadual eleito, exercendo o mandato entre os anos de 1985 e 1989. Posteriormente houve dois outros deputados: Assis Miguel do Couto, que foi três vezes eleito deputado federal (2002-2006, 2006-2010 e 2010-2014), atua na Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, foi presidente da ASSESOAR nas gestões 1992-1995 e 1996-2002, coordenou o Fundo de Crédito Rotativo (FCR) e foi fundador e presidente do Sistema Cresol, onde tem a maior parte da sua base eleitoral; e Luciana Gazela Rafagnin, que foi uma eminente líder sindical, atuando no movimento de mulheres dentro do PT e da CUT desde meados dos anos 1980, foi duas vezes vereadora e duas vezes candidata a prefeitura de Francisco Beltrão (1992 e 1996) e três vezes deputada estadual no Paraná (2002-2006, 2006-2010 e 2010-2014). Em todas as campanhas desde 2002 os dois sempre fizeram “dobradinha”, mas na última campanha a sua relação foi muito tensionada, ainda que não tenham rompido formalmente, em grande medida devido às divergências sindicais entre ambos, aos desentendimentos entre suas equipes de assessoria e as suas alianças políticas. (ENTREVISTAS 7, 8 e 11).

<sup>55</sup> Mesmo assim destacam-se várias mobilizações dos agricultores encabeçadas pelo movimento sindical: (a) discussão do problema das Notas Promissórias Rurais; (b) mobilização em busca do recebimento do Proagro do feijão; (c) protestos e reivindicações por melhores preços dos produtos (suínos, fumo, leite, soja); (d) protestos contra a correção monetária aplicada sobre os empréstimos de investimentos realizados entre 1986-87; (e) luta pela reforma agrária; (f) manifestações contra a política de preços mínimos adotada pelo governo Sarney, no final da década de 1980; (g) política agrícola diferenciada para os pequenos agricultores; (h) lutas pela conquista de direitos sociais e previdenciários, em especial aposentadoria (DESER, 1993; BASSO, 2009).

porém as principais conquistas ocorreram muito mais no plano “subjetivo” da organização política do que no plano “objetivo” da economia. Por isso, se considera que os agricultores não tenham percebido essas conquistas como fruto do trabalho dos STR’s, pois não se criaram condições para uma maior participação política e um revigoramento da atividade sindical e, ao longo dos anos 1980, houve uma perda da credibilidade dos agricultores e um afastamento das lideranças comunitárias das direções dos sindicatos. Além da percepção de poucas conquistas econômicas imediatas, soma-se a isso, a retirada dos serviços de assistência médica, a partidarização das práticas sindicais, a falta de uma política de comunicação e divulgação das propostas e ações sindicais, a ausência de um trabalho de organização de base e a excessiva burocratização da atuação dos diretores em atividades internas.

Este movimento que iniciara com as oposições sindicais se consolidou com o Fórum Sul dos Rurais da CUT, em 1992, pois deixou de ser uma secretaria da Central e adquiriu maior autonomia por meio da criação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), alcançando grande reconhecimento e legitimidade social através da sua luta pela redemocratização (FAVARETO, 2006b). Mas, ao longo dos anos 1990, essa bandeira foi progressivamente perdendo força e o “novo sindicalismo” acabou por abandonar, em certa medida, as antigas bandeiras de luta (reforma agrária, direitos trabalhistas e política agrícola) e a assumir outras, ancoradas na ideia de um “projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário com base na agricultura familiar”, que começou a ganhar expressão através de conquistas como o PRONAF, em 1996, resultado dos Gritos da Terra Brasil I e II.

Neste íterim, a CONTAG e a FETAEP também se filiaram a CUT e entre 1995 e 1998 ocorreram algumas aproximações do movimento cutista com a Confederação no Rio Grande do Sul e no Paraná. Mas após este período houve um afastamento e os STR’s vinculados a CUT retomaram dinâmica própria com a criação da FETRAFESC (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina) em 1997 e da Frente Sul da Agricultura Familiar, entre 1999 e 2001. Todavia, graças à visibilidade que as entidades específicas que compunham a Frente Sul começaram a ganhar, à especialização crescente dessas entidades em temáticas específicas, além das diferenças entre as concepções sobre o espaço que cada organização (bem como cada indivíduo) ocuparia politicamente nessa articulação e, principalmente, a opção da FETRAF-SUL em realizar sozinha a Caravana da Agricultura Familiar, a Frente Sul se desarticulou. E com o enfraquecimento da articulação, se

fortaleceu a FETRAF-SUL<sup>56</sup>, criada em 2001, no 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul, em Chapecó (SC). (NUNES, 2007; ENTREVISTAS 4, 11 e 17).

Atualmente, a FETRAF-SUL está presente em 22 microrregiões do Sul do Brasil, representa uma base de 300 mil famílias de agricultores, possui 112 sindicatos filiados em 266 municípios, que possuem 110 mil famílias associadas. Mas, apesar da ampliação da base sindical da Federação, a maior parte dos sindicatos está concentrada em torno dos primeiros sindicatos conquistados ainda nos anos 1970 e 1980, no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná. Destaca-se que recentemente a CONTAG saiu da CUT e a FETRAF-SUL ainda não é um uma federação reconhecida oficialmente, pois

[...] a unicidade sindical garante essa condição à CONTAG. Enquanto a FETRAF-SUL reivindica a legitimidade de representar os agricultores familiares brasileiros, a CONTAG procura redefinir-se politicamente, ao menos em nível de cúpula, ampliando sua relação com a base social e promovendo eventos políticos que a legitime. (NUNES, 2007, p.50).

A questão da luta pela reforma agrária também envolverá, além da ASSESOAR e do movimento sindical, a CPT. Os primeiros sinais de mobilização em torno da reivindicação de acesso a terra no Paraná remetem aos deslocamentos de agricultores em função da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, em 1975. E depois, à construção de grandes centrais hidrelétricas na bacia do Rio Paraná, pela Eletrosul, em 1979, especialmente a de Salto Santiago, na região dos municípios sudoestinos de Chopinzinho e São João, contribuindo para a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, antiga CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens). Como as indenizações recebidas pelos agricultores atingidos pelas barragens eram insuficientes para que se instalassem em novas terras, eles acabaram decidindo por ocupar parte de um latifúndio de 94.000 ha da firma Giacomet-Marodim, fruto de uma antiga grilagem, que apenas na década de 1990 teve 27.000 ha reformados, onde foram assentadas 1.604 famílias. Mas, inicialmente os agricultores não obtiveram sucesso, por um lado em decorrência da violência com que foram acossados e por outro pela sua precária organização, acabando por desistir dessa ocupação. Ao mesmo tempo tiveram notícias de outra área de 9.400 ha, a Fazenda Annoni, no município de Marmeleiro,

---

<sup>56</sup> A FETRAF-SUL tenta preservar as características definidas desde sua origem, mas adiciona objetivos novos, buscando dar conta das questões atuais, assim definindo seus desafios: "(i) construir a visibilidade, identidade e representação da agricultura familiar; (ii) tornar-se efetivamente um ator político e social no processo de elaboração e construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário que considere a agricultura familiar como um componente estratégico; (iii) contribuir na ampliação e articulação das ações vinculadas à organização da produção, marcando presença em toda a cadeia produtiva; (iv) ser um instrumento político de potencialização do ator social "agricultura familiar", na disputa de espaços na sociedade; (iv) enfrentar e romper o modelo organizativo do sindicalismo oficial; (v) superar a pulverização e fragmentação organizativa da agricultura familiar". (FETRAF-SUL; DESER; CUT, 2002, p. 20).

também propriedade de uma firma madeireira que já tivera outra propriedade ocupada no Rio Grande do Sul, em 1978, abrindo um precedente interessante para a ação do movimento. Assim, após uma tentativa frustrada em 1982, os agricultores organizaram outra ocupação, desta vez com 650 famílias, em 1983, que acabou com o assassinato de um sem-terra.

Motivados por essas experiências, a ASSESOAR, a CPT e os STR's iniciaram um levantamento da problemática do acesso a terra no Sudoeste, diagnosticando que quase 40% dos agricultores encontravam-se na condição de sem-terras ou com terras insuficientes, especialmente os jovens “encostados”, que trabalhavam junto nas terras de seus pais, mas também pessoas que vinham de regiões vizinhas, os “adventícios”. A partir daí iniciou um processo deliberativo que, além dessas organizações, envolveu as lideranças dos agricultores sem terra, que decidiram pela realização de um trabalho de base, culminando na criação de Coordenações Municipais e, mais tarde, da Coordenação Regional dos Agricultores Sem Terra: que em 1983 transformou-se no Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES).<sup>57</sup> Em 1985 o MASTES já atuava em nove municípios do Sudoeste e em 1986 ampliou sua atuação para 20 municípios, além de coordenar grandes manifestações, seguidas de ocupações de terra e acampamentos, envolvendo 1.881 famílias, com algo em torno de 10 mil pessoas. A sua primeira ocupação foi numa área de 17.000 ha da Madeireira IMARIBO, no município de Mangueirinha, por 91 famílias, em junho de 1984, que em 1985 se tornaria o primeiro assentamento de reforma agrária do Sudoeste<sup>58</sup>, sendo batizado com o simbólico nome de “Vitória da União” (FERES, 1990, p.557). Em suma, entre 1988 e 2007 o Paraná foi o estado do Sul do Brasil com o maior número de ocupações (651) e de famílias envolvidas (84.949) e, conseqüentemente, com o maior número de assentamentos (307) e de famílias assentadas (19.210), sendo que só no Sudoeste são 58 assentamentos, em 2008.<sup>59</sup>

Mesmo oscilando entre momentos de avanço e de refluxo, em decorrência das transformações no contexto nacional ou das conjunturas locais, o MST foi progressivamente

<sup>57</sup> Entre 1982 e 1983 assistiu-se a organização de vários movimentos sociais rurais no Paraná. Além do MASTES no Sudoeste, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Norte do Paraná (MASTEN), o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná (MASTEL). Posteriormente estes movimentos se articularam com os outros do Sul do Brasil e fundariam o MST, em 1984, no 1º Encontro Nacional, com 1500 pessoas, em Cascavel (PR).

<sup>58</sup> “Nesse período, os latifundiários do Paraná, a partir da visita de Ronaldo Caiado, futuro coordenador nacional, organizaram-se e formaram a União Democrática Ruralista (UDR) no estado, com a intenção de, aliados a setores do Estado e a grupos paramilitares, reprimir e isolar o movimento, cortando o [seu] apoio na sociedade.” (BATTISTI, 2006, p.79). O folclórico médico Dr. Kit Abdala foi o maior entusiasta da UDR no Sudoeste naqueles anos. Sobre a origem social e a trajetória política da UDR, ver Mendonça (2010).

<sup>59</sup> Segundo Gonçalves (2008), a distribuição dos 58 assentamentos nos municípios do Sudoeste é a seguinte: Palmas possui 9, Coronel Domingo Soares possui 3, Reserva do Iguaçu possui 2, Mangueirinha possui 8, Clevelândia possui 5, Honório Serpa possui 14, Chopinzinho possui 2, Francisco Beltrão possui 1, Renascença possui 5, Marmeleiro possui 6, Salgado Filho possui 1 e Barracão possui 2.

se impondo como porta-voz da demanda por reforma agrária no Brasil, constituindo identidades sociopolíticas (os “sem-terra” e os “assentados”) e princípios organizativos próprios, abrindo espaços de negociação com os poderes públicos e legitimando-se como a principal organização na luta pela terra (MEDEIROS, 2001), mas também hierarquizando as suas redes de comando e rotinizando as suas práticas (NAVARRO, 2002) e, por fim, tomando exclusivamente para si a maioria das atividades que antes eram desenvolvidas em conjunto, no caso do Sudoeste, com a ASSESOAR e os STR’s (DESER, 1993).

Em meio a essas mudanças na forma de luta pela terra e ao surgimento dos primeiros assentamentos de reforma agrária no Sudoeste, em meados da década de 1980, ocorre uma reorientação dos trabalhos dos STR’s, bem como da ASSESOAR, que acaba se concentrando na prestação de assessorias para os assentados, iniciando as discussões em torno da “organização da produção” e contribuindo para a criação de pequenas associações. Segundo ASSESOAR; DESER; UNIJUÍ (1992), a ASSESOAR iniciou este trabalho em 1985 e, a partir de 1987, o incorporou ao trabalho com os chamados “grupos de agricultura alternativa”. Sem demora o movimento sindical também passou a contribuir com o movimento associativista emergente, buscando recursos para fomentar a formação de associações por “grupos de vizinhança” e ajudando a articular as associações em centrais regionais e numa coordenação. Até 1995 foram formadas 5 associações regionais que em conjunto formaram a Coordenação Regional das Associações de Pequenos Agricultores (CRAPA), com 143 associações.<sup>60</sup>

Mas, como destacam DESER (1993) e Basso (2009) é importante lembrar que houve duas linhas de fomento ao associativismo. A primeira era incentivada por organismos governamentais ligados a extensão rural, principalmente EMATER e Secretarias de Agricultura das Prefeituras Municipais. Estas surgiram principalmente com objetivos mais imediatos, como obtenção de financiamentos e recursos públicos para aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Geralmente organizadas pelas prefeituras municipais, se estabelecia uma relação clientelista entre o poder público e os agricultores beneficiados. O apoio às associações estava diretamente ligado a possibilidade de que a garantia de obtenção de recursos viesse a ser trocada, nos períodos eleitorais, por votos para os candidatos vinculados aos interesses do prefeito. A segunda era essa incentivada pelos STR’s, MST e ASSESOAR. Elas surgiram na perspectiva da “organização do campo popular” em torno da

---

<sup>60</sup> A CAPAF congrega associações dos municípios de Capanema, Pérola d’Oeste e Planalto, a CAPAVI as dos municípios do vale do Iguazu Dois Vizinhos, Verê, Boa Esperança, Salto do Lontra, Cruzeiro e Nova Prata, a CAFASFI, única municipal, de Salgado Filho, a CIAPA, as dos municípios de Renascença, Francisco Beltrão, Marmeleiro e Flor da Serra do Sul, e a CAPAM, as dos municípios de Mangueirinha e de Honório Serpa.

ideia de se constituir uma forma organizativa cujas esferas de decisão fossem descentralizadas e permitissem uma efetiva participação dos associados na definição e execução das atividades. Essas associações nasceram principalmente entre os agricultores desfavorecidos pela modernização da agricultura, como resposta ao “gigantismo” das cooperativas tradicionais que, como vimos, na medida em que cresciam iam excluindo-os de seu quadro social e impedindo a sua participação na gestão e administração das mesmas.

As associações do “campo popular” eram organizadas por vizinhanças e não por produtos. Então, elas reuniam agricultores muito heterogêneos, produtores de fumo, de leite, de suínos, etc. Segundo informações de um assessor que trabalhou neste projeto de 1992 a 1996, as associações, que tinham um caráter ao mesmo tempo técnico, político e organizativo, eram uma forma de incentivar o diálogo entre os agricultores para que eles conjuntamente buscassem alternativas e encontrassem novas formas de fazer agricultura, de acessar serviços de assistência técnica, de vender seus produtos, etc. Porém, o avanço do movimento foi tímido em relação à construção social dos mercados, pois o fato de as associações serem por vizinhança dificultou a própria organização econômica dos agricultores, o que veio a constituir um dos principais fatores de crise do associativismo. “Porque a diversidade entre eles era tamanha que achar um ponto comum de ação era difícil.” Por sua vez, isso também levou a insatisfação dos técnicos envolvidos, pois “a própria experiência de acompanhamento não conseguiu dar um salto de qualidade muito grande”, porque “não se conseguia discutir a inserção dos agricultores no mercado”. Assim, “o associativismo por vizinhança não conseguiu emplacar as centrais de associações microrregionais e a coordenação regional não conseguiu se constituir nem como organização econômica, nem como instituição, no sentido de regras e normas. Elas não conseguiram se consolidar nesses dois níveis.” (ENTREVISTA 4). Como vimos anteriormente, estas dificuldades refletem a própria cultura organizacional promovida pela ASSESOAR, uma vez que o mercado era visto como um “demônio”.

Apesar do enorme protagonismo dos próprios agricultores do Sudoeste, na criação de movimentos e organizações sociais pela defesa e luta de seus interesses, é preciso salientar, novamente, que isso não ocorreu de forma isolada, apenas neste território, mas fez parte de um movimento mais ou menos articulado em todo o Sul do Brasil, que, gradualmente, se propagou para outras regiões do país, ganhando dimensão nacional. Neste processo foi se construindo uma rede de organizações não governamentais (Ong’s) na região Sul, por onde



circulavam uma série de profissionais que prestavam assessoria através dessas instituições, construindo um verdadeiro processo de deliberação reflexiva coletivamente articulada.<sup>61</sup>

A maioria desses assessores vinha da universidade, especialmente das faculdades de agronomia e veterinária do Rio Grande do Sul. Com o acúmulo político que adquiriram através do movimento estudantil, aliado às experiências de crítica ao modelo da Revolução Verde, estes profissionais se dirigiam ao Sudoeste na perspectiva de conjugarem a sua militância com o trabalho de campo na área técnica, junto aos movimentos como o sindicalismo, o MST, o associativismo e, posteriormente, as cooperativas ligadas ao movimento da “economia solidária”. Inicialmente, vinculados financeiramente ao Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA/FASE), logo foram se encaixando em outros projetos que financiariam os seus trabalhos. Um desses assessores, que apesar de ser gaúcho e ainda ter raízes naquele estado, atua no Sudoeste até hoje, lembra com um ímpeto que mistura orgulho e empolgação, das suas primeiras experiências ao iniciar os trabalhos através da ASSESOAR: “Era uma mistura talvez de militância e de toda uma “utopia”, como a gente dizia. Muito trabalho de base e de formação. Na base do fusquinha e da militância mesmo. Nos encontros nós articulava com o movimento sindical, enchia os ônibus e botava pra quebrar.” (ENTREVISTA 5).

Segundo este mesmo assessor entrevistado, o movimento em torno do PTA/FASE nasceu no Sul e logo ganhou força e se estruturou em várias regiões do Brasil, sendo que, inclusive, teve considerável importância na abertura de portas para toda uma discussão dos movimentos e organizações sociais rurais com o governo federal, já a partir do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985, durante o governo Sarney, que depois, reforçada por vários estudos, processos políticos e mobilizações sociais, pavimentou a construção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF.

Ademais, um ponto fundamental a se ressaltar, e que vem de encontro às transformações pelas quais o país passava, é que a insatisfação destes assessores mais ligados a “área econômica” em relação aos resultados do associativismo e da política pública, associada à percepção que os próprios agricultores tinham de que a sua problemática situação econômica vinculava-se a sua débil inserção nos mercados, em grande medida causada pela

---

<sup>61</sup> Dentro deste mesmo espírito, além da ASSESOAR, nasceram muitas outras Ong's apoiadas pelas Igrejas Católica e Luterana, como a Rureco (Fundação para o Desenvolvimento Rural da Região Centro-Oeste do Paraná), também no estado do Paraná, o Centro Vianei de Educação Popular e a APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) no estado de Santa Catarina, o CETAP (Centro e Tecnologias Alternativas Populares) e o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) no Rio Grande do Sul. Todas essas organizações se articularam a partir do Projeto de Tecnologias Alternativas da Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (PTA/FASE), surgida em 1983 no Rio de Janeiro, que posteriormente viria a separar-se da fundação e constituir-se como a Ong AS-PTA (Assistência e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa). (ALMEIDA, 2009).

falta de acesso a crédito, os levou a pensar em como seria possível se organizar economicamente de forma mais efetiva e lhes permitisse melhorar concretamente suas condições sociais e materiais de vida, resultando em uma inovação institucional inédita: o cooperativismo da agricultura familiar fundado no princípio da “interação solidária”.

### **3.3.3 A disputa entre dois projetos políticos e o lugar do novo cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária**

O Brasil deixa a década de 1980 e irrompe a de 1990 numa condição histórica que Dagnino (2004) caracterizou, apropriadamente, como uma “confluência perversa”, sob a qual simultaneamente se sobrepunham dois projetos políticos contraditórios e em disputa, que Delgado (2009) chamou de “projeto democratizante” e “projeto neoliberal”. O projeto democratizante teve suas origens na luta pela redemocratização que se desenhava desde o final da década de 1970 e que, apesar da frustração representada pela derrota do movimento das “Diretas Já”, se fortaleceu com a democratização institucional a partir de 1985, pondo fim a uma ditadura de mais de vinte anos, ao que soma-se a promulgação da “constituição cidadã”, em 1988. Além de reativar as instituições democráticas (partidos, parlamento, congresso, judiciário, eleições livres, etc.), a nova Constituição Federal trouxe a possibilidade concreta de um processo conjunto de descentralização do Estado e suas políticas públicas e de participação da sociedade civil organizada, através da criação de espaços públicos que permitiriam um maior controle social das políticas setoriais, através dos “conselhos” e de outros “dispositivos institucionais”. O projeto neoliberal, por sua vez, teve suas origens na restauração conservadora da hegemonia norte-americana e se refletiu na crise da dívida externa, que compeliu o Brasil a aplicar o chamado “ajustamento constrangido a ordem econômica globalizada”. Desde o governo Collor e durante os dois governos FHC, o projeto neoliberal tratou de privatizar empresas do setor produtivo estatal, diminuindo a capacidade de intervenção do Estado na economia; desregular o mercado doméstico e aumentar a participação das empresas transnacionais, através da abertura comercial; e apostar na exportação de *commodities* agrícolas como forma de enfrentar a deterioração das transações correntes do balanço de pagamentos, valendo-se do “relançamento do agronegócio” para sustentar a assim denominada “âncora verde”, contribuindo para viabilizar o Plano Real.

Foi em meio a este cenário que, desde 1989, vinha operando no Sudoeste do Paraná o Fundo de Crédito Rotativo (FCR), fruto de um convênio estabelecido entre uma Ong alemã ligada a Igreja Católica chamada Misereor e a ASSESOAR, do qual também participavam da sua gestão outras instituições, como a CPT, a CNBB e o MST, que em conjunto formaram um

conselho de gestão e deliberação. Segundo Lannoy (2006), partia-se de um diagnóstico de que grande parte dos problemas econômicos enfrentados pelos agricultores familiares estava ligada a dificuldade dos mesmos em acessar as fontes de crédito oficiais, e que havia a necessidade de se fomentar projetos para construir sistemas produtivos distintos daqueles financiados pelo sistema financeiro tradicional, baseados naquilo que essas entidades designavam “agricultura alternativa”. Foram realizadas mais de 300 operações de crédito e, como naquele período a inflação ainda era alta, utilizou-se o preço mínimo regional do milho como indexador da dívida. Financiavam-se pequenos projetos de investimento junto aos numerosos grupos de agricultores do Sudoeste e mesmo a assentamentos fora deste território.

Contudo, segundo Búrigo (2007), já no início dos anos 1990, os fundos rotativos começaram a apresentar limites institucionais (legais e políticos), pois os tomadores haviam se habituado a não reembolsar os empréstimos<sup>62</sup> – muito por não existirem mecanismos formais que amparassem a sua cobrança, nem tampouco laços morais e de reciprocidade constituídos, que estabelecessem um estado de confiança –, o que veio descaracterizando o caráter “rotativo” do fundo. Além disso, os recursos atendiam apenas um número muito reduzido dos agricultores que se encontravam excluídos do acesso ao crédito.

Os técnicos responsáveis pela gestão dos fundos e as lideranças dos agricultores foram se apercebendo destes limites e, em dezembro de 1993, realizaram um seminário em Guarapuava, onde discutiram conjuntamente os problemas comuns que ocorriam com os fundos rotativos operantes no Sudoeste e no Centro do Paraná. Também conheceram outras experiências no país e buscaram assessorias especializadas que os ajudaram a realizar uma reflexão mais sistemática sobre os problemas enfrentados. Detectou-se que a grande falha era a ausência de uma institucionalidade adequada, com regras e normas auto-reforçáveis. Deste processo coletivo de aprendizagem chegou-se à conclusão de que uma solução possível seria a institucionalização de pequenas cooperativas de crédito, que deveriam ser diferentes das cooperativas existentes, centralizadoras e subordinadas às cooperativas de produção que as abrigavam. Esses acontecimentos constituíram as bases para que se iniciasse uma intensa atividade inovativa baseada na aprendizagem que ocorria ao longo do próprio processo.

---

<sup>62</sup> Juntamente com a ASSESOAR, a Misereor também firmou outro convênio com o Centro Vianei de Educação Popular no Oeste Catarinense. E no Centro-Oeste do Paraná, em Guarapuava, a RURECO também iniciou um Fundo Rotativo nos mesmos moldes, através de um convênio com a Ong belga ACT. Mas, na avaliação de Junqueira e Abramovay (2005), se aponta enfaticamente a ineficiência dos FCR's em “contribuir para um processo de organização autônomo da sociedade civil”, porque o que se detectou foi o privilégio de agricultores que “participavam dos movimentos” em detrimento dos outros, resultando numa “mistura especialmente nefasta” de projetos inviáveis, porque mal formulados, clientelismo e inadimplência generalizada.

A construção de um novo cooperativismo só poderia se constituir como uma solução para os problemas percebidos se ele configurasse um novo ambiente institucional, diferente daquele em que se desenvolveu o FCR, onde os tomadores de crédito não se viam na obrigação de honrarem seus empréstimos, pois não haviam regras enraizadas que moldassem seus hábitos de comportamento e ação. Pois, naquele caso, não foram solidificadas expectativas recíprocas que permitissem a emergência de laços de confiança e responsabilidade mútua, o que vem a explicar as atitudes utilitaristas e oportunistas dos tomadores.

Pode-se afirmar que essa interpretação de fato foi realizada pelos atores e, segundo Lannoy (2006, p.4), através das experiências vividas, aprendeu-se que o cooperativismo não pode operar como uma sociedade de capital, tal como operavam as cooperativas tradicionais, às quais os agricultores estavam habituados, pois cooperativa é “antes de tudo, uma sociedade de pessoas”. Por isso, “a participação e o controle social da base com cooperativas de pequeno porte, em uma estrutura descentralizada” deveriam representar valores fundamentais para estimular a “inclusão social e a autonomia”, favorecendo a “interação entre as partes” envolvidas e promovendo “a transparência e a responsabilidade das mesmas com o todo”.

O resultado desta atividade inovativa foi à criação da primeira Cresol, em junho de 1995, sendo que em seguida foram fundadas mais quatro cooperativas de crédito, cuja base social provinha do associativismo. A partir da constituição das cinco primeiras cooperativas, se “garantiu a condição para criar uma Base de Serviços Cresol (Cresol-Baser), como forma de apoiar com serviços especializados às cooperativas que iniciavam o Sistema, sobretudo nas áreas de *software*, normatização, contabilidade, formação e na interlocução com os bancos, governos e demais entidades dos agricultores.” (BASSO, 2009, p.23). Assim, foram criadas cinco bases de serviços no Paraná: Base Sudoeste, Base Centro, Base Norte, Base Fronteira e Base Oeste. Posteriormente o Banco Central exigiu que fosse criada apenas uma Central de Crédito, para facilitar o controle fiscal e operacional. Então a Cresol-Baser deixou de ser uma base de serviços e se tornou uma central de crédito: a Central Cresol-Baser.

Vale frisar que na mesma época era instituído pelo governo federal o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), resultante das mobilizações organizadas pelos movimentos sociais, especialmente o sindical, através dos “Gritos da Terra Brasil”. Desde então, segundo Búrigo (2007), o grande crescimento experimentado pelo Sistema CRESOL ocorreu associado ao crescimento do próprio PRONAF, que o Sistema passou a operar. O que, se por um lado tem exigido constantes adequações formais e jurídicas do Sistema CRESOL às regras, normas e regulamentações sancionadas e fiscalizadas pelos agentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) responsáveis – quais sejam, o Banco Central

do Brasil (BACEN) e o Banco do Brasil (BB) –, por outro, tem gerado um processo de constante inovação de suas práticas e rotinas, além de ter atribuído capilaridade e diminuído tremendamente os custos de operacionalização do PRONAF, tanto em termos de valor dos *spreads* quanto em termos de risco de inadimplência em relação ao Banco do Brasil.<sup>63</sup>

Para termos uma idéia do crescimento do Sistema CRESOL, basta observar que, de apenas 920 associados em 1996, o sistema passou para 13.500 em 2000, para 62.544 em 2008, e chegou em 2010 com mais de 75.000 associados. Atualmente o Sistema CRESOL suplantou o próprio Banco do Brasil na distribuição de créditos do PRONAF, na região Sul do Brasil.<sup>64</sup> Além disso, no final de 2008, somente a Central Cresol-Baser, já contava com 5 bases regionais de serviço, 75 cooperativas singulares e 58 pontos de atendimento de crédito (PAC's), atuando em 128 municípios do Paraná e 83 em Santa Catarina. Quanto aos seus números, ainda no ano de 2008, foram repassados mais de R\$ 250 milhões em créditos de recursos próprios para os associados e aproximadamente 33 mil contratos, dos quais 27 mil eram provenientes de recursos do PRONAF, correspondente a 82% do seu total.

Segundo Basso (2009), as cooperativas de crédito filiadas ao Sistema Cresol aceitam como associados apenas os agricultores familiares e cada qual atua em uma área restrita, geralmente com sua sede em um município capaz de atender os municípios vizinhos que ainda não adquiriram condições de manter uma cooperativa, possuindo apenas “postos de atendimento”. Contudo, quando os municípios que iniciam com um posto de atendimento atingem um desenvolvimento institucional e organizativo que possibilite à implantação de uma cooperativa singular, a mesma é consolidada. Basso (2009) resume da seguinte maneira as rotinas e normas básicas que regem o funcionamento das cooperativas singulares, bem como a relação com a cooperativa central nos processos mais amplos de tomada de decisão.

As cooperativas de crédito filiadas ao Sistema Cresol têm 1 ou 2 diretores remunerados e mais 1 ou 2 funcionários, como padrão, mas dependendo da demanda do quadro social do município a cooperativa pode ampliar o quadro de

---

<sup>63</sup> “No Pronaf-Custeio, as cooperativas do Sistema Cresol receberam, na safra 2001-2002, 3% dos valores contratados, dos 8,48% repassados ao Banco do Brasil pelo Tesouro a título de *spread*, ficando, entretanto com 100% dos riscos de qualquer inadimplência e o total dos custos de operacionalização. O BB recebeu, ainda, R\$13,01 por contrato/mês (taxa administrativa) na mesma safra.” (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005, p.10). “A Cresol pega dinheiro do BNDES e do BB e depois tem que pagar. Mas o associado tem compromisso com a Cresol. E ela cobra do associado porque tem que pagar ao banco. Pros bancos a melhor coisa é a Cresol. Venceu o empréstimo a Cresol tá depositando o pagamento em dia.” (ENTREVISTA 15).

<sup>64</sup> As fontes de recursos do Cresol-Baser para atender 6 linhas de repasse de crédito - Pronaf Investimento, Pronaf Custeio, Custeio, Investimento, CresolCap e Microcrédito - são as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Bradesco e Banco Safra. Na linha de recursos próprios, em 2008, com um montante de R\$ 243 milhões foram realizadas 59.789 operações de crédito para as linhas de: sociais e conveniadas, investimento, habitação, custeio e créditos pessoais. A carteira de recursos próprios obteve uma média de R\$ 2.105,00 por associado. (BASSO, 2009, p.25).

diretores e funcionários. [Elas] possuem uma administração autônoma, composta por uma diretoria eleita em assembléia geral, com mandato de três anos. A fiscalização é realizada por um conselho fiscal da cooperativa eleito anualmente e pela Central Cresol-Baser, que além do acompanhamento diário da contabilidade das cooperativas, realiza auditorias semestrais nas suas filiadas. A partir da análise da contabilidade e das auditorias, [a Central] apresenta sugestões administrativas e operacionais para as cooperativas filiadas, às quais cabem as decisões sobre sua implementação. (BASSO, 2009, p.25-26).

As chamadas “bases de serviços” regionais coordenam as atividades de gerenciamento contábil, fiscalização, auditorias, informática, comunicação e *marketing*. Até 2005 a Central Cresol-Baser realizava as atividades de capacitação dos sócios, diretores e funcionários, quando foi constituído o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), desde então responsável por diversas atividades e programas de formação e capacitação.<sup>65</sup> Contudo, existe uma controvérsia no cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária em torno do papel do INFOCOS.<sup>66</sup> Na origem da sua concepção, havia uma proposta de que o instituto de formação para o cooperativismo fosse um projeto conjunto entre as cooperativas e a ASSESOAR, contudo isso nunca se concretizou, em larga medida, por conta do tabu ideológico que marca a relação entre ambas. Além disso, a maioria dos dirigentes das cooperativas, apesar de reconhecerem a importância da formação e educação no desenvolvimento institucional do processo cooperativo, não percebe com clareza o seu papel estratégico e a sua urgência, pois os seus resultados não são tão imediatos como os das atividades econômicas nas quais as cooperativas rotineiramente se envolvem. Então, com a exceção do Sistema Cresol, os outros ramos e sistemas cooperativos, até pelo pouco interesse, têm dificuldade de participar, tanto da sustentação financeira, quanto, conseqüentemente, da gestão e da orientação estratégica do INFOCOS.

Soma-se às controvérsias o fato de que, não obstante o seu sucesso econômico-financeiro, o seu reconhecimento institucional por parte do Estado na operacionalização do PRONAF e o avanço de seus números em termos de associados, de contratos e de volume de crédito, o Sistema Cresol não é isento de contradições e de críticas, especialmente àquelas formuladas pelos movimentos sociais mais antigos, de caráter mais político e com maior

---

<sup>65</sup> Os principais projetos e programas desenvolvidos foram a Cooperativa Escola, o Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito e o curso de nível pós-médio em Gestão em Desenvolvimento com Ênfase em Cooperativismo (parceria com a Universidade Federal do Paraná – UFPR). (INFOCOS, 2008).

<sup>66</sup> Segundo os representantes dos outros sistemas de cooperativas, o Instituto não deveria atender apenas as demandas do Sistema Cresol, mas sim as de todos os sistemas cooperativos associados à UNICAFES-PR. O dilema está no fato de que a maior parte da sustentação financeira do Instituto é provida pelas cooperativas de crédito, que contribuem através do pagamento de mensalidades. As outras cooperativas contribuem em uma proporção pouco significativa ou mesmo não contribuem. Desta forma, como as cooperativas da Cresol é que sustentam a estrutura do INFOCOS, é o próprio Sistema Cresol que acaba direcionando o trabalho do Instituto, de acordo com os seus interesses e as suas demandas. (ENTREVISTAS 3, 4, 5, 12, 17 e 18).

apego às questões ideológicas, como a ASSESOAR e o sindicalismo da FETRAF. Na verdade, apesar de inicialmente ter contribuído para a democratização do acesso ao crédito do PRONAF, ao longo de sua evolução o volume de crédito tem aumentado e o número de contratos tem diminuído, como mostra o trabalho de Farias (2010), evidenciando a concentração dos recursos justamente na área onde a atuação Cresol é mais forte.

A ASSESOAR acusa a Cresol de estar se desviando dos propósitos e valores originais que possuía quando foi criada em detrimento do seu crescimento econômico-financeiro. Inclusive uma de suas principais críticas se assenta no fato de que o crédito oferecido pela Cresol aos seus associados não têm sido respaldado por projetos “sustentáveis”, pois uma boa parte dos financiamentos tem sido orientados à lavouras convencionais, baseadas nos “pacotes tecnológicos”, típicos do modelo da “revolução verde”: justamente aquilo que deveria se opor e apresentar alternativas. A Cresol reconhece o problema, mas argumenta que a solução não depende só dela, pois diz respeito, entre outros fatores, às condições exigidas para o fornecimento de seguro agrícola, a necessidade de maiores investimentos em ATER e a adequações na política pública. Além disso, afirma que, devido a sua “postura ideológica”, a maneira como a ASSESOAR conduz a sua crítica, pouco ajuda a encaminhar soluções para tais problemas. (ENTREVISTAS 5, 12, 15 e 17).

Quanto a relação com o sindicalismo, um importante elemento de tensão estaria ligado a um certo controle que a FETRAF desejaria exercer sobre as cooperativas de crédito, subordinando-as no campo político, inclusive no sentido de destinar recursos para financiar as mobilizações, tradicionalmente encabeçadas pelo movimento sindical. As cooperativas veem nisso um risco à sua autonomia e argumentam que estas mobilizações deveriam ter outras formas de financiamento. Ainda, outro elemento de tensão, estaria ligado ao tipo de relação que o Sistema Cresol no Paraná, que tem no deputado federal Assis Miguel do Couto (PT-PR) um de seus principais líderes, estaria tendo com a FETAEP (Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná), que é filiada a CONTAG. A FETRAF se opõe veementemente a FETAEP, pois a considera herdeira daquele velho sindicalismo “pelego”. O problema se escancarou nas eleições de 2006, quando o deputado, então candidato a sua primeira reeleição, contou sobremaneira com o apoio da FETAEP, que é sua aliada desde então. As divergências, que são mais evidentes ao nível da cúpula dirigente do que nos níveis locais – destaca-se mesmo que muitas cooperativas nasceram dentro de salas cedidas pelos STR’s e que entre seus líderes figuravam dirigentes sindicais -, levaram a uma cisão interna no sistema CRESOL, em 2004, quando foram criadas duas centrais: a Central Cresol-Baser, que atende o

Paraná e parte de Santa Catarina e a Cresol Central, que atende outra parte de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. (ENTREVISTAS 5, 11 e 17).

Neste ponto, apesar das críticas da FETRAF terem sua razão de ser, concordamos com a opinião de Abramovay, Magalhães e Schröder (2010), segundo a qual as formas institucionalizadas de participação social em processos territoriais de desenvolvimento através das quais o movimento sindical opera são excessivamente setoriais e reivindicatórias, além de direcionadas por práticas rotinizadas de modo um tanto rígido, o que dificulta a inovação, a aprendizagem e a construção de projetos mais estratégicos e capazes de provocar mudanças efetivas no território. Por sua vez, as cooperativas de crédito conseguem escapar desta monotonia, em função de que o sistema interno de governança e as modalidades externas de controle tornam suas práticas mais abertas à inovação e ao diálogo com outros segmentos da sociedade, que também influem nas dinâmicas do território. Por um lado, isso compromete uma interação sinérgica entre ambas, o que seria essencial para a construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial que favoreça a agricultura familiar. Mas, por outro, é um elemento que gera embates e discussões que favorecem a atividade inovativa.

Mas a inovação e a aprendizagem representada pela experiência do Sistema Cresol desencadearam um processo que deu origem a constituição de outros sistemas de cooperativas baseadas no mesmo modelo organizacional, ainda que cada organização tenha adaptado este modelo às suas especificidades. Podemos dizer que a partir do Sistema Cresol emergiu um novo movimento cooperativista no Brasil, que nasceu no Sudoeste, mas ao qual foram se somando diversas outras experiências, que se identificaram e ajudaram a moldar a nova proposta em vários lugares da região Sul e de todo o país. Este movimento passou a se autoidentificar “cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária”.

Um amplo processo de inovação institucional - organizacional e de mercado - se instaurou a partir da experiência da Cresol e da emergência deste “novo cooperativismo”, que se desenvolveu com base no seu “modelo” organizativo-institucional. Assim, em 1997, por conta dos debates no âmbito do Fórum das Entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste, criou-se um “grupo de trabalho”, formado por representantes das organizações participantes – STR’s, Cresol-Baser e ASSESOAR – e uma assessoria em tempo parcial, cedida pela última.<sup>67</sup> Com base em reuniões mensais, o grupo planejou suas atividades em duas fases: uma

---

<sup>67</sup> No início da década de 1990, a partir do conselho gestor dos Fundos de Crédito Rotativo, os movimentos e organizações da agricultura familiar se articularam em torno de um Fórum Regional das Entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná. Como era um período de profundas transformações econômicas, sociais e políticas, os atores que participavam deste fórum perceberam a necessidade de produzir algum tipo de estudo, que viesse a subsidiar suas discussões e debates, bem como suas estratégias de intervenção. Para



primeira de sensibilização e mobilização dos agricultores, do poder público municipal e de outros atores estratégicos; e uma segunda de constituição propriamente dita das primeiras cooperativas. Assim, no ano de 1998, após a realização de uma série de eventos de capacitação, incluindo vários intercâmbios e seminários, foram constituídas as primeiras quatro Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (CLAF's), nos municípios de Renascença, Dois Vizinhos, Marmeleiro e Nova Prata do Iguaçu. Segundo Basso (2009, p.28), esse processo foi motivado pela interpretação que as organizações dos agricultores familiares possuíam sobre a realidade, sustentada em pelo menos cinco fatores, quais sejam:

(i) a realidade socioeconômica de empobrecimento em que se encontravam as famílias de agricultores; (ii) a importância econômica e ambiental da atividade leiteira nas unidades de produção familiar, pois os debates realizados com base nas pesquisas realizadas sobre a sustentabilidade dos sistemas produtivos dos agricultores familiares evidenciavam a necessidade de maior integração dos cultivos vegetais e pecuários; (iii) a necessidade da organização dos agricultores familiares em uma nova forma organizativa, agora em redes de cooperativas singulares municipais e com uma base de serviço, para qualificar as ações nas diferentes etapas da cadeia produtiva do leite; (iv) a urgência em viabilizar políticas públicas do âmbito estadual e nacional para a dinamização da atividade leiteira.

Ainda que existam divergências ideológicas e tensões políticas quanto ao direcionamento e às formas de condução dos processos sociais e políticos protagonizados pelas entidades da agricultura familiar no Sudoeste, entre todas elas, há uma convergência na percepção de que a atividade leiteira possui uma importância estratégica para a reprodução econômica dos agricultores, pois o território se caracteriza como a segunda maior região produtora de leite do Paraná e uma das sete maiores do país. Como mostrou Schneider *et al.* (2007), todas as organizações da agricultura familiar reconheciam que, embora a pecuária destinada à produção de leite fosse uma atividade conhecida e comum para os agricultores, presente na maioria das propriedades do território, os mesmos necessitavam estruturar a cadeia produtiva de forma mais organizada, em razão de encontrarem-se vulneráveis a políticas de preço e de comercialização estabelecidas pelas indústrias de processamento.

Com base nesta percepção, em 2003, foi formado o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (SISCLAF). Hoje, são mais de 5.000 associados em cooperativas singulares de 27 municípios, organizadas em quatro núcleos

---

isso, buscaram parcerias com universidades, institutos de pesquisa e Ong's, dando origem a três pesquisas importantes para os rumos posteriores destas organizações. (ENTREVISTAS 4 e 15). O primeiro foi sobre a situação socioeconômica da agricultura familiar (ASSESOAR; DESER; UNIJIÚ, 1992), o segundo foi uma avaliação da atuação política dos movimentos sociais rurais (DESER, 1993) e o terceiro uma análise dos sistemas de produção dos agricultores do Sudoeste (ASSESOAR; DESER; IAPAR, 1994). Este processo de produção e apropriação do conhecimento com fins de interpretar e intervir na sua própria realidade é outro claro exemplo de "deliberação reflexiva" realizado pelos atores sociais ligados a agricultura familiar no Sudoeste do Paraná.

operacionais – Fronteira, Vale do Iguaçu, Marrecas e Pinhais –, e uma Cooperativa Central, sediada no município de Francisco Beltrão. A produção em litros de leite/ano do SISCLAF evoluiu de menos de 500.000 litros em 1998 para quase 4.000.000 de litros em 2005 e mais de 6.000.000 de litros em 2009. Basso (2009) e David (2009) explicam que as CLAF's municipais atuam prioritariamente na organização das famílias produtoras de leite, orientando-as na organização da produção, na melhoria da qualidade do leite e das condições de trabalho, na redução dos custos de produção e na adequação tecnológica, na orientação a utilização do crédito e na comercialização conjunta do leite *in natura*. Já a Central SISCLAF presta serviços administrativos e contábeis, de assessoria técnica, de industrialização de lácteos, de comercialização da produção e de formação para as suas cooperativas associadas.

Maiores detalhes acerca da evolução do Sistema de cooperativas do SISCLAF serão aprofundados no próximo capítulo. Mas cabe aqui destacar duas características importantes deste cooperativismo de produção de leite. A primeira, é que as cooperativas singulares municipais (CLAF's), assim como a Central SISCLAF, surgem como uma resposta econômica aos limites da forma de organização associativa por vizinhança e de centrais de associações anteriormente experimentada, que encontravam como um de seus principais limites, justamente, a dificuldade em articular economicamente a diversidade produtiva existente entre os agricultores familiares, mas que agora seriam sanados, ao reunir apenas os produtores de leite em cooperativas de produção. A segunda, é que este ramo cooperativo não é formado apenas pelo SISCLAF, mas é organizado e articulado em outras regiões do Paraná e do Sul do Brasil. Isso expressa na densidade institucional, que vem se formando em torno da cadeia produtiva do leite, a organização através do cooperativismo da agricultura familiar.

Em nível estadual, existe o Fórum das Cooperativas de Leite do Paraná, que reúne, além do SISCLAF, mais três sistemas de cooperativas de leite baseadas no mesmo modelo organizativo e alinhadas ao movimento da economia solidária: (i) o Sistema de Cooperativas de Produtores de Leite da Agricultura Familiar (SISCOOPLAF), que congrega nove cooperativas espalhadas na região Oeste do Paraná e possui uma Cooperativa Central, localizada no município de Cascavel; (ii) a Central Regional de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (COORLAF Central), que também congrega nove cooperativas da região Centro do Paraná e possui uma Cooperativa Central localizada no município de Guarapuava; (iii) e as cooperativas de leite da agricultura familiar da região Norte do Paraná, especialmente a COOPERLAF, do município de Irapuã, que ainda não constituiu um sistema. O Fórum possui basicamente três propósitos mais ou menos explícitos. O primeiro é manter uma agenda de ações em conjunto, com o interesse estratégico de unificar as demandas das

cooperativas de leite da agricultura familiar e fortalecer a sua participação no Conceleite-Paraná.<sup>68</sup> O segundo seria unificar os sistemas em uma federação, promovendo sua articulação política e sua organização econômica. O terceiro seria os sistemas estabelecerem parcerias, avançando conjuntamente na transformação industrial, e talvez até criar uma marca comum, adentrando nos mercados de produtos lácteos, tanto com os produtos tradicionais, mas, principalmente, com produtos diferenciados e de qualidade (ENTREVISTA 3).

Mas também existe o Fórum Sul das Cooperativas de Leite, criado em 2003, que reúne também o Sistema ASCOOPER de Santa Catarina e o Sistema AGRICOOP (das cooperativas remanescentes do Sistema COORLAC) do Rio Grande do Sul. Este fórum, segundo Basso (2011) tem o propósito de influenciar as políticas públicas para o fortalecimento da atividade leiteira da agricultura familiar através do cooperativismo, visando unificar uma agenda conjunta de ações de representação e de fomento dos sistemas cooperativos atuantes na cadeia produtiva do leite perante os órgãos governamentais e não governamentais, incentivar o intercâmbio e a troca de experiências entre os sistemas e suas associadas, articular as iniciativas em curso e oferecer serviços, além de realizar campanhas e mobilizações buscando projetar um desenvolvimento articulado do ramo cooperativo do leite no Sul do Brasil.

É importante contextualizarmos também a formação das cooperativas de trabalho, resultantes do processo organizativo de toda uma rede de profissionais das ciências agrárias, sociais e outras, ligados a área de assistência técnica e extensão rural, críticos ao modelo de ATER da Revolução Verde.<sup>69</sup> Juntamente com diversos agricultores e seus movimentos sociais, estes profissionais vieram desenvolvendo experiências nas áreas de “agricultura alternativa” e, posteriormente, de “agroecologia e sustentabilidade”, questionando as instituições existentes e motivando a emergência de uma nova institucionalidade dos serviços de acompanhamento técnico e extensão rural no Brasil. Eles alertavam para a necessidade de se organizar frente à incapacidade do modelo de extensão rural, criado nos anos 1950 e depois orientado para a promoção da “modernização da agricultura”, em dar conta dos novos

---

<sup>68</sup> O Conceleite-Paraná é uma associação civil, regida por estatuto e regulamentos próprios, que reúne representantes de produtores rurais de leite e de indústrias de laticínios que processam a matéria-prima no estado do Paraná. O Conselho é (formalmente) paritário, ou seja, o número de representantes dos produtores rurais é igual ao número de representantes das indústrias. (DAVID, 2009). Contudo, vale destacar que os Sistemas de cooperativas da agricultura familiar SISCLAF, COOPLAF e COORLAF Central, apesar de participarem como observadores, não fazem parte como membros oficiais do Conselho, mas estão lutando fortemente por isso.

<sup>69</sup> Segundo Lannoy (2009), com o esgotamento do modelo de política agrícola e a desestruturação das instituições de ATER Estatal que ocorreram durante o período neoliberal, o modelo de extensão rural criado nos anos 60/70, criticado por ser baseado em princípios como o produtivismo, o tecnicismo, o enfoque centrado no produto, o difusionismo e o estatismo, parece relativamente incapaz de superar os limites dessa herança e dar conta dos desafios atuais, respeitando os princípios de participação, descentralização, flexibilidade e precaução.

processos e dinâmicas rurais. Mais atualmente, eles também alertam que a forte expansão do crédito rural entre os agricultores familiares, em larga medida auxiliados pela atuação das cooperativas do Sistema CRESOL, choca-se com a sua falta de formação e de qualificação dos seus projetos, o que torna premente a geração e o acesso a conhecimentos úteis e a capacidade de promover a organização social para transformar a realidade econômica dos agricultores e do território. De acordo com Lannoy (2009) e as entrevistas 5 e 9, este movimento vem destacando a coexistência de diferentes conhecimentos, operando numa correlação de forças desigual quanto ao seu fomento e acesso, alimentando diferentes projetos de desenvolvimento com diferentes intenções, interesses e necessidades, que, para se reverterem em benefícios para os agricultores, fazem indispensáveis a interação e incorporação com o saber local, valorizando o trabalho e a experiência dos agricultores, promovendo a elaboração de projetos de investimento e estratégias sustentáveis, alimentando o diálogo e a coparticipação entre os agentes da extensão rural, o crédito e os agricultores.

Em consequência de fatores como o crescimento dos ramos cooperativos de crédito e de leite, desde meados da década de 1990, e o lançamento da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída pelo governo federal desde 2005 – que promete favorecer em alguma medida a estruturação de um Sistema de ATER de caráter público, mas não-estatal –, tem havido um esforço por parte de toda uma rede de profissionais que trabalham, constroem seus projetos e desempenham suas atividades em parceria com os movimentos e organizações da agricultura familiar – como STRs, ONGs, MST, agricultores reassentados, cooperativas de agricultores e instituições do poder público, como governos municipais, governo federal, órgãos e empresas do Estado, ou mesmo empresas particulares – em se articular em dispositivos de ação coletiva. Estes profissionais, com atividades no ramo de prestação de serviços e assessoria, têm se organizado na forma jurídico-institucional de “cooperativas de trabalho”. No sentido de institucionalizar este movimento, em 2010, foi criada, como organização de representação e base de serviços, a Central das Cooperativas de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural do Paraná (CENATER-PR), congregando seis cooperativas singulares de ATER: a COOPERIGUAÇU, a COOPERMARRECAS, a COOPERPINHAIS e a COOPERFRONTEIRA, no Sudoeste, a COOPERECOLÓGICA no Centro e a BIOLABORE, no Oeste (que também atua no Sul do Mato Grosso do Sul).

Para Basso (2011), uma das mais importantes iniciativas relacionadas à organização de serviços de ATER, realizadas pelas cooperativas do CENATER, são as experiências em torno da elaboração dos Planos Familiares de Desenvolvimento e dos Planos Municipais de ATER – segundo o autor, “expressão de uma nova institucionalidade” – que estão em curso

em vários municípios, integrando as diferentes organizações (estatais e não-governamentais, tradicionais e novas) e articulando os diferentes projetos de desenvolvimento para a agricultura familiar.<sup>70</sup> Para isso, o ramo ATER tem apostado na estruturação de Fundos Municipais (e territorial) de ATER, a serem constituídos pelo conjunto das organizações não-governamentais, de diversos agentes e órgãos financiadores, das cooperativas dos agricultores, do poder público, etc., contudo, ainda com um avanço efetivo pouco significativo. E outra experiência promissora, mas ainda em fase de formulação e negociação, está ligada a implementação de um Projeto de ATER para a Atividade Leiteira, a partir de uma parceria entre o CENATER e o SISCLAF. Neste projeto, com base em um diagnóstico dos principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares, decorrentes da falta de assistência técnica especializada para o manejo da pecuária leiteira, os técnicos do CENATER propõem uma adaptação dos Planos Familiares de Desenvolvimento, agora focando especialmente na qualificação dos agricultores para a organização de sistemas de produção de leite assentados em “tecnologias de base sustentável”, inicialmente, para os associados de algumas CLAF’s e, posteriormente, para todos os associados do SISCLAF.

Por fim, destacamos as experiências em torno da constituição de cooperativas de comercialização dos agricultores familiares. A partir de certas críticas aos limites do associativismo, que vinham se manifestando através do descrédito em relação à Central de Associações (CRAPA) quanto a sua capacidade de dinamizar processos de construção de mercados para a agricultura familiar e da própria crise institucional e política desta entidade, em 2004 foi criado o Sistema de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar Integradas (SISCOOPAFI). O Sistema congrega 18 cooperativas singulares municipais e uma Cooperativa Central, localizada em Francisco Beltrão, mas, segundo o presidente do SISCOOPAFI, apenas 10 ou 12 tem capacidade de intervir efetivamente nos mercados locais. (ENTREVISTA 12). O sistema possui 13 centros de comercialização, os chamados “mercados do produtor”, que juntos giram uma renda bruta na média de R\$ 200 mil/mês e também conta com mais quatro bancas no Mercado Municipal de Curitiba. Vale destacar que, segundo Ferraz, Brandão e Pase (2008, p.9), 95% dos associados do SISCOOPAFI também são associados do Sistema CRESOL e 85% também são associados do SISCLAF.

---

<sup>70</sup> Os Planos [Familiares e Municipais] de ATER contêm as ações prioritárias e as metas a serem alcançadas por meio de uma estratégia que integra as diferentes ações de diferentes organizações. Com base nessa iniciativa as organizações com atuação municipal esperam produzir melhores diagnósticos locais, gerando conhecimentos úteis para a definição de prioridades, bem como monitorar e avaliar os resultados mais regularmente. Dessa forma, esperam poder racionalizar recursos, promover sinergias entre organizações de governo e da sociedade civil e ampliar a base de apoio financeiro para a ATER. (BASSO, 2011, p.25).

Segundo o presidente do SISCOOPAFI, são quatro os principais objetivos e desafios do Sistema, cuja finalidade é organizar uma estrutura de comercialização da produção da agricultura familiar, atribuindo-lhe maior autonomia e segurança diante das incertezas do mercado e do comportamento predatório das principais empresas que o controlam.

O primeiro é a organização institucional da cooperativa nos municípios e do sistema na região. Segundo, a produção e comercialização de alimentos da agricultura familiar. Terceiro, a diversificação da propriedade sob o enfoque da sustentabilidade ambiental e alimentar. E, em quarto lugar, a criação de instrumentos de gestão e controle das propriedades, das cooperativas singulares e da Central. E aí vem à questão de transformar pessoas que nunca atuaram no mercado em dirigentes e torná-los operadores do comércio. Então isso é muito dramático. Não é só olhar o preço e vender. É olhar a especificidade do produto e a relação disso com o comércio. É uma coisa desafiadora. (ENTREVISTA 12).

Este depoimento mostra como os atores têm consciência de que a instituição opera mudanças nas concepções mentais dos agricultores que se envolvem no processo, construindo aptidões e habilitando-os a atuar de maneira mais qualificada em um ambiente hostil, onde eles sempre têm sido dependentes de atores externos, com interesses na maioria das vezes em conflito com os seus. Portanto, entre os principais eixos de ação do SISCOOPAFI destacam-se: a ampliação e organização dos canais de comercialização; o apoio as cadeias produtivas de produtos *in natura* ou da agroindústria familiar; a venda de insumos; o oferecimento de assessoria na gestão e no controle operacional das cooperativas; os esforços para contribuir na satisfação da demanda por alimentos no Sudoeste; a abertura de novos canais na região metropolitana de Curitiba; e a viabilização de programas e/ou políticas públicas de fortalecimento dos mercados para a agricultura familiar. Neste último ponto destacam-se o Programa de Produção de Biodiesel e, principalmente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem atingido um valor de pouco mais de 2 milhões de reais/ano na venda direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Fome Zero e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde o Sistema ainda dá seus primeiros passos.

Todo este novo movimento cooperativista que surgia no Sudoeste Paranaense, baseado na agricultura familiar, passou a agregar-se e contribuir para os debates em torno da assim chamada “economia solidária”. Em julho de 2004, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar, com a participação de 352 representantes de cooperativas de crédito, produção e comercialização, infra-estrutura, trabalho, entidades parceiras e sindicatos. Por orientação do Encontro, se encaminhou o I Congresso das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, que foi realizado em junho de 2005, após vários eventos preparatórios. Neste Congresso – que reuniu 648 cooperativas de diversos sistemas e ramos como sócios fundadores e contou com a presença do então

presidente Lula, de vários ministros e secretários de Estado e entidades sindicais, como a CONTAG e a FETRAF – foi fundada a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), tanto em nível nacional como no Paraná.

A UNICAFES-PR é uma entidade de representação política das cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, atualmente com 144 associadas. Seu objetivo patente é demarcar as diferenças e fazer oposição ao cooperativismo tradicional, representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), existentes desde o período militar, conforme discutimos na seção anterior. Um ex-presidente da UNICAFES, que participou ativamente de todo o movimento para a sua formação, explica as origens do processo e o sentido da instituição.

A UNICAFES surgiu muito porque havia uma pressão forte da OCB em cima das pequenas cooperativas. Porque quando essas cooperativas começavam a surgir, a OCEPAR pressionava elas pra pagar mensalidade e coisas assim. Fazia uma pressão muito forte. Mas essas grandes cooperativas não davam conta de atender as demandas dos agricultores familiares. E é por isso que os agricultores familiares começaram a pensar em criar outra organização. Junto com isso também tava em debate a discussão sobre o marco legal do cooperativismo em nível nacional, a Lei 5.764, que vem se arrastando desde a ditadura militar. Ela garante todas as prerrogativas de unicidade de representação e de acesso a recursos pra OCB. E isso já vinha sendo contestado nos últimos tempos. Tinham vários projetos que contestavam essa lei. O que mais ganhou evidência foi aquele capitaneado pelo senador Eduardo Suplicy [PT-SP], com o apoio de várias pessoas da UNICAFES Nacional. E nós começamos, com um grupo [nomes] aqui do Sudoeste, mais pessoas [nomes] lá da Bahia, do Rio Grande e de Santa Catarina, enfim, começamos a discutir a formação de uma organização que enfrentasse esse grupo e que organizasse as cooperativas. Acho que a maior presença mesmo foi da Bahia e do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Tinha pessoas do Pernambuco, tinha uns de Tocantins também. Mas o grosso do movimento foi esse grupo ai, que veio, foi se organizando e consolidou a UNICAFES Nacional. (ENTREVISTA 8).

Desse depoimento depreendem-se pelo menos três elementos interrelacionados. O primeiro, é que o “núcleo duro” desse movimento está nos estados onde o cooperativismo da OCB é mais forte, Paraná e Bahia, seguido pelos outros dois estados do Sul e depois de outras regiões. Isso nos leva ao segundo elemento, que é o fato de a instituição ter nascido com um forte viés político, contestando o cooperativismo tradicional e apresentando uma nova proposta, alinhando-se assim, a todo um movimento de fortalecimento da agricultura familiar que ocorre no Brasil desde o final dos anos 1980, como parte daquilo que Delgado (2009) designou como “projeto democratizante”. Terceiro, é que ela tem procurado aliados que também se alinham a esse projeto, mesmo entre aqueles que atuam fora do campo restrito da agricultura familiar, como é o caso do senador Eduardo Suplicy. Esses aspectos nos permitem concluir que este novo cooperativismo, na medida em que busca alterar os sistemas de regras institucionais que regulam a economia e se alia a outras forças “democratizantes”, trata-se

certamente de um “contramovimento” que visa restituir valores de solidariedade econômica e reenraizar a economia substantiva em princípios de reciprocidade e redistribuição, nos termos de Polanyi (2000). O que não significa que estas mudanças se efetivem simplesmente por força das suas vontades, propósitos e ações, haja vista que existe um “movimento” hegemônico que se opõe a esse “contramovimento”, pois o desenvolvimento rural em uma “sociedade de mercado” se circunscreve justamente a um contraditório “duplo movimento”.

Como afirmamos anteriormente, a UNICAFES, para cumprir um conjunto de papéis junto ao novo cooperativismo<sup>71</sup>, se organizou como uma associação de cooperativas e centrais. Mas, em virtude das dificuldades encontradas para integrar politicamente os ramos cooperativos, estabelecer uma estrutura e mantê-la em funcionamento com os poucos recursos advindos do pagamento de mensalidades das associadas, logo a instituição precisou achar outras formas de se sustentar financeiramente e de se legitimar institucionalmente diante das mesmas. Assim, ela passou a se organizar funcionalmente em diversos setores – Alimentos, Comunicação, Contábil e Financeiro, Expansão, Gênero, Gestão Cooperativa, Institucional, Jurídico e Gestão de Projetos – e a oferecer serviços e assessorias especializadas nestas áreas para aos sistemas e cooperativas singulares a ela associados. Contudo, a forma como a organização tem financiado o trabalho dos profissionais e as estruturas necessárias para isso, tem sido basicamente através de projetos junto a diversos órgãos, como ministérios e secretarias do governo federal, mas especialmente através de uma rede de cooperação internacional, a Ong belgo-holandesa, Trias.<sup>72</sup> Na verdade, o crescimento da estrutura da UNICAFES é medularmente tributário do custeio e dos investimentos realizados pelo Trias, através de seus projetos de financiamento. (ENTREVISTAS 18 e 19).

Porém, segundo Basso (2011), os grandes limitantes de uma atuação mais efetiva da UNICAFES, além da instabilidade do seu financiamento – porque excessivamente dependente

---

<sup>71</sup> Os principais objetivos da UNICAFES-PR são: (1) representar as cooperativas associadas; (2) apoiar e/ou acessar recursos públicos para atender demanda da organização; (3) estimular diálogo e ações entre os ramos, incluindo ações na perspectiva do desenvolvimento territorial; (4) estimular a produção de conhecimentos e promover reflexões sobre a temática da agricultura familiar, cooperativismo e desenvolvimento rural; (5) proporcionar serviços de assessoria especializada e de formação para diretores, colaboradores e ao quadro social; (6) desenvolver políticas que visam fortalecer os mecanismos de governança cooperativa. (BASSO, 2011, p.37).

<sup>72</sup> O Trias é uma instituição de apoio a pequenos agricultores e microempresários, formado por outras três instituições da Bélgica e Holanda (ACT, Agricorn e Bourebound), para facilitar negociações conjuntas das mesmas em torno de diferentes projetos internacionais fora da Europa. A organização atua no Sudoeste desde 2003, inicialmente com o Projeto de Inclusão Social (PISO), algumas parcerias em projetos com a FETRAF e outras organizações e, posteriormente com a UNICAFES. Os principais temas de suas ações são: microfinanças, serviços de apoio a pequenos negócios, construção de movimentos e acesso a mercados e desenvolvimento de cadeias de valor. O Trias atua em 12 países e tem 9 escritórios regionais, sendo 3 na América Latina, 5 na África e 1 na Ásia. (ENTREVISTA 19).



do TRIAS - encontram-se no seu formato institucional, na sua estrutura de governança, na sua estratégia de desenvolvimento institucional e na aprovação de um novo marco legal.

Buscando a superação destes limites, na última Assembléia Geral Ordinária (AGO), foi decidido pela alteração da forma institucional da UNICAFES-PR, que deixou de ser uma Associação para se tornar uma Confederação.<sup>73</sup> O principal motivo de se optar pela criação de uma Confederação – que funciona como uma cooperativa central das centrais – é que esta forma jurídica permite a valorização do chamado “ato cooperativo”, necessário para executar iniciativas no âmbito econômico, reduzindo os custos operacionais das ações entre os ramos e cooperativas singulares, pois caracteriza que as movimentações financeiras entre centrais e singulares não se tratam de transações mercantis, mas simplesmente de operações administrativo-gerenciais entre as entidades, como membros de uma mesma organização.

Já a questão da estrutura de governança da UNICAFES, diz respeito ao fortalecimento da importância política e decisória do Conselho de Administração (CA) em relação à Diretoria Executiva (DE), o que parece fundamental quando se deseja fortalecer a participação e a interação dos ramos cooperativos na governança da organização, através de processos deliberativos e de tomada de decisão. Para isso, segundo Basso (2011, p.31),

[...] o CA necessita ter, depois da assembléia geral ordinária (AGO) e da Assembléia Geral Extraordinária (AGE), o poder político da organização, para evitar sua própria fragilização política, não cabendo a Diretoria Executiva (DE) esse poder. A DE, formadas por membros eleitos e não os de confiança do CA, tem a função de implementar os objetivos traçados pelo CA, buscando sempre alcançar os melhores resultados possíveis, a partir dos recursos existentes.

A questão da estratégia institucional – relativa à integração entre os ramos, à atividade inovativa e à expansão do cooperativismo – diz respeito aos processos de formação, qualificação profissional e educação cooperativista, que podem ser realizados utilizando recursos públicos e/ou recursos próprios. As cooperativas podem transferir recursos dos seus Fundos Educacionais para a Federação, que, por sua vez, poderá organizar programas de formação que reúnam todas as entidades cooperadas. Mas isso implica na necessidade de se criar mais uma forma jurídica, ainda indefinida, mas provavelmente fundada na transformação do INFOCOS em uma associação sem fins lucrativos, tornando possível que este órgão, além de realizar estudos e executar ações de formação dos diretores, funcionários e quadro social

---

<sup>73</sup> Três vantagens da forma de confederação sobre a forma de associação aparecem prioritariamente: (i) na federação o associado é componente da estrutura federativa, ao passo que na associação é uma questão de adesão, não implicando em mecanismos de responsabilização assentados em normas; (ii) a confederação é uma cooperativa de terceiro grau e pode ter vantagens tributárias em algumas atividades em relação à associação; (iii) a confederação pode executar atividades econômicas, realizar intermediação de contratos, prestar serviços e habilitar-se em iniciativas do Estado em nome das cooperativas associadas. (ENTREVISTAS 5, 8, 18 e 19).

para todos os ramos da UNICAFES, não mais só para a Cresol, também tenha poder sobre as cooperativas singulares e centrais e possa atuar na formulação de políticas de inovação e na construção de normativas, contribuindo para que os associados compreendam o contexto social, econômico e político em que se inserem e atuam, fazendo com que eles se integrem e participem ativamente da construção de um projeto político compartilhado e mantenham a sua conduta de acordo com as regras e normas estabelecidas pela própria organização.

Por fim, existe uma necessidade de alterar o marco que regulamenta o funcionamento das sociedades cooperativas no Brasil. Desde a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, a Lei 5.764 de 1971, criada em outro contexto, se tornou caduca e ultrapassada, mas ainda persiste, porque mantém os privilégios da OCB, como a unicidade de representação do cooperativismo e o direito de gerenciar o Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e de acessar o fundo de recursos que lhe corresponde. A questão da unicidade deve estar sendo vencida em curto prazo, pois na prática isso já não se sustenta e a OCB deve ceder, mas na questão da gestão e do acesso aos recursos do SESCOOP a OCB tem manipulado política e juridicamente e não deve ceder. As únicas soluções para este problema parecem residir na capacidade do cooperativismo solidário conseguir angariar forças sociais e políticas na câmara de deputados e no senado com a finalidade de mudar a legislação vigente ou então na possibilidade de encontrar, em meio a todo esse conflito, um ponto de consenso, através de algum tipo de negociação com a OCB.

Demonstramos ao longo desta seção que, após a Revolta de 1957, os colonos do Sudoeste Paranaense começaram a se organizar apoiados pelas CEB's, formando as primeiras oposições sindicais, que vieram a dar origem ao movimento sindical cutista, de onde nasceu a FETRAF. Vale à pena lembrar que o Movimento dos Sem Terra, apesar de ter tomado outros rumos, também teve sua origem neste mesmo processo de mobilização e organização. Posteriormente, os agricultores passaram a se organizar em associações por grupos de vizinhança, que, apesar de malogradas em seus propósitos econômicos, deram origem aos Fundos de Crédito Rotativo e, no fim das contas, constituíram a base social de onde nasceram todos os sistemas de cooperativas de economia solidária. Todas essas instituições apareceram em diferentes momentos históricos do “duplo movimento” e contribuíram para sedimentar as bases organizacionais para que a agricultura familiar fosse capaz de empreender ações coletivas de maneira mais autônoma e articulada, tanto no plano político como no econômico.

Portanto, através desta exposição pretendemos ter deixado claro que o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, cujos ramos e sistemas são articulados e representados pelas UNICAFES Nacional e Paraná (e outras organizações também), apresenta

várias características que o diferencia do “cooperativismo tradicional”, representado pela OCB e pela OCEPAR. Por isso, resolvemos chamá-lo de “novo cooperativismo”. Este novo cooperativismo constituiu-se através de uma identidade enraizada, a partir de episódios históricos compartilhados e de toda uma trajetória comum, pois a sua base social, formada essencialmente por agricultores familiares, representa um valor que o distingue do cooperativismo tradicional. O cooperativismo da agricultura familiar não é organizado em forma de pirâmide, a partir de grandes estruturas centralizadas com algumas filiais ou entrepostos, mas na forma de redes de cooperativas municipais, com autonomia jurídica e administrativa local, articuladas por uma cooperativa central, que funciona como uma base de serviços, e não como uma matriz. Esta estruturação local e descentralizada permite uma forma de gestão com maior controle social, pois é muito mais participativa e democrática. Até porque favorece um intenso processo de formação de lideranças e capacitação de quadros e diretores – no mínimo um presidente e um diretor financeiro por município. O que, no cooperativismo tradicional, nunca ocorreu. E, por fim, ainda que o cooperativismo Unicafiano possua dificuldades em incorporar o princípio da “interação solidária” nos processos de educação e formação cooperativista de forma orgânica e enraizada, como apontou Basso (2009), as interações produzidas no ambiente cooperativo são vastamente assentadas em relações de reciprocidade, sustentadas pelo interconhecimento e pela confiança mútua e reforçadas por normas e regras coletivamente construídas.

Tais características tornam os atores integrantes desse cooperativismo mais dispostos a interagir de maneira diferente do que rotineiramente é praticado dentro dos movimentos e organizações sociais rurais forjados em tempos idos, favorecendo, inclusive, a formação de um contexto institucional muito mais propício à inovação. As interpretações que os atores inseridos neste contexto produzem sobre a sua realidade, tendem a ser menos apegadas às visões construídas em situações passadas, que já não condizem mais com a realidade do presente. Com o fim do socialismo real e da ditadura militar e todas as mudanças redundantes da redemocratização, da globalização econômica e das políticas neoliberais, adotadas desde os anos 1990, impôs-se a necessidade de os movimentos sociais e organizações dos agricultores deixarem relativamente de lado certas posturas ideológicas e práticas “esquerdistas” e certas atitudes simplesmente contestatórias e reivindicativas – que na época conseguiam unificar atores com valores e concepções muito diversas – e assumirem uma postura mais pragmática, propositiva e proativa, dando origem àquilo que alguns autores vem chamando de “novos movimentos sociais econômicos” (WILKINSON, 2008). As novas circunstâncias modelam as instituições mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando na habitual opinião dos

atores inseridos em determinadas organizações sobre os mercados e a ação econômica, tornando-os mais dispostos a alterar pontos de vista adquiridos e a substituir atitudes mentais e práticas herdadas do passado. O que é um “sinal dos tempos”, pois como bem notou Veblen (1988, p.88), “as instituições devem mudar com a mudança das circunstâncias, uma vez que é da natureza do seu método habitual corresponder aos estímulos que essas circunstâncias variáveis lhes proporcionam.”

Claro que, com isso, há toda uma grande crise política e ideológica instalada, inclusive por causa de uma maior necessidade de profissionalismo e eficiência econômica na gestão das organizações, o que gera tensões e dilemas enormes entre os atores integrantes das cooperativas e aqueles que integram instituições ainda apegadas a visões do passado. Este ímpeto profissionalizante também acaba contribuindo para relegar a questão ideológica a um segundo plano, ainda que dentro das cooperativas haja um trabalho eminentemente político, extremamente entranhado e aliado à organização econômica, que impõe-se e legitima-se justamente através dela. A própria forma organizativa das cooperativas, enquanto dispositivos coletivos de ação econômica, representa o rompimento de velhos tabus e a formação de novos hábitos de pensamento, que parecem adaptar-se melhor as novas circunstâncias do hostil ambiente institucional cambiante, seletivo e competitivo instaurado pelo “projeto neoliberal”.

Neste sentido, a organização econômica da agricultura familiar, através de sistemas de cooperativas, sedimentou certas bases materiais, simbólicas e institucionais que atribuem aos agricultores e aos outros atores aliados dessa categoria social, uma maior capacidade de intervir diretamente na dinâmica do território e nos rumos do seu desenvolvimento, especialmente no espaço rural. Na medida em que os agricultores familiares organizados através do cooperativismo começaram a construir poder econômico, eles também passaram a adquirir legitimidade social, *status*, poder e uma maior força política no território. Entretanto, isso significa que o desafio do cooperativismo da agricultura familiar, muito mais do que simplesmente adaptar-se ao “ambiente hostil” (PLOEG, 2008) instaurado, é interpretar o seu lugar na estrutura social e a utilizar a sua capacidade de contrabalançar a correlação de forças do território, a fim de conseguir abrir janelas de oportunidade para processos de mudança social, desenvolvendo conhecimentos, aptidões, competências, habilidades e estratégias coletivamente articuladas entre os diversos atores e instituições envolvidos, permitindo-lhes empreender ações que avancem de maneira deliberada na construção de processos caracterizáveis como de desenvolvimento rural – que implicam, inevitavelmente, no aprofundamento do “projeto democratizante” no território.

#### **4 O FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INSTITUÍDA NO SUDOESTE DO PARANÁ**

No decorrer deste trabalho, temos argumentado que o desenvolvimento rural pode ser entendido como um processo territorialmente instituído pelos atores sociais, por meio da ativação de dispositivos de ação coletiva (como movimentos e organizações) e da mudança nos sistemas de regras estabelecidas e enraizadas, as quais estruturam as suas relações e interações sociais. Mediados por estas instituições, os atores constroem suas interpretações a respeito da realidade em que estão inseridos e realizam suas ações, mais ou menos engajadas (nem sempre no nível da consciência discursiva) em determinados projetos políticos, que em determinada situação são percebidas como sendo as mais condizentes com os seus interesses em sentido estrito e com os seus valores em sentido amplo. Por outro lado, em termos mais concretos, argumentamos que, no Brasil contemporâneo, a possibilidade de ocorrência do desenvolvimento rural encontra-se circunscrita a uma “confluência perversa” de dois projetos políticos simultâneos e transpassados, no entanto contraditórios, que disputam a hegemonia e o poder de conduzir a economia e a sociedade de acordo com as suas visões de mundo. A possibilidade de emergência de processos de desenvolvimento rural, especificamente no território do Sudoeste do Paraná, como seria de se esperar, não escapa a essa condição.

Na opinião de Delgado (2009), com a qual concordamos, os movimentos sociais rurais e as organizações econômicas dos agricultores familiares vão representar, a partir dos anos 1990, os portadores politicamente mais importantes do “projeto democratizante” para o meio rural brasileiro, disputando – às vezes em termos de veras maniqueístas, assinalou Schneider (2010) – com o assim chamado agronegócio, entre outras coisas, o reconhecimento do Estado como interlocutor privilegiado no debate sobre as políticas públicas para a agricultura e a hegemonia na construção de propostas de desenvolvimento para o meio rural.

Assim, herdamos da década de 1990 uma disputa por propostas de desenvolvimento, políticas públicas e significados entre dois projetos políticos alternativos: o projeto neoliberal do agronegócio, pautado fundamentalmente pela expansão da agricultura de exportação, estruturalmente complementar ao “ajustamento constrangido à globalização”; e o projeto democratizante, representado inicialmente no meio rural pela proposta de reforma agrária e de desenvolvimento rural fundado na agricultura familiar, mas que deverá incorporar posteriormente novos atores e propostas, [...] e que é pautado, entre outros elementos, pela afirmação da expansão da agricultura de mercado interno, do reconhecimento dos direitos sociais das populações rurais, da democratização do acesso às políticas públicas, e do objetivo fundamental da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. (DELGADO, 2009, p.31).

A despeito dos conflitos e diferenças entre os objetivos e as estratégias da agricultura familiar e do agronegócio, ambas as categorias precisam conviver em determinados espaços

políticos e mercados, sendo necessário relativizar as suas posturas ideológicas quando se observa a realidade socioeconômica. Conforme lembra Wilkinson (2009, p.210), “a agricultura familiar contribui significativamente para o abastecimento do mercado doméstico e tem uma participação relevante também no valor das exportações. Os agronegócios, por sua vez, embora hoje com incentivos fortes para se orientarem aos mercados de exportação, são também parte dos mercados domésticos.” Isso significa que tanto no terreno político como no econômico, estes projetos não são estanques, obviamente que eles se relacionam e os atores que partilham de um não são alheios ao comportamento daqueles que partilham do outro. Muito pelo contrário, o comportamento de um influencia fortemente as possibilidades e as características que vão ser assumidas e as atitudes que vão ser tomadas pelo outro.

A eleição do Governo Lula em 2002, a sua reeleição em 2007, e a atual eleição do Governo Dilma Rousseff em 2010, representam conquistas do projeto democratizante e tem aberto muitas oportunidades para o seu avanço no meio rural, através do estímulo à democracia participativa expresso na realização de diversas conferências (segurança alimentar e nutricional, cidades, meio ambiente, saúde, desenvolvimento rural sustentável e solidário, etc.) e na criação de inúmeros conselhos municipais, estaduais e nacionais nesses mesmos temas, do crescimento dos recursos destinados ao PRONAF, da instituição de programas como o PAA, o PNAE e o PNATER, do constante aperfeiçoamento das políticas sociais e de distribuição de renda, da valorização da abordagem territorial do desenvolvimento e do reconhecimento da diversidade existente no meio rural, etc. No entanto, os compromissos de campanha, o caráter das alianças e da bancada de apoio no Congresso, a composição ministerial, o direcionamento e os instrumentos da política macroeconômica, a intocabilidade da influência do “agronegócio” como bloco de poder, as ambiguidades existentes na política de biotecnologia e a timidez com que tem avançado a reforma agrária, etc., também são claras evidências de que não houve um rompimento radical com o projeto neoliberal e que existem várias continuidades marcantes. A tentativa de criar oportunidades para o avanço do projeto democratizante, sem a promoção de certas rupturas significativas com o projeto neoliberal, expressa a tensa complexidade das forças convergentes nos governos encabeçados pelo PT, cujos resultados políticos apenas no futuro poderão ser plenamente avaliados.

Descrito de maneira muito sumária, é mais ou menos este o ambiente político-ideológico com que os atores sociais ligados a agricultura familiar, articulados através de seus movimentos e organizações, deparam-se atualmente quando se propõem a estabelecer estratégias e a empreender ações com o intuito de promover processos de desenvolvimento rural no Brasil e, particularmente, no Sudoeste do Paraná. Porém, reconhecer os limites

existentes para o avanço do projeto democratizante no meio rural é também reconhecer suas contradições, pois, como entende o próprio Polanyi (2000), a mudança social em uma sociedade de mercado ocorre justamente através de um complexo “duplo movimento”, desencadeado pela ação coletiva dos atores sociais, no caso os agricultores familiares, em resposta as ameaças que a mercantilização impõe para a sua reprodução social e econômica.

A partir da observância deste “duplo movimento”, podemos compreender a evolução do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Sudoeste Paranaense como a expressão de um possível “processo territorialmente instituído” de desenvolvimento rural, engajado no “projeto democratizante”. Na última seção do capítulo anterior esperamos ter demonstrado a verossimilhança desta possibilidade. Buscando verificar isso de maneira concreta, retomamos uma questão colocada no problema de pesquisa e já abordada em alguma medida no capítulo anterior. Assim, empenhamo-nos no objetivo de analisar a importância econômica da atividade leiteira para a reprodução social dos agricultores familiares do Sudoeste Paranaense e o papel do Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (SISCLAF) na promoção desta atividade como uma estratégia territorial de desenvolvimento rural, a partir da caracterização das ações, práticas e iniciativas e da descrição das rotinas dessa instituição, levando em conta as mudanças no contexto econômico e no ambiente institucional em que ela vem atuando.

Desta forma, esperamos, em certo sentido, dar um passo adiante em relação ao que as pesquisas sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural realizadas no âmbito do GEPAD vinham fazendo até então. Os trabalhos de autores como Niederle (2007), Perondi (2007) e Conterato (2008) foram minuciosos em mostrar como a mercantilização, instituída desde o advento da “modernização da agricultura”, ao invés de ser um processo homogeneizante, foi extremamente heterogênea e complexificada, com efeitos múltiplos e desiguais, tanto em termos de diferentes estratégias de reprodução acionadas pelos agricultores familiares, dando origem a distintas trajetórias de diversificação de seus meios de vida e a uma variedade de estilos de agricultura, como em termos de diferentes dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural, associadas diretamente a diversidade produtiva e a heterogeneidade social da agricultura familiar historicamente construída. Posteriormente, o trabalho de Mello (2009) preocupou-se em mostrar como essa heterogeneidade se manifesta para além das unidades familiares, em um nível coletivo mais agregado, através do estudo da produção de “novidades” organizacionais na agricultura familiar. Neste sentido, o que nos move é compreender como os diferentes fenômenos que entram como fatores de diversificação da agricultura familiar no Sudoeste Paranaense se traduzem em formas organizativas e arranjos

institucionais mais densos, dando origem a estratégias territoriais de desenvolvimento rural baseadas na valorização das potencialidades derivadas dessa heterogeneidade. Por isso o nosso foco recai sobre a reestruturação da atividade leiteira na agricultura familiar e a sua organização através do cooperativismo, enquanto um dispositivo coletivo de ação econômica.

Para isso, além desta introdução, estruturamos o capítulo em três seções. Inicialmente, em 4.1 descrevemos e caracterizamos a diversidade da agricultura familiar e do espaço rural do Sudoeste Paranaense, a partir das diferentes atividades, fontes de renda e estilos de agricultura, bem como da importância econômica da atividade leiteira nos diferentes estilos, estudando essa configuração no caso específico do município de Itapejara d'Oeste. Em seguida, em 4.2 analisamos as transformações na atividade leiteira, entendida como uma estratégia de reprodução exercida pelos agricultores familiares do território, tomando em conta os impactos da mercantilização crescente dessa atividade e as consequências do processo de reestruturação produtiva da mesma. Por fim, em 4.3 descrevemos e analisamos de forma detalhada a evolução histórica e a forma de atuação do SISCLAF em suas três diferentes fases, atentando para os fatores que permitem distinguir cada uma delas, as principais mudanças que as caracterizam e o papel dos atores nestas mudanças.

#### 4.1 A RURALIDADE DIFERENCIADA, OS ESTILOS DE AGRICULTURA E A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA ATIVIDADE LEITEIRA

Nesta seção analisamos de maneira interconectada, três fenômenos que emergem no Sudoeste Paranaense desde a década de 1990, como resultado do processo crescente e diferencial de mercantilização da agricultura familiar do território. Todos esses fenômenos são manifestações daquilo que Marsden (1998) conceitua como a emergência de uma “ruralidade diferenciada”. Para isso, utilizamos basicamente uma base de dados levantada por Miguel Perondi (2007), por ocasião da sua pesquisa de doutorado, no município de Itapejara d'Oeste, referente ao ano agrícola de 2004-2005, conforme explicamos na introdução.

Na subseção 4.1.1 atentamos para o primeiro fenômeno, que resulta da crescente integração dos agricultores familiares ao mercado de trabalho, como uma estratégia de reprodução socioeconômica. Assim, os indivíduos membros das famílias rurais (unidade de análise em tela) passam a recorrer às ocupações em atividades não-agrícolas ou mesmo agrícolas, mas fora do estabelecimento, dando origem a um fenômeno conhecido como pluriatividade (SCHNEIDER, 2009a). Associado a este fenômeno de crescente inserção laboral dos agricultores em duas ou mais atividades econômicas é sintomático o aparecimento de outro fenômeno conexo, os plurirendimentos; ou seja, a diversificação das fontes de renda



acessadas pelos mesmos, em decorrência das suas diferentes ocupações remuneradas, ou mesmo de outros meios, como aposentadorias, transferências governamentais, doações, etc.

O segundo fenômeno em questão, analisado na subseção 4.1.2, diz respeito à heterogeneidade social e à diversificação produtiva da agricultura familiar. Como já discutimos, na medida em que o ambiente social e econômico vai se tornando mais mercantilizado, os agricultores familiares também passam a estabelecer diferentes estratégias de reação e adaptação às condições desse ambiente, dando origem a uma variedade de “estilos de agricultura”. Vale salientar que não estaremos avaliando propriamente os diferentes sistemas de produção que os agricultores realizam em seus estabelecimentos, mas criando uma tipologia classificatória, a partir de algumas variáveis pertinentes para caracterizar essa diversidade. Para tanto, estaremos replicando de forma adaptada o método de estatística multivariada, especificamente a análise de *cluster*, empregado por Conterato (2008).

Por fim, na subseção 4.1.3, passamos a descrever algumas variáveis que nos ajudam a quantificar a importância econômica e os graus de mercantilização da atividade leiteira, que, como veremos adiante, emerge como uma estratégia central para a reprodução da maioria dos agricultores familiares do Sudoeste, especialmente desde a década de 1990, quando essa atividade, que anteriormente destinava-se basicamente a subsistência ou ao pequeno comércio local, por conta de uma série de fatores a serem discutidos, passa por um processo de reorientação para o mercado e a recorrer cada vez mais a insumos externos, crédito, etc.

#### **4.1.1 Pluriatividade e plurirrendimentos na agricultura familiar**

O crescimento do número de agricultores familiares ocupados em atividades não-agrícolas está relacionado às alterações na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho redundantes da reestruturação do capitalismo contemporâneo, que originam novas relações de trabalho e modos de ocupação da mão de obra. A pluriatividade aparece como um fenômeno relacionado a essas alterações, pois depende da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas em um determinado contexto social e econômico. Mas a configuração das múltiplas inserções ocupacionais depende também de um conjunto de fatores e variáveis relativos à dinâmica das famílias e às escolhas e opções dos indivíduos que as compõem. Nestes termos, o recurso à pluriatividade é a expressão de uma forma particular de mercantilização e um elemento de diversificação da agricultura familiar, apresentando-se como uma estratégia cada vez mais presente e estável no meio rural, característica mesmo da chamada “nova ruralidade” em curso no Brasil e no mundo, como têm demonstrado os

trabalhos relativamente recentes de diversos autores (CARNEIRO, 1998; KAGEYAMA, 1998; SCHNEIDER, 2009a, 2009c; CONTERATO, 2008; WANDERLEY, 2009).

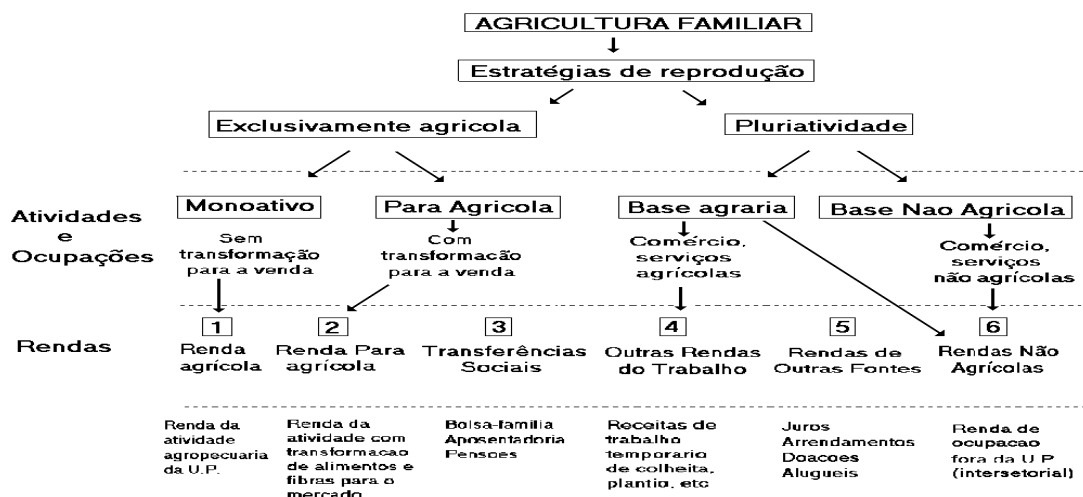
Segundo Ellis (2000), a pluriatividade na agricultura familiar pode ser entendida como uma estratégia de reação, em face de uma situação de risco ou de vulnerabilidade, ou então como uma estratégia de adaptação, quando os indivíduos membros de uma família possuem certos atributos que lhes permitem optar e decidir frente a um conjunto de oportunidades e possibilidades de inserção laboral. “Assim, a pluriatividade tem a ver com o exercício das capacidades e o poder de agência dos indivíduos.” (SCHNEIDER, 2009c, p.6). Ela pode ocorrer tanto em situações em que os agricultores se encontram inseridos em mercados de produtos, bens e serviços, como em situações onde a ocupação produtiva é muito instável ou incipiente. Nesses casos a sua força de trabalho passa a ser a principal mercadoria de que os agricultores dispõem para oferecer no mercado, em troca de alguma remuneração. Contudo, mesmo nestes casos, o recurso a pluriatividade não implica necessariamente na proletarização dos indivíduos, mas implica sobremaneira no aprofundamento da inserção dos mesmos nos circuitos mercantis, de acordo com as características existentes no território em que eles vivem, podendo ocorrer concomitantemente em mercados de produtos e de trabalho.

Segundo autores como Schneider (2009c) e Conterato (2008), são cinco os principais fatores que podem estimular a pluriatividade em contextos de mercantilização: a) a redução da utilização de mão de obra das famílias rurais por causa da adoção de tecnologias poupadoras de força de trabalho, resultante especialmente do processo de modernização da agricultura, em curso desde a década de 1970; b) a ampliação da contratação de serviços de terceiros, seja para a realização de algum trabalho temporário, seja através da prestação de serviços auxiliares, associada ao aluguel de máquinas e equipamentos para determinadas atividades específicas; c) a queda crescente e continuada das rendas agrícolas em função do aumento dos custos de produção, associados ao *treadmill* tecnológico e ao *cost-price squeeze*; d) as mudanças estruturais nos mercados de trabalho através de processos de descentralização industrial, permitindo o aumento de atividades não-agrícolas no espaço rural ou mesmo o deslocamento de habitantes rurais às imediações urbanas; e) os efeitos de certas políticas que estimulam atividades não-agrícolas no meio rural, como turismo, pequenas e médias agroindústrias familiares, preservação ambiental, entre outras atividades que promovem contenção do fluxo migratório e do êxodo rural.

Para compreendermos a diversidade de formas que a pluriatividade assume em circunstâncias particulares, mediante as características internas das unidades familiares de trabalho e produção e as ligações externas que elas estabelecem com o ambiente social e

econômico em que se encontram inseridas, é adequado recorrermos à um esquema de classificação da condição dessas famílias, segundo os tipos de atividade que elas realizam.

**Figura 3** - Esquema analítico das atividades, ocupações e fontes de renda da agricultura familiar



Fonte: UFRGS; UFPEL; CNPQ (2003, p.37).

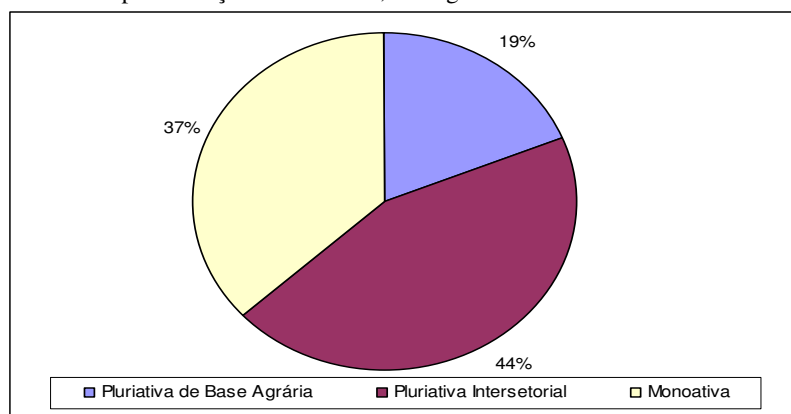
Em determinadas situações, como aquelas em que os agricultores se encontravam no período de vigência do sistema produtivo colonial, a pluriatividade ocorria dentro da propriedade, como uma característica própria de seu modo de vida e não como um efeito da mercantilização. Neste tipo de pluriatividade, denominada “tradicional ou camponesa”, as famílias combinavam suas atividades agrícolas com as para-agrícolas (produção, transformação e artesanato), recorrendo à fabricação de alimentos transformados (queijo, manteiga, embutidos, *schmiers*, etc.), à confecção de objetos para o uso pessoal (vestuário, acolchoados, travesseiros de pena, etc.) ou à fabricação de instrumentos de trabalho (ferramentas como enxadas, foices e pás, balaios e cestos, material de selaria, etc.).

Atualmente, em grande medida devido ao processo de industrialização que o Sudoeste tem experimentado desde a década de 1980 (FLORES, 2009), tanto no setor agroindustrial como em outros, a mercantilização atinge a maior parte das esferas da vida social, econômica e cultural das pessoas, mas ainda assim é muito comum a existência de famílias rurais que realizam apenas atividades exclusivamente agropecuárias e/ou apenas internamente ao seu estabelecimento agropecuário/unidade de produção. A estas chamamos de “monoativas”. Contudo, a condição de pluriatividade tem se tornado cada vez mais uma constante em situações ou ambientes em que as famílias rurais encontram-se vastamente mercantilizadas.

Assim, podemos identificar no mínimo dois tipos diversos de pluriatividade: 1) a pluriatividade intersetorial: decorrente do crescente processo de encadeamento e articulação

da agricultura com os demais setores da economia (notadamente indústria e serviços), expressão rural das transformações estruturais mais amplas no mercado de trabalho no período “pós-fordista”, ligada à “flexibilização” das relações de trabalho e ao fracionamento e complexificação da própria “classe trabalhadora”; e 2) a pluriatividade de base agrária: realizada dentro do próprio setor agropecuário e decorrente da demanda crescente por serviços e atividades não-agrícolas resultantes do processo de modernização da agricultura, expandindo a terceirização de etapas ou fases dos processos produtivos na agricultura, implicando na subcontratação e aluguel de máquinas e equipamentos e na contratação de serviços auxiliares para execução de tarefas que antes eram realizadas no interior de cada exploração agropecuária.

**GRÁFICO 2** - Itapejara d’Oeste – Distribuição das unidades familiares de produção por condição de atividade, ano agrícola 2004-2005



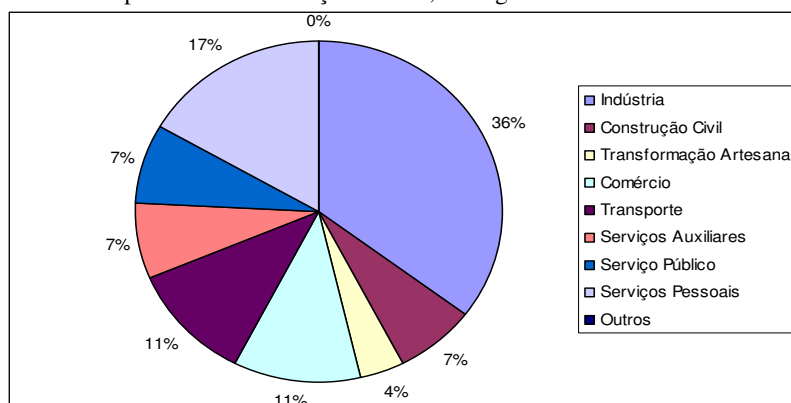
Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo de 2005 de Perondi (2007).

Respeitando estes critérios tipológicos, podemos constatar que no município de Itapejara d’Oeste, no Sudoeste do Paraná, 37% das unidades familiares não recorrem a qualquer tipo de atividade não-agrícola ou fora da propriedade, ou seja, encontram-se em condição de monoatividade. Por conseguinte, 63% das unidades familiares lançam mão da pluriatividade como uma estratégia de reprodução, sendo que 44% das famílias encontram-se na condição de pluriatividade intersetorial e 19% das famílias na condição de pluriatividade de base agrária. Conforme Conterato (2008, p.224), “esta diferenciação em relação aos tipos, demonstra que a combinação de atividades também ocorre no escopo do próprio setor agropecuário, sem necessariamente representar uma atividade avessa à agricultura.”

A intensidade e a predominância da pluriatividade intersetorial em Itapejara d’Oeste reforça a perspectiva de que há uma relação entre as formas de inserção laboral no mercado de trabalho não-agrícola e a dinâmica territorial de desenvolvimento, cujo dinamismo se

reflete não apenas pela intensidade do exercício de atividades não-agrícolas, mas também pela dos demais setores econômicos em que se dá a integração intersetorial.

**GRÁFICO 3** - Itapejara d'Oeste – Percentual dos agricultores familiares pluriativos por setores de inserção laboral, ano agrícola 2004-2005



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo de 2005 de Perondi (2007).

De acordo com dados do Gráfico 3, entre os agricultores de Itapejara d'Oeste, a maior parte das ocupações não-agrícolas ocorrem em setores da indústria (36%) e em serviços pessoais (17%), seguidas das ocupações nos setores de transporte (11%) e comércio (11%), depois nos setores de construção civil (7%), serviços auxiliares (7%) e serviços públicos (7%), e em menor grau no setor de transformação artesanal (4%) (pluriatividade de base agrária).<sup>74</sup>

A fim de qualificar melhor a diferenciação econômica da condição de atividade das famílias entre monoativas, pluriativas intersetoriais e pluriativas de base-agrária, é mister levar em conta que esta diferenciação implica também na diversificação das fontes de renda acessadas pelos agricultores familiares. Outros estudos e pesquisas realizadas no âmbito do GEPAD (RADOMSKY, 2006; PERONDI, 2007; NIEDERLE, 2007; CONTERATO, 2008) também depreenderam esforços no sentido de reconhecer a importância da diversificação das estratégias e os impactos diferenciais destas sobre a formação da renda das famílias.

Seguindo o mesmo esquema analítico utilizado em todos esses estudos, reproduzido acima, caracterizamos o conjunto dos rendimentos auferidos pelas famílias, que somados formam a sua Renda Total (RT), através de cinco fontes diversas: a) Renda Agrícola (RA): proveniente das atividades agropecuárias realizadas dentro da unidade de produção e/ou renda proveniente das atividades para-agrícolas, podendo os produtos resultantes dessas atividades serem consumidos internamente ou comercializados. Atividades agropecuárias são os cultivos

<sup>74</sup> Transformação artesanal refere-se àquelas atividades também chamadas de “para-agrícolas”, que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agropecuária (*in natura* ou derivados) com a finalidade de transformar a produção visando o próprio autoconsumo ou destiná-la em parte ou integralmente para a venda.

vegetais e a criação de animais. Atividades para-agrícolas são beneficiamento ou transformação, em bases artesanais, de matérias-primas vegetais ou animais, próprias ou adquiridas, nas UPs; b) Rendas de Aposentadorias, Pensões e Transferências Sociais (RAPT): resultam de transferências governamentais, tais como aposentadorias e pensões ou programas assistenciais, como bolsa-escola, cartão-alimentação, bolsa-família e outros; c) Rendas de Outras Fontes (ROF): que não são oriundas de trabalho, tais como aluguéis, juros, aplicações, arrendamentos, desinvestimentos e doações; d) Outras Rendas do Trabalho (ORT): obtidas necessariamente fora da UP, mas procedentes de atividades agropecuárias. Embora os trabalhos temporários sejam mais recorrentes, atividades permanentes também ocorrem. É a venda da força de trabalho na agricultura ou prestação de serviços agrícolas, por exemplo: comércio da própria produção em feiras, colheita, plantio e podas em outras UPs, prestação de serviços com máquinas agrícolas próprias e trabalhos em granjas de terceiros; e) Renda de Atividades Não-Agrícolas (RANA): oriundas de atividades desempenhadas fora do setor agropecuário, podendo ser realizadas fora ou dentro da UP. Atividades que podem ser desempenhadas na posição de empregado, empregador ou conta-própria. Exemplos de atividades não-agrícolas: motorista, costureiro de bolas ou calçados, pedreiro, servidor público, professor, balconista, operário, empregado doméstico, confecção de panos de pratos e outros produtos artesanais não-agrícolas, cozeiro e prestação de serviços não-agrícolas.

Assim, passamos à caracterização da diversificação intersetorial da agricultura familiar por meio das diferentes fontes de ingresso monetário acessadas, limitando-nos ao reconhecimento destas múltiplas fontes e a importância de cada uma na renda final por condição de atividade das famílias (Tabela 11). Os Gráficos 4, 5 e 6 contêm a distribuição do valor médio das rendas anuais por condição de atividade das famílias de Itapejara d'Oeste, permitindo-nos compará-las e autorizando-nos a avançar em considerações acerca dos resultados econômicos do trabalho em termos de rendimentos via ingressos monetários como um dos principais indicadores de diversificação da agricultura familiar.

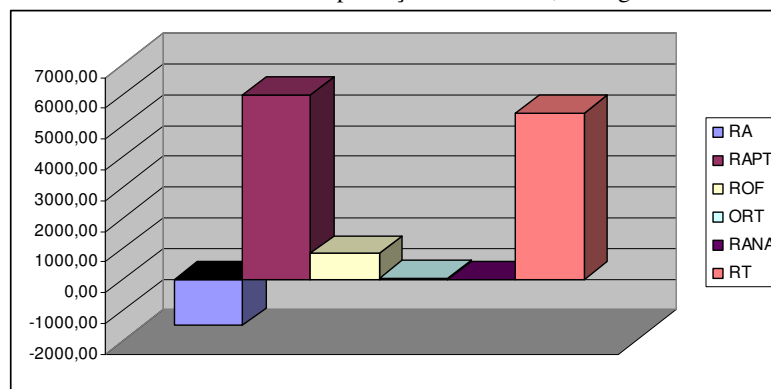
**TABELA 11** - Itapejara d'Oeste – valores de cada tipo de ingresso monetário na formação da renda total por condição de atividade das unidades familiares de produção

| Tipo de Família | Tipo de Renda (%) |       |          |       |          |      |           |      |           |      |           |     |
|-----------------|-------------------|-------|----------|-------|----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|-----|
|                 | RA                | %     | RAPT     | %     | ROF      | %    | ORT       | %    | RANA      | %    | RT        | %   |
| Base Agrária    | 14.215,51         | 39,8  | 3.050,03 | 8,5   | 2.584,00 | 7,2  | 14.006,80 | 39,2 | 1.355,38  | 3,8  | 35.701,16 | 100 |
| Intersetorial   | 2.844,52          | 15,6  | 4.487,11 | 24,6  | 618,06   | 3,4  | 1.110,40  | 6,0  | 10.278,58 | 56,4 | 18.224,40 | 100 |
| Monoativa       | -1.487,45         | -27,5 | 6.005,61 | 111,0 | 855,62   | 15,8 | 36,09     | 0,7  | 0,00      | 0,0  | 54.09,87  | 100 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo de 2005 de Perondi (2007).

Vejamos primeiro os resultados daquelas famílias que se dedicam às atividades exclusivamente agrícolas, ou seja, as famílias “monoativas”.

**Gráfico 4** - Itapejara d'Oeste - Distribuição do valor médio das rendas anuais das unidades familiares de produção monoativas, ano agrícola 2004-2005



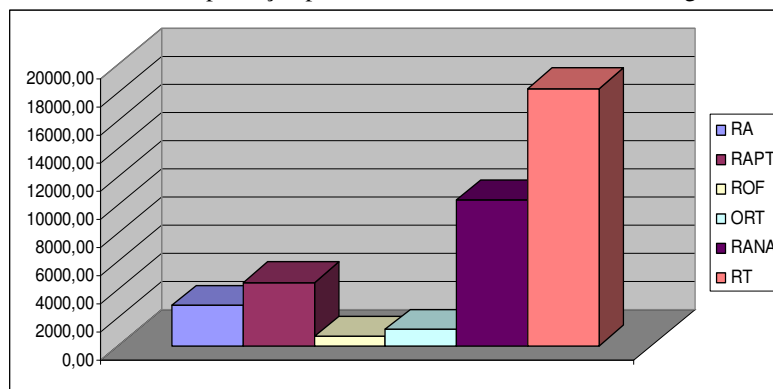
Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo de 2005 de Perondi (2007).

Podemos afirmar que o viés estritamente agrícola das atividades exercidas por 37% das famílias de agricultores do município de Itapejara d'Oeste implica em um dinamismo econômico e produtivo extremamente baixo, o que por sua vez se reflete nas também baixas rendas alcançadas, configurando uma situação de empobrecimento e vulnerabilidade econômica, que compromete a sua reprodução social. Não bastasse as rendas serem extremamente baixas, ocorre uma absoluta dependência de aposentadorias e transferências de renda através de programas assistenciais do governo. Mas foram justamente essas rendas de aposentadoria, pensões e transferências que sustentaram, em conjunto com as rendas de outras fontes e muito pouco com outras rendas do trabalho, os prejuízos resultantes da frustração na safra daquele ano agrícola de 2004-2005 (PERONDI, 2007), pois a renda agrícola média foi negativa em -27,50%, como podemos ver na Tabela 11. Não obstante, há uma considerável heterogeneidade dentro deste mesmo grupo. Pois, se a renda total média do grupo é de R\$ 5.409,87, de um lado 24,32% das famílias do grupo (9) contam com RT negativa (a menor é de R\$ -178.999,92!) e de outro lado 24,32% (9) das famílias contam com RT acima de R\$ 18.000,00 (a maior é de R\$ 58.753,57), que, como veremos, se encontra muito próxima da RT média das famílias pluriativas intersetoriais. Ou seja, as famílias monoativas são as que apresentam maior vulnerabilidade e as piores condições de vida e desempenho econômico.

Em seguida, observamos os resultados aquelas famílias que se dedicam tanto às atividades agrícolas como às atividades não-agrícolas e em menor grau, inclusive às atividades para-agrícolas, ou seja, as famílias “pluriativas de base intersetorial”. Podemos afirmar que o viés intersetorial das atividades exercidas pela maioria das famílias rurais de Itapejara d'Oeste, 44% das mesmas, atribui a elas uma característica deveras diversificada e um melhor desempenho econômico e social. A renda total média deste grupo é de R\$ 18.224,41, sendo que, de um lado, apenas 15,91% das famílias (7) possuem rendas totais

negativas (a menor é de R\$ -90.651,32!), em comparação aos 24,32% das monoativas e, de outro, 25% das famílias (11) possuem rendas totais maiores que a renda total média dos pluriativos de base agrária, que é o grupo com a maior renda total média entre os três.

**GRÁFICO 5** - Itapejara d'Oeste – Distribuição do valor médio das rendas anuais das unidades familiares de produção pluriativas de base intersetorial, ano agrícola 2004-2005



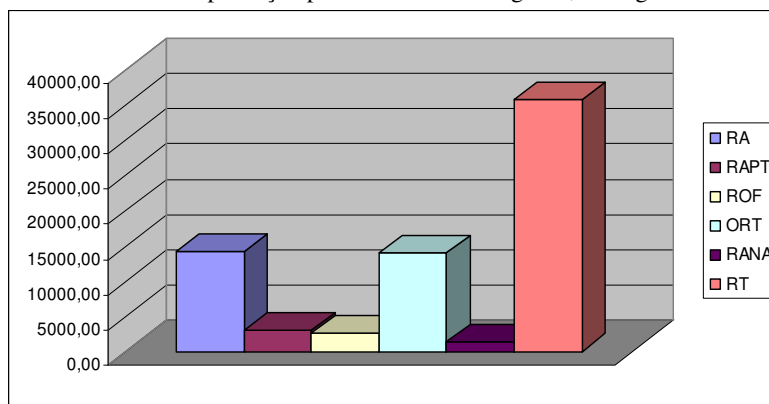
Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo de 2005 de Perondi (2007).

Também, apesar de obviamente ser o esperado, é interessante notar que a maior parte da sua renda total é formada por rendas de atividades não-agrícolas (56,40%) que chegaram a representar mais de 3,6 vezes o valor da renda agrícola média deste grupo, seguida por rendas provenientes de aposentadorias, pensões e transferências, que mantêm um importante peso na renda total, tanto em termos absolutos como em termos percentuais (24,62%) e por rendas agrícolas (15,61%), além da existência, apesar da menor importância, de outras rendas do trabalho (6,09%) e de rendas de outras fontes (3,39%). Outro importante aspecto é que, entre as famílias pluriativas intersetoriais, ocorre uma distribuição mais equilibrada dos ingressos monetários, indicando que as ocupações não-agrícolas permitem não apenas diversificar e elevar, mas também estabilizar as fontes de renda, conforme também mostraram os trabalhos de Conterato (2008) e Perondi (2007).

Finalmente, observamos os resultados daquelas famílias que se dedicam especialmente às atividades agrícolas, mas também às atividades para-agrícolas, ou seja, àquelas famílias consideradas “pluriativas de base agrária”. As famílias rurais que recorrem, sobretudo, a atividades de prestação de serviços agrícolas associadas à produção agropecuária, caracterizadas como pluriativas de base agrária, representam uma significativa parcela do total dos agricultores familiares (19%) e apresentam os maiores níveis de renda entre todos os grupos por condição de atividade em Itapejara d'Oeste. Nota-se que 15,79% dessas famílias possuem rendas totais negativas (a menor é de -13.265,57).



**GRÁFICO 6** - Itapejara d'Oeste - Distribuição do valor médio das rendas anuais das unidades familiares de produção pluriativas de base agrária, ano agrícola 2004-2005



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo de 2005 de Perondi (2007).

Mas, em geral, elas mantêm um balanço equilibrado entre os ingressos monetários provenientes de renda agrícola e aqueles provenientes de outras rendas do trabalho, que juntos formam quase 80% da renda total média do grupo, além de ser considerável o peso relativo das rendas de aposentadoria, pensões e transferências (8,54%) e das rendas de outras fontes (7,24%). Sintomaticamente, as rendas de atividades não-agrícolas são pouco representativas.

Os dados até aqui analisados confirmam os resultados e conclusões já alcançados nos trabalhos de Conterato (2008), Niederle (2007) e Perondi (2007), segundo os quais, as famílias que diversificam suas estratégias intersetoriais (exógenas) e setoriais (endógenas), possuem rendimentos superiores às famílias que dependem exclusivamente da agricultura, especialmente de alguns poucos *commodities*, como a soja. Perondi (2007) destaca que a diversificação das fontes de renda foi uma estratégia fundamental para evitar que as rendas totais negativas fossem mais representativas do que o observado. De acordo com o autor,

33% das famílias tiveram uma renda agrícola negativa, entretanto, somente 19% delas mantiveram a renda total negativa, êxito devido à estratégia de diversificação da renda total. Estratégia esta que, em 54% das famílias, foi devida a aposentadoria, 24% de alguma renda de trabalho agrícola realizado fora da unidade de produção, ou seja, pluriatividade de base agrária, 21% de alguma renda de juros, aluguéis e transferências, e 40% de alguma renda não-agrícola realizada fora da unidade de produção, ou seja, pluriatividade intersetorial. (PERONDI, 2007, p.132).

A tese de Perondi (2007) continua sendo a principal referência no estudo da pluriatividade e da diversificação dos meios de vida no Sudoeste Paranaense. E a única coisa em que conseguimos avançar em relação aos resultados por ele já alcançados, foi o fato de termos incluído uma análise da pluriatividade de base agrária, que não consta no seu trabalho. De modo geral, concordamos com a conclusão do autor, segundo a qual, uma maior diversificação das estratégias endógenas e exógenas, além de contribuir para aumentar a renda

e evitar que ela se apresente negativa, contribui para reduzir os riscos, aproveitar melhor os recursos disponíveis e distribuir mais equitativamente a renda entre os residentes da família.

Não podemos dizer que a pluriatividade em si represente um “contramovimento”, pois isso implicaria demonstrar que esse fenômeno possui uma natureza coletivamente acionada pela categoria agricultura familiar, o que não é o caso, pois trata-se de uma estratégia de reprodução ativada pelos indivíduos membros de cada família. Isso não significa que seja simplesmente uma estratégia individual. Na verdade, na maioria dos casos, a pluriatividade é uma iniciativa negociada entre os membros da família, o que nos permite caracterizá-la como uma estratégia familiar. Ademais, ela não se explica por si mesma, mas diz respeito à alocação da força de trabalho dentro de cada sistema de produção familiar e as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, conectando-se as outras estratégias das famílias. Por isso, outros elementos devem ser levados em conta para caracterizarmos os diferentes estilos de agricultura e a escolha de outras atividades estratégicas, como é o caso da produção de leite.

#### **4.1.2 Diferenciação socioeconômica e estilos de agricultura familiar**

Como discutimos no primeiro capítulo, a noção de estilos de agricultura constitui um importante instrumento teórico para analisar os “graus de mercantilização” (PLOEG, 2009) das unidades de produção familiar em relação às diferentes estratégias de reprodução instituídas pelos agricultores. À cada estilo de agricultura corresponde um certo ordenamento de instrumentos de trabalho, meios de produção e demais recursos produtivos, bem como um certo resultado econômico-financeiro relativo aos níveis de rentabilidade, que também variam de acordo com a forma com que estes diferentes ordenamentos estão configurados.

Portanto, a [possibilidade de inserção] social, econômica e produtiva que se apresenta aos agricultores familiares será o resultado da elaboração sistemática da capacidade de uso e ordenação dos insumos e saberes locais e sua vinculação, passiva ou complementar, ao conjunto de práticas que determinam as condições de produção e reprodução social da agricultura familiar. (CONTERATO, 2008, p.86).

Como destacou Conterato (2008), a metodologia ou mesmo a forma de classificação da diversidade da agricultura familiar através de distintos estilos de agricultura, trata-se de uma proposta originalmente desenvolvida, por diversos autores ligados a POA, para explorar as similaridades e as diferenças na condução das atividades agropecuárias no interior dos estabelecimentos, levando em conta, inclusive, os repertórios culturais e as ideias normativas dos agricultores. Mas para captar tudo isso, seria necessário lançar mão de metodologias de caráter mais antropológico, o que se encontra fora do plano desta pesquisa. No caso específico

deste trabalho, aplicamos apenas uma metodologia quantitativa, com o propósito de definir operacionalmente as diferenças entre as práticas produtivas exercidas pelos membros das unidades de produção familiar, considerando algumas variáveis preponderantemente econômicas (mas não só), capazes de caracterizar o nível de incorporação tecnológica e o grau de inserção mercantil das mesmas, por meio do estabelecimento de uma tipologia descritiva, que esperamos ser capaz de captar a diversidade existente entre os diferentes casos e classificá-los de acordo com alguns critérios que consideramos relevantes.

**QUADRO 2** – Estatística multivariada e análise de cluster aplicada à diversidade da agricultura familiar

A utilização de técnicas de estatística multivariada aplicada ao estudo dos “estilos de agricultura” (PLOEG, 1994, 2009) e mais especificamente do método de análise de *cluster* é algo relativamente novo no Brasil, tendo em Conterato (2008), talvez, a sua primeira tentativa bem sucedida. Tais métodos são aplicados na perspectiva de conseguir captar a heterogeneidade social e a diversidade produtiva das formas familiares de organização do trabalho e da produção no meio rural. Neste sentido, uma primeira ressalva a fazer é que os processos classificatórios (tipologias) e suas definições operacionais, por mais rigorosos que pareçam, em alguma medida são sempre parciais e redutores, pois implicam em algumas simplificações para compreender realidades complexas, objetivando estabelecer parâmetros de comparação entre diferentes “tipos”. Portanto, as definições estabelecidas nos processos classificatórios não devem ser entendidas como uma expressão diretamente observável da realidade empírica, mas sim como ferramentas do pensamento, instrumentos de abstração e representação dessa realidade, sujeitos à constante ressignificação. Isso implica dizer que, os vários “estilos de agricultura familiar” aqui representados não definem as trajetórias, as permanências e as mudanças históricas em si, representando apenas uma “fotografia” do estado atual da diversidade dessa forma social. Assim, através da construção de grupos homogêneos (*clusters*) foi possível demonstrar que os graus de mercantilização e as estratégias de reprodução social da agricultura familiar são diversos e multifacetados, ainda quando inseridos em uma mesma formação territorial. Neste sentido, a construção de grupos homogêneos não visa homogeneizar os casos de um mesmo grupo - pois no limite cada caso é um caso - mas sim a definir “tipos” agregados, sem perder de vista a diversidade.

A análise de *cluster* ou agrupamento corresponde a um conjunto de métodos através dos quais se busca reunir e classificar os vários casos em grupos (*clusters*), a partir de informações sobre as medidas de um conjunto de variáveis, características ou atributos de cada caso. O objetivo é identificar grupos homogêneos de casos através de um procedimento classificatório que põe em evidência os vínculos entre as observações, agrupando-as com base em suas semelhanças. Por isso, os agrupamentos resultantes apresentam alta homogeneidade interna (entre os casos de um mesmo *cluster*) e alta heterogeneidade externa (entre os casos de *clusters* distintos). As observações (unidades familiares) são divididas em subconjunto de acordo com o grau de proximidade ou semelhança entre elas, ou seja, de acordo com a menor distância entre as médias das variáveis de cada caso: de modo que cada caso pertença a um, e somente um, subconjunto; que os indivíduos agrupados em um mesmo subconjunto sejam similares; e, que aqueles pertencentes a grupos distintos sejam diferentes (SCHNEIDER & WAQUIL, 2001).

Especificamente no Brasil, nos estudos socioeconômicos que se valeram de técnicas de estatística multivariada para a realização de análise fatorial e análise de *cluster* aplicada à agricultura, segundo Conterato (2008, p.185), “pode-se identificar ao menos dois focos relativamente distintos. Na primeira linha de investigação, à qual se poderia atribuir um foco agrícola, estão os estudos em que a principal preocupação é analisar a intensidade e a dinâmica dos processos de modernização da agricultura e seus desdobramentos na reordenação dos fatores, bem como suas implicações no aumento dos índices de produtividade. Na segunda linha de investigação, a análise recai sobre as mudanças na estrutura agrária ao longo do tempo e sua relação com os processos de modernização da agricultura.” Contudo, segundo o mesmo autor (2008, p.186), haveria ainda um “amplo espaço para produção de trabalhos acadêmicos que pudessem captar e as relações causais, certamente não lineares, que competem na determinação das distintas dinâmicas de desenvolvimento da agricultura familiar na perspectiva dos estilos de agricultura e numa perspectiva multidimensional.” É o que buscamos fazer nesse trabalho.

Conterato (2008) aplicou a análise fatorial em um total de 67 variáveis, que formaram 17 fatores. A partir disso, o autor definiu 7 dimensões de análise, que explicavam mais de 80% da variância entre os casos. Tomamos as 7 dimensões de análise definidas por Conterato (2008) e adicionamos mais uma - “Instituições e sociabilidade” - utilizando um total de 33 variáveis explicativas. Ademais, buscamos privilegiar variáveis compostas ao invés de variáveis simples, sempre que possível e conveniente. Por exemplo, todas as variáveis das dimensões 3, 4, 6 e 7 são dessa ordem, bem como uma na dimensão 1 e três da dimensão 5. As outras variáveis são qualitativas e não precisam ser compostas em relação a outras para adquirirem sentido relacional. Contudo, a nossa metodologia não tem a pretensão de ser definitiva, podendo ser criticada, enriquecida, adaptada e replicada em outros trabalhos.

**TABELA 12 - Estilos de Agricultura Familiar - médias de 33 variáveis em 8 dimensões por grupo homogêneo de unidades familiares de produção**

| Dimensões de Análise e Variáveis Explicativas                            | Médias do Universo | Estilos de Agricultura |          |           |           |            |
|--|--------------------|------------------------|----------|-----------|-----------|------------|
|  |                    | 1                      | 2        | 3         | 4         | 5          |
| <b>1. Estrutura fundiária e uso da terra</b>                             |                    |                        |          |           |           |            |
| Área Total em Hectares (HA)  | 109,22             | 61,25                  | 23,83    | 51,22     | 252,50    | 157,30     |
| Superfície agrícola Útil (SAU)/Área Total da unidade (%)                 | 0,80               | 0,77                   | 0,73     | 0,76      | -         | 0,92       |
| <b>2. Unidade doméstica, demografia e escolaridade</b>                   |                    |                        |          |           |           |            |
| Pessoas residentes por unidade (número)                                  | 3,6                | 4,4                    | 4,1      | 4,6       | 2,0       | 3,0        |
| Idade média dos membros da família (anos de vida)                        | 42                 | 35                     | 40       | 35        | 76        | 25         |
| Escolaridade média dos membros (anos de estudo)                          | 5,7                | 6,3                    | 5,1      | 6,2       | 4,0       | 6,7        |
| <b>3. Trabalho e meios de produção</b>                                   |                    |                        |          |           |           |            |
| Superfície explorada por trabalhador – SAU/UTHagrtot (%)                 | 22,58              | 12,50                  | 6,86     | 11,21     | -         | 59,75      |
| FT agrícola contratada sobre a FT agrícola total – UTHcont/UTHagrfam (%) | 0,09               | 0,22                   | 0,03     | 0,05      | 0,00      | 0,17       |
| Estoque de meios de produção sobre estoque de terra - CD/HA (R\$)        | 6.415,76           | 17.599,65              | 1.752,03 | 7.109,03  | 2,84      | 5.615,27   |
| Composição técnica das forças produtivas - CD/UTHtot - (R\$)             | 114.993,07         | 141.641,41             | 9.509,32 | 58.343,70 | 478,63    | 364.992,29 |
| <b>4. Mercantilização, externalização e dependência</b>                  |                    |                        |          |           |           |            |
| Indicador de mercantilização - CI/SAU (R\$/Ha)                           | 2.006,84           | 3247,34                | 1457,07  | 2285,51   | -         | 1037,45    |
| Indicador de externalização - CI/PBT (%)                                 | 0,60               | 0,64                   | 0,88     | 0,79      | 0,29      | 0,42       |
| Indicador de dependência - VFT/CD (%)                                    | 0,34               | 0,10                   | 0,80     | 0,30      | 0,00      | 0,49       |
| <b>5. Produção, mercados e autonomia</b>                                 |                    |                        |          |           |           |            |
| Indicador de autonomia - PBACT/PBT (%)                                   | 0,28               | 0,04                   | 0,26     | 0,09      | 1,00      | 0,01       |
| Indicador de acesso a mercados - PBVENT/PBT (%)                          | 0,72               | 0,96                   | 0,74     | 0,91      | 0,00      | 0,99       |
| Destino da venda de produtos de origem vegetal (¹)                       | 5                  | 5                      | 5        | 5         | 10        | 5          |
| Destino da venda de produtos de origem animal (¹)                        | 5                  | 5                      | 4        | 5         | 10        | 5          |
| Destino da venda de produtos transformados (¹)                           | 8                  | 8                      | 6        | 7         | 10        | 8          |
| Importância econômica da atividade leiteira – PBLEI DERIV/PBT (%)        | 0,17               | 0,13                   | 0,22     | 0,15      | 0,00      | 0,00       |
| <b>6. Rendimento e remuneração</b>                                       |                    |                        |          |           |           |            |
| Produtividade física - VAL/SAU (R\$/HA)                                  | 728,75             | 598,35                 | 523,06   | 657,89    | -         | 1.135,70   |
| Produtividade do trabalho - VAL/UTHtot (R\$/UTH)                         | 16.097,00          | 6.753,35               | 2.500,14 | 946,86    | 2.424,17  | 67.860,48  |
| Remuneração agrícola da SAU - RA/SAU (R\$/HA)                            | 232,29             | 119,96                 | 418,85   | 210,69    | -         | 179,66     |
| Remuneração da FT familiar - RT/UTHfamtot (R\$/UTH)                      | 7.827,76           | 9.898,33               | 5.689,48 | -341,88   | 10.903,30 | 12.989,59  |
| <b>7. Distribuição proporcional da renda total</b>                       |                    |                        |          |           |           |            |
| Proporção da renda agrícola - RA/RT (%)                                  | -                  | 41,44                  | 33,06    | -8.343,64 | 18,50     | 100,00     |
| Proporção de aposentadoria, pensões e transf. Gov. - RAPT/RT (%)         | -                  | 8,10                   | 30,04    | 1.873,49  | 81,50     | 0,00       |
| Proporção da renda de outras fontes - ROF/RT (%)                         | -                  | 0,52                   | 4,11     | 1.716,73  | 0,00      | 0,00       |
| Proporção de outras rendas do trabalho - ORT/RT (%)                      | -                  | 37,32                  | 6,95     | 3.172,91  | 0,00      | 0,00       |
| Proporção da renda de atividades não-agrícolas - RANA/RT (%)             | -                  | 13,54                  | 27,55    | 2.451,38  | 0,00      | 0,00       |
| <b>8. Instituições e sociabilidade</b>                                   |                    |                        |          |           |           |            |
| Número de entidades que participa (²)                                    | 3                  | 4                      | 3        | 3         | 6         | 3          |
| Confiança e credibilidade (³)  | 6                  | 6                      | 5        | 6         | 8         | 6          |
| Principal fornecedor de Ater (⁴)   | 6                  | 6                      | 7        | 5         | 10        | 7          |
| Motivações para planejar de mudanças na produção (**)                    | 3                  | 2                      | 4        | 3         | 4         | 2          |
| Determinantes do voto (***)  | 3                  | 3                      | 3        | 3         | 3         | 3          |
| Representações e valores atribuídos ao rural (⁵)                         | 4                  | 4                      | 4        | 4         | 5         | 4          |

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo de 2005 de Perondi (2007).

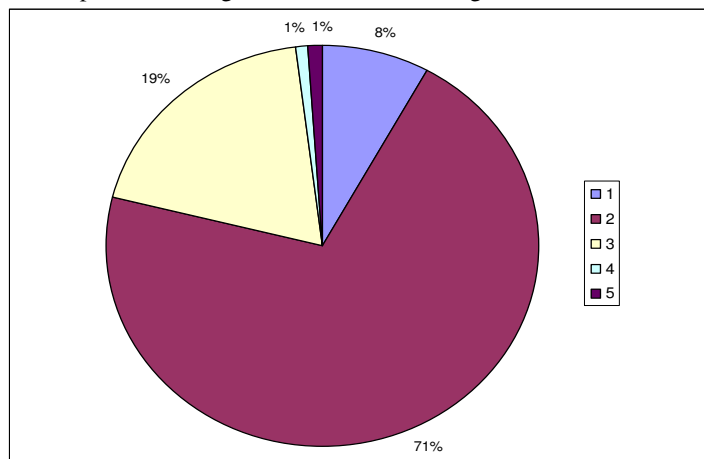
**Notas:** Em (¹) 4 significa “intermediário”, 5 “agroindústria”, 6 “poder público”, 7 “armazém local”, 8 “não vende” e 10 “não se aplica”. Em (²) os algarismos significam o próprio número de entidades em que a família participa. Em (³) 5 significa “pastor ou padre da igreja que frequenta”, 6 “técnicos ligados a agroindústria ou cooperativa” e 8 “vizinhos”. Em (⁴) 5 significa “ONG”, 6 “empresa integradora”, 7 “assistência particular” e 10 “não se aplica”. Em (\*\*\*) 2 significa “produzir mais”, 3 “diminuir o uso de agrotóxicos” e 4 “diminuir os custos de produção”. Em (\*\*\*) 3 significa “perfil do candidato”. Em (⁵) 4 significa “tranquilidade” e 5 “vizinhos e vida em comunidade”.

A partir de sua pesquisa em Itapejara d'Oeste, Perondi (2007) mostrou que o processo de diversificação produtiva decorre das distintas inserções mercantis apresentadas pelos diferentes sistemas de cultivo e criação, permitindo qualificar o entendimento da qualidade da diversificação agrícola e da integração intersetorial, o que, por sua vez, também repercute na diversidade das fontes de renda acessadas. Conforme o autor há formas diferenciadas de diversificação, que podem ser exercidas, por exemplo, em um “viés endógeno” (setorial) ou em um “viés exógeno” (intersetorial). Assim, as distintas “trajetórias de diversificação”

encontradas por Perondi (2007, p.137), onze (11) no total, dão a idéia de quão vastos e heterogêneos podem ser os meios de vida rurais e os estilos de agricultura familiar, não se resumindo exclusivamente aos tipos de renda e condições de atividade, mas levando em conta as características dos sistemas de produção, o que representa um alto nível de detalhamento. Contudo, a nossa contribuição pretende ser apenas no sentido de agrupar diferentes casos em “estilos de agricultura” enquanto um nível intermediário de agregação, de modo a podermos, em seguida, analisar a importância econômica e os graus de mercantilização da atividade leiteira, haja vista que nada mais nada menos do que 83% dos estabelecimentos de agricultores familiares entrevistados produziram leite naquele ano agrícola de 2004-2005.

Com base na metodologia de análise de *cluster*, cujo sentido e forma de operacionalização estão explicados no Box.1, organizamos as informações contidas na Tabela 12, onde identificamos 5 grupos homogêneos (*clusters*) em Itapejara d’Oeste, sendo que a cada grupo corresponde um “estilo de agricultura familiar”, como mostra o Gráfico 7.

**GRÁFICO 7** - Itapejara d’Oeste – Distribuição das unidades familiares de produção por estilo de agricultura familiar, ano agrícola 2004-2005



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo de 2005 de Perondi (2007).

As características observadas em cada um destes grupos homogêneos nos permitem propor a seguinte tipologia descritiva dos estilos de agricultura familiar de Itapejara d’Oeste.

**Estilo 1:** Agricultura familiar empresarial “bem sucedida”, altamente capitalizada e diversificada.

Este grupo representa 8% do total das observações e a característica fundamental das unidades familiares a ele pertencente é a alta capitalização, evidente ao observarmos o enorme volume de capital imobilizado em máquinas, equipamentos e instalações (R\$ 510.493,32) em relação à quantidade de terra (R\$ 17.599,65 por ha.) e à força de trabalho disponível (R\$ 141.641,41 por unidade de trabalho total). Trata-se de famílias formadas por pessoas jovens,

com um nível educacional acima da média e, levando em conta a estrutura fundiária do Sudoeste, bem dotadas do principal meio de produção para a agricultura, que é a terra (61,25 ha. em média). Um elemento extremamente relevante a ser destacado, justamente por ser incomum, é a importância que a contratação de mão de obra assume neste grupo em relação aos demais – uma média 22% do total da força de trabalho empregada. O que pode ser explicado observando o elevado volume de meios de produção em relação a sua disponibilidade de força de trabalho familiar (3,01 UTH), que precisa ser complementada para não deixá-los ociosos, garantindo a produtividade e remuneração dos sistemas de produção.

Trata-se de um grupo que apresenta um alto grau de mercantilização dos sistemas de produção – em geral integrados a agroindústrias processadoras –, pois a média do consumo intermediário (CI) por ha. de superfície agrícola útil, no ano agrícola de 2004-2005 foi de R\$ 3.247,34. Mas, apesar do seu CI total ser considerável (R\$ 69.032,89), ele não se reverte em um nível de externalização tão elevado (64%), quando comparado ao de outros grupos (notadamente o 2 e o 3). Além do mais, quando observamos a proporção do valor financiado do capital disponível total (10%), percebemos que este grupo possui um nível de endividamento muito baixo. Tendo em vista esses elementos, podemos afirmar que se trata de um estilo de agricultura certamente “empresarial”, mas que consegue garantir um bom “espaço de manobra” e se afastar da dependência econômica e financeira (PLOEG, 2009).

O valor do autoconsumo, apesar de significativo em termos absolutos (R\$ 5.067,96) e nas características do modo de vida e dos hábitos alimentares das famílias, é relativamente pouco relevante em termos de seu peso no produto bruto total (PBT), representando apenas 4% do mesmo. Sintomaticamente, 96% do que é produzido destina-se a venda, o que reforça a característica notadamente empresarial deste estilo de agricultura, que se reflete na sua racionalidade, pois a maioria das famílias afirma que o técnico da agroindústria que lhe oferece ATER é a pessoa na qual ela mais confia e que a sua principal motivação para planejar alguma mudança na produção é “produzir mais”. Essa concepção mental, por sua vez, se manifesta na alta produtividade do trabalho (R\$ 6.753,35 por UTH) e na remuneração da força de trabalho familiar que lhe corresponde (R\$ 9.898,33). Salienta-se que a metade das famílias deste grupo encontra-se na condição de pluriatividade intersetorial, 37,5% na condição de pluriatividade de base agrária e apenas 12,5% na condição de monoatividade; que este estilo apresenta a maior média de renda não-agrícola (R\$ 5.827,02), apesar de essa fonte de renda representar apenas 13,54% da renda total; e que a contribuição média da produção leiteira na formação do produto bruto total (13%) é extremamente concentrada em um

estabelecimento, que sozinho produz 69,61% do valor. Em suma, nos termos do senso comum, podemos dizer que trata-se de agricultores “fortes” e muito “bem sucedidos”.

**Estilo 2:** Agricultura familiar camponesa, endividada e economicamente vulnerável, mas “resistente”.

Este é o maior dos grupos: representa 71% do total das unidades familiares de produção de Itapejara d'Oeste. Em geral, as famílias deste grupo são pouco capitalizadas, pois seu capital imobilizado em máquinas, equipamentos e instalações é em média de R\$ 34.584,54. Conseqüentemente, também é baixa a proporção de capital disponível em relação à quantidade de terra (R\$ 1.752,03) e à força de trabalho empregada (R\$ 9.509,32). A média de superfície agrícola explorada por unidade de trabalho é muito baixa (6,86 ha.), obviamente por causa da também limitada disponibilidade de terra que estas famílias possuem - em média hectares 23,83 ha. cada uma. Ou seja, é o grupo cujas famílias a ele pertencentes mais sofreram com os processos de fragmentação e concentração da propriedade da terra que estudamos no capítulo anterior. Contudo, a produtividade da terra (R\$ 523,06 por ha.) e especialmente a do trabalho (R\$ 2.500,14 por UTH) são muito consideráveis, o que reflete-se na relativamente alta remuneração da força de trabalho familiar (R\$ 5.689,48) e na mais absolutamente alta remuneração agrícola da terra (R\$ 418,85 por ha.).

Não obstante todo esse esforço produtivo, fundado sobremaneira na intensificação do trabalho dos membros da família (por isso os designamos como resistentes), trata-se de um estilo de agricultura economicamente vulnerável. Apesar do seu indicador de mercantilização não apontar uma grande intensidade (R\$ 1.457,07 de CI por ha. de SAU), 88% do valor bruto da sua produção é constituído por consumo intermediário, o que representa R\$ 22.570,68 em termos absolutos. O pior de tudo é que, além de ser um estilo de agricultura muito pouco capitalizado e com um alto nível de externalização, o seu grau de endividamento é sufocante: 80% do valor do seu parco capital disponível é externamente financiado.

O valor destinado ao autoconsumo é deveras baixo (R\$ 3.993,17), contudo representa 26% do valor bruto de produção, sendo muito significativo para a subsistência das famílias, que, com certeza, não devem contar com um padrão de consumo muito elevado (o que reforça a sua adjetivação de resistentes). Apesar de 74% do valor da sua produção destinar-se ao mercado, designamos este estilo como camponês<sup>75</sup>, mas o fazemos em termos relacionais, pois quando comparados com os outros estilos isso ganha evidência, inclusive porque, quando

---

<sup>75</sup> Um fato que chama a atenção e pode significar um “indicador de campesinidade” é a religiosidade deste grupo. O grupo 2 foi o único estilo em que a maioria das famílias afirmou depositar sua confiança e credibilidade no “padre ou pastor da igreja que frequenta”, quando a maioria das famílias dos outros grupos afirmaram ser o “técnico da agroindústria ou da cooperativa”.

indagados sobre quais os motivos que os levavam a planejar mudanças na produção, a maioria respondeu que era “diminuir o custo de produção” e, conseqüentemente, intensificar no trabalho e na base de recursos naturais da qual eles dispõem (PLOEG, 2009). Isso explica em grande medida a importância que a atividade leiteira assume na maioria dos sistemas de produção deste estilo, representando 22% do produto bruto total. Neste sentido, a prática destes agricultores familiares pode ser considerada uma pequena produção de mercadorias, cujos produtos encontram destino nas agroindústrias, nos intermediários e, vale destacar, no governo, através de políticas públicas de compra dos agricultores (por mais que em 2005 o P-AA e o PNAE ainda fossem pouco representativos em relação aos últimos anos).

Nota-se que, apesar de 50% das famílias deste estilo recorrem a pluriatividade intersetorial e de suas rendas serem bem diversificadas, 36% é dependente de atividades exclusivamente agrícolas e as receitas de aposentadoria e transferências governamentais representam 30,04% da sua renda total. Em suma, trata-se de um estilo de agricultura bastante empobrecido, que representa a grande maioria dos agricultores familiares do município de Itapejara d'Oeste e, certamente de todo o território do Sudoeste Paranaense.

**Estilo 3:** Agricultura familiar empresarial, muito mercantilizada e extremamente vulnerável a riscos e crises de diversas naturezas.

Este grupo representa 19% do total das unidades de produção da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste. Assim como no estilo 1, são famílias jovens e com anos de estudo acima da média, com acesso a lotes de terra considerados de um tamanho médio, adequado para as características do território (51,22 ha.); bem capitalizados, pois possuem um capital disponível em máquinas, equipamentos e instalações num valor de R\$ 219.297,43, proporcional a R\$ 7.109,03 de capital imobilizado por ha. e R\$ 58.343,70 por unidade de trabalho total; e que raramente recorrem a contratação de mão de obra (5% da UTHtotal).

À primeira vista, parece tratar-se de um estilo de agricultura bastante próspero, porém, isso não se verifica quando olhamos o seu desempenho em termos de renda, ao menos para o ano agrícola de 2004-2005, que conforme Perondi (2007) foi um ano de frustração de safra, em que diversos agricultores perderam muito dinheiro já que não haviam contratado seguro agrícola. Esse foi o caso de quase metade dos agricultores deste grupo, que em média tem sua renda total composta em quase 50% apenas por renda agrícola. Existem casos de agricultores com renda agrícola negativa de mais de R\$ 50.000,00 e um de até R\$ 18.335,22, que só obteve R\$ 1.335,00 em outras rendas do trabalho para contrabalancear. Como é de se esperar, trata-se de um estilo de agricultura altamente mercantilizado: seu consumo intermediário total é de R\$ 73.336,19, ou seja, R\$ 2.285,51 por ha. de SAU e um percentual de 79% do seu



produto bruto total. Além disso, 30% do seu capital disponível é financiado e o valor médio do endividamento das famílias deste grupo é de R\$ 65.789,23.

O valor considerável do autoconsumo (R\$ 4.500,92), que representa 9% do produto bruto total deve ter servido como um amortecedor da queda na renda, destarte 91% do valor dos produtos tenha sido destinado à venda, sobretudo para agroindústrias e armazéns locais. O peso médio da produção de leite é de 15% do produto bruto total, o que contribuiu para que alguns agricultores conseguissem manter a sua renda agrícola, ainda que três grandes produtores concentrem 72% do VBP do leite neste grupo, todos com renda positiva. Destaca-se que 43% destes agricultores são monoativos e apenas 26% pluriativos intersetoriais.

Contudo, há de se observar que boa parte da vulnerabilidade econômica deste grupo deve estar ligada a baixa produtividade do trabalho (R\$ 946,86), que, por sua vez, reflete-se na remuneração negativa da força de trabalho familiar (R\$-341,88), ainda que a produtividade física seja elevadíssima (R\$ 657,89) e a remuneração agrícola da SAU seja bastante significativa (R\$ 210,69). Vale salientar que a maioria dos agricultores deste grupo, quando indagados a respeito de quais os motivos que os levariam a planejar alguma mudança produtiva, afirmou que seria “diminuir o uso de agrotóxicos”, antes da diminuição de custos.

**Estilo 4:** Casal de idosos que reside no meio rural e que vive da aposentadoria e da renda da terra.

O estilo 4 não se trata exatamente de um grupo, mas sim de um casal de idosos, com o maior valor de produção destinado ao autoconsumo entre todos os grupos, R\$ 5.140,89, com uma propriedade grande para o padrão habitual do território, a qual lhes provê R\$ 39.343,54 como remuneração da “parceria” em 242,50 ha de seus 252,50 ha de terra e mais R\$ 13.329,11 de aposentadoria: o que deve permitir-lhes uma vida confortável. Provavelmente por serem idosos e aposentados, participam de um maior número de entidades e tem nos vizinhos a sua principal referência de confiança e credibilidade. De todo modo, apesar de minoritário, certamente as características deste estilo são recorrentes e representativas.

**Estilo 5:** Casal de jovens agricultores familiares empresariais, altamente capitalizados e especializados na produção de *commodities* agrícolas.

Igualmente ao estilo 4, o estilo 5 não se trata de um grupo e sim de um casal, mas diferentemente daqueles, um casal muito jovem e sem filhos, provavelmente casados à pouco, com uma média de idade de 25 anos. São bem dotados de terra, 157,30 ha., dentre os quais 92% são superfície agrícola útil. São altamente capitalizados, com um capital imobilizado em máquinas, equipamentos e instalações no valor de R\$ 883.281,35, que corresponde a R\$ 5.615,27 por ha. e R\$ 364.992,29 por unidade de trabalho total. Interessante notar que apenas

17% da força de trabalho total é contratada: provavelmente pelo alto grau de mecanização e a grande quantidade de equipamentos utilizados pelo casal. Contudo, o seu consumo intermediário de R\$ 150.637,56, apesar de alto, é relativamente pouco elevado em relação à SAU (1.037,45 por ha) - quando comparado com os outros estilos - e ao seu próprio produto bruto total (42%). Não obstante, trata-se de um estilo de agricultura consideravelmente endividado, pois quase 50% de todo esse capital imobilizado é externamente financiado.

Sua renda é 100% proveniente da produção de *commodities* agrícolas, num valor baixo em relação ao grau de capitalização, R\$ 25.979,18. Tanto a produtividade física (R\$ 1.135,70 por ha. de SAU) como a produtividade do trabalho (R\$ 67.860,48) são muito elevadas, devido ao grande emprego de tecnologias, bem como a remuneração da força de trabalho familiar (R\$ 12.989,59). As suas concepções a respeito da forma de fazer agricultura e dos motivos para o planejamento de mudanças na produção são sintomaticamente empresariais e produtivistas: “produzir mais”. Da mesma forma que o estilo 4, apesar de minoritário, não devemos afirmar que sejam excepcionais as características do estilo 5, pois muito provavelmente elas se repetiriam caso aplicássemos a metodologia em outros municípios.

Vale destacarmos que, em todos os estilos de agricultura, a maioria das famílias afirmou votar de acordo com o perfil do candidato, sendo pouco representativo o partido do mesmo e um pouco mais representativo se o candidato tem propostas para a agricultura. Quanto às suas representações do rural, veem a tranquilidade como o principal valor de se viver neste espaço. Além do mais, poucos participam de mais de quatro entidades.

Apesar de contarmos com dados para apenas um (1) município dos trinta e sete (37) que compõem o Sudoeste (42 considerando a microrregião de Palmas), de acordo com o que a experiência nos faz acreditar, estes estilos identificáveis em Itapejara certamente podem ser considerados representativos de uma realidade que é mais ou menos comum na agricultura familiar do território do Sudoeste Paranaense. Obviamente, essa afirmação não pode ser sustentada como uma “generalização estatística”, mas, como também fizeram Niederle (2007) e Conterato (2008), certamente pode ser sustentada como uma “generalização analítica”. Ademais, também podemos tirar algumas conclusões a partir da identificação destes cinco “estilos de agricultura” e da constatação de que há uma significativa diversidade empírica na agricultura familiar do Sudoeste. Primeiro, os estilos 4 e 5, apesar de pouco representativos numericamente, não se tratam de “exceções” ou “erros”. Este tipo de situação - a existência de casais de idosos cujos filhos abandonaram a agricultura e migraram para as cidades a fim de arranjam-se em outras ocupações urbanas ou saíram da casa dos pais e montaram a sua própria unidade de produção com a nova família; e o reverso, ou seja, a existência de jovens

casais que estão iniciando a sua empreitada na unidade de produção com uma família recém constituída – são provavelmente fenômenos típicos e um tanto corriqueiros. Segundo, o estilo de agricultura 1 é bastante representativo daquela minoria dos agricultores familiares “modernizados” (8%) que, por uma série de fatores específicos cujos detalhes não discutiremos (mas que certamente são explicáveis) venceu o processo de “seleção” no mercado e inseriu-se de maneira dinâmica no modelo da Revolução Verde; e o estilo 3, por sua vez, é representativo da grande maioria dos agricultores familiares “modernizados” (19%) que só permanecem nesse modelo por não vislumbrarem outra forma de fazer agricultura que lhes permita manter-se no *treadmill* tecnológico em que se encontram inseridos, sustentado através do constante recurso ao crédito. Terceiro, que há um grande grupo, representado pelo estilo 2 (71% dos agricultores familiares), que justamente em razão da sua situação de empobrecimento e vulnerabilidade, encontrasse mais propenso a resistir e buscar alternativas que lhes garanta certo “espaço de manobra” e, deste modo, estabelecer estratégias assentes em atividades de mais baixo custo e menor externalização (como é o caso da atividade leiteira). Estes agricultores, argumentamos, ao adquirirem certo grau de consciência coletiva, através da interpretação da sua situação desfavorável, dispõem-se a produzir “contramovimentos”.

#### **4.1.3 Importância econômica da atividade leiteira na agricultura familiar**

Nesta seção ainda não avançaremos em uma discussão histórica mais detalhada sobre a gênese e a evolução da atividade leiteira no Sudoeste do Paraná, o que será realizado na próxima seção. O que faremos aqui será simplesmente caracterizar, através da análise de algumas variáveis e indicadores, a importância econômica e o grau de mercantilização da atividade leiteira nos estilos de agricultura 1, 2 e 3, pois nestes a atividade destaca-se como uma das mais importantes na dinâmica dos seus sistemas de produção, o que não ocorre nos estilos 4 e 5, que não produzem leite, ainda que neste último estilo (o casal de jovens) conste um efetivo de 6 vacas, contudo, sem informar nenhuma produção. Nessa seção não avançaremos também em nenhuma consideração sobre o processo organizativo decorrente das diferentes situações dos estilos em relação à atividade leiteira, mas fica desde já indicado que, do nosso ponto de vista, elas possuem relação com a forma de organização institucional do SISCLAF, que estudaremos adiante, na seção 4.3 dessa dissertação.

Observando a Tabela 13, logo abaixo, auferimos que, dos 1.586.323 litros de leite produzidos no ano agrícola de 2004-2005 por 83 dos 100 agricultores familiares de Itapejara d’Oeste que fazem parte da nossa amostra: o grupo 1 produz 8% do leite e fatura 8,26% do valor de venda total; o grupo 2 produz 47,96% do leite e fatura 41,73% do valor de venda

total; e o grupo 3 produz 44,03% do leite e fatura 51% do valor de venda. Todavia, no estilo 1, apenas um produtor produz 85.919 litros, quase 70% do leite do seu grupo e ganha 72% do valor de venda, ou seja, é um produtor altamente especializado. Na verdade, ele é o terceiro maior produtor do município. Os outros dois maiores pertencem ao estilo 3 e juntos produzem 451.440 litros, 65% do leite e 70% do valor de venda do grupo. Por outro lado, 86% dos agricultores do estilo 2 produzem leite (61) e representam 61% dos produtores de leite do município, mas 34% dos produtores deste estilo possuem apenas 5 vacas ou menos e consomem 4,5% do leite que produzem, 30% do queijo e 65% da manteiga. Enfim, não avançaremos mais nos detalhes, pois os dados da Tabela 13 “falamos por si”, mas a conclusão a que estes números podem nos levar é que, alguns poucos produtores (especialmente os do estilo 1 e do estilo 3) concentram grande parte da produção, a qual é vendida, sobretudo, às médias e grandes indústrias de laticínios; enquanto uma enorme e dispersa quantidade de pequenos produtores (os do estilo 2), que tem na atividade leiteira uma forma de resistência e uma estratégia produtiva fundamental para a sua reprodução, forma a grande massa da qual se constitui a base social da “CLAF Itapejara”, e por generalização, de todo o SISCLAF.

**TABELA 13** - Itapejara d'Oeste – Quantidades produzidas, consumo familiar, quantidades vendidas e valores de venda de leite e derivados, por estilo de agricultura, ano 2004-2005

| Estilos |       | Qt. Produzida Leite | Consumo Familiar Leite | Qt. Vendida Leite      | Valor Venda Leite         | Qt. Produzida Queijo | Consumo Familiar Queijo |
|---------|-------|---------------------|------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------|-------------------------|
| 1       | Média | 15.875              | 437                    | 15.243                 | 8.850,66                  | 675                  | 37,5                    |
|         | Soma  | 126.999             | 3.494                  | 121.941                | 70.805,30                 | 2.700                | 300                     |
| 2       | Média | 10.716              | 484                    | 9.227                  | 5038,76                   | 207                  | 38                      |
|         | Soma  | 760.839             | 34.374                 | 655.147                | 357.752,22                | 9.107                | 2.707                   |
| 3       | Média | 36.763              | 420                    | 35.951                 | 22.563,76                 | 153                  | 40,5                    |
|         | Soma  | 698.485             | 7.965                  | 683.075                | 428.711,43                | 1.526                | 770                     |
| Total   | Média | 15.864              | 458                    | 14.601                 | 8.572,69                  | 229                  | 38                      |
|         | Soma  | 1.586.323           | 45.833                 | 1.460.163              | 857.268,95                | 13.333               | 3.777                   |
| Estilos |       | Qt. Vendida Queijo  | Valor Venda Queijo     | Qt. Produzida Manteiga | Consumo Familiar Manteiga | Qt. Vendida Manteiga | Valor Venda Manteiga    |
| 1       | Média | 300                 | 2.861,35               | 36,5                   | 9,1                       | 0                    | 0,00                    |
|         | Soma  | 2.400               | 22.890,79              | 73                     | 73                        | 0                    | 0,00                    |
| 2       | Média | 91                  | 792,92                 | 15,7                   | 3,2                       | 1                    | 2,94                    |
|         | Soma  | 6.400               | 56.297,03              | 298                    | 228                       | 70                   | 208,64                  |
| 3       | Média | 13                  | 118,60                 | 34                     | 7                         | 3,8                  | 11,29                   |
|         | Soma  | 252                 | 2.253,31               | 204                    | 132                       | 72                   | 214,60                  |
| Total   | Média | 90,50               | 814,41                 | 21,3                   | 4,33                      | 1,42                 | 4,23                    |
|         | Soma  | 9.052               | 81.441,13              | 575                    | 433                       | 142                  | 423,24                  |

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo de 2005 de Perondi (2007).

Observando os dados da Tabela 14 abaixo, podemos realizar algumas considerações sobre os meios de produção utilizados para a produção de leite. Todos os 5 produtores de leite do estilo 1 possuem ordenhadeira mecânica, não obstante apenas aquele um acima citado possua tanque de resfriamento de expansão e, ele e mais um, possuam ensiladeira para preparar a alimentação das 14 vacas que possuem em média (embora o tal produtor possua 42

vacas), sendo que 13% do rebanho do município pertence aos produtores deste estilo. Já no estilo 2, que em conjunto possui 60% do rebanho do município, a média é de 6 vacas, sendo que o maior produtor deste estilo possui 22 e quatorze outros produtores possuem mais de 10 vacas. 16% dos produtores de leite do estilo 2 possuem tanque de resfriamento (sendo que apenas 3 são de expansão), 26% possuem ordenhadeira mecânica e 11,47% possuem ensiladeira. Ao passo que no estilo 3, 37% dos seus 16 produtores de leite possuem resfriador (sendo que apenas 1 é de imersão), 43,75% possuem ordenhadeira mecânica, mas apenas 1 produtor possui ensiladeira. Em conjunto, os produtores do estilo 3 possuem 27% do rebanho de vacas de leite do município de Itapejara.

**TABELA 14** - Itapejara d'Oeste – Principais meios de produção utilizados na produção de leite por estilo de agricultura, ano 2004-2005

| Estilos |       | Qt. Vacas <sup>1</sup> | Qt. Ensiladeira | Qt. Ordenhadeira | Qt. Resfriador Imersão | Qt. Resfriador Expansão |
|---------|-------|------------------------|-----------------|------------------|------------------------|-------------------------|
| 1       | Média | 14,17                  | 0,25            | 0,63             | 0,00                   | 0,13                    |
|         | Soma  | 85                     | 2               | 5                | 0                      | 1                       |
| 2       | Média | 6,23                   | 0,09            | 0,23             | 0,10                   | 0,04                    |
|         | Soma  | 386                    | 7               | 16               | 7                      | 3                       |
| 3       | Média | 10,41                  | 0,05            | 0,37             | 0,05                   | 0,26                    |
|         | Soma  | 177                    | 1               | 7                | 1                      | 5                       |
| Total   | Média | 7,60                   | 0,10            | 0,28             | 0,08                   | 0,09                    |
|         | Soma  | 654                    | 10              | 28               | 8                      | 9                       |

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo de 2005 de Perondi (2007).

**Notas:** <sup>1</sup> O estilo 5 possui 6 vacas, que foram contabilizadas na média total e na soma total.

Tendo em vista esta estrutura técnico-produtiva, voltemos nossa análise mais detalhadamente para como os produtores de leite dos três estilos de agricultura familiar do Sudoeste se comportam com relação a alguns indicadores de rendimento e de externalização.

**TABELA 15** - Itapejara d'Oeste – Indicadores do valor de produção de leite e derivados relativos à formação do produto bruto total por estilo de agricultura, no ano de 2004-2005

| Estilo |       | PBT          | PB Animal    | PB Leite e Derivados | CI Leite e Derivados <sup>1</sup> | VAB Leite e Derivados | VAB Rebanho |
|--------|-------|--------------|--------------|----------------------|-----------------------------------|-----------------------|-------------|
| 1      | Média | 123.528,18   | 56.861,27    | 12.318,04            | 22.133,87                         | -9.815,83             | 11.370,88   |
|        | Soma  | 988.225,40   | 454.890,16   | 98.544,29            | 177.070,94                        | -78.526,66            | 90.967,04   |
| 2      | Média | 33.300,43    | 12.829,87    | 6.376,31             | 4.668,98                          | 1.707,33              | 7.944,27    |
|        | Soma  | 2.364.330,73 | 910.920,48   | 452.718,24           | 331.497,63                        | 121.220,62            | 564.043,31  |
| 3      | Média | 92.384,89    | 41.878,87    | 23.282,78            | 21.350,88                         | 1.931,90              | 15.787,62   |
|        | Soma  | 1.755.312,85 | 795.698,61   | 442.372,76           | 405.666,66                        | 36.706,09             | 299.964,69  |
| Total  | Média | 54.718,02    | 21.741,97    | 9.936,35             | 9.142,35                          | 794,00                | 9.606,98    |
|        | Soma  | 5.471.801,50 | 2.174.196,95 | 9.936.35,29          | 914.235,23                        | 79.400,05             | 960.697,73  |

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo de 2005 de Perondi (2007).

**Nota:** <sup>1</sup> O consumo intermediário na produção de leite e derivados é composto pelos seguintes gastos: sal mineral, sal comum, ração, coelho, medicamentos e produtos veterinários, outros gastos com insumos. Apesar de não considerarmos a depreciação das máquinas, equipamentos e instalações, é possível que este CI esteja levemente superestimado.

Observando a Tabela 15, podemos afirmar que: entre os agricultores familiares do estilo 1, em média 13% do seu produto bruto total provém da produção de leite e derivados,

que por sua vez representa 22% do produto bruto de origem animal; entre os agricultores do estilo 2, em média 22% do produto bruto total deriva do leite, que representa 50% do produto de origem animal; e entre os agricultores familiares do estilo 3, a produção de leite e derivados, que representa em média 56% do produto de origem animal, contribui com 15% para a formação do produto bruto total.

Continuando neste tipo de exercício, podemos também analisar como se chega ao valor agregado bruto (VAB) proveniente da produção de leite, queijo e manteiga, que na média contribui com -8% para o produto bruto total (PBT) do estilo 1; 5% para o PBT do estilo 2; e 2% para o PBT do estilo 3. O cálculo necessário para chegarmos ao VAB da produção de leite e derivados é simples: implica em subtrair do produto bruto de leite e derivados o valor do consumo intermediário (CI) de leite e derivados, ou seja, os insumos utilizados para a sua produção, que estão relacionados na nota abaixo da Tabela 15. Para o estilo 1, o consumo intermediário para a produção de leite e derivados (32,06% do CI total) na média representa nada mais nada menos do que 180% do produto de leite e derivados e 18% do produto bruto total. Para o estilo 2, por sua vez, o consumo intermediário para a produção de leite e derivados (20,69% do CI total) representa em média 73% do produto de leite e derivados e 14% do produto bruto total. Finalmente, para o estilo 3, o consumo intermediário para a produção de leite e derivados (29,11% do CI total) representa em média 92% do produto de leite e derivados e 23% do produto bruto total. Claro que todos estes cálculos foram feitos em cima da média de cada estilo e dado o nível de agregação não expressam especificidades de cada unidade produtiva familiar, que certamente apresentam variação.

Destarte, o que a comparação entre todos esses números sobre a atividade leiteira dos três estilos de agricultura familiar de Itapejara d'Oeste mostra, é que, apesar de o estilo 2 ser deveras empobrecido e economicamente vulnerável, bem como a sua produção individual de leite ser pequena e dispersa, no conjunto ele parece demonstrar a existência de sistemas de produção leiteira muito viáveis e com uma considerável competitividade, assentada principalmente nos custos relativamente baixos da sua produção em relação aos outros estilos, como pudemos perceber através dos números sobre o consumo intermediário que calculamos acima. Podemos considerar que o estilo 2 constitui genuinamente aquilo que Ploeg (1994, 2009) referiu-se como um estilo de “agricultura econômica” de produção de leite: uma agricultura com baixo uso de insumos externos e com alta mobilização, uso e reprodução de recursos internos não-mercantilizados. Apesar da produtividade física dos sistemas do estilo 2 não ser tão alta quanto a dos estilos mais intensivos em capital e insumos (que também têm custos mais altos), na medida em que a sua intensificação se dá no trabalho, a estratégia de

agricultura econômica certamente apresenta níveis mais ou menos satisfatórios de eficiência técnica, pois permite que os muitos agricultores deste estilo consigam resistir e permanecer viáveis, fortalecendo a sua condição camponesa através do recurso à atividade leiteira.

Portanto, com algum otimismo, podemos inferir disso que, o fortalecimento da atividade leiteira – fundamentada na mobilização de recursos através de relações não-mercantilizadas e assentadas em princípios como a solidariedade, a reciprocidade e a redistribuição – entre os agricultores familiares do estilo 2 representa uma janela de oportunidade para o desenvolvimento rural a ser aberta pelos atores sociais no território do Sudoeste Paranaense. Por um lado, essa possibilidade depende da situação econômica e do ambiente institucional vigente, da estrutura agroindustrial do ramo de lácteos instalada, bem como das ações das empresas do ramo. Por outro, depende das ações, das práticas e das iniciativas dos agricultores familiares, através de suas organizações. E aí o papel das cooperativas de crédito e de leite e especialmente do próprio SISCLAF é fundamental. Por isso, dedicaremos as duas próximas seções ao aprofundamento da análise dessas questões.

#### 4.2 A “GRANDE TRANSFORMAÇÃO” NA ATIVIDADE LEITEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Desde o início da década de 1990, a atividade leiteira no Brasil vem passando por importantes e intensas modificações, principalmente em decorrência de fatores como a desregulamentação do mercado interno, a abertura comercial e implantação do MERCOSUL e a estabilização econômica instituída a partir do “Plano Real”. Com a crescente elevação da produção nacional de leite, o país, que tradicionalmente ocupava uma posição de importador líquido, passou a ocupar uma posição de exportador líquido do produto, alterando, ainda que de maneira deveras instável, a sua condição no mercado mundial. Isso decorre, em grande medida, dessas mudanças institucionais, as quais vêm ocasionando um processo de reestruturação industrial no setor de lácteos e, conseqüentemente, induzindo um relativo processo de especialização dos sistemas de produção de leite dos agricultores, que por sua vez vêm aumentando o seu nível de mecanização e as suas escalas de produção.

Não obstante o notável crescimento da produção de leite ser um fenômeno nacional, ele tem ocorrido de forma mais substancial e acentuada justamente nos territórios onde há o predomínio de pequenos estabelecimentos rurais, aumentando com isso a importância econômica e social da atividade leiteira e atribuindo-lhe um caráter estratégico na reprodução da agricultura familiar. Este é o caso do Sudoeste do Paraná, que atualmente é a sétima maior região produtora do Brasil e, juntamente com o Oeste do Paraná, o Oeste de Santa Catarina e

o Noroeste do Rio Grande do Sul, formam a “Mesorregião Fronteira Sul”, que em conjunto produz quase 1/5 do leite produzido no Brasil, constituindo-se como a segunda maior região produtora do país, atrás apenas de Minas Gerais, segundo dados do IBGE (2009).

De uma atividade orientada fundamentalmente para a subsistência das famílias e secundariamente para atender a população urbana local, com uma importância até marginal dentre as demais atividades econômicas exercidas pelos agricultores – assim como antigamente foram o milho, os suínos e o feijão e atualmente são a soja, as aves e o milho –, a pecuária leiteira atravessa uma “grande transformação”, parafraseando Polanyi (2000), ao ser reorientada para o mercado – tanto interno como externo –, passando por um processo tardio e ainda parcial, mas certamente irreversível, de “modernização”, a partir da adoção de progresso tecnológico e da incorporação crescente de insumos externos: o que tem provocado um amplo processo de mercantilização da atividade leiteira, como já demonstramos na seção anterior. Neste sentido, o objetivo da presente seção é historicizar e analisar essa “grande transformação” pela qual tem passado a atividade leiteira no Sudoeste do Paraná e no Brasil.

Para isso, estruturamos a exposição em duas subseções. Inicialmente, em 4.2.1 investigamos as raízes históricas da atividade leiteira entre os agricultores familiares do Sudoeste Paranaense, da sua origem à sua evolução recente, destacando a importância diferencial que ela vai assumindo ao longo do tempo. Na sequência, em 4.2.2 avançamos na análise das mudanças institucionais que passam a ocorrer no Brasil desde os anos 1990, causando a emergência de transformações estruturais em toda a cadeia produtiva do leite, assentadas na reestruturação industrial e nas inovações tecnológicas gradualmente incorporadas à atividade leiteira, que vem acirrando a competitividade e consolidando a inserção brasileira na dinâmica do mercado mundial de produtos lácteos.

#### **4.2.1 Gênese e evolução da atividade leiteira no Sudoeste Paranaense**

Apesar de assumir uma importância certamente diferenciada no período posterior a década de 1990, a atividade leiteira é praticada há mais de cinquenta anos no Sudoeste. Ela iniciou imediatamente após o estabelecimento dos colonos em suas propriedades. Alguns até trouxeram uns poucos animais quando migraram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas a maioria foi adquirindo-os e aprendendo a exercer a atividade posteriormente, ali mesmo.

Nós começamos a produzir leite em 1983, mas na minha família nós produzia leite desde que eu era piá. Nós vendia leite nas casas e eu ia entregar a cavalo. Ali onde hoje é ASSESOAR era o Colégio das Irmãs, da [Congregação] Nossa Senhora da Glória. Ai nós estudamos os primeiros anos lá e a mãe pagava em troco de leite. Leite a gente tem 40 anos de experiência. Mas comercialmente, trabalhando o leite



como uma atividade econômica mesmo, foi a partir de 2003, quando a gente começou a vender pra laticínio. (ENTREVISTA 10).

O depoimento acima mostra que a atividade leiteira sempre esteve presente nas propriedades dos agricultores familiares, mas que as relações comerciais em que se inseriam eram diversas daquelas constituídas no período contemporâneo, institucionalmente e economicamente vinculadas a grandes empresas e “Impérios Alimentares” em franca expansão. Desde a década de 1970 a venda direta de leite ao consumidor vinha assumindo uma importância significativa na vida econômica dos colonos, que dirigiam-se até as imediações urbanas para “entregar” os seus produtos; sobretudo nas cidades com maior densidade e crescimento populacional, como Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos. Através dessas práticas eles gradualmente foram construindo um capilarizado e enraizado “mercado informal” de leite, articulado na forma de “cadeias curtas de alimentos”, bastante representativas até os dias de hoje, através das “feiras livres” e principalmente do “leiteiro” que faz entrega em domicílio, com garrafas *pet* ou outros tipos de vasilhame. Essas relações comerciais assentam-se sobremaneira em relações de confiança entre os produtores e os consumidores, que são relativamente indiferentes às questões de regulamentação sanitária, pois a qualidade do produto é reconhecida e valorizada por atributos diferentes daqueles priorizados pela legislação. Os consumidores reconhecem atributos específicos e valorizam o produto por ser “um leite fresco” ou “um leite gordo”. E além dessas especificidades do produto, obviamente contam fatores como a amizade, o interconhecimento e a reputação.

O trabalho de Zotti, Godoy e Triches (2006) mostra em cores vivas, através da transcrição de diversos depoimentos e relatos de agricultores por eles entrevistados, as dificuldades que os agricultores enfrentavam para produzir e comercializar o leite em meio às precárias condições de infra-estrutura de que dispunham. Essas dificuldades só começariam a ser superadas, através da criação de algumas condições mínimas, a partir da segunda metade da década de 1980, por conta de dois fatores fundamentais. Primeiro, a ampliação do serviço de fornecimento de energia elétrica, pois “em 1970, somente 1,1% dos estabelecimentos rurais de Francisco Beltrão possuíam energia elétrica; em 1980, o percentual subiu para 20,3% e, [somente] em 1996, para 91,2%.” (FLORES, 2006, p.73). Segundo, a instalação dos primeiros “laticínios” no território, ou seja, das primeiras indústrias de processamento de leite, como a Latco em 1989, no município de Francisco Beltrão, a cooperativa CAPEG em Pato Branco e a multinacional Parmalat em Enéas Marques, já em 1997. Esses foram os fatores que começaram a causar a “grande transformação” na atividade leiteira da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. Ao estudar o caso da “grande transformação” no caso inglês, Polanyi

percebeu que a constituição da “sociedade de mercado” ocorreu de maneira conjugada à própria Revolução Industrial, vastamente amparada nos desígnios do Estado.

Pode-se fazer uma analogia à forma com que decorreu a industrialização e a constituição do mercado capitalista de leite no Sudoeste Paranaense. Até metade da década de 1980 a atividade leiteira era destinada majoritariamente para o consumo da família, sendo uma pequena parte destinada ao mercado consumidor local. Segundo os dados de Flores (2006, p.30), no ano de 1980 “somente 20,4% do leite produzido foi vendido (1.572.000 litros vendidos de um total de 7.710.000 produzidos). Mas, já em 1996, foram produzidos 13.085.000 litros de leite, e desses, 8.085.000 foram vendidos, o que equivale a 61,8% da produção total.” Realmente, somente a partir de 1985, sob a responsabilidade dos técnicos da EMATER, começariam a ser formadas as primeiras “linhas de leite” e a ser articulada a vinda das primeiras empresas industriais de laticínios para o Sudoeste Paranaense. No depoimento a seguir, um desses técnicos extensionistas explica como este processo foi construído.

Em 1985 eu comecei a criar as primeiras linhas de leite em Nova Prata. Umas 10 linhas de leite no Sudoeste do Paraná. Em 1986 nós compramos as primeiras cargas de vacas, primeiro gir e depois *jersey* cruzada com holandês. Na época o pessoal produzia leite só pra fazer queijo e preferiam engordar o bezerro do que tirar leite. O preço do leite não era atrativo, era tabelado ainda. Ai entrou os queijeiros do Paraguai. Isso ai perdurou mais na região da fronteira, sabe. Faz o que, uns 10 anos atrás que terminou. Mas a gente trabalhou linha por linha de leite, aquelas que tinham potencial. Nessas 10 linhas se fazia 300, 400 km e se recolhia 1000 litros de leite. Se saia do interior de Beltrão, passava por Enéas Marques, passava pelo interior de Salto do Lontra, depois entrava em Nova Prata e chegava aqui com 300, 400 litros de leite. Depois fomos atrás de trazer as empresas. (ENTREVISTA 2).

Naquela época, a primeira empresa que começou a captar leite no Sudoeste do Paraná foi a já citada união das cooperativas tradicionais, a SUDCOOP, que recentemente foi adquirida por uma empresa chamada Frimesa. A cooperativa CAPEG de Pato Branco foi a segunda a exercer essa atividade. Somente em meados da década de 1980 é que iniciou uma grande entrada de novas empresas industriais do ramo de laticínios. Primeiro, uma no município de Nova Prata do Iguaçu e outra no de Realeza, a Latco; que por sua vez adquiriu a estrutura da antiga cooperativa CONFRABEL. A negociação para a vinda de ambos os laticínios foi realizada pelos extensionistas da EMATER-PR. “O de Nova Prata falou pra nós que se tivesse 15 mil litros de leite ele vinha pra cá. Acharmos 15 mil litros de leite daí. Quando os caras se instalaram já era.” (ENTREVISTA 2). Depois, já nos anos 1990, várias empresas começaram a instalar-se no Sudoeste Paranaense: como a Cedrense, a Confepar (atualmente em parceria com a cooperativa CAPEG) e a Parmalat. Segundo informações deste mesmo extensionista, atualmente são trinta e oito (38) firmas que compram leite dos

produtores do Sudoeste, entre pequenas agroindústrias familiares, cooperativas empresariais e de economia solidária e médias e grandes firmas do ramo de laticínios.

Entretanto, os assessores e técnicos ligados aos movimentos e organizações da agricultura familiar possuem uma forte crítica a forma de atuação, a conduta e as práticas dos técnicos da EMATER no fomento ao processo de industrialização da atividade leiteira no Sudoeste Paranaense. Segundo eles, a EMATER assumia uma postura excessivamente estatista, centralizadora e tecnicista, que não ajudou a organizar os agricultores de forma mais autônoma, pois prestava-lhes assistência técnica, produzia e repassava conhecimentos úteis, mas depois entregava todo o trabalho nas mãos das empresas. (ENTREVISTAS 5 e 7).

Essa sempre foi a concepção da EMATER. Diziam: “Olha, nós trabalhamos a formação dos agricultores, o Estado bota dinheiro, nós melhoramos a genética, trabalhamos a qualificação da mão de obra, discutimos pastagens.” Todo aquele papo furado deles. E depois, na hora de dar o próximo passo, de evoluir na cadeia produtiva, diziam: “Agora tá pronto pra nós trazer uma grande empresa pra cá.” A conversa sempre foi essa. O Estado sempre botou um monte de dinheiro, pagava os técnicos, bancava projetos de qualificação dos agricultores e depois eles davam tudo de mão beijada pras empresas. Sempre foi assim. (ENTREVISTA 5).

Essas divergências políticas, históricas entre os técnicos ligados as Ong’s e os ligados ao Estado, vêm sendo reforçadas pela concorrência estabelecida entre ambos por conta da disputa pela mesma fonte de recursos na prestação de serviços de ATER, participando em editais de licitação do MDA. Mas o que nos interessa reter é que ambos partilham de uma percepção generalizada acerca da importância atribuída ao crescimento da atividade leiteira para o desenvolvimento do território e da agricultura familiar no Sudoeste. Da mesma forma, tanto os agricultores familiares como os empresários também partilham dessa percepção.

Nas palavras de um empresário, que atua no ramo de máquinas e implementos:

A tendência da atividade é o crescimento. E com muitos empresários entrando na atividade. Tem muito empresário investindo e lavando o saco [obtendo lucro]. Então é uma coisa que tá mudando o perfil do produtor de leite. (ENTREVISTA 1).

E nas palavras de um agricultor, que também é membro da direção do SISCLAF:

E é a bola da vez né. Hoje é o leite. Que se perdeu o suíno, o grão tá na mão dos grande, pra plantar 2, 3 alqueires de terra, colher 500 sacos de milho, tu vai ter que viver o ano todo com uma despesa de 400 sacos. Então hoje tá identificado que a renda mensal do produtor é o leite. (ENTREVISTA 7).

Portanto, é possível afirmar que existe um estado de grande expectativa em relação ao crescimento da atividade leiteira no Sudoeste do Paraná, que aguça o senso de oportunidade de diferentes atores econômicos que visam adquirir ganhos atuando nessa cadeia produtiva. De fato, nada nos leva a discordar da percepção de todos estes atores. Pois, se em 2006 o

Sudoeste ainda era o décimo segundo território com a maior produção de leite do Brasil, também era promissora a expectativa de que ele certamente galgava uma posição mais elevada. Observando os dados da Tabela 16, entre 1996 e 2006, a produção de leite do Sudoeste cresceu mais de duas vezes em relação à variação do Paraná e também mais do que qualquer outra região do estado. Ademais, se em todas as regiões o crescimento da produção esteve associado à especialização produtiva e à diminuição do número de produtores, essa diminuição teve menor impacto no Sudoeste, demonstrando, além do enorme vigor, o caráter deveras desconcentrado deste crescimento no território. A produção de leite por estabelecimento também cresceu relativamente mais no Sudoeste do que nas outras regiões do Paraná durante o período: 200%! Assim, de fato a promissora expectativa de crescimento pôde ser sobejamente confirmada, pois, segundo os dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do IBGE, em 2009, apesar de o Sudoeste Paranaense continuar sendo o segundo maior produtor do Paraná, ele tornou-se o sétimo maior produtor do Brasil, com 795.825.000 de litros de leite, quase alcançando o Oeste Paranaense, com 909.484.000 de litros produzidos.

**TABELA 16** - Produção total de leite, número de estabelecimentos agropecuários produtores de leite e produção de leite por estabelecimento, entre 1996 e 2006

|           | Produção de leite<br>(em 1000 Litros) |            |        | Estabelecimentos que<br>produzem leite |           |        | Produção/ estabelecimento<br>(em litros) |           |        |
|-----------|---------------------------------------|------------|--------|--|-----------|--------|--|-----------|--------|
|           | 1996                                  | 2006       | Var. % | 1996                                   | 2006      | Var. % | 1996                                     | 2006      | Var. % |
| CentroSul | 58.423                                | 101.763    | 74,2   | 8.441                                  | 5.232     | -38    | 6.921,30                                 | 19.450,10 | 181    |
| Oeste     | 321.211                               | 440.293    | 37,1   | 31.476                                 | 21.207    | -32,6  | 10.204,90                                | 20.761,70 | 103,4  |
| Sudoeste  | 163.727                               | 380.368    | 132,3  | 35.338                                 | 27.355    | -22,6  | 4.633,20                                 | 13.904,90 | 200,1  |
| Paraná    | 1.355.487                             | 2.048.486  | 51,13  | 174.950                                | 118.884   | -32,04 | 7.748                                    | 17.231    | 122,4  |
| Brasil    | 17.931.249                            | 21.433.748 | 19,53  | 1.810.041                              | 1.340.897 | -25,91 | 9.907                                    | 15.985    | 61,35  |

Fonte: Censos Agropecuários – IBGE (1995/96 e 2006).

#### 4.2.2 Mudanças institucionais, reestruturação industrial e inovações tecnológicas

Pode-se dizer que o ambiente de forte competitividade atualmente vigente no setor de lácteos do Sudoeste e do Brasil constitui uma novidade para os agricultores familiares que produzem leite, pois a característica mais marcante do ambiente institucional vivenciado por eles e pela indústria, desde 1945 até 1991, têm sido a constante intervenção do Estado regulando o mercado de leite, através de instrumentos de política pública como o controle das importações e o tabelamento de preços, que, juntamente com os programas sociais de distribuição de leite, no caso do Paraná especialmente o “Programa Leite das Crianças”, fizeram com que o governo se constituísse como o principal demandante do produto. Entretanto, essa situação modificou-se significativamente desde meados da década de 1990 para cá, quando o governo diminuiu a sua demanda em detrimento do aumento da demanda do setor privado e passou a atuar prioritariamente através da adoção de mecanismos indiretos de orientação da produção, mediante políticas de crédito, pesquisa e assistência técnica.

Com o fim do tabelamento, alguns gargalos do setor ficaram patentes, como a baixa produtividade e qualidade dos produtos lácteos, desde os agricultores até a indústria, a existência de capacidade ociosa e os graves problemas de gestão e eficiência das empresas, etc., somando-se a instabilidade inerente a cadeia produtiva do leite, sujeita a constantes oscilações de oferta, provocadas pela sua sensibilidade às flutuações do ambiente econômico, aos subsídios governamentais, à política cambial e às variações climáticas.

**TABELA 17 - Balança comercial de leite e derivados do Brasil, em U\$, de 2005 a 2010**

|                   | Exportações        |                    |                    |                    |                    |                     |
|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
|                   | 2005               | 2006               | 2007               | 2008               | 2009               | 2010                |
| Leites UHT        | 2.194.340          | 5.892.541          | 10.383.563         | 10.811.127         | 9.502.751          | 18.606.456          |
| Leite condensado  | 33.478.539         | 59.653.658         | 41.361.151         | 69.007.686         | 49.065.273         | 54.608.204          |
| Creme de leite    | 163.087            | 291.947            | 292.748            | 361.197            | 161.388            | 15.019              |
| Leite evaporado   | 615.725            | 3.485.939          | 1.901.685          | 4.576.447          | 10.591.913         | 920.503             |
| Leite em pó       | 59.592.033         | 44.155.239         | 181.332.962        | 378.600.383        | 52.072.764         | 19.866.137          |
| logurtes          | 1.561.084          | 1.253.701          | 2.858.339          | 3.129.371          | 3.438.349          | 3.657.554           |
| Soro de leite     | 80.244             | 30.141             | 14.857             | 34.117             | 3.884              | 8.145               |
| Manteigas         | 3.551.326          | 3.222.729          | 9.417.303          | 12.672.238         | 5.457.516          | 16.065.607          |
| Queijos           | 28.856.906         | 20.516.231         | 25.724.166         | 29.988.405         | 21.471.571         | 17.929.644          |
| <b>SUBTOTAL 1</b> | <b>130.093.284</b> | <b>138.502.126</b> | <b>273.286.774</b> | <b>509.180.971</b> | <b>151.765.409</b> | <b>151.543.406</b>  |
| Leite modificado  | -                  | -                  | 25.068.990         | 30.903.785         | 18.262.508         | 23.237.821          |
| Doce de leite     | -                  | -                  | 618.896            | 708.472            | 733.523            | 602.752             |
| <b>SUBTOTAL 2</b> | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>25.687.886</b>  | <b>31.612.257</b>  | <b>18.996.031</b>  | <b>23.840.573</b>   |
| <b>TOTAL</b>      | <b>130.093.284</b> | <b>138.502.126</b> | <b>298.974.660</b> | <b>540.793.228</b> | <b>170.761.440</b> | <b>155.517.842</b>  |
|                   | Importações        |                    |                    |                    |                    |                     |
|                   | 2005               | 2006               | 2007               | 2008               | 2009               | 2010                |
| Leites UHT        | 737                | 5.500              | 2.034              | 1.852              | 4.459,315          | 3.030.204           |
| Leite condensado  | 20                 | 248                | 0                  | 0                  | 133.257,636        | 0                   |
| Creme de leite    | 0                  | 0                  | 5                  | 8                  | 0                  | 0                   |
| Leite evaporado   | 0                  | 0                  | 0                  | 0                  | 0                  | 0                   |
| Leite em pó       | 76.610             | 87.884             | 71.347             | 119.171            | 2.878,208          | 172.921.342         |
| logurtes          | 983                | 1.222              | 2.274              | 777                | 5,977              | 973.366             |
| Soro de leite     | 30.391             | 35.512             | 52.909             | 56.307             | 31.297,429         | 39.628.625          |
| Manteigas         | 1.397              | 2.676              | 2.570              | 3.960              | 16.033,209         | 7.115.751           |
| Queijos           | 11.076             | 21.647             | 19.695             | 29.518             | 60.094,853         | 103.309.231         |
| <b>SUBTOTAL 1</b> | <b>121.215</b>     | <b>154.689</b>     | <b>150.834</b>     | <b>211.593</b>     | <b>248.026,627</b> | <b>326.978.519</b>  |
| Leite modificado  | -                  | -                  | 0                  | 0                  | 1.655,472          | 1.535.566           |
| Doce de leite     | -                  | -                  | 0                  | 0                  | 1.244,108          | 1.791.266           |
| <b>SUBTOTAL 2</b> | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>0</b>           | <b>0</b>           | <b>2.899,58</b>    | <b>3.326.832</b>    |
| <b>TOTAL</b>      | <b>121.215</b>     | <b>154.689</b>     | <b>150.834</b>     | <b>211.593</b>     | <b>250.926,207</b> | <b>330.305.351</b>  |
|                   | Saldos             |                    |                    |                    |                    |                     |
|                   | 2005               | 2006               | 2007               | 2008               | 2009               | 2010                |
| Leites UHT        | 2.193.603          | 5.887.041          | 10.381.529         | 10.809.275         | 9.498.292          | 15.576.252          |
| Leite condensado  | 33.478.519         | 59.653.410         | 41.361.151         | 69.007.686         | 48.932.015         | 54.608.204          |
| Creme de leite    | 163.087            | 291.947            | 292.743            | 361.189            | 161.388            | 15.019              |
| Leite evaporado   | 615.725            | 3.485.939          | 1.901.685          | 4.576.447          | 10.591.913         | 920.503             |
| Leite em pó       | 59.515.423         | 44.067.355         | 181.261.615        | 378.481.212        | 52.069.886         | -153.055.205        |
| logurtes          | 1.560.101          | 1.252.479          | 2.856.065          | 3.128.594          | 3.438.343          | 2.684.188           |
| Soro de leite     | 49.853             | -5.371             | -3.8052            | -2.2190            | -27.413            | -39.620.480         |
| Manteigas         | 3.549.929          | 32.20.053          | 9.414.733          | 12.668.278         | 5.441.483          | 8.949.856           |
| Queijos           | 28.845.830         | 20.494.584         | 25.704.471         | 29.958.887         | 21.411.476         | -85.379.587         |
| <b>SUBTOTAL 1</b> | <b>129.972.069</b> | <b>138.347.437</b> | <b>273.135.940</b> | <b>508.969.378</b> | <b>151.517.382</b> | <b>-175.435.113</b> |
| Leite modificado  | -                  | -                  | 25.068.990         | 30.903.785         | 18.260.853         | 21.702.255          |
| Doce de leite     | -                  | -                  | 618.896            | 708.472            | 732.279            | -1.188.514          |
| <b>SUBTOTAL 2</b> | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>25.687.886</b>  | <b>31.612.257</b>  | <b>18.993.131</b>  | <b>20.513.741</b>   |
| <b>TOTAL</b>      | <b>129.972.069</b> | <b>138.347.437</b> | <b>298.823.826</b> | <b>540.581.635</b> | <b>170.510.514</b> | <b>-174.787.509</b> |

Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados cedida por Milkpoint (2010)

Mesmo assim, apesar de o preço do leite vir apresentando tendência constante de queda desde 1973, a partir do início da última década a produção e o consumo interno têm se elevado, ao passo que as importações têm reduzido e as exportações aumentado, o que fez com que o ano de 2004 fosse marcado pela ocorrência histórica do primeiro saldo positivo na sua balança comercial. O Brasil tradicionalmente era um importador líquido de leite e derivados durante todo o período de vigência da política de tabelamento de preços, contudo, o país ocupa uma posição de exportador líquido. Pode-se afirmar que, passados 20 anos desde o fim da regulação estatal do mercado de leite através da política de tabelamento, esta foi a mais marcante mudança institucional experimentada pela atividade leiteira no país. Contudo, alerta-se que esta condição está longe de ser estável, pois como podemos ver na Tabela 17, que mostra os resultados da balança comercial brasileira para leite e derivados de 2005 até 2010, os saldos comerciais, que até 2008 apresentavam-se crescentes, despencaram em 2009 e em 2010 foram negativos. Do todo modo, apesar do cambio valorizado (que torna menos competitivas as condições de exportação do produto brasileiro) e da ameaça de aumento da inflação (que tende a fazer o governo importar leite mais barato dos países do MERCOSUL, como a Argentina e o Uruguai), até março de 2011 a balança comercial de leite e derivados vinha mantendo-se positiva em U\$ 22.686.534,00.

Gnoatto, Vargas e Nunes (2009) mostram que entre 1990 e 2007, portanto depois da desregulamentação, a produção de leite no Brasil aumentou 80,43%, estimulada tanto pelo crescimento do consumo interno como pela ampliação do mercado externo. E três estados vêm destacando-se entre os seis maiores produtores nacionais: Santa Catarina, Goiás e Paraná. O aumento da produção na tradicional Minas Gerais foi de cerca de 70% abaixo do crescimento nacional e a produção paulista reduziu 17% no período. Embora com produção menores, Rondônia, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Sergipe apresentaram grande expansão no volume produzido a partir do início dos anos 90. A produção de leite no Brasil aumentou de 17,93 bilhões de litros em 1996 para 21,4 bilhões de litros em 2006, o que representa um aumento de 19,53%. Esta mesma quantidade, quando comparada com a de 1970, representa uma variação de 245,16% na produção de leite no país. Ainda, de acordo com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), que ao invés de dados censitários utiliza informações fornecidas por “informantes qualificados”, a produção brasileira de leite chegou a 29,1 bilhões de litros em 2009, num valor que chega a mais de 18 bilhões de reais.

Todo esse processo de transformação desencadeado por mudanças institucionais como o fim da política de tabelamento de preços, a abertura comercial do país e a estabilização da economia desde o início do Plano Real, tem ensejado um grande afluxo de pesquisadores

interessados em estudar a cadeia produtiva do leite. O estudo de Jank e Galan (1997) sintetizou o conhecimento existente até o final dos anos 1990 e influenciou sobremaneira os trabalhos posteriores, especialmente aqueles informados pela Nova Economia Institucional e a Economia dos Custos de Transação. O trecho desses autores abaixo reproduzido, de modo geral exprime a habitual opinião da maioria dos analistas e estudiosos do assunto.

O sistema agroindustrial do leite no Brasil passou por mudanças estruturais profundas desde o início dos anos noventa, com o desenvolvimento de um ambiente competitivo completamente novo que resultou da desregulamentação do mercado, da abertura comercial ao exterior e ao Mercosul e do processo de estabilização da economia. Liberalização e diferenciação de preços da matéria-prima, guerras de ofertas nas gôndolas dos supermercados, entrada de produtos importados, aquisições e alianças estratégicas no meio empresarial, ampliação do poder dos laticínios multinacionais e dos supermercados, ampliação da coleta a granel, redução global do número de produtores, reestruturação geográfica da produção, problemas de padronização do produto e a amplitude de um pujante mercado informal são itens que formam o cotidiano do setor. Neste momento, seguramente ainda estamos no meio do turbilhão das mudanças institucionais, organizacionais e tecnológicas deflagradas no início da década de 1990 (JANK; GALAN, 1997, p.3).

Assim, nos últimos anos, diversas empresas e cooperativas empresariais que atuavam em outros setores e cadeias produtivas passaram a investir pesadamente na agroindústria de lácteos, ampliando a oligopolização do setor.

**TABELA 18** - Maiores empresas de lácteos que atuavam no Brasil, em 2007

| Ranking | Empresa  | Vendas (R\$ milhões) | Ranking | Empresa       | Vendas (R\$ milhões) |
|---------|----------|----------------------|---------|---------------|----------------------|
| 1°      | Nestlé   | 6.613,90             | 9°      | Batavo        | 620,8                |
| 2°      | Itambé   | 1.832,00             | 10°     | Embaré        | 481,2                |
| 3°      | Garoto   | 1.553,30             | 11°     | Letbom        | 469,2                |
| 4°      | Parmalat | 1.295,70             | 12°     | Tangará       | 380,5                |
| 5°      | Danone   | 1.070,10             | 13°     | Leco          | 366,2                |
| 6°      | DPA      | 1.036,40             | 14°     | Kibom Sorvane | 356,7                |
| 7°      | Batávia  | 889,9                | 15°     | Confepar      | 353,8                |
| 8°      | Vigor    | 771                  | 16°     | Bom gosto     | 327,5                |

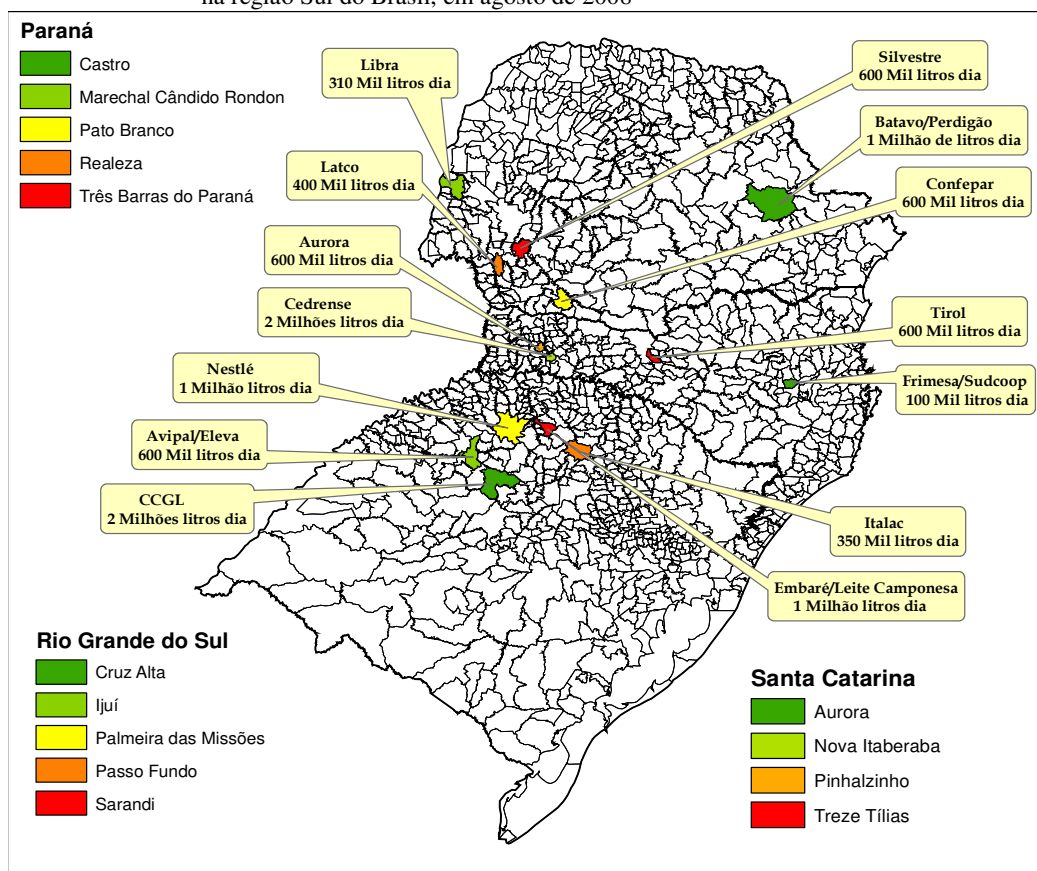
Fonte: adaptado de Gnoatto, Vargas e Nunes (2009, p.15).

A Tabela 18 lista o nome e o valor das vendas das dezesseis maiores firmas que em 2007 atuavam no setor de lácteos no Brasil. Não obstante o processo de oligopolização ser um fato inegável e a “leitura” acima exposta apresentar elementos e tendências certamente verdadeiros, segundo Magalhães (2007), o entendimento que ela oferece possui alguns limitantes do ponto de vista analítico. Por exemplo, a importância dos fatores exógenos e das tendências macro são sobredimensionados, ao mesmo tempo em que são subdimensionadas as estratégias endógenas e as relações específicas que as empresas agroindustriais, os produtores de leite e as organizações da agricultura familiar mantêm, contribuindo sobremaneira para a produção de situações particulares e para a atribuição de certas características locais aos mercados de leite, determinadas por instituições próprias de cada território. Este é exatamente

o caso do Sudoeste do Paraná e de toda a Mesorregião Fronteira Sul, onde os sistemas de cooperativas singulares e centrais de leite, organizadas no “Fórum Sul do Leite”, exercem um papel fundamental na correlação de forças que influencia a estrutura e a dinâmica do mercado.

Abaixo, a Figura 4 mostra a localização geográfica e o tamanho dos novos projetos industriais das principais empresas que atuam no setor de laticínios na região Sul do Brasil. Pode-se observar que a maioria dos projetos (a não ser duas exceções) estão situados justamente dentro ou no entorno da Mesorregião Fronteira Sul, coincidindo com a área de atuação das cooperativas de leite da agricultura familiar.

**FIGURA 4** - Projetos de novas plantas industriais de empresas que atuam no setor de laticínios na região Sul do Brasil, em agosto de 2008



Fonte: Gnoatto, Vargas e Nunes (2009, p.20).

Em seu trabalho sobre seis cooperativas singulares vinculadas ao SISCLAF, David (2009) também pesquisou alguns elementos sobre as opiniões e o comportamento dos empresários do ramo de laticínios. Neste trabalho, o autor definiu com as seguintes palavras as formas de conduta e as principais estratégias das empresas industriais pesquisadas.

[As empresas] comercializam a produção nos estados do Sul e principalmente na região Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e compram leite de cooperativas da agricultura familiar, cooperativas empresariais, de associações de produtores, além,



de empresas privadas, mas tem uma opção clara pela compra direta dos agricultores. Segundo os diretores, a relação com os produtores é mais tranqüila e a margem de negociação é maior. 70% dos fornecedores de leite das três indústrias pesquisadas são produtores com menos de 6.000 mil litros/mês, ou seja, pequenos produtores que trabalham com baixa tecnologia e produzem leite considerado barato, em função do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis nas propriedades. Todas afirmaram possuir espaço de mercado, no entanto, está faltando matéria-prima de boa qualidade para poder oferecer produtos de qualidade superior e atender mercados mais exigentes. Sobre a parceria das indústrias com as cooperativas CLAF's para fornecimento de leite, o posicionamento dos diretores também é visto de forma diferente. Para uma das empresas, a relação de parceria é vista como estratégica, desde que bem pactuada, pois, segundo o diretor, a indústria não precisaria se preocupar com o fomento da produção, deixando essa parte para a cooperativa. Para as outras duas empresas, as CLAF's são vistas como concorrentes e a disputa pela base social é intensa. (DAVID, 2009, p.58-59).

Toda essa “grande transformação” nos mercados e nos diversos segmentos da cadeia produtiva do leite, bem como na economia dos territórios produtores da matéria prima, passou pelos processos de mudança institucional e de reestruturação industrial, mas também está fundamentada em uma série de inovações tecnológicas, que repercutem tanto sobre as empresas agroindustriais de lácteos como sobre os agricultores que produzem o leite.

Do lado da indústria, parecem ter sido duas as principais inovações tecnológicas incorridas que causaram maior impacto. Primeiro, a rápida ampliação da coleta a granel de leite previamente refrigerado, reduzindo os custos de captação, possibilitando a eliminação de postos de resfriamento e melhorando a qualidade do produto que chega às plataformas das indústrias. Segundo, a adoção de máquinas e métodos de esterilização e homogeneização do leite, bem como a utilização massiva de embalagem longa vida, do tipo Tetra Pak, que a partir de 1998 ultrapassou o leite pasteurizado tipo C em termos de volume consumido e transformou em definitivo o leite em mais uma *commodity*, permitindo a comercialização a longas distâncias e o armazenamento do produto por prazos longos, sobretudo no varejo.

Do lado do produtor podemos destacar pelo menos quatro tipos de inovação tecnológica importantes, que – apesar de não analisarmos detalhadamente com dados estatísticos para todo o Sudoeste pudemos ter uma ideia a partir da caracterização dos estilos de agricultura de Itapejara d'Oeste – com certeza vêm gerando um grande impacto na atividade leiteira do Sudoeste Paranaense. Em primeiro lugar, segundo Rètiere e Khatounian (2009), as técnicas de manejo de pastagens e alimentação dos animais, geralmente baseadas no pastejo permanente (potreiros) ou rotacionado (piquetes) e no fornecimento de milho moído (quirera) e, nas propriedades mais capitalizadas, de concentrado com base em farelo de soja (ração). Em segundo lugar, as técnicas de manejo da reprodução e as tecnologias de melhoramento genético do rebanho. Gradualmente os produtores têm substituído o rebanho tradicionalmente constituído por animais “comuns” ou “mestiços” por animais “de raça” e,

consequentemente, mais produtivos, como o *jersey* ou o holandês, recorrendo principalmente à técnicas de inseminação artificial. Inclusive, a partir de meados dos anos 1990, iniciou-se um programa de inseminação descentralizado, onde eram fornecidos equipamentos e cursos de capacitação para que os próprios agricultores fizessem o trabalho para si e para seus vizinhos de comunidade (ENTREVISTA 6). Terceiro lugar, a utilização de equipamento de ordenha mecânica. Existem basicamente dois sistemas: um é sistema “balde ao pé”, em que o leite é ordenhado e depositado manualmente em um recipiente (tarro) e depois colocado no resfriador, podendo também ser utilizado um “transferidor” tocado por uma bomba de vácuo; o outro é o sistema “canalizado”, onde o leite é transferido diretamente ao tanque de expansão sem manter contato com o ambiente. Obviamente este último é mais custoso e a sua utilização só é viabilizada para produção em escalas maiores. Por fim, em quarto lugar, o resfriamento e conservação do leite, feito através do uso de resfriadores, que podem ser de imersão, onde o tarro é imerso em um tanque com água resfriada (sistema não mais permitido pela legislação vigente), ou então de expansão, onde o leite é depositado em um tanque a granel. Contudo, ainda persiste entre os agricultores menos capitalizados a utilização de geladeiras ou refrigeradores de uso doméstico improvisados para depositar o leite (ENTREVISTA 1).

**TABELA 19** - Número de estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica no Sudoeste Paranaense, em 2006

| Recebeu ATER   | Total  | %      | Pecuária | %     |
|----------------|--------|--------|----------|-------|
| Total          | 44.479 | 100,00 | 21.862   | 49,15 |
| Ocasionalmente | 11.823 | 26,58  | 5.631    | 12,66 |
| Regularmente   | 11.103 | 24,96  | 4.679    | 10,52 |
| Não recebeu    | 21.553 | 48,46  | 11.552   | 25,97 |

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE (2006).

Não é difícil entender que a adoção de uma ou outra tecnologia, que seja mais ou menos adequada às condições de cada agricultor e sistema de produção, passa necessariamente pela aquisição de certas informações e conhecimentos técnicos e contextuais, que por sua vez exigem processos de aprendizado e habituação a certos procedimentos e rotinas. O que se trata claramente de um processo instituído. A maneira mais eficaz de realizar isso é possibilitar que os agricultores tenham acesso à orientação técnica e serviços de extensão rural. Contudo, como podemos ver na Tabela 18, apenas 10,52% dos pecuaristas do Sudoeste recebem orientação técnica regularmente e 12,66% ocasionalmente. De modo que, na maioria dos casos, conforme nos informou um renomado veterinário (entrevista 6), o que têm determinado a tecnologia adotada pelos agricultores é, em primeiro lugar, a capacidade de persuasão dos vendedores de insumos e equipamentos, de acordo com os seus interesses comerciais, e em segundo lugar, a disposição dos agentes responsáveis da entidade

fornecedora de crédito para elaborar um projeto de investimento adequado às condições do tomador. Ou seja, o poder de agência, a capacidade de escolha e a tomada de decisão dos agricultores são condicionadas e limitadas por estes fatores de ordem institucional.

#### 4.3 A EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA – SISCLAF

O surpreendente crescimento das cooperativas de leite na região Sul do Brasil, e particularmente do Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (SISCLAF) no Sudoeste do Paraná, parece em alguma medida estar desafiando certas tendências macroestruturais, como a globalização do mercado de lácteos, a concentração industrial e captação da matéria prima por grandes multinacionais e a exclusão generalizada de agricultores familiares pequenos produtores de leite, preconizadas pela maioria dos “estudos de mercado” orientados por abordagens teóricas mais convencionais.

Magalhães (2007) criticou as limitações teóricas dessas abordagens, sobretudo porque a maior parte dos estudos se concentrava na análise da concorrência das empresas pelo mercado consumidor, mas não abordava ou abordava de maneira superficial e insuficiente os problemas do acesso à matéria prima e da conflituosa relação com seus fornecedores. Em seguida, baseado na Sociologia Econômica de Neil Fligstein (1999, 2001), sustentou uma interpretação teórica alternativa, segundo a qual os mercados deveriam ser analisados sob uma perspectiva territorial, a partir do conceito bourdieusiano de “campo”. O autor argumenta que os mercados são mais bem caracterizados pela relação entre as organizações concorrentes de um mesmo segmento do que pela relação entre produtores e consumidores e utiliza a noção de “habilidades sociais” para expressar a capacidade que as cooperativas de leite da agricultura familiar da Mesorregião Fronteira Sul tiveram para mobilizar capital social, simbólico e tecnológico, formar uma nova identidade em torno da produção familiar de leite, estimular a cooperação e manter estáveis as relações com seus fornecedores. Através de uma terminologia diferente, o que o autor enfatizava era que toda a trajetória comum, enraizada (*embeddedness*) nas concepções mentais dos atores, jogou um papel fundamental para a inovação institucional materializada no cooperativismo de leite, que alterou significativamente a forma organizacional dos produtores da agricultura familiar e a dinâmica do mercado territorial.

Aceitamos e corroboramos a crítica delineada por Magalhães (2007) às teorias convencionais e também concordamos com a sua opinião sobre o resultado das ações das cooperativas de leite da agricultura familiar. Obviamente, isso não significa aceitar que os processos de caráter macroestruturais não representam uma importante dimensão da realidade,

mas sim que as teorias convencionais não são as mais adequadas para representar essa realidade e que estes processos sozinhos não explicam toda a complexidade existente em alguns dos principais territórios produtores de leite do país. Por exemplo, no caso do Sudoeste Paranaense, a atuação (ainda que pouco articulada) de uma diversidade de atores sociais e instituições locais vêm alterando a correlação de forças entre os grupos e classes sociais que atuam no território e, conseqüentemente, atribuindo características diferenciadas à estrutura e à dinâmica do mercado de leite, contribuindo para a construção coletiva de estratégias de desenvolvimento rural assentadas na organização social dos agricultores em torno da atividade leiteira. Contudo, os resultados da nossa pesquisa, que serão discutidos nessa seção, parecem indicar que há um serio risco de que o aprofundamento e a sustentabilidade desses processos estejam sendo comprometidos, talvez já no médio prazo. Expliquemo-nos melhor.

No ano de 2009 o faturamento das cooperativas de leite associadas ao SISCLAF, que comercializam o produto através da Cooperativa Central, chegou a quase 30 milhões de reais. As 27 cooperativas municipais de leite CLAF's em seu conjunto agregam algo em torno de 22% dos produtores de leite, mas captam apenas cerca de 6% do total do leite produzido no Sudoeste Paranaense, notadamente entre os agricultores familiares menos capitalizados e com uma produção média de 30 litros por dia, em geral pertencentes ao “estilo de agricultura 2”, descrito na seção anterior, que seriam provavelmente excluídos da atividade em nível comercial caso não existissem as cooperativas como uma alternativa de integração econômica de caráter coletivo. Mas, essa forma de atuação do SISCLAF junto aos agricultores, e como consequencia disso a sua forma de inserção competitiva em um mercado cuja rivalidade entre as empresas é enorme, tem implicado na dificuldade em estabelecer uma estratégia econômica e institucional clara, objetiva e articulada frente ao acirramento da concorrência no território.

Assim, uma contradição de cunho econômico nasce da necessidade de ao mesmo tempo atender os interesses imediatos de uma base social frágil e heterogênea e de viabilizar a estrutura e a competitividade do Sistema como organização econômica. Soma-se a essa contradição uma outra, de cunho político, associada ao tensionamento de certos valores partilhados pelos atores pertencentes ao SISCLAF e ao novo cooperativismo em geral e por aqueles ligados aos outros movimentos e organizações da agricultura familiar. O depoimento abaixo expressa a habitual opinião sobre o assunto, segundo a qual o SISCLAF estaria correndo o risco de deformar seus valores solidários, de democratização econômica e inclusão social, em detrimento de uma estratégia industrial guiada por valores puramente mercantis e empresariais, o que poderia vir a comprometer o seu próprio sentido enquanto instituição.

E o grande desafio do SISCLAF hoje é fazer com que os agricultores lá da base compreendam que a indústria é mais um processo econômico de consolidação e agregação de valor, entre outros. Se o Sistema não trabalhar essa transformação dos seus valores e essa reconversão da base, que no início era forte e depois foi decaindo, num prazo de 10 anos, no máximo, a tendência é ou nos transformarmos em cooperativas tradicionais ou falirmos. Sendo curto e grosso. Esse processo é um grande desafio que tem que ser enfrentado. Mas é um desafio que não é totalmente consciente dentro da própria direção. (ENTREVISTA 19).

O objetivo dessa seção é compreender como o SISCLAF, através de suas ações, práticas e iniciativas, conseguiu estruturar-se e inserir-se competitivamente em um ambiente econômico tão hostil como é o do mercado territorial de leite e analisar a sua habilidade (ou não) de induzir e articular a cooperação entre os atores, movimentos sociais e organizações econômicas do território, no sentido de construir uma estratégia coletivamente deliberada de desenvolvimento rural baseada no fortalecimento da atividade leiteira. Em termos teóricos, o que nos interessa compreender é se o SISCLAF representa efetivamente um dispositivo coletivo de ação econômica com real capacidade de firmar uma postura contra-hegemônica enraizada em relação ao crescente processo de mercantilização da atividade leiteira no Sudoeste Paranaense (os assaltos do “moinho satânico”) e, assim, construir e operar um projeto de desenvolvimento rural que tenha nessa atividade um eixo articulador dos “contramovimentos” da agricultura familiar.

Para darmos conta deste objetivo organizamos a exposição do texto em três subseções, cada uma referente a uma fase da história institucional do SISCLAF. Inicialmente, em 4.3.1 analisamos as práticas dos grupos de produtores que viriam a constituir as primeiras cooperativas de leite, as suas ações na relação com os laticínios e a iniciativa de organizarem-se territorialmente em um Sistema e de estruturá-lo, no período entre 1997 e 2005-07. Em 4.3.2 analisamos o período entre 2005-07 e 2009, quando o Sistema, além de representar e organizar a comercialização do leite das cooperativas singulares associadas passa a criar estruturas administrativas e de captação e industrialização da matéria prima, estabelecendo novas relações com as empresas de laticínios, assumindo uma nova postura com a base e um novo papel na dinâmica do mercado de leite. Finalmente, em 4.3.3 analisamos o período recente, que inicia a partir de fevereiro de 2010, quando o Sistema sofre um calote de mais de 1 milhão de reais e, para conseguir receber a dívida, assume uma outra unidade industrial da empresa devedora e passa a atuar fortemente na industrialização de produtos lácteos. Esse processo vem alterando a sua posição competitiva no mercado de lácteos, mas também modificando a qualidade da sua relação com os outros grupos, classes sociais e organizações do território e, sobretudo, com os próprios agricultores familiares produtores de leite.

### **4.3.1 Da organização dos grupos de base à estruturação do Sistema: a construção social de um dispositivo coletivo de ação econômica**

Como discutimos no capítulo anterior, desde 1992 havia um debate entre as organizações da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná, notadamente a ASSESOAR, o sindicalismo cutista e o movimento associativista, referente à qual seria a melhor forma de organizar os agricultores familiares, se por vizinhança ou por cadeia produtiva. Como vimos, a forma escolhida foi a por vizinhança, que por sua vez encontrou limites justamente na sua incapacidade de organizar economicamente os agricultores, devido à enorme diversidade de seus sistemas produtivos e de seus interesses econômicos imediatos. Assim, após a experiência do Sistema Cresol, começou a emergir um debate sobre a organização de cooperativas de produtores de leite, culminando na constituição das primeiras quatro CLAF's, nos municípios de Renascença, Dois Vizinhos, Marmeleiro e Nova Prata do Iguazu, em 1998.

Tanto essas primeiras quatro cooperativas de leite como todas as outras cooperativas formadas posteriormente foram constituídas a partir de um conjunto de pequenos grupos de agricultores organizados por comunidades rurais de cada município, os chamados “grupos de base”. Toda a concepção pedagógica e o processo organizativo eram promovidos por alguns profissionais que prestavam assessoria aos agricultores através desses grupos. A intenção dos técnicos era incentivar a organização de base entre os agricultores, produzindo neles uma mentalidade de que seriam fortes se estivessem unidos. Para isso, foram estabelecidos canais de discussão entre os grupos, envolvendo também diversos atores – como os ligados à assistência técnica e extensão rural e ao poder público municipal – já com o intuito de organizar a comercialização coletiva e de dar corpo à idéia de uma Central.

E nós sempre dizíamos - “Nós vamos fazer a parte comercial pela união dos produtores, vender e comprar insumos no coletivo, vender o leite no coletivo.” Daquela concepção que houve então, no início, essa organização dos agricultores. E daí começou aquelas primeiras cooperativas. (ENTREVISTA 6).  
Então desde que se criou as primeiras 4 CLAF's sempre teve a Central. Informal, mas teve. E todo o mês elas se encontravam e faziam reuniões sistemáticas, com os representantes de associações ou com os grupos de produtores de leite. E com muita frequência, para que circulasse informações, para que as cooperativas conversassem, para que houvesse um ambiente de diálogo e principalmente para eles construírem a proposta em conjunto em um processo de educação cooperativa. Então, isso era feito em cada CLAF singular. E ao mesmo tempo a gente fazia uma reunião com todas as CLAF's, com os presidentes, com as direções. (ENTREVISTA 4).

E associado a este trabalho de cunho organizativo e pedagógico, de formar os grupos por afinidade e de estabelecer objetivos e metas comuns entre os produtores, havia também um trabalho de cunho técnico, de repasse de informações úteis e de orientação sobre o manejo

do gado leiteiro e a qualidade do leite. Deste acúmulo se constituíram as CLAF's. O que, por um lado, serviu para institucionalizar o que antes era eminentemente informal, mas, por outro, foi gradualmente transferindo os espaços de decisão dos grupos de base existentes nas comunidades para grupos mais restritos, formados pelos diretores das cooperativas singulares.

Qual era o sentido do grupo? [Explica-nos um ex-diretor.] O grupo, a ideia assim, era organizar 8 ou 10 famílias que entregavam leite. O sentido do grupo era a formação. Você ia fazer um trabalho de assistência técnica, então tu reunia um grupo pra aquilo. Ai dentro tinha um coordenador do grupo. Era um cara que ia vendo as dificuldades do grupo, na área de produção, ou de tecnologia, de manejo, ou de qualquer outra coisa, e pudesse levar isso pra cooperativa, pra se encaminhar uma forma de resolver. Só que isso funcionou nos primeiros três anos e depois não funcionou mais. Ali faltou um pouco de empenho, ou as pessoas foram entendendo as coisas de maneira um pouco diferente e não conseguiu avançar naquilo que se pensava sobre os grupos na organização da produção. (ENTREVISTA 10).

É curioso observar como um intenso processo coletivo de deliberação reflexiva foi sendo construído e logo em seguida desestruturado. Um entrevistado narrou-nos de forma detalhada alguns aspectos de uma experiência de negociação coletiva que os agricultores foram desenvolvendo com as empresas acerca dos problemas comuns que eles enfrentavam e cujas soluções eram encaminhadas através da interação e do diálogo entre ambos. Tratou-se de uma interessante experiência, que incluiu aprendizado coletivo, resolução conjunta de conflitos e inovação de processos, em que participaram tanto os agricultores cooperativados na produção de leite como os empresários ou representantes de vários laticínios.

A experiência inicial foi no final dos anos 1990, em 1998 e 1999, quando a gente começava a ter comercialização de leite e a pensar como fazer isso melhor. Como a LATCO era a empresa que mais recolhia leite na época, as primeiras rodadas de negociação foram com ela. A primeira rodada aconteceu em Dois Vizinhos, depois em Nova Prata e depois em Marmeleiro e Renascença. E daí, depois disso, as cooperativas começaram a comercializar conjuntamente o leite com as empresas. Como é que a gente fez? Reunimos os representantes dos grupos e dos núcleos, de manhã. Com umas 15 pessoas numa sala, entre direção da CLAF e os representantes dos grupos, nós montamos um quadro com os problemas encontrados na comercialização do leite. Desde qualidade, transporte, teste, padrão. Fizemos uma lista com os produtores. De manhã fizemos isso e a tarde, naquela ocasião, chamamos a LATCO. Pois a negociação ocorria com várias empresas separadas. Então havia toda uma preparação. Porque não adiantava nós reunir os agricultores e deixar cada um dizer o que pensava sobre o problema. Não, a ideia era saber quais eram os problemas principais, localizar os mais estratégicos e discutir com a empresa. Os outros iam se resolvendo na caminhada. Então isso foi feito com grande sucesso no período inicial. Claro, na medida em que isso ia se fazendo os problemas iam diminuindo. Então se fazia isso de uma forma muito educativa. Tanto a LATCO como o SISCLAF aprenderam muito nessas negociações. Mas na medida em que vai passando o tempo os grupos começaram a definir e os diretores das cooperativas vão tomando sozinhos as decisões. Conforme aumentou as empresas foi ocorrendo outra história. (ENTREVISTA 4).

Posteriormente, este processo orgânico de participação dos grupos de base nas instancias de decisão foi se perdendo, mas foi dessa interação que se criou as condições

cognitivas e a percepção da necessidade de institucionalizar formalmente uma estrutura organizativa que articulasse as várias cooperativas singulares CLAF's que vinham surgindo nos municípios em torno de uma Cooperativa Central. Foi muito participativo e até espontâneo o processo deliberativo que deu origem a formação do SISCLAF. De uma maneira parecida com a do Sistema CRESOL, a Central SISCLAF, que é ao mesmo tempo uma estrutura de representação política e uma estrutura operacional do tipo “base de serviços”, articula as CLAF's municipais na forma de uma organização territorial em rede.

Na verdade o SISCLAF já existia, mas era informal. O SISCLAF era um nome fantasia. Só tinha uma ata pra anotar as coisa e tal. Mas não tinha nada documentado, formal, uma central das cooperativa; até pra questão de buscar recursos públicos de projetos e tal. Então em março de 2003 foi feita a questão de montar uma coisa juridicamente bem concreta. E daí numa assembléia foi aprovada a criação do SISCLAF. Então a primeira presidência era três pessoas da executiva, mais três do conselho de administração e mais seis do conselho fiscal. E ninguém montou chapa, todo mundo votou em todo mundo, e acabou no final por um voto eu sendo eleito presidente do SISCLAF. (ENTREVISTA 10).

A Central SISCLAF acabou assumindo dois papéis teoricamente distintos, mas intimamente entranhados na prática: (1) a representação política das cooperativas de leite e (2) a execução operacional das suas atividades econômicas conjuntas. Contudo, de acordo com todas as entrevistas que realizamos, ficou claro que a estrutura operacional vem assumindo um papel predominante, que subordina o papel de representação política. Mas isso só se consolidaria após a criação de uma estrutura centralizada de captação e resfriamento do leite de todas as CLAF's pela Central, permitindo-lhe tanto avançar no processo de industrialização do próprio leite como no processo de comercialização para terceiros, trabalhando com maior volume e capacidade de negociação com as empresas.

Como já discutimos, havia entre os atores participantes do Fórum Regional das Entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná um claro consenso acerca da importância de fortalecer a iniciativa do sistema de cooperativas de leite. Até 2004 a Cooperativa Central não possuía nenhuma infraestrutura, equipamentos de escritório, computadores e impressoras, aparelhos de telefone e fax, nenhum sistema de comunicação e de informatização para fazer o controle contábil e gerencial, nem possuía carros para os técnicos irem a campo. Tampouco as Cooperativas Singulares possuíam qualquer estrutura. O acesso a uma estrutura mínima que permitisse a organização dos trabalhos de rotina e o funcionamento da Central e das Singulares só seria propiciado com recursos do governo federal, através do PRONAT, que viria a se tornar o atual Programa Territórios da Cidadania.

Ai os primeiros três anos foi mesmo uma dificuldade enorme, porque não desfrutava mesmo de estrutura nenhuma. Pra correr os município na formação das



cooperativas tinha que usar o carro próprio. Não tinha outra maneira. Eu tinha um golzinho chalera, o vice tinha um fusquinha velho lá. E nós se bandiemo. Trabalhamo que nem uns loco. Mas em três anos conseguimos criar 17 ou 19 cooperativa. E naquela mesma época começou a discussão dos projeto do Território. Foi então que a gente conseguiu estruturar o SISCLAF. Teve o apoio de todas as entidades participando pra dar condições. Tudo um pessoal que dizia assim - “Não, temos que fortalecer o SISCLAF, porque as cooperativa de leite precisam se mantê.” No último ano do nosso mandato conseguimos um projeto de R\$540.000 pra estruturação. Praticamente 80% dos recursos do Território foram tudo pro SISCLAF. (ENTREVISTA 10).

Apesar do aspecto positivo e impressionante do consenso dentro do Grupo Gestor do Território, que decidiu destinar quase 80% dos recursos do Programa ao SISCLAF, através das entrevistas que realizamos ficou claro que a estruturação das cooperativas e de boa parte da própria atividade leiteira no Sudoeste é excessivamente dependente de recursos advindos das políticas públicas, especialmente PRONAF e PRONAT e, sobretudo, de uma série emendas parlamentares. Somam-se a isso também algumas parcerias com prefeituras municipais, que forneceram estruturas físicas, terrenos e isenções tributárias como contrapartida em projetos para as instalações de uma usina de beneficiamento e industrialização de produtos lácteos e de duas estruturas de recepção e resfriamento do leite.

Não obstante a estruturação do SISCLAF seja deveras dependente de recursos públicos, por outro lado, esse processo também evidencia a capacidade de agência dos atores sociais vinculados à agricultura familiar e organizados através do cooperativismo, como um importante dispositivo coletivo de ação econômica. Justamente por causa do enraizamento (*embeddedness*) político das ações desses atores, constituído ao longo de muitos anos de militância dentro dos movimentos sociais rurais e mesmo dentro das instâncias partidárias, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao poder, estes atores encontraram-se revestidos de uma reconhecida legitimidade e buscaram as instâncias cabíveis ao seu alcance para reivindicar o acesso às políticas públicas e a propor os seus projetos de desenvolvimento.

Assim, através de outro projeto financiado pelo MDA e vinculado ao Programa dos Territórios, em 2005 o SISCLAF conseguiu mais R\$ 360.000 para ampliar uma unidade industrial e adquirir equipamentos para realizar a transformação do leite no município de Itapejara d’Oeste. Com as contrapartidas da prefeitura, na forma de cessão de terreno, calçamento de acesso, poço artesiano, lagoas de tratamento de efluentes, equipe técnica, e do próprio SISCLAF, na forma de área física já construída e de recursos para capital de giro, esse projeto totalizava mais de R\$700.000, como mostra Schneider *et al.* (2007, p.110).

Tratava-se de uma agroindústria anteriormente construída por uma associação de agricultores com recursos de um programa estadual de investimento chamado “Paraná 12 Meses”, mas que teve um problema de contaminação e não conseguiu mais manter a

qualidade dos produtos e, por conta disso, acumulou uma dívida de mais de R\$60.000 junto ao governo do estado. Então o prefeito de Itapejara na época doou o terreno e incentivou a instalação do SISCLAF, que acabou desembolsando mais R\$183.000 pela instalação já existente e R\$23.000 para colocar calçamento. Segundo os dirigentes está tudo pago há tempos. O problema é que a indústria ainda não está funcionando em sua capacidade completa, pois ela só possui inspeção municipal (SIM) e estadual (SIP), mas para os propósitos do SISCLAF, sobretudo o fornecimento de produtos para os programas de alimentação do governo federal e depois outros mercados, é necessário a inspeção federal (SIF), que, segundo os dirigentes, em breve deve estar sendo liberada. Este projeto cuja liberação está em andamento prevê a transformação de 20.000 litros de leite/dia, mas há possibilidade de ampliação da capacidade para até 80.000 litros de leite/dia. A capacidade produtiva e a tecnologia instalada permitem um *mix* de produtos que, além de queijo mussarela e ricota – que a princípio deixarão de ser produzidos ali para serem produzidos apenas em outra unidade industrial recentemente adquirida, cujo processo será analisado adiante –, inclui a fabricação de leite tipo C, iogurte, bebida láctea, manteiga e doce de leite.

Posteriormente, além dessa unidade industrial temporariamente inoperante em Itapejara d'Oeste, desde 2007 o SISCLAF também passou a possuir duas estruturas de recepção e resfriamento da matéria prima, as chamadas “plataformas de leite”, uma no município de Itapejara d'Oeste e a outra no município de Bela Vista da Caroba. Ambas foram construídas com recursos provenientes de emendas parlamentares apresentadas pelo deputado federal Assis do Couto (PT-PR), cada uma num valor de R\$474.000,00 mais contrapartidas com recursos próprios e terrenos doados pelas prefeituras dos municípios em que foram instaladas. No total as duas plataformas juntas custaram algo em torno de R\$1.000.000.

Na época houve duas polêmicas envolvendo a instalação das plataformas. Uma ocorreu no âmbito do Grupo Gestor do Território do Sudoeste do Paraná (GGTESPA), por conta de os projetos de investimento e, conseqüentemente, os recursos das emendas parlamentares correspondentes, não terem passado por dentro do grupo e não ter havido discussões sobre a viabilidade e o sentido deste investimento entre o conjunto das entidades da agricultura familiar. A outra questionava o porquê de elas terem sido instaladas naqueles municípios e não em outros mais centralizados e estratégicos como Francisco Beltrão ou Realeza. De acordo com as informações obtidas, puderam-se conjeturar dois motivos: um é a afinidade política que os prefeitos dos municípios onde foram instaladas as plataformas mantinham com o deputado que conseguiu as emendas e as divergências que os prefeitos dos outros municípios, onde elas não foram instaladas, mantinham com o mesmo deputado; outro

motivo resulta das discussões internas entre os diretores das Cooperativas Singulares e da Central, que optaram pelos tais municípios por um critério de proximidade relativa da maioria das CLAF's em relação aos municípios onde seriam instaladas as plataformas.

As funções e atividades de rotina realizadas nas plataformas são as seguintes: receber o leite que os caminhões tanque recolhem nos produtores; realizar as análises laboratoriais de acidez e de álcool, pois ainda não se faz testes biológicos; classificar o leite recebido por três tipos de qualidade (baixo padrão, padrão e alto padrão); refrigerar e armazenar o leite recebido em dois grandes resfriadores com capacidade para 50.000 litros cada; e, por fim, carregar em grandes carretas do tipo “bitrêm”, geralmente em tanques com capacidade para 40.000 litros e encaminhar para as indústrias de processamento que comprem a matéria prima. Geralmente trabalham quatro funcionários em cada plataforma: um responsável pelo pátio e pela descarga; um laboratorista; um caldeirista; e um gerente geral, responsável pelo controle operacional, pela expedição da matéria prima e pelo controle financeiro. O gerente de cada plataforma faz o controle e fechamento mensal de quantos litros cada Cooperativa Singular entregou na sua plataforma e no fim do mês leva esses dados para a Cooperativa Central, onde é feito um fechamento geral. Em seguida são convocados os diretores de todas as singulares e é feito o pagamento. Cada diretor de singular faz o pagamento para os associados da cooperativa do seu município. O valor repassado por litro é o mesmo para todas as singulares, mudando apenas o percentual de desconto referente ao diferencial do custo total de transporte, rateado entre todas as CLAF's de maneira inversamente proporcional à distância de cada uma em relação às plataformas de leite, para não prejudicar as mais distantes.

O controle de um grande volume de leite em uma estrutura é o principal instrumento de centralização operacional da Cooperativa Central. A forma de operação da estrutura de plataformas representa um ponto polêmico e divide as opiniões dos entrevistados entre argumentos prós e contra, com várias críticas e ressalvas. As críticas em geral estão ligadas a dois fatores: primeiro, aos altos custos de manutenção das plataformas e a perda de qualidade devido ao transporte de longa distância; segundo, o próprio sentido da utilização das plataformas, que é concentrar o poder econômico e o controle operacional nas mãos da Central, através da centralização do leite, dos recursos financeiros e da informação.

Sobre o primeiro fator um assessor cooperativista argumenta os seus prós e contras. A conclusão fundamental a respeito desse ponto é que a plataforma possui uma considerável importância, mas para que ela gere benefícios efetivos, não se pode trabalhar com capacidade ociosa, sendo necessário operar com um grande volume e com leite de boa qualidade.

Eu fiz um calculo pra eles ai. O custo operacional de uma plataforma, com funcionários, encargos, seguro, manutenção, luz, água, energia, todo o processo de PED, caldeira, custa R\$20.000 por mês. Independente de receber 500 mil litros ou se receber 3 milhões de litros. Se você divide R\$20.000 por 3 milhões de litros dá R\$0,006667 centavos. Se você divide R\$20.000 por 500 mil litros dá R\$0,04 centavos. Isso ai é custo fixo. Mas o que está acontecendo? O SISCLAF tá perdendo cooperados e tá caindo a sua escala. E tá começando a comprometer esse processo ai. Esse é um risco. Uma plataforma com menos de 1.500.000 ou 2.000.000 de litros não vale a pena segurar. Porque esse dinheiro aqui tu pode ganhar. É só passar o caminhão, entregar na indústria e você tem no final do mês R\$20.000 a mais. No final do ano são R\$240.000 a mais que você poderia ter. No máximo uma plataforma pode chegar a custar R\$0,015 centavo por litro de leite de custo operacional. No máximo. Hoje é quase R\$0,05 centavos por litro de custo operacional. Você começa a perder competitividade porque começa a ficar muito caro. Vai pagar menos pro agricultor. O agricultor vai comparar. E além desse problema de custo tem a questão de que com o transporte perde qualidade também. O leite fica batendo, esquenta pra cá, mexe pra lá, passa por cano, pode contaminar e vai perdendo qualidade. Pra ser viável tem que passar os 3 milhões de litro/mês, significa passar 100 mil litros de leite/dia. Ai sim compensa. (ENTREVISTA 5).

E outro assessor cooperativista argumenta os prós e contras do segundo fator. A sua reflexão nos permite concluir que as estruturas de plataformas só se viabilizam porque foram construídas com recursos públicos a fundo perdido, pois se houvesse a necessidade de devolver o crédito tomado, o investimento não seria viável. E, além disso, o seu próprio sentido, que é impor uma integração econômica entre as singulares, é passível de contestação, porque acontece assim, via centralização operacional, por força de uma fraqueza política.

Apesar de ser um modelo ultrapassado, elas melhoraram a qualidade e o volume do leite para a venda. Mas muitas vezes o preço fica abaixo do que o próprio laticínio paga ao agricultor. Elas deveriam se viabilizar, sobretudo com a produção local, dos municípios bem próximos às plataformas. E essa visão não existe. Na verdade as plataformas são uma maneira de centralizar a produção, fazendo o leite viajar a distância e aproveitar o mercado *spot*. Que é um mercado muito incerto. Então pra mim não é uma boa estratégia. Ainda que possa ter se mostrado relativamente viável até agora. Ai vem à questão da transparência. Na minha opinião as plataformas deveriam ter outro CNPJ. Não o mesmo CNPJ da Central. Essa devia ser preservada como política. Mas elas são filiais da Central. E misturam todo o dinheiro. Não que precisasse separar, mas na hora de apresentar você agrega tudo ao balanço. E ai vai se perdendo transparência. Dessa maneira a Central tem que patrolar tudo e todos porque salva as plataformas ou afunda todo mundo junto. Você vai criando uma estrutura que foge completamente do controle da base. Por isso que algumas cooperativas não querem se vincular a uma Central que elas de fato não controlam. E esse “basismo” tem a sua razão de ser. (ENTREVISTA 18).

Por um lado, as plataformas contribuem para que a Central obtenha um considerável poder de barganha na sua negociação com as empresas, o que na maior parte das vezes lhe permite conseguir preços melhores do que aqueles conseguidos através da negociação das Cooperativas Singulares diretamente com os laticínios locais. Por outro lado, a partir do momento em que todo fluxo de informação e de recursos passa pela Central, ela passa a possuir um poder sobre as Singulares que não teria apenas por conta do seu papel de

representação política, adquirindo maior capacidade de fazê-las obedecer e assumir as suas determinações “de cima para baixo”. Assim, a integração entre as Cooperativas Singulares parece ocorrer menos por causa de uma identidade sociopolítica compartilhada e mais por causa de uma pressão econômica exercida pela Central, por meio da sua estrutura operacional. A institucionalização de normas e as rotinas internas são assim estabelecidas por meio de uma racionalidade econômica que se impõem progressivamente e se enraízam com muita força.

Mas o fato é que, independente das críticas ao modelo da estrutura de plataformas, a direção do SISCLAF considera a centralização operacional uma estratégia fundamental para a competitividade do SISCLAF – “o passo mais acertado que foi dado” –, pois lhe atribuiu maior autonomia e flexibilidade na hora de negociar com as empresas. O atual presidente afirma que, na média, as melhores negociações que o Sistema havia conseguido antes da existência das plataformas havia sido o preço de referência do Conseleite para leite tipo “padrão” mais 10% no inverno e mais 5% no verão. E depois das plataformas, mesmo considerando a elevação de quase R\$ 0,05 centavos de custo por litro de leite, as piores negociações foram o preço de referência do Conseleite para leite tipo “alto padrão”, o que significa algo em torno de R\$ 0,05 centavos a mais do que Conseleite “padrão” mais 10% mais 5%. Uma média de R\$ 0,12 centavos a mais do que aquele conseguido pelas CLAF’s que negociam direto com as empresas sem passar pela Central. (ENTREVISTA 7).

Isso tem um significativo impacto estrutural do mercado territorial de leite. Gnoatto, Vargas e Nunes (2009) demonstram que nos municípios onde existe uma CLAF, ocorre uma elevação geral de em média 20% no preço do leite, nivelando e estabilizando os preços pagos a todos os produtores dos municípios e não apenas daqueles associados às CLAF’s. O fato de haver o sistema de plataformas permite que esse efeito se homogeneíze para todo o território, porque oferece uma opção de negociação às CLAF’s municipais, que em não conseguindo barganhar melhor preço no município, podem o conseguir vendendo através do mercado *spot*.

#### **4.3.2 Do relaxamento da estratégia de organização da base à evidência dos limites da estratégia orientada pelo mercado: em busca de uma reação adaptativa**

O ponto mais importante a destacar é que, a partir das plataformas de leite, houve uma mudança fundamental na estratégia de atuação do SISCLAF. Se até os idos de 2005 a sua estratégia era controlar o fornecimento de matéria prima, e para isso era necessário realizar um trabalho voltado prioritariamente para a dinâmica da base social dos produtores de leite associados às CLAF’s, depois essa estratégia foi relaxada sobremaneira, e todo o trabalho com os grupos, outrora tão importante, foi completamente deixado de lado. Sobretudo a partir

de 2007, com a instalação das plataformas de leite, a estratégia do SISCLAF passou a orientar-se pelo movimento do mercado, como uma reação adaptativa à percepção que os diretores vinham tendo a respeito dos resultados das estratégias competitivas adotadas pelos laticínios. Mas, via de regra, os gestores e dirigentes dessas empresas eram muito mais experientes e habituados à dinâmica instável e ao ambiente tão hostil do mercado de lácteos do que os diretores do SISCLAF, que até há pouco tempo estavam “pegando na enxada”, conforme depoimentos (ENTREVISTAS 3, 4 e 5). Assim, a partir do momento em que o SISCLAF adotou uma estratégia de negociar no mercado *spot* e de fazer os chamados “leilões de leite”, a incerteza do ambiente começou a aumentar e essas empresas passaram a construir expectativas menos estáveis em relação à sua conduta, desestabilizando o anterior estado de confiança e reciprocidade existente e passando a vê-lo menos como parceiro e mais como competidor pela mesma base de produtores na disputa pelo acesso à matéria prima.

A maneira que as empresas encontraram para estabilizar minimamente o acesso à matéria prima em termos de volume, de qualidade e de regularidade do fornecimento foi adotar estratégias competitivas que têm configurado como verdadeiras “guerras de preço”, lançando mão de incentivos econômicos para “fidelizar” os produtores, através de diferenciação de preços até a gradual bonificação para os fornecedores com maior produção e melhor qualidade. Em contrapartida, na busca por conseguir manter os seus cooperados entregando leite às cooperativas e assim garantir a sua competitividade, o SISCLAF também passou a modificar suas rotinas e a criar (i) uma estrutura de incentivos econômicos e (ii) uma estrutura de incentivos não econômicos.

Os incentivos econômicos são de três tipos. O primeiro, e principal de acordo com David (2009), são as diferentes estratégias de comercialização e formação do preço pago ao produtor que as cooperativas singulares vinculadas ao SISCLAF rotineiramente adotam.

A primeira é atualmente empregada por três cooperativas. Elas não negociam o leite através da Central, mas diretamente com as indústrias de seus municípios, por conta de relações de confiança que permitem o estabelecimento de critérios preferenciais em função da regularidade, do volume e da qualidade e possuem contratos flexíveis e negociáveis em caso de oscilações bruscas no mercado, mas que garantem a exclusividade de fornecimento para as empresas com as quais negociam diretamente. Essas cooperativas garantem que os acordos firmados são mais vantajosos tanto para a cooperativa como para os associados, porque os preços pagos aos agricultores são competitivos se comparados com os valores pagos pelas empresas concorrentes e pelo próprio Sistema. O recurso a esse tipo de estratégia tem causado atritos entre as Singulares e a Central. Um dos motivos, é que elas se recusam a contribuir

com a Central nos momentos em que são feitas chamadas de recursos ou descontos do preço do leite, para realizar investimentos nas estruturas (que essas singulares não têm utilizado) ou pagamentos de dívidas. Em um caso específico, ocorre um problema ligado as relações de poder e a conjuntura política local. O vice-prefeito do município também é sócio do laticínio com maior captação da região e tem buscado cooptar a CLAF local, oferecendo certos benefícios e exigindo em troca a exclusividade de fornecimento do leite para a sua empresa.

A segunda estratégia é a adotada pela grande maioria das outras cooperativas. Elas entregam o leite nas plataformas e a Central o comercializa no mercado *spot*, através dos chamados “leilões do leite”, em negociações mensais com as empresas compradoras. É uma estratégia muito arriscada, haja vista que as empresas não têm o compromisso de comprar o leite do SISCLAF nos períodos de maior oferta, ocorrendo situações em que o leite acaba sendo vendido abaixo dos preços praticados no mercado. Contudo, historicamente, na maior parte do ano a procura tem sido maior que a oferta, permitindo boas negociações para o SISCLAF. Essas cooperativas afirmam que o preço médio pago aos agricultores ao longo dos 12 meses do ano é competitivo se comparado aos preços pagos pelas empresas concorrentes em seus municípios, mas destacam que existe um período do ano (março, abril e maio) em que as CLAF's não conseguem competir com as empresas e que os associados saem da cooperativa, eventualmente voltando quando o preço volta ao patamar normal.

A terceira estratégia é eventualmente adotada por algumas cooperativas. Nesse caso o leite é comercializado através da Central, mas a entrega do produto é feita diretamente nas indústrias do município em que está localizada uma determinada CLAF. Essa opção é vantajosa para todos, devido à redução do custo de transporte e da melhor qualidade do leite em função da rapidez na entrega. Entre essas cooperativas, algumas afirmam que os preços recebidos pela Central não são competitivos se comparados com os valores recebidos das empresas concorrentes. Mas isso ocorre em grande medida porque o leite por elas captado apresenta problemas de qualidade e as cooperativas possuem altos custos administrativos devido à ineficiência operacional, fatores que comprometem a sua competitividade.

O problema desse tipo de estratégia de captação e comercialização centrada nos preços é que, além de concentrar o poder econômico nas mãos da Central, a centralização operacional levou a uma crescente hierarquização das estruturas de comando e das instâncias de tomada de decisão. Mesmo as Cooperativas Singulares começaram a ser guiadas menos pelos interesses imediatos dos agricultores associados e mais pela rotinização das práticas organizacionais que os diretores foram habitualmente adquirindo, assentadas em valores estritamente mercantis e duvidosas concepções de racionalidade técnico-econômica. Uma

explicação para a mudança nas concepções mentais dos diretores pode ser buscada justamente nesse processo de habituação às regras de cunho técnico e mercantil que regem o “mundo dos negócios” em que eles passam a operar quando assumem seus cargos nas cooperativas, assumindo responsabilidades e vendo-se na obrigação de alcançar resultados.<sup>76</sup>

E esse relativo descaso que o Sistema passou a ter em relação à dinâmica da base naturalmente é sentido pelos produtores. Isso se reflete no nível de presença e na qualidade da participação dos cooperados nas Assembléias. “É uma participação de 30% quando muito. E outra coisa é que ele não cobra. Ele até reclama de alguma coisa, mas o negócio dele é receber o dinheirinho e fim de papo.” (ENTREVISTA 10). Ou seja, o produtor também passa a perceber a sua relação com a cooperativa de maneira muito individualizada, como uma relação puramente mercantil e comercial, tal como acontecia naquele cooperativismo tradicional ao qual o novo cooperativismo veio opor-se e colocar-se como uma alternativa.

Eles percebem que essas coisas ficam muito longe deles. E se não tiver uma interlocução no dia a dia eles acabam desacreditando. E o Sistema de alguma forma ficou um pouco distante dos agricultores. O SISCLAF se relaciona com as cooperativas singulares e as singulares deixam de fazer uma relação mais direta com os seus associados. O agricultor que tá lá na costa do rio, que vem uma vez a cada 15 dias pra cidade, ele pouco fica sabendo do Sistema. Então a ideia que ele faz do Sistema é uma ideia muito distante. Ou desconhecida. (ENTREVISTA 7). Em face da rotatividade, eu tenho dúvida de que eles compreendem o que é cooperativismo de economia solidária. A grande maioria não conhece. Até se você falar com os agricultores menos esclarecidos e pedir pra quem eles vendem o leite, eles podem te dizer - “Ah, eu vendo praquela empresa lá, a CLAF.” Eu já cheguei a escutar isso. E dos diretores também. Esses dias eu ouvi de um diretor falando “Nós estamos comprando leite e estamos pagando tanto.” Quer dizer, ele tá identificando o associado lá da cooperativa como um cliente, ou um vendedor. Porque o sócio, ele não vende nada pra cooperativa e ele não compra nada da cooperativa. Ele vende através da cooperativa, para um terceiro. Então está havendo essa concepção de pensar como uma relação mercantil mesmo. (ENTREVISTA 10).

Estes trechos parecem indicar como o tão propalado princípio cooperativista da “interação solidária” vem sendo “deformado”, o que, por sua vez, repercute nos comportamentos membros em relação à organização. Por um lado, entre aqueles associados “comuns”, que nunca participam de nenhuma instância de direção da Central ou das Singulares (cerca de 76% do total), muitos se acostumam a entrar nas cooperativas de leite

---

<sup>76</sup> Mas o diretor que saiu lá da propriedade pra cooperativa pareceu esquecer o movimento em que ele foi gerado. Porque ele foi gerado num movimento de organização e de trabalho de base. Quando ele foi pra cooperativa ele começou olhar a gestão, a contabilidade, as compras, começou a olhar dali pra fora. Não olhou mais dali pra dentro, pras famílias dos cooperados. E foi perdendo o vínculo com a base. (ENTREVISTA 9). Começaram a aceitar produtores por causa do preço, que vinham porque a cooperativa tinha preço favorável. E tu sabe que não eram pessoas que tavam interessadas na constituição e fortalecimento das cooperativas. Tavam interessadas só em preço, em ganhar dinheiro. E que no primeiro momento que tivesse uma turbulência os caras iam cair fora mesmo. (ENTREVISTA 6).



simplesmente porque enxergam nisso uma chance de acessar o mercado conseguindo um preço melhor, ou então de acessar algum benefício da política pública. Por outro lado, uma parcela considerável dos associados “notáveis”, que participam de algum cargo de direção (cerca de 24% do total), o fazem porque enxergam no cooperativismo uma oportunidade de ascensão social e política, uma forma de adquirirem *status* e prestígio perante a comunidade local. (GNOATTO; VARGAS; NUNES (2009); ENTREVISTAS 4, 5, 12 e 18). Não que essa ascensão seja negativa, em certo sentido é até positiva, pois um considerável número de agricultores adquire aptidões e habilidades para operar de forma mais qualificada no ambiente econômico e político do território, democratizando as oportunidades. O dilema que essas práticas impõem é que estimulam e reforçam certos hábitos utilitaristas e pouco solidários, facilitando a emergência de comportamentos individualistas, aventureiros e oportunistas, tanto entre os associados “comuns” como entre os “notáveis”, desviando-os dos valores humanos socialmente reconhecidos como importantes para o cooperativismo da agricultura familiar e reproduzindo, através de novas práticas, velhas relações de clientelismo e dominação.

Destacamos uma tendência apontada por Gnoatto, Vargas e Nunes (2009) em quatro cooperativas CLAF's, que estimou uma perspectiva de que entre 2009 e 2012 houvesse um aumento de quase três vezes na média de produção de leite dos associados do SISCLAF. As razões que justificaram essa expectativa eram as seguintes. Em relação à ordenha, 28% dos produtores ainda ordenhavam de forma manual, mas já 72% ordenhavam com equipamento mecânico. Em relação ao resfriamento, 28% resfriavam o leite em tanques de imersão e 25% já utilizavam tanque de expansão. Contudo, ainda 44% usavam refrigeradores e 3% improvisavam geladeiras de uso doméstico. Quando os produtores entrevistados foram questionados sobre quais as principais mudanças técnicas que realizaram nos últimos cinco anos: 45% responderam que foi o aumento do número de animais, 17% o melhoramento genético (sendo que 7% através de inseminação artificial), 9% consideraram que foi o aumento da área destinada às pastagens ou ao melhoramento das áreas já existentes, 8% a aquisição de equipamento de ordenha mecânica, 7% a aquisição de equipamentos de resfriamento e mais 7% outras mudanças. Além de mostrar a situação tecnológica atual e as mudanças realizadas nos últimos cinco anos, a pesquisa também mostrou o interesse dos produtores em realizar novos investimentos: 25% dos entrevistados possuem interesse em reformar as salas de ordenha, 31% em adquirir equipamentos, 56% em adubar e reformar as pastagens e 55% em aumentar o número de vacas. Ademais, já no ano de 2008, do total dos produtores das quatro cooperativas pesquisadas, 26% deles produziram mais de 40 mil litros/ano, equivalente a mais

de 3 mil litros/mês ou 100 litros/dia, sendo que destes, 7% produziram mais de 80 mil litros/ano, equivalente a mais de 6 mil litros/mês ou 200 litros/dia.

A perspectiva que estes dados parecem revelar é certamente promissora. Mas o problema, abertamente reconhecido pelo próprio presidente do SISCLAF, é que as cooperativas de leite do Sistema têm dificuldade em manter aqueles cooperados que passam a produzir mais de 6.000 litros por mês, pois as empresas privadas passam a assediá-los, com melhores ofertas de preço. Esse é considerado “o maior dilema” do cooperativismo de leite.

A partir do momento em que aumenta a produção e a qualidade do leite, o cara se torna atrativo ao mercado. E daí a indústria vai lá e faz uma proposta melhor do que a da cooperativa. Então a cooperativa acaba perdendo um agricultor bom do ponto de vista econômico. E para manter a quantidade de leite, busca outros em condições piores. As mesmas que aquele cara que saiu estava no começo do processo. A cooperativa está formando agricultores para as indústrias, para o mercado. E esse é o maior dilema do cooperativismo de produção de leite. E na percepção do agricultor ele reconhece que a cooperativa é importante, não deixa de considerar o seu valor. Mas quando se trata de ganhar dinheiro ele deixa a cooperativa. O preço é o fator fundamental na decisão do agricultor. Não que seja o único. Pois como a pesquisa demonstrou, 50% dos agricultores permanecem, porque acreditam no valor da cooperativa e que é importante continuar nela. Isso é formação. É um pessoal que tem mais base de formação cooperativista. Mas talvez a cooperativa esteja pecando em dar formação, pois os outros 50% saem. (ENTREVISTA 14).

Realmente, esse é um grande dilema, pois manter a “fidelidade” dos produtores que conseguem aumentar a produção e melhorar a qualidade do leite demanda investimentos em formação e educação cooperativista. Estes processos servem para enraizar valores e crenças nas concepções mentais dos agricultores. Mas a sua importância não é claramente reconhecida. Então, a convergência de dois fatores principais – (1) a pressão das empresas através de suas políticas de bonificação para os produtores de leite com maior produção e melhor qualidade e (2) o relaxamento da estratégia de organização da base –, transformou a relação central-singular-cooperado em uma relação quase que estritamente mercantil e comercial, favorecendo a manifestação de comportamentos individualistas, oportunistas e aventureiros e gerando uma “crise de fidelidade” dos produtores em relação às cooperativas.

E aí, no caso de algumas cooperativas, apareceu o seguinte problema. Pressionadas pelo comportamento oportunista de alguns maiores e melhores produtores, as cooperativas acabaram adquirindo empréstimos e se endividando para poder pagar a eles a diferença entre o preço que a cooperativa normalmente poderia pagar e o preço que as empresas lhes ofereciam. Esse foi o caso da CLAF de Renascença. “Eles financiaram o dinheiro pra não perder produtor e foram. Não conseguiram mostrar pro produtor que era importante estar unido. Sabe aquela visão de cooperativa, de fortalecer pela união e tudo? Então. Eles não conseguiram mostrar isso pro cara. E aí deu no que deu.” (ENTREVISTA 6). Também foi o

caso da CLAF de Francisco Beltrão, que por conta desse processo de endividamento e outros problemas de gestão e falta de transparência, acabou falindo. Entretanto, recentemente essa CLAF vem passando por um processo de saneamento, levado a cabo por meio de uma intervenção da Central em conjunto com o STR, e está sendo lentamente reerguida.

Contudo, após a ocorrência desses casos, a própria Central, através de seu sistema de informática, tem buscado fazer um monitoramento contábil e gerencial do fluxo de pagamentos realizados pelas singulares, a fim de controlar e restringir esse tipo de situação.

Que vem os números pra cá, na parte contábil né. A Central identifica quando tem um caso de uma cooperativa que está pagando mais do que pode pagar. O Sistema repassou R\$0,65 centavos lá do preço do leite. Ai a singular lá tira R\$0,05 centavos de frete e continua pagando os mesmos R\$0,65 centavos pro produtor. O sistema [de informática] hoje ele já capta na hora e já aparece ali o saldo negativo. Ai o contador analisa e já liga pro presidente da Singular – “Ó, você tá ciente que você tá pagando R\$0,05 centavos a mais? Tu têm alguma outra receita? Da onde que você vai tirar? Vai pagar R\$0,05 centavos a mais agora e vai tirar mês que vem ou foi erro de calculo mesmo? Como que você vai fazer?” Né, então tem um regulamento, mas a singular tem bastante autonomia no caso. (ENTREVISTA 7).

Um segundo incentivo econômico criado pelas cooperativas foi à abertura de lojas de produtos veterinários, insumos e equipamentos para a atividade leiteira, em anexo às sedes de algumas CLAF's nos municípios. O sentido original da criação das lojas era que o cooperado pudesse comprar os produtos veterinários, insumos, sal mineral, materiais consumíveis de ordenha e resfriamento, etc., por um preço inferior ao usualmente praticado no comércio local, por conta da menor margem de lucro inserida nos produtos, suficiente apenas para cobrir os custos e os impostos e que fosse capaz de gerar uma pequena receita. Inicialmente parecia que esse serviço traria benefícios recíprocos e poderia configurar-se como uma interessante estratégia de fidelização dos produtores cooperados, mas logo depois, devido a uma série de mal entendidos e de desvirtuamentos da proposta original, acabou se tornando um grande problema para o trabalho de acompanhamento e fidelização da base.

Em razão do seu caráter essencialmente comercial, da duvidosa qualidade de alguns produtos ali vendidos e das características do próprio serviço prestado por essas lojas, elas acabaram sendo jocosamente batizadas com o irônico apelido de “bodegas da CLAF”, fazendo referência às antigas casas comerciais existentes nas comunidades rurais durante a vigência do sistema produtivo colonial, como vimos anteriormente. (ENTREVISTA 10).

Os diretores do SISCLAF que entrevistamos informaram-nos que em alguns casos a experiência foi positiva, pois trouxe um bom resultado financeiro tanto para a cooperativa como para os cooperados. Mas na maior parte dos casos, as atividades rotineiras de atendimento aos vendedores de insumos e aos próprios agricultores cooperados que para lá se

dirigiam, bem como a sensação de poder que os atendentes e os diretores adquiriam por estarem trabalhando atrás de um balcão e lidando com dinheiro, logo foram desviando-os da sua função precípua e afastando-os do trabalho de campo, cuja realização contínua é fundamental para manter a “fidelidade” dos cooperados.<sup>77</sup>

Por fim, outro incentivo econômico, certamente o mais significativo e com resultados mais objetivos, mas também mais difíceis de avaliar em toda a sua complexidade (certamente só isso já renderia uma interessante pesquisa), é o fornecimento de crédito para que os produtores cooperados possam custear suas atividades de curto prazo e, sobretudo no caso do leite, possam realizar investimentos estruturantes na sua atividade, como compra de vacas e de equipamentos em geral, reformas das pastagens e das salas de ordenha, etc. No caso dos produtores do SISCLAF, o grande financiador dos seus projetos são indubitavelmente as cooperativas do Sistema CRESOL, que atuam em todos os mesmos municípios em que existem cooperativas CLAF's. Segundo o presidente da CRESOL-BASER, até há pouco tempo algo em torno de 60% do volume de crédito destinado aos agricultores familiares pelas cooperativas do Sistema CRESOL, tanto em projetos de custeio como de investimento, eram direcionados à atividade leiteira. De 2008 para cá esse valor tem diminuído um pouco, mas mesmo assim continua alto, algo em torno de 45% a 50% dos recursos financiados.

Então é um valor grande. Milhões. Ano passado pra tu ter uma ideia nós colocamos 33% dos recursos canalizados diretamente pra cadeia leite. E foi na ordem ai de 85 milhões de reais. Mas não só no Sudoeste. Em todo o Paraná. Talvez se fosse ficar só no Sudoeste ficaria ai em torno de 30 a 35 milhões de reais. Mas há de convir que é um valor bem considerável, quase 50% do total aqui. (ENTREVISTA 17).

Apesar do claro benefício que representa a democratização do acesso ao crédito para o fortalecimento de uma atividade tão cara aos agricultores menos capitalizados, como é a atividade leiteira, os problemas mais aparentes resultantes do crédito são dois: o endividamento dos agricultores, que como vimos chega a uma média de 80% do capital disponível das famílias pertencentes ao estilo 2 no município de Itapejara d'Oeste; e a má aplicação do crédito, devido a realização de projetos mal elaborados e inadequados tanto às condições de pagamento como as condições técnicas dos sistemas de produção dos agricultores. A informação é que a maioria desses recursos é investida na compra de vacas, sem uma orientação muito atenta a fatores como a lotação animal ou a formação de pastagens para alimentar as mesmas, não resultando necessariamente na melhora da qualidade do leite,

<sup>77</sup> Por motivos parecidos e também por resistência de alguns dirigentes de cooperativas, a experiência de “compras conjuntas” também nunca obteve muitos resultados positivos, a não ser a compra de sementes de pastagem, como aveia, azevém, etc. Possivelmente porque tiraria do atendente e do dirigente da singular o poder que os mesmos adquiriram operando no comércio local através das “bodegas” (ENTREVISTAS 7 e 10).

no aumento da produtividade do rebanho ou em uma maior rentabilidade dos sistemas.

Já os incentivos não econômicos mobilizados pelas cooperativas são constituídos essencialmente por elementos simbólicos enraizados em regras morais e em hábitos, com base na identidade cultural que os agricultores familiares produtores de leite têm com os vínculos comunitários e na identidade política historicamente construída desde a Revolta de 1957 e posteriormente pela ação das CEB's, das Ong's, dos STR's e dos movimentos sociais rurais. Os incentivos dessa ordem são capazes de influenciar o comportamento dos indivíduos quando conseguem vincular o objetivo das ações através das quais eles se expressam – que é principalmente obter a cooperação dos agricultores para com as cooperativas – com os princípios elementares da identidade dos mesmos, quais sejam, as crenças e os valores que informam o sentido da ação dos indivíduos e que orientam os seus comportamentos. Neste sentido, além da combinação, certamente tensa e conflituosa, entre a racionalidade econômica na gestão das organizações e a coesão social que fortalece os vínculos identitários – resultante do fato de a maioria das cooperativas terem sido formadas por lideranças dos sindicatos que passaram a exercer cargos de direção nas duas organizações, conforme bem destacou Magalhães (2007) – dois outros tipos de incentivos não econômicos podem ser mais claramente identificados entre as iniciativas do SISCLAF.

O primeiro está ligado à forma de organização da coleta e transporte do leite das propriedades rurais até as plataformas e unidades industriais. A organização das chamadas “linhas de leite” e o controle do transporte representam uma importante estratégia para a fidelização dos cooperados e estabilização do fornecimento de leite, para o estabelecimento de relações de reciprocidade e confiança entre os produtores de leite e as cooperativas e mesmo para a efetivação de um processo orgânico de educação cooperativista, fundado nas interações cotidianas. Por isso a sutil, mas enorme importância do chamado “freteiro” – o caminhoneiro que faz a coleta e o transporte do leite –, pois ele desempenha um papel de intermediação entre o produtor, a cooperativa e a indústria. A relação entre os agricultores e os freiteiros, portanto, vai muito além de uma simples prestação de serviço. O contato frequente e por longos períodos e a proximidade entre ambos permite a criação de laços de confiança, sobrepondo às relações de intercâmbio mercantil vínculos políticos, de vizinhança, parentesco e relações de reciprocidade, ou até mesmo de amizade. Interessante observar as analogias utilizadas para expressar a postura dos freiteiros, comparando-os com atores que desempenhavam papéis similares no passado e evidenciando o lugar que eles ocupam na divisão social do trabalho da cadeia produtiva do leite.

Resumindo eu te diria o seguinte. Os freiteiros de leite eram carregadores de porco no passado. E agora passaram a transportar leite. O cara que era caminhoneiro e gostava de transportar porco, agora que não tem mais porco, vai transportar leite né. Dá pra fazer uma analogia mais ou menos assim. (ENTREVISTA 5).

O freiteiro era como o bodegueiro antigamente. Tem uma função parecida. Muitas relações por conta do transporte: levava o sal, levava os produtos pra cidade, fazia um favor pro cara. Mas como hoje as pessoas não dependem mais tanto disso é leite só. Então entre o produtor e o freiteiro tem relações solidárias. Tem muitas pessoas que sempre entregaram pro mesmo freiteiro e não vão entregar pra outro, de outra empresa, porque estabeleceram uma relação de confiança. E mesmo que percam dinheiro eles continuam entregando. E essas relações não são tão racionais. Algumas são emocionais na verdade. São de outra ordem. (ENTREVISTA 4).

Os valores que ordenavam as relações dos agricultores com os bodegueiros ou com os carregadores de porco, ainda possuem significados importantes na regulação das interações e na sociabilidade do meio rural, pois estão enraizados em hábitos ainda operantes, que representam mecanismos de resistência à mudança e à aceitação de novos valores. Por isso, para as cooperativas, esse tipo de relação tão próxima entre os freiteiros e os produtores de leite tem representado um grande problema. Acontece que os freiteiros historicamente tem se comportado e agido como se as linhas de leite fossem sua propriedade e como se os produtores para os quais eles prestam serviços de coleta fossem seus clientes, sobre os quais eles possuem direitos de exclusividade em relação à captação do seu produto.

Eles se sentiam como donos das linhas e os produtores eram seus clientes. Então diziam – “Bom, se tu quer assumir aquela linha lá, tu vai ter que me pagar.” Como se fosse uma propriedade. E eles eram muito parceiros com as empresas e com os seus clientes, os “seus” produtores. Então na medida em que essa coleta começa a ser feita pelas CLAF’s isso gera um conflito com os freiteiros. E os freiteiros na própria opinião dos produtores sempre jogaram mais no lado das empresas que no lado dos produtores. E quase sempre contra as cooperativas. (ENTREVISTA 5).

Esse era um problema sério. É um calo no pé. Quando nós abrimos as linhas, nós falamos pra LATCO que a partir de tal dia nós vamos puxar o leite. Vamos terceirizar, mas o tanque é nosso. Teve linha que o freiteiro velho queria passar o facão nos nossos. Ai foi muito problemático. (ENTREVISTA 10).

Ademais, o problema com os freiteiros também está intimamente relacionado à questão dos problemas com a qualidade do leite. Pois o controle da qualidade não diz respeito apenas aos cuidados no manejo do gado, na realização da ordenha ou no processo de resfriamento, mas também ao processo de transporte, a higiene do caminhão, do tanque, dos canos, etc.

Então hoje o dilema tá no seguinte: pelo fato de os diretores não irem mais conversar com os agricultores, quem faz a relação com eles é o freiteiro. E nós temos um grupo de caminhoneiros, de freiteiros, que são muito desqualificados. Que não tem noção do que é trabalhar com leite com qualidade, com cuidado, com boas relações, com manejo e higiene. São raras exceções. Então todas as informações são repassadas via caminhoneiro, do jeito dele, do estilo dele, na prática dele. Pois tem caminhoneiro que é “dono da linha”. E vende e comercializa e faz uma picaretagem. E “é minha a linha”. Faz o escambau. (ENTREVISTA 5).

Então, tomou-se uma decisão para tentar resolver esse problema: recorrer à compra de tanques de armazenagem utilizados para o transporte do leite dos produtores até as plataformas ou até uma indústria. Contudo, isso não eliminou definitivamente o problema, porque os caminhões continuaram a ser de propriedade dos freiteiros, que simplesmente passaram a ser terceirizados pelas cooperativas. Assim, a influência de alguns freiteiros continuou sendo tamanha que as CLAF's de alguns municípios tornaram-se extremamente dependentes dos mesmos. “Tem freiteiro ai que mandava na cooperativa. Eles eram esperto né. E os diretor uns bocó.” (ENTREVISTA 5). Houve inclusive um caso em que a cooperativa de leite teve suas linhas inviabilizadas por conta da ação dos freiteiros. Mesmo com os tanques sendo da CLAF o freiteiros trataram de manipular e fazer com que todos os produtores que entregavam para a cooperativa passassem a entregar diretamente para uma indústria local.

A primeira medida para tentar resolver esses problemas tem sido substituir os velhos freiteiros terceirizados que vinham causando problemas por funcionários contratados, normalmente pessoas da própria comunidade, com conhecimento a respeito dos valores cooperativistas e com um histórico de boa relação com as CLAF's locais. Mas como os caminhões eram de propriedade dos freiteiros, se faz necessário que além do tanque os caminhões também pertençam ao Sistema. Atualmente apenas quatro CLAF's possuem caminhões. Para isso o SISCLAF conseguiu aprovar, através do deputado Assis do Couto, mais uma emenda parlamentar, no valor de R\$ 945.000, para a aquisição de sete novos caminhões no valor de R\$135.000 cada um. Aqui temos um exemplo claro de como os “contramovimentos” se dão no ambiente institucional, no campo das políticas públicas e da representação social, via o deputado. A segunda medida tem sido buscar reformular as “linhas de leite” e implantar o que eles têm chamado de um sistema de “rotas de leite”. Costumeiramente as linhas funcionavam dentro dos limites de um único município. E como nesses municípios havia muitos produtores com produção muito pequena, rotineiramente os caminhões faziam longos caminhos para carregar pequenos volumes de leite, o que ia tornando as linhas inviáveis por conta do alto custo de transporte.<sup>78</sup> Então, implantar uma nova rotina de coleta e transporte de leite significa traçar rotas intermunicipais com o auxílio de aparelhos de GPS, indiferente de a linha congregar produtores de duas ou mais CLAF's municipais, no intuito de impedir que os caminhões rodem com capacidade ociosa e de reduzir os gastos com combustível, pneus, manutenção, etc. Com essas medidas, além de

---

<sup>78</sup> A proporção do custo com frete chega a significar algo em torno de 10% a 15% do preço do litro de leite em certas épocas do ano em certos lugares. E na média de todas as linhas do Sistema essa proporção não reduz muito significativamente. (ENTREVISTAS 5 e 10).

buscar erradicar os problemas com os freiteiros, o SISCLAF pretende agregar um valor maior ao preço do leite repassado aos produtores cooperados (em torno de 3 centavos/litro a mais).

O segundo tipo de incentivo não econômico adotado diz respeito à retomada da prestação de serviços de ATER, que foi enfraquecida com o relativo abandono da estratégia de organização da base. De acordo com Gnoatto, Vargas e Nunes (2009), quando indagados sobre quais as mudanças ou melhorias que a cooperativa deveria adotar a fim de melhor atender as expectativas de seus associados, assistência técnica apareceu em primeiro lugar: 55% dos agricultores entrevistados afirmaram que querem uma assistência técnica melhor por parte da cooperativa.<sup>79</sup> Mas ao que tudo indica o SISCLAF está tentando retomar esse trabalho de acompanhamento técnico e extensão rural, que na verdade vai além do que simplesmente repassar informações técnicas sobre manejo de pastagens e de rebanho ou outras quaisquer. A ida frequente de profissionais ao campo, nas comunidades e nas propriedades, cria a oportunidade para que os dirigentes também se aproximem da base social e realizem um trabalho para reforçar os valores e promover a credibilidade da instituição. Quando se alia uma atividade técnica com uma atividade de cunho político e organizativo, torna-se mais fácil gerar um maior envolvimento e maior compreensão dos cooperados acerca do sentido e do funcionamento das Cooperativas Singulares e do próprio Sistema.

Neste sentido, já destacamos no capítulo anterior que está em fase de negociação entre o SISCLAF e o CENATER o desenvolvimento de um projeto de ATER com uma proposta inovadora, inicialmente para os produtores associados às CLAF's de dez municípios, mas que posteriormente deve avançar para os demais, com uma metodologia promissora, que pretende trabalhar desde questões de curto prazo até questões mais de longo prazo. O depoimento de um diretor do CENATER abaixo explica como surgiu a iniciativa do projeto e como ele deve ser operado financeiramente, haja vista que a remuneração dos técnicos será por resultados.

Uma crítica que o SISCLAF fazia pra nós é que a metodologia dos Planos Familiares de Desenvolvimento que nós vínhamos fazendo era muito abrangente. E o que eles precisavam era uma coisa mais especificamente voltada para o leite. Pronto. Então a gente pegou esse plano, adaptou, e ai discutiu financeiramente com o SISCLAF. Nós não vamos prestar serviços nem em forma assalariada, nem em forma de dias, nem em forma de metas. A nossa remuneração está baseada no aumento da produtividade e na qualidade do leite mesmo. Pra ATER isso também é um desafio, pois o que vale é o resultado. Se você tem pouca quantidade e baixa qualidade, é um valor que entra, se melhorar a qualidade, é um valor maior que entra. Então a ideia é, primeiro, melhorar a qualidade, e, depois, atingir um nível maior de produção, aumentando a quantidade. (ENTREVISTA 9).

<sup>79</sup> Preço pago apareceu em segundo lugar, com 51% dos agricultores. Oferecimento de cursos de capacitação apareceu em terceiro, com 34% das respostas. Em quarto lugar, com 12%, apareceu a transparência na administração e na gestão financeira. E em quinto e último apareceu o desejo de que a cooperativa melhore sua relação com os sócios, com 10% das respostas. (GNOATTO; VARGAS; NUNES, 2009, p.50).



A estratégia de cooperação contida neste projeto parece promissora porque a sua concepção está enraizada em princípios como reciprocidade e confiança: tanto na relação dos técnicos do CENATER para com a direção do SISCLAF, ao vincularem a sua remuneração aos resultados de seu trabalho e não a alguma regra formal; quanto da relação dos técnicos para com os agricultores, pois eles dependem do aprofundamento da relação com a base para aumentarem a produtividade e a qualidade do leite dos produtores e, conseqüentemente, a melhora da renda dos mesmos, para poderem também melhorar a sua remuneração.

#### **4.3.3 Oportunidades e incertezas na definição de uma nova estratégia: da truncada entrada na competição agroindustrial para aonde?**

Como vimos anteriormente, tão logo as indústrias de processamento e empresas compradoras de leite começaram a perceber uma mudança na conduta do SISCLAF, que passou a atuar ativamente na cadeia produtiva do leite por meio da organização do cooperativismo da agricultura familiar e da comercialização em grandes volumes no mercado *spot*, elevou-se radicalmente o grau de incerteza do ambiente e, em consequência disso, a rivalidade entre as empresas e o SISCLAF. Assim, através de negociações paralelas diretamente com os produtores, conformou-se uma estratégia de “guerra de preços”, sendo que a ação de alguns freteiros aliados as empresas foi fundamental para motivar a saída dos associados das cooperativas, fazendo com que as mesmas diminuíssem a sua rentabilidade. Certamente o relaxamento da estratégia de organização dos grupos de base também jogou contra as próprias cooperativas vinculadas ao SISCLAF e logo os limites da estratégia orientada pelo mercado também começaram a ficar evidentes. Esses limites foram escancarados e a situação do SISCLAF assumiu um caráter mais dramático, quando, a partir de fevereiro de 2010, o Sistema foi surpreendido pelo “calote” de uma empresa compradora.

Já havia dois anos que o SISCLAF negociava leite frequentemente com a empresa, chamada Laticínios Letícia, que possuía duas unidades industriais no Sudoeste do Paraná, uma no município de São João e outra no de Coronel Vivida. Havia evidências de que a empresa estava enfrentando dificuldades, pois há algum tempo foram fechadas duas outras indústrias a ela pertencentes no Sudoeste, respectivamente nos municípios de Renascença e de Verê.<sup>80</sup> Historicamente a empresa comprava um volume baixo de leite do SISCLAF, algo em

---

<sup>80</sup> Já em abril de 2010, após o calote, circulou na imprensa local que a empresa LETÍCIA havia realizado investimentos relativamente altos na construção de uma nova fábrica de grande porte em Araxá, Minas Gerais. O diretor financeiro da empresa afirmou que essa unidade em Araxá não vinha dando bons resultados e por isso foi vendida. Mas, segundo ele, os novos donos continuaram a fazer financiamentos em nome da Letícia e o projeto foi à falência. Assim, para cobrir as perdas a empresa recomprou a indústria, em um valor de R\$ 1,6 milhões, retirado direto das suas unidades industriais do Sudoeste, deixando-as sem capital de giro.

torno de 300 mil litros por mês. E além do volume pouco considerável, a empresa comprava justamente o leite de qualidade captado pelo SISCLAF, o leite mais “baixo padrão”, utilizado para fabricar queijo mussarela, de qualidade também duvidosa. Em janeiro de 2010 a empresa repentinamente procurou o SISCLAF em busca de um volume maior do que o rotineiro e, inclusive, ofertando um valor maior do que o de mercado pelo litro de leite “baixo padrão”. Então, ao invés dos habituais 300 mil litros, foi vendido mais de 1 milhão de litros de leite entre os dias 1 de janeiro e 12 de fevereiro. De acordo com o usual compromisso negociado entre o laticínio e a cooperativa, no dia 10 de fevereiro a empresa deveria depositar 10% do valor do leite comprado. O restante do valor deveria ser pago no dia 20 de fevereiro. No entanto, o prazo venceu e o valor devido não foi depositado.

Os diretores do SISCLAF trataram de manter a situação em sigilo e trabalharam durante quase dois meses com a expectativa de conseguir receber o dinheiro. Mas como isso não ocorreu, a expectativa passou ser a de conseguir adquirir algum bem da empresa para saldar a dívida, que inicialmente consistia em um valor de R\$1.094.000. Então, através do acionamento da assessoria jurídica, verificou-se junto ao registro de imóveis que praticamente todos os bens da empresa encontravam-se sob penhor, hipotecas ou ações trabalhistas e não existia mais nenhum bem no nome do seu proprietário. A única alternativa possível seria a aquisição do único bem da empresa que ainda encontrava-se em situação regular: uma unidade industrial localizada no município de São João. Passados quase quatro meses, acrescidos os devidos juros, a dívida já era de R\$1.140.000, mas a empresa afirmava que a referida unidade industrial valia R\$2.000.000. Após uma série de negociações, a unidade industrial localizada em São João acabou sendo adquirida por R\$1.750.000, dos quais R\$1.240.000 foram contabilizados no valor da dívida e os R\$510.000 restantes deveriam ser pagos em doze (12) parcelas de R\$42.500 cada. Segundo a negociação realizada, essas parcelas deverão ser pagas através do compromisso de entrega de 10.000 litros de leite/dia na outra unidade industrial da empresa, no município de Coronel Vivida, cujo valor será descontado das prestações mensais. E além da unidade industrial em questão, o SISCLAF também adquiriu o direito de uso da marca LETÍCIA por dois anos, sob a remuneração de 2,5% do valor de venda realizado fora do Paraná, bem como toda uma carteira de clientes que a empresa possui nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais.

Os entrevistados observaram que, além do comportamento “mal intencionado”, da “má fé” e da “desonestidade” da empresa na sua relação com o SISCLAF, duas razões que parecem explicar o Sistema ter caído em tal “armadilha”. Em primeiro lugar, foi apontado que certamente o SISCLAF viu nessa inesperada demanda do Laticínio LETÍCIA, uma

oportunidade interessante para desovar uma grande parte do seu leite de mais baixa qualidade, geralmente desclassificado pelas empresas industriais de processamento com melhor reputação e maior tradição no mercado de lácteos do território. Em segundo lugar, foi apontado que houve “afobamento” dos diretores, falta de atenção ao comportamento suspeito e até ingenuidade, no sentido de não perceber os sinais emitidos pela empresa, o que denota o relativo despreparo, possivelmente resultante de uma falta de experiência e orientação sobre como se comportar e agir em um ambiente sabidamente tão hostil como o mercado de leite.

Tão grave quanto à situação do SISCLAF diante da empresa, enfrentando o risco de perder um valor tão expressivo, foi o risco de os próprios agricultores familiares cooperados ficarem sem receber o dinheiro referente ao leite que entregaram durante mais de um mês para as CLAF's de seus respectivos municípios. Além das dificuldades econômicas que viriam enfrentar, isso possivelmente ocasionaria uma crise de credibilidade entre os cooperados, com consequências negativas sobre a reputação de todo o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária. Então, como as cooperativas do SISCLAF não possuem uma política organizada de capitalização, através da constituição de um fundo de reservas para ocasiões de emergência ou mesmo para investimentos contingentes, antes mesmo de providenciar o recebimento da dívida, a preocupação da Central foi sobre como pagar os seus cooperados. A primeira alternativa foi recorrer ao Sistema Cresol-Baser em busca de apoio. E como não existe a relação de “ato cooperativo” entre diferentes Centrais de Cooperativas, apenas entre as Cooperativas Singulares e a sua própria Central, a forma legal encontrada para operar o empréstimo foi cada Cresol Singular repassar diretamente o valor necessário para a CLAF do seu município: realizando treze operações de aproximadamente R\$70.000 para que as CLAF's pudessem pagar pelo leite fornecido por seus cooperados.

Assim que o SISCLAF percebeu que o problema havia ganhado uma dimensão maior do que era capaz de suportar e que não conseguiria resolvê-lo sozinho, obrigou-se a abrir o sigilo acerca da situação, primeiro para a própria Cresol e depois para todos os Sistemas de Cooperativas da Agricultura Familiar ligados a UNICAFES-PR e ao movimento sindical, para que fosse possível buscar uma solução coletiva e realizar uma mobilização social para mostrar à sociedade que não eram as cooperativas da CLAF que não estavam pagando os seus cooperados, mas sim o Laticínio LETÍCIA que não estava pagando as cooperativas dos agricultores. Então, organizado pela UNICAFES, que mobilizou todas as organizações da agricultura familiar, deflagrou-se uma grande mobilização com forte apelo popular em meio à sociedade local contra a atitude desonesta e predatória da empresa para com os agricultores,

primeiro para realizar um protesto e depois para negociar com a empresa. Abaixo reproduzimos as palavras do próprio presidente da UNICAFES-PR a respeito.

Muitas empresas da região se aproveitaram pra fazer uma crítica forte as cooperativas. Tentaram denegrir o processo cooperativo. E aí a UNICAFES percebeu que poderia estar aí uma derrocada das cooperativas. Então nós chamamos pra aqui dentro da UNICAFES duas ou três vezes todos os ramos, assessores jurídicos, sindicatos. Todo mundo. Até a ASSESOAR. Porque pouca gente conhecia a história. Porque o SISCLAF tinha medo de abrir o jogo. Não por maldade. Eu digo assim, por ingenuidade. Daí isso obrigou eles a abrirem pra todo mundo. Aí todo mundo ficou conhecendo a situação que tava. E na medida em que se conheceu a situação se soube que não era má fé da CLAF. Que era uma pressão que os grupos econômicos tavam fazendo, os laticínios particulares mesmo. Ah, isso revoltou o pessoal. E o pessoal abraçou a causa do SISCLAF. Perceberam que de fato tinha que haver essa interação e que estavam todos no mesmo barco. Foi debatido e esse problema todo foi levantado. E a partir desse debate surgiu uma mobilização. E isso ajudou muito. Porque quando o SISCLAF de fato abriu sobre o calote, a imprensa começou a falar mal do cooperativismo e a divulgar esses dados todos. E a CRESOL se viu meio que acuada também. Porque grande parte de seus investimentos estão com esses agricultores da CLAF. (ENTREVISTA 8).

Os sindicatos da FETRAF ajudaram a organizar um protesto que aconteceu no dia 24 de abril. Os agricultores ficaram acampados em frente à outra unidade industrial da empresa, localizada no município de Coronel Vivida, impedindo a sua abertura na manhã seguinte. O protesto teve uma forte repercussão regional e conquistou o apoio da sociedade aos agricultores familiares e suas cooperativas. Assim, no dia 26 de maio ocorreu a reunião entre os representantes da empresa Letícia e os diretores da UNICAFES-PR e do SISCLAF que selou a negociação exposta acima. Um líder cooperativista sintetiza a opinião coletiva.

Mas assim, foi um aprendizado. Pra nós saber que o mercado não tá aí pra ajudar ninguém. Tá pra sacanear. Então nós não podemos pensar que todo o mundo é parceiro nosso. Tu tens que ir atrás da informação, porque ninguém vai te dizer que é desonesto. Na minha opinião isso aí serviu pra mobilizar os agricultores e fortalecer o cooperativismo. Porém os agricultores, até eles entenderem, ficaram com o pé atrás. Se não houvesse essa mobilização ia ficar o próprio sistema das cooperativas dos agricultores como incompetente. Como alguém que não foi habilidoso pra vender. Quando tu vende um produto tu precisa receber pra poder pagar as famílias. Quando isso não acontece tu perde credibilidade. Aí quem é o culpado? Tavam pensando que era o SISCLAF que tava fazendo cera. Mas quando o movimento se deflagrou a sociedade tomou consciência de que não era a cooperativa, mas a empresa que não pagou pelo leite dos agricultores. Então nesse caso o que aconteceu foi um movimento legítimo. (ENTREVISTA 12).

Podemos afirmar que todo esse processo representa um verdadeiro marco na história do cooperativismo da agricultura familiar no Sudoeste Paranaense. O evento abalou o estado de confiança que os agricultores depositavam nas cooperativas, colocando-as sob o risco de perder a sua credibilidade, de terem os seus valores contestados perante a sociedade e os próprios agricultores cooperados. Por um lado, isso reascendeu uma certa disposição emancipatória entre os agricultores para lutarem por autonomia, pois eles perceberam a

ameaça que um abalo na confiança e na estrutura do SISCLAF representaria para a reprodução da sua própria condição camponesa. Por outro lado, demonstrou a importância da UNICAFES na representação política dos sistemas de cooperativas e, mais do que isso, a importância de uma maior e mais orgânica integração entre os diversos ramos cooperativos.

Enfim, todos esses eventos demonstram que o SISCLAF, enquanto um dispositivo de ação coletiva, é capaz de agregar os atores sociais em torno de uma mesma identidade e evidenciam as suas “habilidades sociais”, para usar o conceito de Fligstein (2001), em conseguir a cooperação dos diversos movimentos sociais rurais e organizações da agricultura familiar em prol dos valores enraizados e socialmente partilhados pelo grupo e aceitos pela sociedade. Contudo, isso foi ocorrer apenas em uma situação de grave ameaça à sua condição de existência. Não tratou-se de uma ação deliberadamente planejada na execução de uma estratégia territorial em torno de um projeto claramente definido de desenvolvimento rural, assentado no fortalecimento da atividade leiteira da agricultura familiar, através do seu principal dispositivo coletivo de ação econômica, mas de uma reação a um problema imediato. Por outro lado, isso não descaracteriza os vínculos de reciprocidade existentes entre os atores e as organizações da agricultura familiar e o elemento de *embeddedness* presente no significado de suas ações, formado por meio da interpretação daquele determinado contexto.

Como disse um entrevistado, as cooperativas do SISCLAF “tiveram muito mais sorte do que juízo”. (ENTREVISTA 17). Quando realizamos nosso trabalho de campo eles já haviam assumido a indústria, realizado uma grande manutenção, contratado recursos humanos e, já há dois meses, começado a produzir um produto de boa qualidade em escala industrial e com um preço bastante competitivo. A indústria beneficia 30.000 litros de leite por dia, num total de 900.000 litros de leite por mês. Contudo, ela possui capacidade para transformar 50.000 litros por dia, o que depende da liberação do SIF. Produz queijo mussarela (peça de 4kg) e pode produzir ricota (700gr), mas não está fabricando porque, segundo a gerente geral, o mercado para este produto não tem sido atrativo. A partir do momento em que o leite é descarregado, em 4 dias o queijo já está embalado à vácuo, armazenado em caixas de papelão com 6 peças (24kg) e pronto para a comercialização. O SISCLAF designou um de seus diretores (na verdade uma diretora) para atuar como gerente geral da unidade de recebimento e transformação industrial no município de São João. Também trabalham na unidade: uma contadora, responsável pela parte gerencial e contábil; um tecnólogo em alimentos, responsável geral pela produção; dois caldeiristas e um auxiliar; um funcionário responsável pelo pátio; um funcionário responsável pela embalagem; uma laboratorista química,

responsável pelo controle de qualidade; e um administrador de empresas cedido pela Central Cresol-Baser, responsável pela gestão financeira da indústria.

Durante alguns dias do primeiro mês de funcionamento da indústria foram beneficiados apenas 3.000 litros/dia, para fins de aprendizagem e ajuste de máquinas e realização de algumas manutenções extraordinárias. Depois partiu-se para o beneficiamento de 10 e 20 mil litros até o fim do primeiro mês. No segundo mês a fábrica já pagou toda a sua despesa funcional e mais as parcelas. E no terceiro mês ela já funcionava com a capacidade máxima permitida. Houve diversas mudanças nas rotinas, na organização do trabalho e da produção e na tecnologia, desde que o SISCLAF assumiu a indústria. Houve diversas mudanças nas rotinas desde que o SISCLAF assumiu a indústria, como na tecnologia e nos equipamentos, nos processos operacionais internos e na organização do trabalho e da produção. Mas, segundo a gerente geral, as principais rotinas modificadas foram na política de gestão dos recursos humanos e no relacionamento com a equipe de trabalhadores.<sup>81</sup>

A fim de economizar com o transporte do leite, a indústria recebe a matéria prima das CLAF's mais próximas, como a de São João, a de Chopinzinho e a de Dois Vizinhos, e eventualmente da plataforma de Itapejara d'Oeste, mas no fechamento do mês todo o leite recebido e beneficiado pela indústria é contabilizado em conjunto com o leite recolhido pelas plataformas, entrando para o montante geral do Sistema e remunerando as cooperativas que ali entregam da mesma forma que as outras que entregam nas plataformas. A remuneração dos agricultores associados é feita sobre o valor do leite entregue, sendo que a venda do produto transformado já vem conseguindo agregar valor. Até o momento do trabalho de campo este valor estava sendo destinado, sobretudo, para pagar as prestações da própria indústria e já estava gerando sobras (nome que as cooperativas dão ao lucro).

A maior parte do volume de vendas da indústria é destinada para fora do Paraná, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, pouca coisa é comercializada dentro do estado. O SISCLAF aguarda a liberação do SIF, o que lhes permitirá aumentar a capacidade de produção diária e a utilização da marca própria. Por enquanto a produção continua a ser vendida com a marca Letícia (sob o pagamento de royalties), para os mesmos compradores que compravam da empresa antes de o SISCLAF assumir. Em geral, os clientes são grandes

---

<sup>81</sup> Como no passado era uma indústria particular, ninguém dava satisfação do que era feito. Simplesmente tinha um gerente que mandava fazer as coisas e não explicava por que. E hoje a gente tenta trabalhar de forma diferente com os funcionários, com o administrativo, colocando o porquê de cada ação que é desenvolvida dentro da indústria e o papel de cada um no processo. (ENTREVISTA 16).

supermercados e atacados, os pagamentos são realizados a vista ou no máximo em sete (7) dias e há boas perspectivas de ampliação do mercado para os seus produtos.<sup>82</sup>

O que toda essa narrativa tem a nos mostrar é que agora os agricultores familiares produtores de leite associados às cooperativas singulares organizadas em rede através do SISCLAF estão expostos a um ambiente altamente mercantilizado e envoltos por toda uma estrutura comercial e industrial cooperativada que até pouco tempo lhes pareceria inimaginável. Não que todos eles compreendam ou reconheçam o seu lugar no Sistema e a sua condição através da institucionalidade que se expressa por meio desse dispositivo coletivo de ação econômica. Mas eles estão irreversivelmente inseridos na competição intercapitalista. Como disse um entrevistado, “agora eles entram no mercado não mais como organizadores de agricultores, mas como industriais. Eles entram numa briga de titãs. Vão brigar com grandes empresas que têm e não querem perder sua fatia de mercado.” (ENTREVISTA 14).

Apesar de a industrialização de queijo mussarela ter se mostrado uma iniciativa promissora por enquanto, trata-se de uma tecnologia já madura e sem muitas oportunidades de inovação e diferenciação por qualidade. Ademais, existem grandes empresas que também produzem essa *commodity* com muita competência e competitividade de custos. Enfim, o simples fato de agora industrializar queijo mussarela não diz muita coisa em termos de desenvolvimento industrial e muito menos em termos de gerar impactos e mudanças territoriais no sentido de dinamizar as condições socioeconômicas dos agricultores associados. O SISCLAF se depara com uma realidade complexa, onde há uma grande dificuldade em estabelecer uma estratégia econômica e institucional clara, objetiva e articulada frente ao acirramento da concorrência do mercado de leite no território. E essa dificuldade é reforçada pelos efeitos do relaxamento da estratégia de organização da base, associado a um certo deslumbramento que parece existir entre os membros da direção em relação à possibilidade de agigantar as estruturas industriais e aumentar a escala produtiva, através do modelo também já maduro de plataformas e de fabricação de *commodities* lácteas.

O fato de as cooperativas não precisarem remunerar o capital na forma de lucro, mas apenas pagar os seus custos operacionais, sustentar um fundo de reserva (que atualmente é praticamente inexistente), e remunerar de forma satisfatória os seus cooperados, representam fatores de competitividade. Mas para viabilizar uma estrutura industrial que produza produtos diversificados e de qualidade para atender um mercado consumidor exigente é preciso, antes

---

<sup>82</sup> A gente só vende se o cliente não tiver restrição. E se tivesse mais com certeza vendia mais. Não podemos dizer que sejam preços exorbitantes, mas eu diria que nós precisaríamos ter o triplo da produção pra atender a demanda. O queijo passa por diversos momentos no ano e hoje estamos passando por um momento bom. O mercado nesses últimos tempos vem se posicionando de forma muito positiva. (ENTREVISTA 16).

de tudo, possuir estabilidade no fornecimento de matéria prima, ou seja, garantir leite de qualidade. Como vimos, o SISCLAF tem 22% dos produtores e apenas 6% do volume de leite produzido no território. O desafio seria manter essa grande base de produtores, elevando também a produção e melhorando amplamente a qualidade. Mas, para isso, é preciso mais do que oferecer preço razoáveis, serviços pouco qualificados e insumos e consumíveis de segunda linha. Inclusive é preciso mais do que “fidelizar o produtor”, é preciso garantir que os produtores de leite cooperem com as cooperativas do Sistema. E para isso, além de construir uma eficiente estrutura de incentivos econômicos e não-econômicos, é necessário construir valores em torno de uma identidade partilhada, confiança e credibilidade na organização. Sem um retorno ao trabalho de organização dos grupos de base e o fortalecimento da relação entre as cooperativas e os agricultores familiares, parece difícil que o SISCLAF consiga estabelecer uma estratégia industrial e comercial sólida, visando à promoção de processos de desenvolvimento rural com base na atividade leiteira no Sudoeste do Paraná.

Em um nível macro, pode-se dizer que o avanço do projeto democratizante e seus efeitos no comportamento recente da economia brasileira – como a melhor distribuição da renda e o crescimento do mercado interno – têm aberto janelas de oportunidade para o desenvolvimento rural, especialmente através da valorização da produção de alimentos e seus efeitos sobre a geração de trabalho e renda no espaço rural. Portanto, convêm aos atores, movimentos sociais rurais e organizações econômicas dos agricultores familiares, adquirirem competências, aptidões e habilidades para construir estratégias consistentes e conseguir aproveitar essas oportunidades, pois o tempo é irreversível e certamente essas janelas não ficarão abertas para aqueles que não forem capazes de resolver conflitos, aprender a cooperar e realizar processos intensos de inovação. Inovações tecnológicas, que certamente são importantes, mas, sobretudo, inovações institucionais, que implicam em novas visões e novas formas de fazer as coisas, que modificam as rotinas e permitem habituar-se a novas opiniões e processos, e não apenas imitar o que pode ter dado certo no passado, ou não, mas que não é mais adequado aos novos desafios do presente e do futuro. Inovações que são informadas pelas condições do ambiente, mas que, sobretudo, são capazes de causar mudanças no mesmo e, assim fazendo, expandir as fronteiras do “campo do possível”, como disse Jean-Paul Sartre.

Neste sentido, o SISCLAF certamente representa um dispositivo coletivo de ação econômica de importância fundamental para a construção e a operacionalização de um projeto de desenvolvimento rural que tenha no fortalecimento da atividade leiteira um eixo articulador dos “contramovimentos” da agricultura familiar, desde que seja capaz de firmar uma postura contra-hegemônica enraizada em relação aos assaltos do “moinho satânico” no



Sudoeste do Paraná. Mas, como a história sempre contém mais do que uma possibilidade, e a realidade concreta é a realização de somente uma delas no tempo presente, o fator decisivo é a construção de um projeto de desenvolvimento e a institucionalização de uma prática que torne possível a sua emergência. Ou seja, o desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná, como em qualquer outro território, é um processo instituído de mudança social e, como tal, precisa ser projetado e constantemente avaliado, refletido e renovado pelos atores sociais ativos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do mestrado, passando pela elaboração do projeto de pesquisa e posteriormente pela realização do trabalho de campo, sempre mantivemos a constante preocupação em estabelecer um aporte conceitual que nos permitisse analisar as transformações da agricultura familiar no desenvolvimento do capitalismo de uma forma que não incorresse em concepções deterministas nem tampouco em concepções voluntaristas. Isso porque, desde que iniciamos nossos estudos sobre o tema, por um lado, e as nossas primeiras experiências de atuação profissional na área, por outro, começamos a perceber que ambas as concepções eram relativamente recorrentes. Portanto, tentamos manter, na medida do possível, uma postura crítica, tanto em relação à bibliografia como em relação aos interlocutores com quem travamos contato. A questão que inquietava-nos e que está no âmago desse estudo, motivou-nos a buscar compreender e analisar a mercantilização da agricultura familiar e o desenvolvimento rural a partir do papel desempenhado pelos próprios atores sociais e pelas instituições diretamente envolvidas nestes processos. Por isso, ao longo dessa dissertação buscamos explicar as relações entre o processo de mercantilização, a construção das identidades e a emergência das instituições no Sudoeste do Paraná, bem como a forma com que a atuação dos atores e das instituições influenciam as mudanças sociais do meio rural, ou seja, como os agricultores e seus aliados vêm sendo capazes de se organizar e coletivamente acionar e instituir processos caracterizáveis como de desenvolvimento rural.

Então, ao longo dessa dissertação, buscamos mostrar que os processos de mudança social relativos à agricultura familiar e ao espaço rural estão circunscritos a um dinâmico e multifacetado “duplo movimento”, no sentido de Polanyi (2000). Conforme foram se alterando as circunstâncias históricas do ambiente social e econômico, as possibilidades de reprodução social dos agricultores e as próprias condições materiais para prover os seus meios de vida foram tornando-se cada vez mais dependentes do intercâmbio mercantil, e os seus hábitos de pensamento, seus comportamentos sociais e seus modos de vida também foram se alterando, ocasionando aquilo que designamos “metamorfoses da agricultura familiar”. Não obstante, os agricultores também passaram a organizar-se e a instituir “contramovimentos”, como reação adaptativa aos constrangimentos resultantes da e impostos pela mercantilização, buscando criar espaços de manobra nos interstícios abertos pelas contradições deste processo.

Por um lado, o processo de mercantilização avançava na medida em que os agricultores iam se inserindo na dinâmica da economia capitalista, primeiramente, durante a vigência do “sistema produtivo colonial”, como produtores de alimentos para o mercado

interno em expansão, posteriormente, a partir da “modernização da agricultura”, também como demandantes de insumos e tecnologias da indústria à montante e fornecedores de matéria prima para a agroindústria à jusante e, finalmente, com as reestruturações do mercado de trabalho e as intensas mudanças sociais e econômicas que vem acentuando-se desde o final da década de 1980, como trabalhadores mobilizados para além das barreiras setoriais da agricultura, o que pode ser comprovado observando a importância das atividades não agrícolas e da pluriatividade como estratégia de reprodução para a agricultura familiar.

Destarte, essa crescente integração dos agricultores às relações capitalistas e à dependência do intercâmbio mercantil não ocorreu simplesmente como uma imposição estrutural “de cima para baixo”, mas foi mediada pelas estratégias que os agricultores iam estabelecendo como reação a este processo ou mesmo para adaptarem-se a ele. Assim, ao invés de a mercantilização resultar na homogeneização da estrutura social rural, o que ocorreu foi justamente o contrário, pois essa mercantilização foi extremamente diferencial, mesmo dentro de um território específico e, conseqüentemente, a estrutura social rural do mesmo complexificou-se sobremaneira, o que pôde ser representado neste trabalho através do estudo dos diversos estilos de agricultura familiar construídos pelos agricultores do Sudoeste.

Entretanto, se a mercantilização afetou as formas de reprodução dos agricultores familiares individualmente e isso não ocorreu sem contestações e reações adaptativas, o mesmo pode ser dito no âmbito coletivo. Mesmo que os colonos do Sudoeste Paranaense tenham se metamorfoseado em agricultores familiares amplamente mercantilizados – e apesar das formas que as famílias pertencentes aos diferentes estilos de agricultura vivenciam a ruralidade serem certamente heterogêneas, transpassadas e permeadas pela sociabilidade capitalista moderna – a identidade territorial da agricultura familiar, historicamente construída em meio a e através de episódios históricos, sentimento de origem e trajetórias comuns e valores partilhados, manteve-se enraizada nas concepções mentais dos atores, permitindo que as estratégias familiares ganhassem uma dimensão social mais alargada, possibilitando-lhes que, com o auxílio de atores externos, eles se organizassem para além da esfera da produção e do trabalho nas suas propriedades e construíssem diversas formas de luta social, de processos de aprendizado e de inovação institucional, que foram se materializando na forma de dispositivos de ação coletiva, como movimentos sociais rurais e organizações políticas e econômicas. Não obstante, isso não significa que o “simples fato” de os próprios agricultores familiares terem sido capazes de instituir um complexo processo de lutas sociais e organização política e econômica se reflita direta e necessariamente em algo que possa ser considerado desenvolvimento rural.

De qualquer maneira, acreditamos que, considerando os limites e as potencialidades proporcionadas pelo referencial teórico e pelo aporte analítico esboçado no segundo capítulo, bem como a nossa própria capacidade de, através desse referencial, interpretar a realidade idiossincrática que se apresenta, em toda a sua complexidade, pensamos que a dissertação conseguiu dar conta das questões propostas e foi capaz de cumprir os objetivos determinados. Isso foi gradualmente realizado ao longo do terceiro e do quarto capítulos.

Ao terceiro capítulo coube dar conta integralmente do primeiro objetivo específico, que na verdade resultou em uma interpretação, ainda que parcial, da história do Sudoeste do Paraná, caracterizando o seu desenvolvimento a partir da análise da trajetória da agricultura e do meio rural, desde a década de 1940 até a primeira década do século XXI. Vimos que a formação social do Sudoeste Paranaense se confunde com a formação da própria agricultura familiar, pois teve sua gênese a partir do processo migratório dos colonos do Sul do país, que buscavam manter o seu modo de vida e a sua condição camponesa reconstruindo um sistema produtivo colonial similar àquele em que viviam na sua terra de origem, mas já sob novas condições, como fornecedores de alimentos para o mercado interno em expansão nas regiões que se industrializavam. Contudo, quando afrontados pela ameaça de não conseguirem manter seu propósito, por conta da ação violenta e predatória das empresas imobiliárias, sob as quais convergia o poder de grandes grupos econômicos e o poder político tradicional, mobilizaram-se num movimento que culminou na chamada Revolta dos Colonos de 1957, que além de alcançar o objetivo de garantir a posse da terra aos colonos, instituindo a propriedade privada familiar, enraizou a sua identidade como um valor compartilhado pelos atores do território. Posteriormente, com as alterações do projeto político desenvolvimentista, a partir do golpe militar de 1964, o capital transnacional passa a avançar em diversos segmentos da economia, contribuindo para o fomento do processo que será conhecido como a “modernização conservadora da agricultura brasileira”. Então, a mercantilização da agricultura ocorre por meio de uma crescente incorporação institucional, quando consolida-se a centralização estatal, a cientifização e a externalização da agricultura, que contribui para a rápida desagregação do sistema produtivo colonial e a gradual diferenciação da agricultura familiar. Este movimento é levado a cabo por uma série de instituições, como o crédito agrícola, a pesquisa agropecuária, a extensão rural, o cooperativismo tradicional e as empresas agroindustriais, entre outras. Mas em resposta, auxiliados pelos aliados que foram conquistando ao longo do caminho, entre eles os atores vinculados a Igreja e outros ligados a experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), os agricultores promovem uma nova onda de “contramovimentos”, que dá origem a uma série de instituições, como Ong’s, sindicatos, movimentos sociais na luta pela

terra, associativismo e, já nos anos 1990, um “novo cooperativismo” dos próprios agricultores familiares, articulando diversos ramos cooperativos organizados na forma de redes.

Ao quarto capítulo competiu dar conta do segundo e do terceiro objetivos específicos. Situado o processo histórico que deu origem à formação, à mercantilização e às metamorfoses da agricultura familiar do Sudoeste Paranaense, bem como as ações coletivas que deram origem às instituições, como movimentos sociais rurais e organizações políticas e econômicas dos agricultores, partimos para uma análise mais detalhada sobre a heterogeneidade social e a diversidade produtiva deste grupo social, bem como de um dos mais eminentes dispositivos coletivos de ação econômica instituídos nos últimos anos, o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária, que tem oferecido suporte para o fortalecimento da certamente mais estratégica atividade econômica da agricultura familiar.

Através da análise realizada a partir de um rico banco de dados sobre o município de Itapejara d’Oeste, inicialmente caracterizamos alguns aspectos da pluriatividade na agricultura familiar, um fenômeno resultante da crescente integração dos agricultores familiares aos diferentes mercados de trabalho, sejam eles agrícolas ou, principalmente, não agrícolas. Corroborando as conclusões já encontradas por Perondi (2007) – entre elas a de que a diversificação das estratégias e das atividades econômicas, além de aumentar a renda da família, contribui para reduzir os riscos, aproveitar melhor os recursos disponíveis e distribuir melhor a renda entre os indivíduos residentes – demonstramos que, no município estudado (mas também provavelmente em todo o Sudoeste), as famílias pluriativas conseguem rendas maiores e mais diversificadas do que as monoativas e, entre elas, as pluriativas de base agrária conseguem maiores rendas do que as pluriativas intersetoriais.

Em seguida, através do recurso ao método de estatística multivariada conhecido como análise de *cluster*, identificamos cinco “estilos de agricultura familiar” e analisamos a importância econômica relativa e o grau de mercantilização da atividade leiteira em cada estilo. A principal conclusão a que se pode chegar com esta análise dos estilos de agricultura e a sua relação com a atividade leiteira é que, apesar de o estilo 2 ser de fato empobrecido e economicamente vulnerável, bem como a sua produção individual de leite ser pequena e dispersa, no seu conjunto ele apresenta uma considerável competitividade, por ser um estilo de “agricultura econômica”, assentada principalmente no custo relativamente baixo da sua produção em relação aos outros estilos, o que também representa um fator de competitividade para as cooperativas de leite da agricultura familiar e uma janela de oportunidade para o desenvolvimento do território, haja visto que a maioria de seus cooperados devem pertencer a este estilo e têm na atividade leiteira uma estratégia central para a sua reprodução social.

Por fim, nas duas últimas seções do quarto capítulo, analisamos dois fenômenos conexos. Primeiramente, as mudanças institucionais, a reestruturação industrial, as inovações tecnológicas no setor de lácteos e a inserção competitiva do Brasil no mercado mundial, bem como os efeitos e consequências desses processos na atividade leiteira da agricultura familiar do Sudoeste Paranaense. Demonstramos que a partir de meados dos anos 1980 iniciou um processo de radical transformação na dinâmica da atividade leiteira, devido basicamente a sua reorientação para o mercado, tanto interno como externo, sendo que até então a atividade era voltada fundamentalmente à subsistência das famílias e secundariamente para o atendimento do consumo da população urbana local, sobretudo através do mercado informal. Com essa mudança a atividade vem passando por um processo tardio e ainda parcial, mas certamente irreversível, de “modernização”, a partir da adoção de progresso tecnológico e da incorporação crescente de insumos externos. Em consequência dessas mudanças, a atividade leiteira do território vem adquirindo um poderoso dinamismo e apresentado um fabuloso crescimento, abrindo uma interessante janela de oportunidade para o desenvolvimento rural.

Dentro desse processo, os agricultores passaram a organizar-se através de pequenas cooperativas de leite chamadas CLAF's, que, articuladas na forma de rede, formaram uma Cooperativa Central e constituíram o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (SISCLAF). Descrevemos e analisamos com um considerável nível de detalhamento a evolução institucional (em termos organizacionais e forma de atuação no mercado) do SISCLAF, valendo-nos de um aporte analítico fundamentado nas referências conceituais fornecidas pela Economia Institucional, através de alguns elementos da teoria evolucionária das organizações econômicas, conhecida como abordagem baseada nas competências (HODGSON, 1998b) e pela Sociologia Econômica, através da abordagem da imersão social da ação econômica (BECKERT, 1999). Essa proposta teórica distinguiu-se por afastar-se totalmente das teorias que partem de pressupostos universais e abstratos assentes na análise estática comparativa de situações de equilíbrio, na maximização da utilidade ou minimização dos custos e no individualismo metodológico, etc., pois baseia-se em uma análise concreta, necessariamente dinâmica e histórica da realidade empírica das organizações, lançando mão de conceitos evolucionários, como o de “rotinas” organizacionais, as quais correspondem determinados “hábitos” laborais dos seus membros. Além disso, importantes conceitos e categorias sociológicas, como confiança, reciprocidade, incerteza, interesses e valores, foram aplicados para a análise dos conflitos, da cooperação e da inovação nas organizações da agricultura familiar. Munidos desse referencial, analisamos a evolução do SISCLAF, partindo de uma periodização das três distintas fases da sua história

institucional, onde foram caracterizadas as principais ações, práticas e iniciativas, identificados os principais recursos, competências e habilidades, descritas as principais rotinas e analisadas as estratégias institucionais e econômicas dessa organização.

Tendo em vista estes resultados, podemos afirmar que o presente estudo corrobora uma conclusão que é sobejamente compartilhada pelos autores de uma série de outros trabalhos que vêm sendo realizados no âmbito do GEPAD. A conclusão de que a diversidade de estratégias de reprodução socioeconômica, de usos e ordenamentos dos recursos materiais e simbólicos disponíveis e de formas de organização e de ação coletiva é uma característica marcante e fundamental da categoria social agricultura familiar e das dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural. Nas palavras de Conterato (2008, p.246), “a diversidade é recurso, causa e consequência de situações familiares e territoriais específicas.” Portanto, isso nos leva a uma reflexão sobre a pertinência do próprio referencial teórico escolhido, bem como do aporte analítico construído e aplicado, quanto a sua capacidade de conseguir apreender essa diversidade e dar conta da complexidade do problema de pesquisa proposto.

Como afirmamos acima, buscamos dispor de instrumentos teórico-metodológicos capazes de manter um saudável distanciamento tanto das perspectivas deterministas, que focam quase que exclusivamente o nível macro-analítico, como das perspectivas individualistas e voluntaristas, que geralmente privilegiam o nível micro-analítico. Por isso, o nosso esforço deu-se no sentido de integrar os níveis macro e micro, orientando a nossa análise para as interfaces entre o papel dos atores sociais e o papel das instituições na busca de elementos que permitissem-nos superar um dos mais profundamente arraigados e controversos problemas que assolam a teoria social desde a sua gênese e que vêm sendo intensamente debatido nos últimos anos: o do nexo causal entre estrutura e agência.

Os diversos trabalhos realizados no âmbito do GEPAD – como Niederle (2007), Perondi (2007), Conterato (2008), Melo (2009), entre outros – que também partilham dessa mesma preocupação, vêm se orientando prioritariamente pela proposta de Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg (1994), a assim chamada Perspectiva Orientada aos Atores (POA). A perspectiva defendida pelos autores holandeses parte de uma dupla crítica às teorias do desenvolvimento agrário, que abrange dois grandes paradigmas: o da teoria da modernização (de cariz neoclássico e funcionalista) e o da teoria da mercantilização (de cariz neo-marxista).

Eles afirmam que as duas teorias, apesar de ideologicamente opostas – uma é liberal e outra é radical – são similares no sentido de que ambas concebem o desenvolvimento e as mudanças sociais como emergindo diretamente dos centros de poder sob a forma de intervenções exógenas, seguindo um caminho determinado por estágios de desenvolvimento

ou pela sucessão de modos de produção dominantes, que restringem a vida das pessoas, reduzem a sua autonomia e subestimam as formas locais de cooperação e solidariedade, “resultando em uma crescente diferenciação socioeconômica e em um maior controle centralizado de grupos, instituições e empresas econômicas e políticas poderosas.” (*idem*, p.3). Em resumo, segundo os autores, ambas as perspectivas são excessivamente “estruturalistas”, pois as estruturas operam como *explanans* e os atores e as formas de interação social como *explananduns*. Por conta disso, afirmam categoricamente que ambas são consideradas deterministas e, portanto, inadequadas para explicar as realidades complexas e cambiantes e os processos dinâmicos e desiguais de mudança que caracterizam o desenvolvimento rural, reivindicando a necessidade de abandonar perspectivas estruturalistas da história e de considerar “agência” e “heterogeneidade” como conceitos fundamentais.

A história nunca se relaciona de maneira unilinear ou uniforme com o presente e com o futuro. O fato decisivo é o que Kosik chama de *praxis*, ou o que descrevemos como o processo pelo qual os projetos e as práticas dos atores se interligam e interagem para produzir formas ou propriedades emergentes. É através desta luta [...] que certas possibilidades são excluídas e outras tornadas possíveis ou realizadas. Em termos mais substanciais, uma estrutura pode ser caracterizada como um conjunto extremamente variável de propriedades emergentes que, por um lado, resulta da interrelação e/ou distanciamento entre vários projetos de atores, enquanto, por outro lado, funciona como um importante ponto de referência para a posterior elaboração, negociação e confrontação de projetos. (LONG; PLOEG, 1994, p.29).

De modo geral, essa postura teórico-metodológica vem diretamente ao encontro da abordagem dialética e evolucionária que buscamos construir neste trabalho, a partir das contribuições de autores como Marx (1969, 2007, 2008), Hobsbawm (1998), Polanyi (1976, 1977), Veblen (1898, 1988) e, sobretudo, Hodgson (1998a, 2004b, 2007). O problema é que, talvez até pelo fato de não possuírem o propósito de formular um corpo teórico solidamente estruturado, os autores da POA pecam em fornecer elementos realmente consistentes para sustentar essas proposições e acabam valendo-se de referências vagas e muitas vezes contraditórias de autores tão dispares como Hardt e Negri (2001) e Giddens (2000). Contudo, não realizamos essa crítica no intuito de buscar invalidar ou desmerecer os esforços destes autores, que há tempos vêm realizando contribuições inestimáveis para os estudos sobre mudança agrária e desenvolvimento rural em diversas partes do mundo, mas sim no sentido de contribuir para a consolidação de fundamentos teóricos mais robustos acerca de uma questão tão central para o avanço das ciências sociais. Ademais, enxergamos a POA como uma perspectiva plural e aberta, amplamente capaz de absorver contribuições promissoras de diversas outras abordagens teóricas. Através do esforço realizado nessa dissertação,



esperamos ter deixado claro que esse pode ser definitivamente o caso da Economia Institucional de Hodgson e da Sociologia Econômica de Beckert.

Através do esquema analítico de *reconstitutive downward causation*, Hodgson (2007) provê uma explicação da mudança social sem confundir os fatores que operam no nível micro e os fatores que operam no nível macro. Como vimos no segundo capítulo, essa abordagem envolve explicações para a interação causal e para a reconstituição, tanto na direção dos indivíduos para as estruturas como das estruturas para os indivíduos. O elemento mediativo entre os níveis micro e macro está no modo de operação das instituições, as quais correspondem determinados sistemas de regras e dispositivos coletivos estruturados, que são socialmente enraizados nos hábitos de pensamento, comportamento e ação dos indivíduos. Isso assegura que a emergência de qualquer propriedade ou força causal que opera no nível macro existe necessariamente em virtude de algum processo causal que ocorreu no nível micro: “o ator e a estrutura institucional, embora distintos, são, assim, conectados em um círculo de mútua interação e interdependência.” (HODGSON, 2007, p.108).

A abordagem de *embeddedness*, por sua vez, provê um esquema de análise para a ação social e, particularmente, para a ação econômica, considerando que a ação é informada pela intencionalidade, mas que os seus resultados não são teleológicos e que as suas consequências não são totalmente previsíveis previamente. Como vimos, segundo Beckert (1999), os significados e as percepções acerca da racionalidade que informam as ações, sejam elas individuais ou coletivas, são estabelecidas intersubjetivamente no próprio processo em que as ações transcorrem. Portanto, a ação social assume um determinado sentido na medida em que está imersa em um contexto específico, de acordo com a interpretação que o agente faz desse contexto e da sua própria ação em um processo que, apesar de depender das estruturas previamente estabelecidas, é indeterminado, pois está sujeito às incertezas do ambiente institucional vigente e das crenças, dos valores e dos propósitos dos atores sociais

A nossa contribuição consistiu em elaborar um aporte analítico que conjugou em um mesmo *framework* os conceitos de instituições e de *embeddedness*, de modo a torná-los aplicáveis à análise dos processos de mudança social que envolvem conflito, cooperação e inovação no âmbito das interações entre os atores e as organizações da agricultura familiar na dinâmica do território. Esse aporte analítico foi fundamental para que pudéssemos realizar uma análise das interfaces entre o papel dos atores sociais e o papel das instituições nos processos de desenvolvimento rural. Ademais, para compreendermos os fenômenos e processos complexos, precisávamos de um esquema metateórico geral, que considerasse as circunstâncias do ambiente em que eles ocorrem. Por isso lançamos mão do “Darwinismo

Generalizado” de Hodgson (2004b, 2005), segundo o qual tanto os fenômenos sociais como os naturais, hierarquicamente conectados do ponto de vista ontológico, devem necessariamente ser explicados por meio dos princípios de variação, herança e seleção. No caso das ciências sociais, somente considerando um ambiente em que operam esses três princípios é possível apreender a evolução dos hábitos e das instituições.

Obviamente que o “Darwinismo Generalizado”, como um esquema metateórico geral, por si só não dá conta de fenômenos e processos específicos. Para isso é necessário que o pesquisador lance mão de teorias auxiliares e explicações particulares, adequadas ao seu tema e ao seu problema. Neste sentido, também elaboramos, com base na literatura especializada, um aporte conceitual específico para a análise de agricultura familiar, enquanto uma forma social de organização do trabalho e da produção e como um ator social ativo nos processos de mudança agrária e desenvolvimento rural. Complementarmente a isso, esboçamos uma abordagem territorial do desenvolvimento rural, valendo-nos das contribuições de uma série de autores e disciplinas. Com isso, esperamos ter conseguido superar alguns limites e avançar na elaboração de definições mais claras em relação ao escopo dos estudos sobre desenvolvimento rural – particularmente para aqueles que envolvem as interfaces entre o papel dos atores sociais e o papel das instituições nas dinâmicas territoriais de desenvolvimento –, explicitando um *corpus* de conceitos, metodologias e experiências empíricas que posteriormente podem ser replicadas e debatidas sob critérios mais ou menos comuns, servindo de referência para pesquisas futuras, indo ao encontro daquilo que Schneider (2010) legitimamente reclamava e propunha em seu artigo citado na introdução. Naturalmente, não pretendemos ter elaborado um referencial teórico plenamente pronto e acabado, que pode ser replicado indistintamente sem maiores críticas e ressalvas, mas acreditamos que este *corpus* pode ser aperfeiçoado e adaptado para outros fenômenos e contextos que guardem semelhança com o tema de pesquisa aqui estudado.

Destarte, apesar da amplitude do nosso estudo (e talvez justamente por causa dela), certamente inúmeros pontos tenham sido deixados, voluntária ou involuntariamente, em aberto. Muitos desses pontos só aparecerão de maneira mais clara quando fizermos uma releitura mais distanciada da dissertação daqui a algum tempo, quando as críticas já tiverem sido realizadas, avaliadas, digeridas e, se for o caso, incorporadas à nossa agenda de pesquisas. De qualquer maneira, de imediato nos ocorre levantar dois pontos que notadamente ainda estão em aberto e podem ficar como tema para futuras pesquisas.

O primeiro diz respeito à metodologia e a utilização do *framework* dos estilos de agricultura para a criação de tipologias. Como os dados utilizados eram provenientes de uma

fonte amostral, referentes à apenas um município dos 42 que compõem o território analisado e ademais, relativos a um momento que já passou há seis anos, a partir dos resultados alcançados não se pôde inferir qualquer tipo de generalização estatística. Não obstante, assim como fizeram Niederle (2007) e Conterato (2008), é possível afirmar que os resultados alcançados sustentam sim uma generalização analítica. Tendo isso em mente, de acordo com os objetivos da pesquisa de alguém que se propusesse a replicar a metodologia de estilos de agricultura aqui utilizada, que já é uma adaptação da metodologia de Conterato (2008), poderia ser interessante levar em conta a possibilidade de utilizar novas dimensões e variáveis, inclusive variáveis de caráter não econômico, que foram relativamente pouco exploradas aqui, constando apenas na segunda e na oitava dimensão considerada no nosso modelo. Neste sentido, seria interessante avançar rumo a uma metodologia que integrasse no mesmo *framework*, métodos quantitativos de estatística multivariada, como as análises fatorial e de *cluster*, e métodos qualitativos capazes de captar aquilo que Ploeg (1994, 2009) chama de “repertórios culturais”, através de técnicas apropriadas para a análise dos discursos e das representações dos agricultores sobre eles mesmos e suas atividades. E outro avanço necessário seria conseguir elaborar uma metodologia com uma base de dados que possuísse séries históricas – como, por exemplo, os Censos Agropecuários do IBGE –, para que fosse possível realizar uma análise verdadeiramente “dinâmica” dos estilos de agricultura, contemplando a mudança e a evolução dos mesmos através do tempo.

O segundo ponto em aberto diz respeito à análise de interfaces entre o papel das instituições da agricultura familiar e o papel de outros atores e instituições, como o Estado, as suas agências de planejamento, as políticas públicas, as indústrias à montante e à jusante da agricultura, as agências multilaterais, a extensão rural, a universidade e outras instituições de P&D, as grandes redes de supermercados, as cadeias curtas de alimentos, o mercado informal e os próprios consumidores dos produtos dos agricultores, etc. Nessa pesquisa discutimos as interfaces entre os agricultores e suas organizações em relação às diversas outras categorias de atores e instituições apenas na medida em que elas interessavam aos objetivos da análise proposta. Porém, é possível descobrir inúmeras outras interfaces e dar ênfase aos diferentes pontos de acordo com os interesses do pesquisador, utilizando o mesmo referencial teórico, obviamente, realizando as adaptações e aperfeiçoamentos necessários ou pertinentes.

De qualquer maneira, encerramos esse trabalho compartilhando com o leitor a nossa aspiração e a nossa esperança de que esta dissertação venha a servir para algo além da “mera” experiência individual adquirida pelo pesquisador em meio aos seus processos de aprendizado, de formação acadêmica e de qualificação profissional. Gostaríamos que os

conhecimentos aqui produzidos pudessem servir como fermento tanto para as pesquisas de outros pesquisadores que vierem a se interessar pelo tema depois de nós (ou que já se interessam e ainda não conhecem a proposta teórico-metodológica apresentada), como para reflexões e ações de cunho prático, que podem valer-se desses conhecimentos, por exemplo, para a formulação de políticas públicas que levem em conta o papel ativo dos atores sociais e das instituições, a diversidade inerente a categoria social agricultura familiar e, finalmente, a importância de uma abordagem territorial do desenvolvimento rural que transcenda o caráter estritamente normativo e instrumental que os burocratas, *policy makers* e os próprios atores sociais envolvidos acabam assumindo nas práticas cotidianas de execução das políticas públicas acessadas e em seus processos deliberativos e de planejamento estratégico.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **As transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense**. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

\_\_\_\_\_. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. **Desarrollo rural: Organizaciones, instituciones y territorios**. Ediciones Ciccus, Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006. p.51-70.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana A. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 621).

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRÖEDER, Monica. **A agricultura familiar entre o setor e o território**. São Paulo, 2005. Relatório Final de Pesquisa – Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial, RIMISP/IDRC. Disponível em: <<http://www.rimisp.cl/seccion.php?seccion=308>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

AKRAM-LODHI, A. Haroon; KAY, Cristóbal. Surveying the agrarian question (part 1): unearthing foundations, exploring diversity. **Journal of Peasant Studies**, London, n.37, v.1, p.177-202, 2010a.

\_\_\_\_\_. Surveying the agrarian question (part 2): current debates and beyond. **Journal of Peasant Studies**, London, n.37, v.2, pp.255-284, 2010b.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: Tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: Ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).

ALVES, Adilson F. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (PR)**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ALVES, Lucir R., LIMA, Jandir F.; PIFFER, Moacir. Dinamismo setorial diferenciado no Oeste e no Sudoeste do Paraná. **Revista da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, p.129-153, 2009.

ARCHER, Margaret. **Realist social theory: the morphogenetic approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL;  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS; INSTITUTO

AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Caracterização e diagnóstico dos sistemas de produção do Sudoeste do Paraná.** Francisco Beltrão, 1994.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL; DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS; UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná.** Francisco Beltrão, 1992.

ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. **Dossiê da Crise.** Nov. 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Dossiê da Crise II.** Ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise-II.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2010.

BASSO, Dirceu. **O cooperativismo solidário em seus primeiros passos para uma ação na perspectiva do desenvolvimento territorial.** Francisco Beltrão, 2009. Relatório Convênio MDA/SISCLAF n.0244872-95/2007.

\_\_\_\_\_. **Os sistemas cooperativos da agricultura familiar emergentes no Paraná: desafios e oportunidades.** Francisco Beltrão, 2011. Relatório Convênio MDA/SISCLAF n.0244872-95/2007.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. **Campo-Território:** Revista de Geografia Agrária, Presidente Prudente, v.1, n.2, p.65-91, ago. 2006.

BECKERT, Jens. **Economic action and embeddedness:** The problem of the structure of action. Berkeley: Center for Culture, Organizations and Politics, 1999. Disponível em: <<http://www.irl.berkeley.edu/culture/papers/Beckert.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **The great transformation of embeddedness:** Karl Polanyi and the New Economic Sociology. Liepzig: Max Planck Institute for the Studies of Societies, 2007. (Discussion Paper 07/1). Disponível em: <<https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/19938/1/dp07-1.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2011.

BEDUSCHI FILHO, Luiz C.; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In : CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: SOBER, 2003.

BERNSTEIN, Henry. African Peasantry: a theoretical framework. **Journal of Peasant Studies**, London, n.6, p.421-443, 1979.

\_\_\_\_\_. Capitalism and petty commodity production. **Journal of Culture and Social Practice**, Oxford, n. 20, p.11-28, 1986.

BHASKAR, Roy. **A realist theory of science.** 2nd. ed. London: Verso, 1997.

BLOCK, Fred. Karl Polanyi and the writing of The Great Transformation. **Theory and Society**, Califórnia, n.00, p.1-32, 2003.

BLUME, RONI. **Território e ruralidade:** a desmistificação do fim do rural. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BONENTE, Bianca I.; FILHO, Niemeyer A. Há uma Nova Economia do Desenvolvimento? **Revista de Economia**, Curitiba, v.34, n.1, p.77-100, jan./abr. 2008.

BORGES, Gisele D.; ORTIZ Sidney; NUNES, Sidemar P. A relação de integração na avicultura no Sudoeste do Paraná diante da reestruturação do setor e das inovações tecnológicas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE: Histórico, situação atual e perspectivas.** Porto Alegre: BRDE, 2003.

BUAINAIN, Antonio M.; ROMEIRO, Ademar R., GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n.10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

BUGRA, Ayse. Polanyi's concept of double movement and politics in the contemporary market society. In: BUGRA, A.; AGARTAN, K. (Org.). **Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century: Market Economy as a Political Project.** Oxford: Palgrave Macmillan, 2007. p.173-190.

BUGRA, Ayse; AGARTAN, Kaan. (Org.) **Reading Karl Polanyi for the twenty-first century: market economy as a political project.** Oxford: Palgrave Macmillan, 2007.

BURAWOY, Michael. For a sociological marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. **Politics & Society**, Berkeley, v.31, p. 93-168, 2003.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte.** Chapecó: Argos, 2007.

BUTTEL, Frederick H. Some reflections on late twentieth century agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v.41, n.2, April 2001.

CARDOSO, Fernando H. Desenvolvimento: o mais político dos temas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.15, n.4, p.148-155, 1995.

CARNEIRO, Maria J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade.** Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, Carolina M. **Análise metodológica da Economia Institucional.** 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CHANG, Ha-Joon. **Maus samaritanos.** O mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã Editora, 1996.

CONCEIÇÃO, Octávio A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica Institucionalista.** Porto Alegre: FEE, 2002a. (Teses FEE, n.1).

\_\_\_\_\_. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.119-146, jul./dez. 2002b.

\_\_\_\_\_. A contribuição das abordagens Institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, n.1, p.77-106, 2002c.

\_\_\_\_\_. Além da Transação: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e os pós-keynesianos. **Revista de Economia**, Campinas, v. 8, p. 621-642, 2008.

CONTERATO, Marcelo A. **Dinâmicas regionais de desenvolvimento rural e estilos de agricultura**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CORAZZA, Gentil. O caminho de volta para o concreto: uma introdução ao método da economia política em Marx. In: CORAZZA, Gentil (Org.). **Métodos da Ciência Econômica**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2003. (Série Estudos e Pesquisas IEPE). p. 43-60.

CORAZZA, Gentil; MARTINELLI JÚNIOR, Orlando. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. **Teoria & Evidência Econômica**, Passo Fundo, v.10, n.19, p.9-36, 2002.

CORRÊA, Roberto L. O Sudoeste Paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 32, n. 1, p. 87-98, jan./mar., 1970.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (Comp.). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 195-216.

DALLA COSTA, Armando. Contratos, novas tecnologias e produtividade do trabalho entre os avicultores do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.313-340, jul./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **A Sadia e a produção integrada**: O lugar do agricultor no complexo agroindustrial. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

DAVID, Ari de. **Competitividade das cooperativas do Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar – SISCLAF**. 2009. Trabalho de conclusão (Especialização em Gestão do Cooperativismo Solidário) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009.

DELGADO, Nelson G. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Brasília: IICA/MDA, 2009.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Editora da UNICAMP: Ícone, 1985.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. **Movimentos sociais no campo na região Sudoeste do Paraná**: avaliação e perspectivas. Curitiba: DESER, 1993.

DUGGER, William. Radical Institutionalism: basic concepts. **Review of Radical Political Economics**, Berkeley, v.20, n.1, p.1-20, 1988.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.



DURAND, José C. G. (Org.). **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1967.

ESCOBAR, Arturo. Beyond the search for a paradigm? Post-development and beyond. **Development**, Hampshire, v.43, n.4, p.11-14, 2000.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1994. (Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

FARIA, Luiz A. E. Olhares sobre o capitalismo: estruturas, instituições e indivíduos na economia política. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 325-352, out. 2007.

FARIAS, Fernando R. **O PRONAF e o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Flor da Serra do Sul, PR**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010.

FAVARETO, Arilson S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: Do agrário ao territorial**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006a.

\_\_\_\_\_. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.62, p.27-44, out. 2006b.

FERES, João B. **Propriedade da terra: opressão e miséria. O meio rural na história social do Brasil**. Amsterdam: CEDLA, 1990. (Latin America Studies, 56).

FERRAZ, Osni G.; BRANDÃO, Sheila; PASE, Emerson L. Sistema Coopafi: o desafio da construção de um sistema de comercialização e de apoio às agroindústrias familiares da região Sudoeste do Paraná. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 46., 2008, Rio Branco, AC. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR - SUL; DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS; CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Agricultura familiar, desenvolvimento e o novo sindicalismo**. 2002. (Mimeografado).

FLIGSTEIN, Neil. **Social Skills and the Theory of Fields**. Berkeley: University of California, 1999.

\_\_\_\_\_. **The Architecture of Markets: An Economic Sociology of Twenty-First-Century Capitalist Societies**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2001.

FLORES, Edson L. **Capitalismo e agricultura em Francisco Beltrão - PR**. 2006. Trabalho de conclusão (Especialização em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2006.

\_\_\_\_\_. **Industrialização e desenvolvimento do Sudoeste do Paraná.** 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009.

FONSECA, Pedro C. D. O processo de substituição de importações. In: RÊGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2003. p. 248-282.

\_\_\_\_\_. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v.15, n.2 (26), p.225-256, 2004.

FOSTER, John B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRIEDMANN, Harriet. Simple commodity production and wage labour in the American Plains. **Journal of Peasant Studies**, London, v.6, n.1, p.71-100, 1978a.

\_\_\_\_\_. World market, State and family farm: social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v.20, n.4, p.545-586, 1978b.

\_\_\_\_\_. Family enterprises in agriculture: structural limits and political possibilities. In: COX, G.; LOWE, P.; WINTER, M. **Agriculture: People and Policies.** London: Allen & Unwin, 1986. p. 88-103.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003.

GAZOLLA, Marcio A. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Dualidade da estrutura.** Oeiras: Celta, 2000.

GNOATTO, Almir; VARGAS, Laudecir; NUNES, Sidemar P. **A atividade leiteira no estado do Paraná entre os produtores associados aos Sistemas Cooperativos CLAF, COORLAF e COOPLAF.** Dois Vizinhos: UTFPR, 2009. (Relatório Final de Pesquisa)

GOMES, Iria Z. **1957: A revolta dos posseiros.** 2. ed. Curitiba: Criar, 1987.

GONÇALVES, Sergio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: 2008.

GOODMAN, David; REDCLIFT, Michael. Capitalism, petty commodity production and the farm enterprise. In: COX, G.; LOWE, P.; WINTER, M. **Agriculture: People and Policies.** London: Allen & Unwin, 1986. p. 231-247.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.5, n.4, p.31-56, out./dez. 1985.

\_\_\_\_\_. **Das lavouras às biotecnologias.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

- SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- \_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Coleção Agricultura e Sociedade).
- \_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).
- \_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.37-50, 2001a.
- \_\_\_\_\_. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem “O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento”**. Brasília: NEAD, 2001b. p. 5-53.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.91, n.3, p.481-510, 1985.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.
- HIRSCHMAN, Albert. Ascensão e declínio da Economia do Desenvolvimento. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v.25, n.1, não paginado, 1982.
- HOBBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HODGSON, Geoffrey M. Institutional Economics: surveying the ‘old’ and the ‘new’. **Metroeconomica**, Malden, v.44, n.1, p.1-28, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Economia e Instituições**: Manifesto por uma Economia Institucionalista Moderna. Oeiras: Celta, 1994.
- \_\_\_\_\_. **From micro to macro**: the concept of emergence and the role of institutions. In: INTERNATIONAL SEMINAR “INSTITUTIONS AND ECONOMIC DEVELOPMENT: TOWARDS A COMPARATIVE PERSPECTIVE ON STATE REFORM”, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais ...** Rio de Janeiro: [S.l.: s.n.], 1997.
- \_\_\_\_\_. The approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, Pittsburg, v.36, p.166-192, mar. 1998a.
- \_\_\_\_\_. Evolutionary and Competence-Based Theories of the Firm. **Journal of Economic Studies**, Berkeley, n.25, v.1, p.25-56, 1998b.
- \_\_\_\_\_. Veblen and Darwinism. **International Review of Sociology**, New York, v.14, n.3, p. 343-361, 2004a.
- \_\_\_\_\_. **The evolution of Institutional Economics**: Agency, structure and Darwinism in American Institutionalism. London: Routledge, 2004b.
- \_\_\_\_\_. Generalizing Darwinism to social evolution: some early attempts. **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v.39, n.4, p. 899-914, Dec. 2005.

\_\_\_\_\_. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v.40, n.1, p. 1-25, Mar. 2006a.

\_\_\_\_\_. **Economics in the shadows of Darwin and Marx: Essays on Institutional and Evolutionary Themes**. Cheltenham, U.K: Edward Elgar, 2006b.

\_\_\_\_\_. Institutions and individuals: interaction and evolution. **Organization Studies**, Tilburg, v.28, n.1, p.95-116, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Agropecuários**. Rio de Janeiro: 1970-2006.

\_\_\_\_\_. **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro: 1970-2000.

\_\_\_\_\_. **Contagem da População**. Rio de Janeiro: 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: 2009.

\_\_\_\_\_. Efetivos – suínos – qde. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. Brasília, 2007a.

\_\_\_\_\_. Área colhida – arroz, feijão, milho, trigo, fumo, soja – ha. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. Brasília, 2007b.

\_\_\_\_\_. Produção – arroz, feijão, milho, trigo, fumo, soja – ton. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. Brasília, 2007c.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **Gestão em desenvolvimento com ênfase em cooperativismo: o planejamento no cooperativismo solidário**. Francisco Beltrão: INFOCOS, 2008. Livro VIII.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Perspectiva e potencial de participação institucional do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural Paranaense**. Curitiba: IPARDES, 1983.

\_\_\_\_\_. **Agroindústria e cooperativas no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1985.

\_\_\_\_\_. **Leituras regionais: Mesorregião geográfica Sudoeste Paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os vários Paranás: Sudoeste Paranaense: especificidades e diversidades**. Curitiba: IPARDES, 2009.

JANK, Marcos S.; GALAN, Valter B. **Competitividade do sistema agroindustrial do leite**. 1998. Disponível em: <<http://www.fia.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2005.

JESSOP, Bob. **State Power: A strategic-relational approach**. Cambridge: Polity, 2007.

JUNQUEIRA, Rodrigo G. P; ABRAMOVAY, Ricardo. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração**, São Paulo, v.40, n.1, p.19-33, jan./fev./mar. 2005.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas).

KAGEYAMA, Ângela. (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.G.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C.M.

(Org.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-223. (Série IPEA n.127).

\_\_\_\_\_. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.2, n.3, p.515-551, jul./set., 1998.

KHATOUNIAN, Carlos A.; GEHLEN, Ivaldo. **Relatório de avaliação da ASSESOAR**. Francisco Beltrão, dezembro de 1996. Disponível em: <http://sistema.assesoar.org.br/arquivos>>. Acesso em: 09 jul. 2010.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar I: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **A agricultura familiar II: do mito a realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

LANNOY, Christophe de. **O nascimento do Sistema CRESOL: a origem de uma inovação organizacional**. dez/2006. Disponível em: <http://www.cresol.com.br/site/>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. ATER Cooperativada: a nova institucionalidade da extensão rural. In: INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO; CRESOL-BASER. **Livro X da Série Gestão em desenvolvimento com ênfase em cooperativismo**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2009. p.18-29.

LAWSON, Tony. Institutionalism: on the need to firm up notions of social structure and human subject. **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v.37, n.1, p.175-207, Mar. 2003.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste Paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LENIN, V. Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Debates, 1980.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: CIESA, 2007.

LONG, Norman; PLOEG, Jan Douwe van der. In: BOOTH, David. (Ed.). **Rethinking Social Development: theory, research and practice**. London: Longman, 1994. p. 62-90.

LUKÁCS, Georg. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: L.E.C.H, 1972. Na edição original corresponde à Parte 1, Cap. 4 de “A ontologia do ser social”.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. **Sociedade vs. Mercado: Notas sobre o pensamento económico de Karl Polanyi**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia Económica e das Organizações) - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

MAGALHÃES, Reginaldo S. Habilidades sociais no mercado de leite. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.47, n.2, p. 15-25, 2007.

MANN, Susan A. **Agrarian capitalism in theory and practice**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1990.

- MANN, Susan A.; DICKINSON, James. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. **Journal of Peasant Studies**, London, v.5, n.4, p.466-481, 1978.
- MARSDEN, Terry. Reestructuting rurality: from order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v.29, n.3/4, p.312-317, 1989.
- \_\_\_\_\_. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**, London, v.14, n.1, p.107-117, 1998.
- \_\_\_\_\_. Rural futures: the consumption countryside and its regulation. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v.39, n.4, p.501-520, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- MARX, Karl. **Le 18 brumaire de Louis Bonaparte**. Paris: Les Éditions Sociales, 1969. (Collection Classiques du Marxisme).
- \_\_\_\_\_. **O Capital**: O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Livro 3, v.4-v.6.
- \_\_\_\_\_. **O Capital**: O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro 1, v.1-v.2. (Coleção Os Economistas).
- \_\_\_\_\_. O método da Economia Política. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 255-266.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008. (Coleção A Obra Prima de Cada Autor).
- MAUCOURANT, Jérôme. **Avez-vous lu Polanyi?** Paris: La Dispute, 2005.
- McMICHAEL, Phillip. Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n.10, 57-71, 2007.
- \_\_\_\_\_. Peasants make their own history, but not just as they please. **Journal of Agrarian Change**, London, 8(2/3), p.205-228, 2008.
- MEDEIROS, Leonilde S. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores Familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Comp.). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, enero 2001. p. 103-128.
- MEDEIROS, Carlos A. Instituições, Estado e Mercado no processo de desenvolvimento Econômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.5, n.1, p.49-76, jan./jun. 2001.
- MELLO, João M. C. **O capitalismo tardio**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MELLO, João M. C.; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. 2.ed. Campinas: Editora da UNESP: FACAMP, 2009.
- MELLO, Márcio A. **Sementes que brotam da crise**: agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina inovando e produzindo novidades. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MENDELL, Marguerite. Karl Polanyi and instituted process of economic democratization. In: CONFERENCE “POLANYIAN PERSPECTIVES ON INSTITUTED ECONOMIC PROCESSES, DEVELOPMENT AND TRANSFORMATION”, Manchester, UK, 2003. **Proceedings ...** Manchester: Center for Research on Innovation and Competition, 2003.

MENDONÇA, Sônia R. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento**, 1964-1990. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. (Coleção A questão agrária no Brasil, v.5).

MESOREGIÃO do Sudoeste Paranaense. In: WIKIMEDIA FOUNDATION. **Wikipedia**. San Francisco, CA, 2011. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o\\_do\\_Sudoeste\\_Paranaense](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Sudoeste_Paranaense). Acesso em: mês abrev. 2011.

MONASTÉRIO, Leonardo M. **Guia para Veblen: Um estudo acerca da Economia Evolucionária**. Pelotas: Editora Universitária, 1998.

MOREIRA, Roberto J. Renda da natureza e territorialização do capital. In: MOREIRA, R.J. **Terra, Poder e Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 27-56.

\_\_\_\_\_. A economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.241-265.

NAVARRO, Zander S. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, 16 (44), p.83-100, 2001.

\_\_\_\_\_. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem terra no Brasil. In: SANTOS, B.S. (Org.) **Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232.

NIEDERLE, Paulo A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). 2007 - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NIEDERLE, Paulo A.; RADOMSKY, Guilherme F. W. Atores sociais, mercados e reciprocidade: convergências entre a Nova Sociologia Econômica e o “Paradigma da Dádiva”. **Revista Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, p. 146-177, 2007.

NUNES, Sidemar P. **O campo político da agricultura familiar e a ideia de “projeto alternativo de desenvolvimento”**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Sistema OCB reúne 7,8 milhões de associados em 2008**. Brasília, 2008. In: [http://www.ocb.org.br/site/brasil\\_cooperativo/index.asp](http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp). Acesso em: 21 out. 2010.

O'HARA, Phillip A. Principles of Institutional-Evolutionary Political Economy: converging themes from de schools of heterodoxy. **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v.41, n.1, p.1-42, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: CEBRAP, 1972. (Estudos CEBRAP, n.1).

\_\_\_\_\_. **Os direitos do antivalor:** A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PEREIRA, Luiz C. B. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.20, n.3, p.5-24, jul./set. 2006.

PERONDI, Miguel A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar.** 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PINHO, Diva B. **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Saraiva, 1977.

\_\_\_\_\_. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro.** São Paulo: CNPq, 1982.

PLEIN, Clério. **As metamorfoses da agricultura familiar:** o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PLEIN, Clério; SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e mercantilização. In: CASTILHO, M. L.; RAMOS, J. M. (Ed.). **Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável.** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2003. p. 45-69.

PLOEG, Jan Douwe van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E.S.; MOLINA, M.G. (Ed.). **Ecología, campesinado e historia.** Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p.153-195.

\_\_\_\_\_. Rural Sociology and the New Agrarian Question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v.32, n.2, p.240-246, 1993.

\_\_\_\_\_. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J.D. van der; LONG, N.A. **Born from within:** practices and perspectives of endogenous rural development. Assen: Van Gorcum, 1994. p.7-30.

\_\_\_\_\_. **Resistance of the third kind and the construction of sustainability.** Wageningen: ESRS Conference, aug. 2007. Disponível em: <[www.jandouwewanderploeg.com](http://www.jandouwewanderploeg.com)>. Acesso em: 21 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Camponeses e Impérios Alimentares.** Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais).

\_\_\_\_\_. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.15-58. (Série Estudos Rurais).

PLOEG, Jan Douwe van der. *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v.40, n.4, p.391-408, Oct. 2000.

POLANYI, Karl. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W. (Ed.). **Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos.** Barcelona: Labor Universitaria, 1976. p.289-316.

\_\_\_\_\_. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. **Revista Trimestral de História das Idéias**, Porto (Portugal), n.1, p.7-20, 1977a.



\_\_\_\_\_. **The livelihood of man.** London: Academic Press, 1977b.

\_\_\_\_\_. **A grande transformação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

QUEIROZ, Mauricio V. **Messianismo e conflito social: A guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916.** São Paulo: Ática, 1977.

RADOMSKY, Guilherme W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-36.

RÊGO, Rubem M. L. **Terra de violência: estudo sobre a luta pela terra no Sudoeste do Paraná.** Tese (Mestrado em História) - Departamento de Ciências, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

RÊTIÈRE, Morgane I.; KHATOUNIAN, Carlos A. Caracterização dos sistemas de produtores de leite visando à redução de insumos externos no município de Coronel Vivida, Sudoeste do Paraná. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.3744-3747, 2009.

RIST, Gilbert. Development as a buzzword. **Development in Practice**, Oxford, v.17, n.4-5, p.12-24, Aug. 2007.

RÜCKERT, Aldomar A.; RAMBO, Anelise G. Metodologia das escalas geográficas de poder e gestão aplicada aos estudos sobre desenvolvimento rural em quatro territórios Rurais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina, PR. **Anais ... Londrina: SOBER, 2007.**

RUTHERFORD, Malcom. **Institutions in Economics: the Old and the New Institutionalism.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento rural, coletividades territoriais e construção de territórios no Nordeste Semi-Árido. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 1999, Campina Grande, PE. **Anais...** Campina Grande: EMBRAPA, 1999.

\_\_\_\_\_. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte: SBS, 2005.

\_\_\_\_\_. **A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife, PE. **Anais...** Recife: SBS, 2007.

\_\_\_\_\_. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

SAMUELS, Warren J. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v.19, p.569-590, 1995.

SANTOS, Milton. O retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 21-32.

SANTOS, Roseli A. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste Paranaense. In: SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M. **Campo e Cidade: Relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 157-186.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização**. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a. (Série Estudos Rurais).

\_\_\_\_\_. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v.6, n.11, p.88-125, jan./jun., 2004b.

\_\_\_\_\_. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. [2007]. Trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural, Wageningen, Holanda, 20-24 agosto, 2007. Versão Ampliada (Circulação interna PGDR/UFRGS).

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a. (Série Estudos Rurais).

\_\_\_\_\_. Ciências Sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Presidente Prudente, v.4, n.7, p.24-62, fev. 2009b.

\_\_\_\_\_. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.30, n.3, p.511-531, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v.13, n.27, p.180-219, maio/ago. 2011.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A. L. (Ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p.989-1014

\_\_\_\_\_. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. **Journal of Peasant Studies**, London, v.37, n.2, p.379-405, 2010.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Ivan G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande, v.23, n.1, p.99-117, jan./dez. 2004.

SCHNEIDER, Sergio; WAQUIL, Paulo D. Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 39, n. 3, p.117-142, jul./set. 2001.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

SCHNEIDER, Sergio *et al.* **Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais – Brasil**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, IICA, 2007. (Relatório de Pesquisa).

SCHUKLIAN, Steve. Marx, Dewey, and the instrumentalist approach to Political Economy. **Journal of Economic Issues**, Salisbury, p.781-805, v.29, 1995,.

SCOTT, Alison M. Introduction: Why rethink petty commodity production? **Journal of Culture and Social Practice**, Oxford, n.20, p.3-10, 1986a.

\_\_\_\_\_. Towards a rethinking of petty commodity production. **Journal of Culture and Social Practice**, Oxford, n.20, p.93-105, 1986b.

SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência. **Raízes: Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande, v.21, n.1, p.21-39, jan./jun. 2002.

SILVA, Roselaine N. B. **Trabalho integrado e reprodução ampliada do capital: um estudo de caso no Sudoeste do Paraná**. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SINHORINI, José M. **A COAGRO e seu processo de territorialização no Sudoeste do Paraná**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

SISTEMA OCEPAR. **Cooperativas do Paraná**. Curitiba: OCEPAR, 2010. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

STANFIELD, James R. The Scope, method and significance of Original Institutional Economics. **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v.33, n.2, p.230-255, 1999.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalization and its discontents**. New York: W.W. Norton, 2002.

THOMAS, Alain. Development as a practice in a liberal capitalist world. **Journal of International Development**, Malden, n.12, p.773-787, 2000.

VANCLAY, Frank *et al.* The social and intellectual construction of farming styles: testing Dutch ideas in Australian agriculture. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v.46, n.1, p.61-82, Jan. 2006.

VEBLÉN, Thorstein. Why is not economics an evolutionary science. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v.12, 1898. Disponível em: <<http://prof.mt.tama.hosei.ac.jp/~hhirano/academia/econom.htm>>. Acesso em: 25 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **A teoria da classe ociosa: Um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

VEIGA, José Eli. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 2001. (Texto para Discussão, n.1).

- \_\_\_\_\_. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.20, n.57, p. 333-353, 2006a.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento sustentável: O desafio do Século XXI**. São Paulo: Garamond, 2006b.
- \_\_\_\_\_. **O desenvolvimento agrícola: Uma abordagem histórica**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 11, n.2, p.159-217, 1949.
- WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.
- WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).
- WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores. O novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais).
- WOLF, Eric. **Guerras camponesas no século XX**. São Paulo: Global Editora, 1984.
- \_\_\_\_\_. Os moinhos da desigualdade: uma abordagem marxiana. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. **Antropologia e Poder**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ZOTTI, Cleimary F. **Meios de vida alternativos à cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto – PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- ZOTTI, Cleimary F.; GODOY, Wilson I.; TRICHES, Marcio. Aspectos históricos da atividade leiteira no município de Pato Branco, PR. **Synergismus Scyentifica**, Pato Branco, v.1, n.1,2,3,4, p.45-56, 2006.

**APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
MESTRADO E DOUTORADO MULTIDISCIPLINARES****ROTEIRO DE ENTREVISTA  
(SISCLAF)**

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/2010.

Início: \_\_\_:\_\_\_hs. Fim: \_\_\_:\_\_\_hs.

Nome:

Naturalidade:

Data de nascimento:

Escolaridade:

Categoria socioprofissional:

Instituição:

1. Como surgiu a idéia de criação do SISCLAF? Quem eram as pessoas e entidades envolvidas? Fale sobre a sua participação (trajetória) nesses processos.
2. Quais são os objetivos do SISCLAF como instituição?
4. O senhor acha que o cooperativismo proposto pelo SISCLAF é diferente dos outros cooperativismos existentes? Por que motivos? Quais são as diferenças?
5. Quais os serviços prestados pelas cooperativas singulares aos produtores associados?
6. Qual é a importância da venda de insumos no funcionamento das cooperativas singulares? Qual a importância dessa atividade para a o Sistema como um todo?
7. Os produtores associados mantêm uma relação de fidelidade com as cooperativas do SISCLAF? Por que o senhor acha que eles são ou não fiéis? Que fatores mais influenciam a fidelidade do produtor (preço pago pelo leite, serviços prestados, venda de insumos, conta leite, Ater, outros)?
8. Em sua opinião, qual a importância do SISCLAF para a atividade leiteira, para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural no Sudoeste?
9. Como o senhor enxerga a participação dos cooperados nas atividades das cooperativas e a compreensão que eles têm do funcionamento do Sistema?

10. Qual é a função da Central no funcionamento do Sistema (político ou operacional)?
11. Quais serviços são prestados pela Central às singulares filiadas? Como funcionam os processos de planejamento, tomada de decisão e execução de atividades?
12. Em sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas na gestão das cooperativas singulares? E na gestão do Sistema como um todo?
13. Como é o relacionamento e que tipo de parcerias o SISCLAF estabelece com os outros ramos/sistemas de Cooperativas e Entidades da Agricultura Familiar:
- CRESOL;
  - SISCOOPAFI;
  - ATER;
  - UNICAFES;
  - Movimentos Sociais (FETRAF e STR's, MST, Ong's);
  - Outros (Fóruns, Conselhos, etc.).
14. Como é o relacionamento e quais os tipos de parcerias que o SISCLAF estabelece com outras instituições como:
- Governo (Federal, Estadual, Municipais, Ministérios e Secretarias).
  - Entidades de interesse público (Emater, Embrapa, SEBRAE, SENAR, Universidades);
15. O alinhamento político-ideológico (e partidário) das pessoas ligadas ao Sisclaf tem alguma interferência nas relações com as entidades do governo, da sociedade civil e outras parcerias? Que tipo de interferência?
16. O senhor acredita que as políticas públicas (macroeconômicas, setoriais, territoriais) afetam a atividade leiteira? Essas políticas são adequadas para a agricultura familiar na cadeia leite? Por quê? Quais políticas públicas são acessadas pelo Sisclaf? Quais os mecanismos utilizados para operar os recursos? Quais as suas expectativas com relação à implantação do SUASA para a atividade leiteira? E em relação ao PNAE?
17. O senhor acha que o SISCLAF consegue ser competitivo num mercado oligopolizado como o de lácteos? Por que motivos? Quais os fatores de sua competitividade (ou da ausência dela)?
19. Como é o relacionamento do SISCLAF com as empresas privadas (Laticínios e Agroindústrias Processadoras)? Quais são essas empresas? Existem contratos e parcerias firmadas com elas? Qual a participação de cada uma no total da comercialização e do faturamento do SISCLAF?
20. Como são organizadas as linhas de leite? Como se estabelecem as relações com os freiteiros que captam e transportam o leite?
21. Como o senhor avalia a estrutura produtiva, o sistema de captação e o funcionamento das plataformas de leite em Itapejara d'Oeste e Bela Vista da Caroba? Por que algumas singulares não entregam leite pelas plataformas? Quantas são? Se o senhor tivesse o recuso faria esse tipo de investimento novamente? E deve haver mudanças nessa estratégia ou ela deve continuar?

22. Quais são as estratégias do SISCLAF no curto e no longo prazo em relação a:

- Comercialização;
- Industrialização;
- Diversificação de produtos e agregação de valor.

23. O senhor pode me descrever detalhadamente como se desenrolou o problema com o Laticínio Letícia (motivos, efeitos e conseqüências)? Que encaminhamentos foram tomados? Quais os planos para a unidade industrial adquirida em São João?

24. E quais são as estratégias do SISCLAF no curto e no longo prazo em relação a:

- Matriz tecnológica e organização da produção;
- ATER (metodologia de campo, veterinária, homeopatia, etc.);
- Qualidade do leite;
- Formação e educação cooperativista;
- Inclusão e exclusão de cooperados (política, critérios, estratos de preço);
- Crescimento (nº sócios cooperados, nº cooperativas associadas, produção, faturamento).

25. Como o SISCLAF opera o processo de capitalização e financiamento do Sistema? E a questão dos descontos dos cooperados? E como é realizada a aplicação do crédito (i) para o investimento nas suas estruturas; e (ii) para o fomento da atividade leiteira entre seus cooperados? E para custeio? Todas as cooperativas singulares operam com o mesmo sistema de crédito (CRESOL, BB, outros)?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
MESTRADO E DOUTORADO MULTIDISCIPLINARES**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA  
(MEDIADORES TÉCNICOS E POLÍTICOS)**

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/2010.

Início: \_\_\_:\_\_\_hs. Fim: \_\_\_:\_\_\_hs.

Nome:

Data de nascimento:

Origem:

Escolaridade:

Categoria socioprofissional:

Instituição:

1. Fale um pouco sobre a sua trajetória pessoal. Participou da criação do SISCLAF? Como surgiu a ideia? Quem eram as pessoas e entidades envolvidas?
2. Em sua opinião, qual a importância do SISCLAF para a agricultura familiar, para a atividade leiteira e para o desenvolvimento rural do território?
3. Você acha que o cooperativismo proposto pelo SISCLAF é diferente dos outros cooperativismos existentes? Por que motivos? Quais são as diferenças?
4. O que você pensa sobre a questão da fidelidade dos produtores para com as cooperativas de leite? Por que eles são ou não fiéis? Que fatores influenciam a fidelidade do produtor (serviços, Ater, comercialização, veterinária, venda de insumos, conta leite, etc.)? Qual a atitude do Sisclaf diante disso?
5. Como você enxerga a participação dos cooperados nas atividades das cooperativas e a compreensão que eles têm do funcionamento do SISCLAF? E a questão da educação e formação cooperativista no SISCLAF (e no cooperativismo em geral)?
6. Como você percebe a relação entre as cooperativas singulares e a Central do Sistema? Como funcionam os processos de planejamento, tomada de decisão e execução de atividades?
7. Como você enxerga o papel da Central no funcionamento do Sistema (político ou operacional)? Essa forma de atuação lhe parece adequada ou deveria mudar? Como pensa que deveria ser?
8. Em sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas na gestão das cooperativas singulares e do Sistema (Central)?



9. Como você percebe as relações e parcerias que o SISCLAF estabelece com os outros ramos/sistemas de Cooperativas e Entidades da Agricultura Familiar:

- CRESOL;
- SISCOOPAFI;
- ATER;
- UNICAFES;
- Movimentos Sociais (FETRAF e STR's, MST, Ong's);
- Outros (Fóruns, Conselhos, etc.).

10. Como você avalia a questão da articulação entre os ramos cooperativistas? E do cooperativismo com as outras entidades? Quais as principais dificuldades para o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento conjunta entre as entidades do território?

11. E como você percebe as relações e parcerias que o SISCLAF estabelece com outras instituições como:

- Governo (Federal, Estadual, Municipais, Ministérios e Secretarias).
- Entidades de interesse público (Emater, Embrapa, SEBRAE, SENAR, Universidades, etc.);

12. O alinhamento político-ideológico (e partidário) dos atores ligados a instituição tem alguma interferência nas relações com as entidades do governo, da sociedade civil e outras parcerias? Que tipo de interferência?

13. Como você avalia o sentido das políticas públicas (macroeconômicas, setoriais, territoriais) na evolução da atividade leiteira? Elas são adequadas para o fortalecimento da agricultura familiar? Por quê? Como você enxerga a forma com que o SISCLAF tem acessado e operado essas políticas? Quais as expectativas com relação a implantação do SUASA para a atividade leiteira? E em relação ao PNAE?

14. Você acha que o SISCLAF e suas cooperativas conseguem ser competitivos num mercado oligopolizado como o de lácteos? Por que motivos? Quais os fatores de sua competitividade (ou da ausência dela)?

16. Como você enxerga a forma com que o SISCLAF estabelece as parcerias e relações e de negócio com as empresas (Laticínios e Agroindústrias Processadoras)? Existe uma estratégia clara? O que é levado em conta nessa estratégia (se ela existe)?

17. Como são organizadas as linhas de leite e como se estabelecem as relações com os freiteiros que captam e transportam o leite? Isso lhe parece o mais adequado?

18. Como você enxerga as estratégias de atuação do SISCLAF em relação a:

- Comercialização;
- Industrialização;
- Diversificação de produtos e agregação de valor.

19. Como você avalia o funcionamento da estrutura produtiva e o sistema de captação de leite da plataforma em Itapejara d'Oeste e Bela Vista? Vai continuar com a mesma estratégia ou deve haver mudanças? Você percebe isso como sendo o mais adequado?

20. Descreva o problema ocorrido com o Laticínio Letícia (motivos, efeitos e conseqüências)? Como você enxerga as ações e encaminhamentos que a direção tem tomado a respeito? Em sua opinião quais são as perspectivas futuras?

21. E como você avalia as estratégias de atuação do SISCLAF em relação a:

- Base tecnológica e organização da produção;
- ATER (metodologia de campo, veterinária, homeopatia, etc.);
- Serviços (crédito, insumos, etc.)
- Inclusão e exclusão de cooperados (política, critérios, estratos de preço);
- Crescimento (n° sócios cooperados, n° cooperativas associadas, produção, faturamento).

22. O que você pensa sobre a maneira com que o SISCLAF opera o processo de capitalização e financiamento do Sistema? Quais as principais dificuldades?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
MESTRADO E DOUTORADO MULTIDISCIPLINARES**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA  
(Iniciativa Privada)**

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/2010.  
Início: \_\_\_:\_\_\_hs. Fim: \_\_\_:\_\_\_hs.

Nome:  
Naturalidade:  
Data de nascimento:  
Escolaridade:  
Categoria socioprofissional:  
Instituição:

1. Fale sobre a sua empresa: constituição e história, objetivos, público alvo, mix de produtos, serviços, estratégias de atuação.
2. Como o senhor enxerga o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite na região Sudoeste? E as perspectivas para a sua empresa?
3. Como o senhor percebe a influência das políticas públicas (macro, setoriais) sobre os setores ligados a atividade leiteira?
3. Que tipo de relações a sua empresa estabelece com os agricultores produtores de leite?
4. Como o senhor enxerga a questão tecnológica na atividade leiteira para a agricultura familiar no Sudoeste? É adequada? Quais são os principais problemas?
5. Como o senhor enxerga a relação entre os padrões tecnológicos e a questão dos custos de produção e da qualidade do leite?
6. O que o senhor pensa sobre o “cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária”? Consegue identificar alguma diferença com o cooperativismo tradicional?
7. Como o senhor enxerga a atuação do SISCLAF na região? O senhor acha que a sua existência faz alguma diferença para a atividade leiteira entre os agricultores familiares?
8. A sua empresa estabelece algum tipo de relação (concorrência, parceria) com o SISCLAF ou alguma CLAF municipal? E com as demais cooperativas da AF?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**  
**MESTRADO E DOUTORADO MULTIDISCIPLINARES**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**  
**(ENTIDADES DIVERSAS)**

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/2010.

Início: \_\_\_:\_\_\_hs. Fim: \_\_\_:\_\_\_hs.

Nome:

Data de nascimento:

Naturalidade:

Escolaridade:

Categoria socioprofissional:

Instituição:

1. Fale sobre a sua trajetória pessoal e nesta instituição. A sua instituição participou da mobilização e criação do SISCLAF?
2. Quais os objetivos/missão da sua instituição? Como a entidade se financia? Como o senhor vê o papel dela no desenvolvimento da região Sudoeste? Quais as principais ações da sua instituição neste sentido (financiamentos, ações, projetos, apoios)?
3. Que tipo de relação a sua instituição mantém com o SISCLAF (projetos, parcerias)? Qual a importância do SISCLAF para a agricultura familiar, para a atividade leiteira e para o desenvolvimento rural do Sudoeste? Desdobrar essa questão.
4. O senhor acha que o cooperativismo das cooperativas ligadas a Unicafe, em especial o SISCLAF, é diferente dos outros cooperativismos existentes? Por que motivos? Quais são as diferenças?
5. Como você enxerga a participação dos cooperados nas atividades das cooperativas e a compreensão que eles têm do funcionamento do Sistema? E como o senhor enxerga a questão da educação e formação cooperativista? E sobre o papel da Central (político ou operacional)?
6. Sobre a relação da sua instituição com as outras entidades da agricultura familiar (FETRAF, ASSESOAR, MST, cooperativismo, Fóruns). Quais os principais pontos de convergências e quais os principais pontos de divergências? Explique quais são os conflitos e o porquê deles. Como o senhor enxerga a questão da articulação entre os ramos cooperativos? Em sua opinião quais as principais dificuldades para se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento conjunta entre as entidades do território?
7. E como são as relações e parcerias que a sua instituição estabelece com outras instituições como:

- Governo (Federal, Estadual, Municipais, Ministérios e Secretarias).
- Entidades de interesse público (Emater, Embrapa, SEBRAE, SENAR, Universidades, BACEN, BB, BNDES etc.);

8. O alinhamento político-ideológico (e partidário) das pessoas ligadas as organizações da agricultura familiar tem alguma interferência nas relações com entidades do governo, da sociedade civil e outras parcerias? Que tipo de interferência?

9. Como você avalia a relação do cooperativismo com as políticas públicas? Elas favorecem ou não o cooperativismo? Elas são adequadas para o fortalecimento da agricultura familiar na cadeia leite? Por quê? Quais as políticas acessadas pela sua instituição e como, através de quais mecanismos, elas tem sido operadas?

10. Qual a sua opinião sobre a estrutura produtiva e o funcionamento das plataformas de leite em Itapejara d'Oeste e Bela Vista? Pensa que vai continuar com a mesma estratégia ou deve haver mudanças? Você percebe isso como sendo o mais adequado?

11. Como o senhor analisa o problema ocorrido com o Laticínio Letícia (motivos, efeitos e conseqüências)? Como você enxerga as ações e encaminhamentos que a direção tem tomado a respeito? Em sua opinião quais as perspectivas futuras?

12. Em sua opinião o SISCLAF consegue pensar de maneira estratégica questões como comercialização, industrialização, diversificação de produtos e agregação de valor, base tecnológica, Ater, serviços?

13. O que você pensa sobre a maneira com que o SISCLAF opera o processo de capitalização e financiamento do Sistema? Quais as principais dificuldades?

## APÊNDICE B – LISTA DE ENTREVISTADOS

| <b>Entrevista</b> | <b>Instituição</b>  | <b>Sexo</b> | <b>Profissão/Cargo</b>    |
|-------------------|---------------------|-------------|---------------------------|
| 1                 | CARPPER IMPLEMENTOS | Masc.       | Engenheiro/Empresário     |
| 2                 | EMATER-PR           | Masc.       | Zootecnista/Extensionista |
| 3                 | TRIAS               | Fem.        | Agrônoma/Consultora       |
| 4                 | UNICAFES-PR         | Masc.       | Veterinário/Consultor     |
| 5                 | CRESOL/CENATER-PR   | Masc.       | Agrônomo/Consultor        |
| 6                 | CENTERGEN           | Masc.       | Veterinário/Empresário    |
| 7                 | SISCLAF             | Masc.       | Agricultor/Diretor        |
| 8                 | UNICAFES-PR         | Masc.       | Agrônomo/Diretor          |
| 9                 | CENATER-PR          | Masc.       | Técnico/Diretor           |
| 10                | SISCLAF             | Masc.       | Agricultor/Sócio Notável  |
| 11                | STR/FETRAF          | Fem.        | Agricultora/Diretora      |
| 12                | SISCOOPAFI          | Masc.       | Agricultor/Diretor        |
| 13                | SISCLAF             | Masc.       | Agricultor/Diretor        |
| 14                | UTFPR               | Masc.       | Agrônomo/Professor        |
| 15                | ASSESOAR            | Masc.       | Agricultor/Diretor        |
| 16                | SISCLAF             | Fem.        | Agricultora/Diretora      |
| 17                | CRESOL              | Masc.       | Agricultor/Diretor        |
| 18                | CENATER-PR          | Masc.       | Sociólogo/Diretor         |
| 19                | UNICAFES-PR         | Masc.       | Filósofo/Consultor        |